

Carlos Fico
Ronald Polito

A HISTÓRIA NO BRASIL (1980 - 1989)

ELEMENTOS PARA UMA AVALIAÇÃO HISTORIOGRÁFICA



Carlos Fico
Ronald Polito
Professores de Metodologia da História
Departamento de História - UFOP

A História no Brasil

(1980 - 1989)
elementos para uma avaliação historiográfica
Volume 1

Prefácio de Carlos Guilherme Mota

UFOP
Ouro Preto
1992

Copyright 1992 by
Carlos Fico e Ronald Polito

ISBN: 85-288-0006-7

Catálogo preparado pela Bibliotecária Neide Nativa

F448h

Fico, Carlos

A História no Brasil (1980-1989): elementos para
uma avaliação historiográfica /Carlos Fico, Ronald
Polito. Ouro Preto: UFOP.1992.

v.1 : il

1. Historiografia - Brasil - 1980/1989 2. Teoria da
História 3. História do Brasil - 1980/1989 I.
Polito, Ronald. II. Título

CDU: 930(81)"198"

Este livro inicia a implantação do projeto
Centro Nacional de Referência Histórica

UFOP

Rua Diogo de Vasconcelos, 122
35400-000 - Ouro Preto, MG

Ilustração da capa: relógio de sol móvel.

Revisão: Deisa Chamahum Chaves

Depósito legal efetuado junto à Biblioteca Nacional conforme
Decreto número 1.825 de 20 de dezembro de 1907.

1992

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

SUMÁRIO

NOTA DO EDITOR.....	5
PREFÁCIO.....	7
AGRADECIMENTOS.....	9
LISTA DE TABELAS, FIGURAS E GRÁFICOS.....	11
1 - Introdução.....	15
2 - Trabalhos da História.....	31
2.1 - Os cursos de pós-graduação em História e seus trabalhos.....	31
2.2 - Periódicos e artigos.....	61
2.3 - Instrumentos de pesquisa, obras de referência e transcrições.....	75
2.4 - Instituições, associações e programas especiais.....	85
2.5 - Congressos, seminários, outros eventos.....	93
2.6 - História acadêmica e outras áreas.....	101
3 - Editoras e Livros de História.....	117
4 - Repercussões.....	141
5 - Notas para um Debate Teórico.....	157
6 - Conclusão.....	177
BIBLIOGRAFIA.....	183
ÍNDICE GERAL.....	199

NOTA DO EDITOR

Razões diversas nos levaram a publicar o presente trabalho em dois volumes. O primeiro, ora lançado, apresenta a parte analítica da pesquisa. O segundo, contendo as séries de informações coletadas, será editado brevemente.

PREFÁCIO

A nova crítica historiográfica

O historiador de ofício sabe que a análise historiográfica constitui a tarefa mais difícil dentre as quantas é obrigado a enfrentar para a consecução de seu trabalho. Para ser bem realizada, o historiador deve estar munido de amplo conhecimento da matéria, dominando as metodologias utilizadas nos estudos em apreciação, e conhecendo na prática as técnicas experimentadas pelos autores selecionados. Enfim, deve saber que não se conhece boa análise histórica sem competente crítica historiográfica.

Neste estudo dos jovens historiadores Carlos Fico e Ronald Polito, impressiona a capacidade que revelam de articular a problemática que presidiu a produção do conhecimento de nossa história na década passada. Com efeito, nos anos 80 os estudos históricos ganharam mais espaço tanto institucional como na mídia. Apesar dos aspetos patológicos desse crescimento - alguns cursos de pós-graduação desnecessários ou sem-nível, por exemplo - assistiu-se a uma revalorização da História e do trabalho do historiador. Vários historiadores desapareceram - Sérgio Buarque, José Honório, Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre - mas surgem novos grupos-gerações com trabalhos de peso, conduzidos com metodologias modernas e banhados na erudição.

Essa avaliação historiográfica de uma década de transição é o que nos oferecem os dois jovens historiadores, calçados num rigoroso levantamento das pesquisas realizadas no período, de estudos de outros historiógrafos (como Amaral Lapa e Francisco Iglésias), de instituições de ensino e pesquisa e de agências de financiamento, de congressos, de editoras, de periódicos. Do cruzamento criterioso dessas informações nasce este livro inaugural de uma história da historiografia brasileira conduzida segundo critérios por assim dizer científicos. É um livro de pesquisa sobre a pesquisa, com método, com teoria, sem resvalar para o cientificismo ingênuo e tecnocrático de certas agências de financiamento. Agências que submetem por vezes

curros inteiros de pós-graduação a seus critérios "técnicos", sempre bastante pitorescos.

Livro de historiadores empenhados, preocupados com nossa contemporaneidade talvez ainda não perdida, nele o leitor encontrará conclusões que nos obrigam a parar para pensar. Entre elas, a de que sem cursos de graduação de bom nível, salários dignos, bolsas idem, bibliotecas e arquivos decentes não se faz pesquisa. Mais: se nem todos os cursos de pós-graduação têm razão de ser e alguns mesmo deviam ser desativados - como quer Iglésias, corretamente aliás - os Autores constataam que seu número tendeu a diminuir com o passar dos anos.

Preocupantes sobremaneira são as conclusões de que as agências de fomento "orientam" os benditos enfoques regionais, notando os Autores que o "regional" em cada área do conhecimento não é a mesma coisa... Claro, a constatação seguinte revela que as pesquisas sobre temas de História **não brasileira** são de fraco desempenho, quando comparadas com o período anterior (73/79). Metáfora de nossa história recente, em que perdemos nossa identidade no plano internacional...

Mas o recado é claro, neste período em que corremos o risco de nos perdermos em posmodernidades de periferia. Deve-se atentar sobretudo para as profundas carências e lacunas no campo da história social, aquela que estuda "a composição dos grupos e classes sociais em diversas partes e épocas". E para a história dos comportamentos culturais.

Nasce aqui uma nova crítica historiográfica no Brasil, mais exigente, menos autocomplacente.

Carlos Guilherme Mota
SP, outubro de 92

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa só pôde ser realizada graças ao auxílio de muitas pessoas, às quais agradecemos.

O Prof. José Guilherme Ribeiro, do Departamento de História da UFOP, criou os programas de computação que utilizamos para a sistematização dos dados.

O Prof. Karl Marx de Medeiros, da Divisão de Divulgação da Capes, nos forneceu grande parte do material sobre cursos de pós-graduação em História.

Os Professores Ciro Flamarion Santana Cardoso e José Roberto do Amaral Lapa comentaram uma comunicação sobre o desenvolvimento deste trabalho.

A Prof^a Maria Thereza Ferraz Negrão de Mello, Coordenadora do Curso de Pós-Graduação em História da UnB, nos forneceu dados sobre as dissertações ali defendidas. A Prof^a Maria Lúcia de Vilhena Garcia, Superintendente substituta de Ciências Humanas e Sociais do CNPq, nos enviou dados sobre os cursos de pós-graduação em História. Itiro Iita, do CNPq, nos remeteu informações estatísticas sobre financiamento de pesquisas. O Prof. Fernando Spagnolo, Chefe da Divisão de Estudos e Metodologia da Capes, nos cedeu informações sobre o tempo despendido para a obtenção de títulos de pós-graduação em História e outras áreas. O Embaixador Sérgio H. Nabuco de Castro, Coordenador do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais da Fundação Alexandre de Gusmão do Ministério das Relações Exteriores, nos forneceu informações sobre trabalhos nos EUA sobre o Brasil. A Bibliotecária Jutta Meurer, do Instituto Goethe, do Rio de Janeiro, nos cedeu uma publicação. Valéria Maria Morse Alves, do Arquivo Nacional, nos remeteu dados sobre a freqüência de pesquisadores acadêmicos a esta instituição, onde contamos também com a costumeira atenção de Eliseu de Araújo Lima. O Prof. Ernesto Anibal Ruiz, Coordenador da Pós-Graduação em História da UFSC, nos remeteu lista de dissertações defendidas naquela instituição entre os anos de 1987 e 1989.

A Prof^a Deisa Chamahum Chaves fez a revisão do texto

e a Bibliotecária Neide Nativa normalizou a bibliografia.

O Departamento de Letras da UFOP nos permitiu a utilização de seus microcomputadores.

O Prof. Joaci Pereira Furtado nos ajudou na resolução de inúmeros problemas e no levantamento de alguns dados.

Os alunos do Departamento de História da UFOP, Jardel Dias Cavalcanti e Carlo Guimarães Monti, foram nossos auxiliares de pesquisa para o levantamento e a sistematização informatizada dos dados.

O Prof. Cristovam Paes de Oliveira, Reitor da UFOP, providenciou recursos para a pesquisa e sua publicação.

Mariana, outubro de 1992.

LISTA DE TABELAS, FIGURAS E GRÁFICOS

TABELAS

- Tabela nº 1** - Brasil. Relação de cursos de pós-graduação em História, suas áreas de concentração e respectivas linhas de pesquisa - 1971/1989..... 34/35
- Tabela nº 2** - Brasil. Número de cursos de pós-graduação em História por unidades da Federação - 1979 e 1989 39
- Tabela nº 3** - MEC/SESu. Capes. Avaliação dos cursos de pós-graduação em História (dados levantados entre 1987 e 1989) 40
- Tabela nº 4** - MEC/SESu. Capes. Avaliação dos cursos de pós-graduação nas áreas de Ciências Humanas e Sociais. Porcentagem de conceitos A e A- em relação ao total de cursos (dados levantados entre 1987 e 1989) 41
- Tabela nº 5** - Brasil. Número de dissertações de mestrado por curso de pós-graduação em História - 1973/1979 43
- Tabela nº 6** - Brasil. Número de dissertações de mestrado por curso de pós-graduação em História - 1980/1989 43
- Tabela nº 7** - Brasil. Número de teses de doutorado por curso de pós-graduação em História - 1975/1989 44
- Tabela nº 8** - Brasil. Tempo despendido com a obtenção do título de mestre nos cursos de pós-graduação em História - 1980/1989 46/47
- Tabela nº 9** - Brasil. Perfil de gênero dos titulados nos cursos de pós-graduação em História e de livres-docentes - 1973/1979 - 1980/1989 49
- Tabela nº 10** - Brasil. Número de artigos publicados nos principais periódicos que editam sistematicamente trabalhos de História - 1980/1989 67
- Tabela nº 11** - Brasil. Número de artigos publicados nos principais periódicos que editam eventualmente trabalhos de História - 1980/1989 67
- Tabela nº 12** - Número de artigos por alguns temas e abordagens publicados em periódicos brasileiros que editam trabalhos de História - 1980/1989 71
- Tabela nº 13** - Número de congressos, seminários e outros

eventos em História - 1980/1989	93
Tabela nº 14 - Número de congressos, seminários e outros eventos de História por alguns temas e abordagens - 1980/1989	94
Tabela nº 15 - Comunicações de História apresentadas nas Reuniões Anuais da SBPC - 1980/1989.....	102
Tabela nº 16 - Artigos de História publicados pela revista <i>Ciência e Cultura</i> - 1980/1989.....	104
Tabela nº 17 - Brasil. CNPq. Demanda e atendimento de todas as modalidades de bolsa para estudo no exterior em História, Sociologia, Ciência Política, Antropologia e Economia - 1987/1990 (número de bolsas)	107
Tabela nº 18 - Brasil. CNPq. Demanda e atendimento de todas as modalidades de bolsas para estudo no país em História, Sociologia, Ciência Política, Antropologia e Economia - 1987/1990 (número de bolsas)	108
Tabela nº 19 - Brasil. CNPq. Demanda e atendimento de todas as modalidades de auxílio à pesquisa em História, Sociologia, Ciência Política, Antropologia e Economia - 1987/1990 (número de projetos)	109
Tabela nº 20 - Brasil. Relação anual das 10 editoras com maior n. de edições de livros em geral - 1980/1989.....	118/119
Tabela nº 21 - Relação das 20 editoras que mais publicaram livros de História - 1980/1989	120
Tabela nº 22 - Total anual de livros de História editados - 1980/1989	127
Tabela nº 23 - Autores que mais resenharam livros de História - 1980/1989	145

FIGURAS

Figura nº 1 - Distribuição de teses e dissertações sobre História do Brasil quanto ao período histórico abordado - 1980/1989	54
Figura nº 2 - Distribuição dos artigos publicados em periódicos brasileiros sobre História do Brasil quanto ao período histórico abordado - 1980/1989	69
Figura nº 3 - Artigos de História Antiga, Medieval, Moderna,	

Contemporânea e da América - 1980/1989	70
Figura nº 4 - Distribuição dos artigos publicados em periódicos brasileiros sobre História do Brasil quanto ao estado da federação tematizado - 1980/1989	73
Figura nº 5 - Brasil. Total de primeiras edições e de reedições de História Antiga, Medieval, Moderna, Contemporânea e da América - 1980/1989.....	134
Figura nº 6 - Brasil. Total de edições de História do Brasil por período histórico abordado - 1980/1989	136
Figura nº 7 - Brasil. Edições de História do Brasil por estados da federação tematizados - 1980/1989.....	137
Figura nº 8 - Resenhas de livros de História segundo o perfil do periódico - 1980/1989	143
Figura nº 9 - Resenhas de livros de História segundo o perfil acadêmico ou não acadêmico dos periódicos em que foram publicadas - 1980/1989	143

GRÁFICOS

Gráfico nº 1 - Evolução do número de teses e dissertações defendidas nos cursos de pós-graduação em História no país - 1973-1989	46
Gráfico nº 2 - Evolução anual dos livros de História editados - 1980/1989	128

1. Introdução

Temos consciência de que este é um trabalho especialmente difícil. Nem se trata de supervalorizar os obstáculos da pesquisa em si, da penosa coleta de dados, aspecto que será abordado logo a seguir. Trata-se da percepção de alguns problemas, de certas características deste livro.

Como se admite entre os historiadores, a historiografia é um gênero considerado bastante complexo. Exige do analista conhecimentos de teoria, de metodologia e de História. Por outro lado, não será abusivo afirmar que há sempre o risco de este tipo de análise resvalar para o terreno da presunção, mormente se tudo não for feito a partir de parâmetros criteriosos que afastem qualquer possibilidade de pedantismo.

Ora, não nos consideramos eruditos nem presunçosos e, por isso mesmo, buscamos nos amparar numa massa de dados que, ao menos, garantisse uma base empírica suficiente para nossas afirmações. Mas não podíamos nos furtar a sustentar todas as interpretações que nos parecessem corretas, nem mesmo aquelas que não facilitassem o convívio com a comunidade de historiadores que temos orgulho de integrar.

São estas, precisamente, as características que tornam este um trabalho difícil. De um lado, a necessidade de arrolar uma massa de dados, tabelas e gráficos cuja leitura nem sempre é estimulante. De outro, a análise por vezes polêmica, que certamente encontrará críticos e sublinhará o caráter de proposta deste livro.

Não poderia ser de outra forma. Deixar de compulsar todos os dados relativos à produção, circulação e consumo da História no Brasil nos anos 80, seria trair nossos mais elementares anseios. Por outro lado, não abordar questões como a fragilidade da reflexão sobre Teoria da História no Brasil ou a precariedade dos nossos periódicos, por exemplo, expressaria um bom-mocismo hipócrita que a ninguém interessa.

Talvez fosse desnecessário dizer tudo isso caso tivéssemos, no Brasil, uma larga tradição de crítica de alto nível (alto nível de emissão e de recepção), mas não é preciso elencar exemplos para se constatar que não é assim. Dentre os historiadores, especialmente, é ainda recente o hábito do debate acadêmico e da resenha crítica e pode-se até dizer que ainda persiste algum resquício de regionalismo e personalismo.

Desta forma, não foi apenas uma atitude previamente defensiva que nos levou a evitar ao máximo os argumentos baseados numa "autoridade" que não pretendemos possuir: buscamos nos amparar numa pesquisa sólida e globalizante para que nossas reflexões pudessem se expressar através de parâmetros dialógicos que permitam o debate.

Foram vários os motivos que nos levaram a empreender este estudo de natureza historiográfica relativo ao Brasil nos anos 80.

Em primeiro lugar, constatamos que os trabalhos mais sólidos de análise historiográfica de que se dispõe, como os livros de J. R. do A. Lapa e os textos de vários autores, dentre os quais F. Iglésias e C. G. Mota, remontam à década de 70 ou aos primeiros anos da década seguinte¹. Ainda que, durante os anos

¹ LAPA, J. R. do A. *Historiografia brasileira contemporânea*; a história em questão. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1981. 256p. Pelo que se depreende do prefácio à 2ª edição, o Autor atualizou parte dos dados a partir de 1979, dentre os quais algumas indicações sobre novos periódicos criados até 1979 (p. 35), indicações sobre usuários do Arquivo Nacional também até 1979 (p. 63), publicados no *Mensário do Arquivo Nacional*, v. XI, n. 2, fev. 1980, e indicações sobre o número de trabalhos de historiografia por década até o mesmo ano de 1979. Apesar do quadro publicado à página 210 indicar o ano de 1980, não foi possível localizar, na bibliografia de textos historiográficos anexa, nenhum datado deste último ano. Ver também LAPA, J. R. do A. *História e historiografia Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 110p. (Estudos Brasileiros, 87). Os textos a que nos referimos são: IGLÉSIAS, F. A pesquisa histórica no Brasil. *Revista de História*, São Paulo, v. XLIII, n. 88, p. 373-415, out./dez. 1971; MOTA, C. G. A historiografia brasileira nos últimos quarenta anos; tentativa de avaliação crítica. *Debate e Crítica*, São Paulo, n. 5, p. 1-26, 1975. O texto de C. G. Mota foi apresentado no *Primer Encuentro de Historiadores Latinoamericanos*, no México, em 1974. Foram

80, tenhamos assistido a um aumento considerável do número de trabalhos de historiografia em sentido estrito, é possível constatar que os mesmos sempre se debruçaram sobre um aspecto, um tema ou um problema setorial da produção de conhecimento histórico como, por exemplo, a História republicana ou demográfica no Brasil. A falta de análises historiográficas gerais se explica pela complexidade própria ao gênero, como já foi dito por mais de um autor.

Observamos que os historiadores brasileiros se ressentem da falta de um instrumento de pesquisa efetivamente geral capaz de rastrear a produção histórica atual no Brasil, circunstância especialmente negativa se se percebe que os anos 80 se caracterizaram por intensa produtividade nesta área. Assim, mesmo se pensarmos em termos meramente catalográficos e não analíticos, há enorme dificuldade em se localizar teses, dissertações, livros e artigos, perdendo-se desta maneira um precioso tempo da pesquisa com a reunião de bibliografia pertinente. Os instrumentos de pesquisa publicados nos anos 80 ou se restringem a cobrir um único tipo de informação, como um catálogo de teses, ou um único campo ou setor da produção histórica, como uma bibliografia sobre escravidão².

Em terceiro lugar, este trabalho nasceu de uma relativa insatisfação com o debate sobre o significado da produção histórica no Brasil atual. As informações veiculadas pela grande imprensa, bem como as análises de alguns historiadores, surgem perpassadas por fortes conotações subjetivas, escassa base de comprovação empírica ou mesmo ausência de esclarecimento sobre o universo de trabalhos escolhido para análise, resultando em imagens relativamente distorcidas do movimento real da História.

publicados, no mesmo periódico, comentários a este texto que passamos a referenciar: IGLÉSIAS, F. A propósito da historiografia brasileira, p. 119-126; FERNANDES, H. R. O intelectual, um personagem histórico, p. 127-137; SILVEIRA, P. Acontecimento e estrutura, p. 139-141. Outros trabalhos de caráter historiográfico publicados durante os anos 80 em geral são, na verdade, pequenos ensaios que virão referenciados no momento oportuno.

² Ver CORRÊA, C. H.; org. *Catálogo das dissertações e teses dos cursos de pós-graduação em história (1973-1985)*. Florianópolis: UFSC, 1987. 400p. Como exemplo de instrumentos de pesquisa temáticos veja-se SOUZA, N. M. de S. *Teses e dissertações sobre a escravidão no Brasil*. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 123-130, jan./jun. 1988.

Por fim, desejávamos realizar uma análise historiográfica que se diferenciasse da tradição, que nos parece restritiva, da "lista de livros mais importantes" e que acaba por não considerar as condições em que os trabalhos foram produzidos, reproduzidos, veiculados, discutidos e criticados pela comunidade de historiadores e pela sociedade em geral³. A principal restrição desse gênero de análise consiste, por um lado, em não considerar todos os trabalhos existentes em torno de um assunto específico e, por outro, em apenas interpretar o conhecimento histórico sob o ponto de vista do produto final, não atentando para as condições em que o mesmo surgiu e posteriormente foi disseminado.

É claro que esses aspectos estão inter-relacionados e se desdobram em diversos outros. Eles ainda se esclarecem melhor à luz do conceito de historiografia com o qual pretendemos trabalhar.

Partimos de um conceito de historiografia que não considera apenas a efetiva produção do conhecimento histórico mas, também, na medida do possível, a sua disseminação social. Para isto, não só compulsamos os trabalhos de História mas, igualmente, aqueles registros que, de alguma forma, expressavam sua repercussão. Consideramos todo o circuito que integra o processo de disseminação do conhecimento histórico, dos cursos de pós-graduação ao mercado editorial, dos eventos e entidades criadas ao leitor de História. Dessa forma pensamos em dar prosseguimento a orientações semelhantes a de alguns raros trabalhos historiográficos do Brasil, como os de J. R. do A. Lapa, ainda que com um grau de detalhamento visivelmente maior. Assim é possível, inclusive, verificar o acerto ou não de alguns prognósticos feitos há algum tempo.

Buscamos, portanto, uma análise historiográfica tendo em vista as vicissitudes da dinâmica econômica, política, social e cultural do Brasil no período em pauta. Afinal, todos esses aspectos de alguma maneira condicionam a atuação do historiador e, conseqüentemente, a produção do conhecimento

³ Adota-se, assim, uma orientação semelhante aos objetivos de LAPA, J. R. do A. *Historiografia brasileira contemporânea*. Op. cit. p. 24: "A Historiografia não deve ser portanto mera enumeração de autores e obras, numa ambiciosa descrição do que se escreveu em História".

histórico. É assim que diversos quadros conjunturais tiveram que ser levados em conta para a análise do movimento historiográfico, como a dinâmica editorial, a criação de revistas, o montante de verbas para pesquisa, os eventos realizados, as instituições criadas, as linhas de pesquisa privilegiadas pelas pós-graduações, as efemérides comemoradas no período e as modas teóricas.

Dispensável notar que nos preocupamos também com a abordagem das relações e dos desdobramentos internos à própria história da historiografia, cumprindo este que também é um encaminhamento típico dos textos na área, ainda que não com as mesmas implicações teóricas.

Cremos que há algumas diferenças entre esta pesquisa e o principal trabalho historiográfico dos anos 70, o livro *Historiografia brasileira contemporânea*, de J. R. do A. Lapa que, em certa medida, nos serviu de parâmetro. Embora concordemos, em linhas gerais, com a perspectiva do Autor no que tange ao conceito de historiografia, não lançamos mão das noções de "processo de produção" (do conhecimento histórico) e de "prática social" (relativa ao papel dos "agentes, grupos e classes sociais" envolvidos no mesmo processo no qual circula o conhecimento) por nos parecerem constituir analogias um tanto fluidas com aparatos teóricos cabíveis em outras esferas⁴. Por outro lado, supomos que a efetivação do conceito em pauta implique em tarefas empíricas que visam levantar dados específicos (como a percepção de questões editoriais, comerciais, repercussão de trabalhos via resenhas, etc.) e que, de certo modo, buscamos cobrir com maior abrangência.

Estamos entendendo, então, por historiografia, não só a análise da produção do conhecimento histórico e das condições desta produção, mas, igualmente, o estudo de suas condições de reprodução, circulação, consumo e crítica. O momento da produção do conhecimento, portanto, não se confunde com o de sua disseminação social, ainda que sejam evidentes as possibilidades de ambos se relacionarem.

Outro problema é aquele que diz respeito aos "pólos" indicados pelo Autor, a saber: de um lado o historiador como

⁴ Ibid. p. 19-20.

produtor de conhecimento, de outro o sujeito que se apropria deste conhecimento⁵. Entendemos que, ao longo de seu trabalho, o primeiro pólo, do historiador que produz conhecimento histórico, é visivelmente mais tratado. Neste sentido, as análises da disseminação social deste conhecimento, como, por exemplo, a análise do mercado editorial, são muito ligeiras e pouco conectadas a ele.

Buscamos, nesta pesquisa, articular ao máximo todas estas dimensões, tentando evitar o caráter fragmentário do livro de J. R. do A. Lapa que, efetivamente, se constituiu a partir de trabalhos realizados pelo Autor em períodos distintos, que visavam a objetivos particulares, sem que sua reunião conferisse à obra uma unidade estrutural, em nosso entendimento, imprescindível neste gênero de análise.

Finalmente, verifica-se que a idéia de "crise" da História do Brasil, apresentada na introdução à primeira edição do livro e ausente da introdução à segunda edição⁶, não é utilizada como vetor analítico no corpo mesmo da obra, sendo impossível aos leitores virem a saber qual o significado da questão para o conjunto das observações do Autor.

Com respeito ao segundo livro mencionado de Lapa⁷, caberia a mesma observação acerca da falta de unidade dos trabalhos reunidos, ainda que os mesmos tenham sofrido modificações, por vezes substanciais, em relação a sua primeira versão. Vale notar que os levantamentos do Autor até o período de 1984 incidem sobre um campo não muito amplo de informações, levando em conta alguns subperíodos para cada série considerada.

No que diz respeito aos problemas que este nosso trabalho busca responder, partimos de algumas hipóteses gerais. Pressupomos, para efeitos de nossa análise, que a produção do conhecimento histórico no Brasil atingiu, nos anos 80, um patamar de maior complexidade que vem a configurar uma efetiva especialização deste campo do conhecimento no país. Com isto se quer dizer que tal produção se dá abordando uma pluralidade de temas, enfoques teóricos e procedimentos

metodológicos muito grande, notadamente em comparação com os anos anteriores ao período desta pesquisa. Da mesma forma, nos anos 80 assistiu-se à consolidação definitiva dos diversos cursos de pós-graduação, ao aumento dos periódicos específicos e à ampliação do interesse público pelos temas históricos. Pensamos ainda que tal especialização, de cunho mais profissional, mesmo que diga respeito em grande medida ao desenvolvimento próprio, autônomo, do campo do conhecimento histórico no Brasil, explica-se em grande parte pela consolidação de uma universidade em termos modernos, à qual coube a função produtora e em grande medida disseminadora do conhecimento anteriormente pulverizado ou reunido em torno de núcleos tradicionais, nacionais e locais, ou sob sua influência.

Em termos gerais, a metodologia adotada para a realização deste trabalho expressa nossa preocupação em considerar o fenômeno historiográfico em sua globalidade, isto é, não apenas como conhecimento produzido, mas como conhecimento que, de alguma maneira, se realiza em outros níveis, a saber, os da publicação, da leitura ou da crítica.

Por isso optamos, numa primeira etapa, pelo levantamento de diversos dados sem que tivéssemos estabelecido, previamente, delimitações temáticas, teóricas ou metodológicas. Isto é, a percepção de que um enfoque, abordagem ou tema é recorrente, muito ou pouco privilegiado, inovador ou tradicional deriva do levantamento dos dados e não o precede. Os critérios e definições sobre quais dados foram coletados é que são efetivamente importantes.

A percepção acima mencionada, portanto, é a segunda etapa do método adotado: a classificação e a análise das principais áreas de interesse ou de atuação dos historiadores e dos dados relativos à repercussão do conhecimento histórico produzido, que permitiram a delimitação dos problemas e sua interpretação historiográfica mais detalhada. Neste sentido, inclusive, todas as séries de informações puderam ser visualizadas à luz da periodização clássica e das disciplinas acadêmicas da História. Embora estes recortes se constituam em convenções mais ou menos discutíveis, eles facilitam uma apreensão do conjunto dos dados.

⁵ Ibid. p. 20.

⁶ Ibid. p. 7-13.

⁷ Id. *História e historiografia: Brasil pós-64*. Op. cit.

Como se trata de resgatar a produção, a reprodução, o consumo e a crítica do conhecimento histórico no período escolhido, buscamos construir séries de informações que nos orientassem precisamente no sentido de obter elementos para cada um destes aspectos, embora uma série possa informar sobre vários deles. É assim que, para considerarmos a produção histórica, levamos em conta as teses de livre-docência, as teses de doutorado e as dissertações de mestrado defendidas no período em pauta, além dos artigos, instrumentos de pesquisa e transcrições publicados. No que diz respeito à disseminação social deste conhecimento efetuamos, sobretudo, uma análise detalhada do mercado editorial da área de História. Para avaliarmos a repercussão do conhecimento produzido ou veiculado pelo mercado editorial, consideramos as resenhas e os ensaios bibliográficos publicados, as entrevistas e polêmicas envolvendo historiadores, os prêmios recebidos por membros da comunidade, sua presença na mídia e os livros de História que freqüentaram as listas dos mais vendidos. Cada uma destas séries de informação, afora algumas outras que virão especificadas, demandou cuidados específicos. São estes cuidados que, em seguida, passaremos a expor observando antes que, nem sempre, foi possível obter dados que nos pareciam importantes para melhor demonstração de nossas hipóteses, simplesmente porque estes dados não se encontram disponíveis nas bases de informação consultadas.

Para a constituição do levantamento dos trabalhos defendidos nos cursos de pós-graduação em História no país consultamos 56 catálogos, na maioria produzidos pelas próprias universidades que abrigam esses cursos, além do principal banco de teses do país, sediado na Capes⁸. Foi possível obter, para grande número dos registros, os seguintes dados: nome do orientando e do orientador do trabalho, título do trabalho, nível (mestrado, doutorado, livre-docência), instituição em que foi defendido, mês e ano de ingresso do autor e mês e ano de defesa do trabalho, número de páginas do trabalho e o resumo do mesmo. Alguns dados significativos, como a idade dos autores e orientadores e a vinculação institucional dos autores,

não pudemos obter. Estamos supondo que este levantamento é completo, exaustivo. Claro que falhas podem ocorrer, principalmente com respeito a cada elemento tomado de forma isolada, o que se explica em função da relativa precariedade dos instrumentos de pesquisa que pudemos acessar: por vezes, dois catálogos de uma mesma instituição não apresentavam os mesmos dados no que se refere ao nome de um autor, de um orientador ou outro detalhe.

O levantamento dos artigos se deu com base em uma sólida amostragem construída a partir dos critérios que passamos a delimitar. Em primeiro lugar, consideramos 17 títulos de periódicos que editam sistematicamente trabalhos de História, bem como 14 títulos de periódicos que editam eventualmente trabalhos de História. Desses periódicos foi feito o levantamento total dos artigos de pesquisa ou de revisão neles publicados. Entendemos que estes títulos representam os periódicos de divulgação mais importantes do país⁹. Além destes periódicos, consideramos 37 outros, acadêmicos ou não, a título de exemplificação¹⁰, afora algumas hemerotecas, como a do *Jornal do Brasil* e da Biblioteca da Câmara dos Deputados¹¹. Dentre os periódicos não acadêmicos, tomamos como exemplo especial a totalidade da revista *Ciência Hoje*, para uma visualização do que e em que número os historiadores publicam em um periódico de divulgação científica sem um perfil estritamente acadêmico.

Um outro modo de verificarmos a qualidade e sofisticação da produção histórica do período foi através da consideração de um levantamento, por amostragem, dos instrumentos de pesquisa e das transcrições, em geral referenciados nos periódicos cujas coleções completas conseguimos cruzar e nas listas de livros publicados. Não levamos em conta, a não ser residualmente, os instrumentos de pesquisa produzidos pela rede de arquivos e bibliotecas nacionais porque isto demandaria um levantamento específico, afora o fato de que estas informações podem ser parcialmente

⁸ Ver na bibliografia deste trabalho os itens 2.1. "Catálogos de teses e dissertações" e 2.3. "Informações sobre cursos de pós-graduação".

⁹ Ver na Bibliografia o item 2.2.1. "Periódicos considerados no todo".

¹⁰ Ver na Bibliografia o item 2.2.2. "Outros".

¹¹ Agência JB de Notícias. Pesquisa Externa. Sistema Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. Centro de Documentação e Informação da Biblioteca Pedro Aleixo da Câmara dos Deputados - Congresso Nacional.

encontradas a partir de pesquisa já concluída no período ¹².

A amostra de eventos, reuniões, congressos e simpósios teve por base o mesmo elenco de periódicos citado anteriormente, através de suas seções de informes ou noticiários, bem como os repertórios especializados¹³ e os anais encontrados nas bases de dados acessadas. A constituição desta série de dados foi bastante problemática por causa da dificuldade de obtenção desse gênero de informações, do fato de que a maioria dos eventos não resulta na publicação de seus anais e da precariedade de sua distribuição às bibliotecas brasileiras.

A amostra de associações e grupos de estudos específicos criados durante o período teve por base os mesmos elencos de periódicos e serviu para que verificássemos o grau de especialização que vem sendo atingido pelos estudos históricos no país.

No que se refere ao mercado editorial, pautamo-nos, em primeiro lugar, pelo levantamento e análise do que se publicou de livros de História durante os anos 80. Para este levantamento procedemos a uma amostragem com base nas seguintes fontes: a coleção completa do periódico *Leia*, representando esta coleção aproximadamente 50% dos títulos elencados; a *Bibliografia Brasileira* e o *Boletim Bibliográfico* editados pela Biblioteca Nacional; o acervo da Biblioteca "Alphonsus de Guimarães", do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da UFOP, em razão da mesma ser de constituição recente e ter adquirido maciçamente livros editados no período em pauta, e os trabalhos de historiografia, por listarem geralmente bibliografia extensa e atualizada sobre o seu tema.

Ainda para a análise da editoração do período fizemos o levantamento das editoras que mais publicaram por ano, cotejando o volume de suas publicações com aquelas

estritamente de História ¹⁴. Foi possível também isolar, do interior da listagem dos livros, os autores que mais publicaram, os livros que tiveram o maior número de edições, os livros reeditados no período mas publicados pela primeira vez antes de 1980, o número de autores masculinos e femininos, afora as obras coletivas ou em colaboração, as teses e dissertações que se tornaram livros, as coleções de História e seu perfil, o número de páginas dos livros nacionais e traduzidos, os principais tradutores na área de História e ainda outros elementos.

No que diz respeito à repercussão dos livros editados e trabalhos em geral do período, levamos em conta, principalmente, as resenhas publicadas sobre os mesmos. Consideramos que as resenhas nos permitiriam delimitar, em alguma medida, um perfil dos leitores de História no Brasil. A amostragem das resenhas teve por base, principalmente, os mesmos periódicos considerados no todo, o jornal *Leia*, a revista *Ciência Hoje* e as hemerotecas anteriormente citadas, além da revista *Isto É - Senhor* considerada em parte e outros periódicos que porventura pudemos consultar. As resenhas nos permitiram, dentre outras verificações, considerar os livros mais resenhados, o número de livros resenhados em relação ao total de livros publicados, o número de livros nacionais e livros estrangeiros resenhados, os livros resenhados por historiadores, os periódicos que mais publicaram resenhas, os ensaios bibliográficos editados, as resenhas de estrangeiros acerca de livros nacionais e os principais resenhadores do período.

Ainda tendo em vista a esfera da repercussão, levamos em conta os livros mais vendidos, mesmo que estes dados não apresentem um perfil estatístico muito seguro¹⁵, as entrevistas concedidas ou realizadas por historiadores brasileiros e estrangeiros, as polêmicas que se tornaram públicas e os livros especializados que ganharam espaço na imprensa mais geral, afora os prêmios e as efemérides.

Cada uma destas séries de dados, no entanto, só adquire

¹² Arquivo nacional. *Guia brasileiro de fontes para a História da África, da escravidão negra e do negro da sociedade atual*. 2 v. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional/Departamento de Imprensa Nacional, 1988. Ainda que o título sugira um trabalho temático, este instrumento de pesquisa é o mais amplo guia de arquivos públicos e privados do país.

¹³ Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). *Calendário de eventos em ciência e tecnologia*. Relação de congressos, seminários, conferências, reuniões, encontros e simpósios a serem realizados no Brasil. Foram consultados quase todos os volumes. Ver indicações completas na Bibliografia, item 2.4. "Outras fontes".

¹⁴ Utilizamos, basicamente, as matérias e os levantamentos publicados anualmente por *Leia* a respeito das maiores editoras do Brasil. Estas matérias e levantamentos têm, em geral, o título "Quem é quem no mercado editorial".

¹⁵ Utilizamos os levantamentos mensais e anuais dos livros de não-ficção mais vendidos, publicados por *Leia*. As limitações para seu uso serão explicadas quando analisarmos este aspecto, no item sobre editoração.

toda sua clareza quando pensada em relação às outras. É nesta perspectiva que se torna possível utilizar, efetivamente, o conceito de historiografia com o qual estamos trabalhando. À primeira vista, por exemplo, o enorme volume de artigos encontrados talvez permitisse supor uma intensa produção de pesquisa original, o que não se verifica quando observamos que grande número deles é, na realidade, parte de um trabalho anterior não publicado e do qual é dado a público o fragmento que certamente seu autor considera mais importante. "O que se observa neste caso é apenas uma duplicação de informação sem que a mesma represente ampliação do campo do conhecimento, ainda que isso não seja desimportante para a disseminação das pesquisas.

Desta forma, ao longo deste trabalho, buscamos correlacionar estas séries de informações, tentando obter uma visão mais clara do movimento da História no país, comparando-as, quando possível, com levantamentos presentes em trabalhos historiográficos anteriores ou mesmo com levantamentos que também tivemos que efetuar para o período anterior.

A partir da análise relacional desses dados é que foi possível detectar algumas tendências historiográficas para o período, entendidas como abordagens mais recorrentes. Observe-se que recorrente, aqui, não significa estritamente um grande número de livros editados ou teses defendidas, mas um balanço da presença de tal abordagem ou tema em relação a todas as séries observadas. Ainda que os aspectos ligados à produção por vezes sejam mais importantes, como não poderia deixar de ser, não foram os únicos que consideramos para definir aqueles setores ou aquelas frentes de pesquisa que tiveram maior significação durante estes anos. Por vezes, um tema ou abordagem objeto de poucas pesquisas inéditas teve, apesar disto, que ser destacado, exatamente em função do seu grande impacto na comunidade de leitores ou mesmo na imprensa em geral.

Todas estes dados só puderam ser trabalhados com maior agilidade porque contamos com um programa de banco de dados informatizado que permitiu a contagem e o cruzamento dos mesmos.

A coleta das informações, que se iniciou em julho de

1991 e foi concluída em junho de 1992, levou em conta um número relativamente alto de bibliotecas e bases de dados em alguns estados do país ¹⁶. O que mais salta aos olhos é o caráter incompleto das coleções de periódicos ou instrumentos de pesquisa, como catálogos de trabalhos acadêmicos, em todos os acervos consultados, e a precariedade dos suportes de informação adotados que são, usualmente, ultrapassados. Por vezes foi simplesmente impossível obter um determinado número de periódico porque o mesmo não se encontrava disponível em nenhum acervo. É de se lamentar, também, que não exista, até hoje, nenhum sistema nacional de coleta de dados da área de História ou mesmo publicações que reúnam dados, tanto mais quando se pensa que isto vem ocorrendo em áreas afins, como em Antropologia ou em Letras.

É essencial, por fim, antes de apresentarmos as partes em que o trabalho foi dividido, um esclarecimento acerca de todos os aspectos que foram deixados de lado nesta pesquisa. Em princípio, reafirmamos que o levantamento efetuado nos parece consistente. Consideramos que os dados que recolhemos são suficientes para as afirmativas constantes neste trabalho e, neste sentido, tenderiam a ser confirmados por outros levantamentos ainda mais exaustivos.

Sem dúvida, este trabalho possui um perfil específico em virtude daqueles elementos que deixou de fora. Nestes termos, a disseminação social do conhecimento histórico pode ser visualizada em parte pois, afinal, não nos detivemos no levantamento e análise de todo o material didático de História referente ao ensino de primeiro e segundo graus, nem nas pesquisas específicas em torno do ensino e da veiculação, nestes níveis escolares, do conhecimento produzido. Trata-se, portanto, de uma análise da disseminação social do conhecimento em seus extratos mais especializados ou junto à "opinião pública" em geral. Diversas foram as razões que nos levaram a deixar de lado a produção didática em História. Em primeiro lugar, cremos que a veiculação de conhecimento especializado em textos didáticos da maioria das áreas de conhecimento ocorre com relativo atraso. Levantamentos nestas

¹⁶ Ver na Bibliografia o item 2.5. "Instituições consultadas".

áreas provavelmente demonstrariam que o que hoje é divulgado pela produção didática em História nos primeiro e segundo graus não equivale ao que é lido e discutido pelos grupos mais especializados e pelos leitores em geral. Haveria, portanto, pelo menos dois movimentos de disseminação do conhecimento com cronologias próprias. Em segundo lugar, uma pesquisa que visasse reconstituir a assimilação do conhecimento histórico pelo ensino básico teria que lançar mão de procedimentos metodológicos bem distintos, dentre os quais a observação da realidade do ensino, as fontes orais e a avaliação dos conhecimentos adquiridos por parte dos alunos, o que é um longo trabalho que demandaria uma pesquisa tão ou mais ampla do que esta.

Por outro lado, não abordamos neste trabalho os cursos de graduação em História. Ainda que alguns sejam produtores de pesquisa e preparem candidatos aos cursos de pós-graduação em História, optamos por privilegiar, como já foi dito, as esferas mais especializadas de produção do conhecimento histórico¹⁷.

Não consideramos igualmente os projetos de pesquisa publicados nos periódicos da área de História. Como nosso interesse era observar os produtos acabados, pareceu-nos de menor importância abordar as intenções de pesquisa formuladas por pesquisadores e instituições em relação às quais seria difícil saber se foram concluídas.

Os artigos escritos por historiadores estrangeiros não radicados no Brasil, traduzidos ou não, publicados nos periódicos com os quais trabalhamos, também foram deixados de lado na medida em que nosso interesse era obter uma imagem a mais precisa possível da produção de intelectuais brasileiros ou efetivamente aqui radicados¹⁸. Cremos também que tal amostragem daria um perfil muito pálido do que, em realidade, é publicado nos periódicos das mais diversas partes do mundo sobre temas da História do Brasil. Por outro lado, o

levantamento de textos sobre História do Brasil em periódicos estrangeiros seria inviável, já que os mesmos não se encontram disponíveis no Brasil em número suficiente para tal empreendimento e porque não dizem respeito ao movimento da História no país durante o período.

Não levamos em conta, também, a não ser de forma episódica, os livros de História da Literatura, brasileira ou estrangeira, publicados no período. Este levantamento demandaria todo um trabalho à parte e, possivelmente, produziria um desvio no interior de nossos dados pois, afinal, a maioria das histórias literárias não é escrita por historiadores.

Um outro rol de trabalhos que raramente foi considerado é o de textos de divulgação histórica ou de história imediata escritos, via de regra, por jornalistas e que, em nosso entendimento, pouca contribuição fornecem para o conhecimento especializado da área, ainda que possam ser úteis para uma percepção dos temas, enfoques e problemas que passam a ser disseminados para o grande público pelos não profissionais em História.

Por fim, tivemos também que deixar de lado, na quase totalidade dos casos, as biografias editadas no período. Percebemos que seria praticamente impossível isolarmos da enorme massa de biografias anualmente editadas no país aqueles trabalhos que tivessem um maior significado histórico em relação à grande maioria de biografias romanceadas, escritas por historiadores ou por profissionais habilitados a tal. Um estudo das biografias escritas e editadas no período demandaria, também, uma pesquisa muito extensa que precisaria abordar diversos problemas específicos a este gênero de trabalho. Esta decisão decorreu ainda da nossa percepção de que a grande maioria da comunidade de historiadores não desenvolve trabalhos na área, sendo difícil indicar muitos biógrafos no período que sejam igualmente historiadores¹⁹. Além disto, não foram considerados os livros de memórias,

17 Maiores informações sobre cursos de graduação poderiam ser obtidas através da publicação *Avaliação & Perspectivas* (1989) do CNPq que não foi editada, embora sua versão preliminar tenha sido discutida por certos setores da comunidade. Tivemos acesso a este texto sob a condição de não divulgá-lo.

18 Para o levantamento de todas as séries, consideramos os trabalhos de História produzidos por historiadores e por outros profissionais qualificados.

19 Tal como observa F. Novais, a biografia é um dos gêneros mais difíceis da História. Conforme ele nota, "biógrafos profissionais anualmente vitimam algumas personagens da História, com obras normalmente recheadas de ilustrações". NOVAIS, F. A universidade e a pesquisa histórica: apontamentos. *Estudos Avançados*, v. 4, n. 8, p. 108, jan./abr. 1990. Um exemplo de trabalho estrangeiro de sucesso é GAY, P. *Freud: uma vida para nosso tempo*.

ainda que possam ter interesse para historiadores, porque os mesmos não se configuram enquanto obras de História em sentido estrito.

Alguns outros elementos também foram deixados de lado, o que se justificará no momento oportuno. Resta ainda expor, brevemente, as partes em que dividimos o trabalho, a modo de um roteiro para que o leitor se informe acerca da estrutura geral do livro.

O texto foi dividido em dois volumes. No primeiro foi efetuada uma análise do movimento da História no período; no segundo vêm dispostos os dados coletados, servindo o mesmo como um vasto instrumento de pesquisa. A análise contida neste primeiro volume seguiu, em linhas gerais, a ordem em que as séries de informações foram apresentadas anteriormente, através de três tópicos principais sobre a produção (Capítulo 2. Trabalhos da História), a editoração (Capítulo 3. Editoras e Livros de História) e a repercussão (Capítulo 4. Repercussões). Incluímos, também, um capítulo sobre alguns problemas teóricos que nos parecem esclarecer certos aspectos da dinâmica da produção em História no período. Supomos que estes capítulos possuam certa autonomia, o que possibilita a leitura em qualquer ordem.

2. Trabalhos da História

2.1. Os cursos de pós-graduação em História e seus trabalhos

A consolidação dos cursos de pós-graduação em História no Brasil é um fenômeno dos anos 80. Ainda que os mesmos, em sua maioria, tenham sido criados na década anterior, uma avaliação mais detalhada de seu perfil, bem como do montante dos trabalhos realizados naquele período pelos mesmos, indicaria o seu caráter incipiente. Instalados os cursos de pós-graduação, seus frutos mais efetivos ficariam para os anos 80, tanto quanto um fluxo mais contínuo e permanente das pesquisas e uma definição de perfil institucional um pouco mais precisa. Porém, mesmo esta consolidação, vista de outra perspectiva, apresenta diversos problemas. Pense-se, por exemplo, nos acervos bibliográficos com que estes centros de pesquisa podem contar.

É comum dizer-se que a pesquisa em História no Brasil não é feita apenas pela Universidade¹. No princípio dos anos 70 algumas interpretações chegariam mesmo a negar,

¹ Citem-se, dentre outros, NOVAIS, F. A. A universidade e a pesquisa histórica: apontamentos. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 4, n. 8, p. 108, jan./abr. 1990; SILVA, M. B. N. da. A pesquisa histórica no Brasil. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 45, jan. 1983; Id. Rumos da pesquisa histórica no Brasil. *Anais da III Reunião. Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. São Paulo, 1984. p. 207; IGLÉSIAS, F. História. CNPq. *Avaliação & Perspectivas*. v. 7. Ciências Humanas e Sociais, Brasília: CNPq/Coordenação Editorial, 1982. p. 199-200.

veementemente, o papel desempenhado pelas Faculdades de Filosofia na pesquisa em História ², adotando uma posição que, à própria época, já seria difícil de ser sustentada. Existem, portanto, outros núcleos de produção de conhecimento na área e que também devem ser levados em conta. Longe de nós negarmos esta evidência. Mas supomos caber à universidade, apesar dos pesares, o papel principal na produção de conhecimento histórico no período objeto deste trabalho.

Apesar de uma maior profissionalização da área de História durante os anos 80, as condições de trabalho e de pesquisa não foram das melhores. Além disso, a memória da pós-graduação em História não está organizada. Ainda não constituímos bases de dados mínimas, tal como já pode ser observado, há um bom número de anos, em outros setores das Ciências Humanas. Propostas que datam no mínimo de 20 anos ainda continuam com toda a atualidade, no sentido da constituição de um banco de dados de História do Brasil³. A situação pouco ou nada mudou nestas últimas décadas, cabendo retomar a avaliação que F. Iglésias, em 1982, apresentou quanto à obtenção de dados: "não é fácil a desejada quantificação, pois os órgãos responsáveis - o MEC, a Capes, o CNPq - não os possuem, ou possuem com imprecisão, que provocam dúvidas em sua credibilidade"⁴. Sem dúvida, estas condições limitam o campo da avaliação.

Observando o desenvolvimento dos cursos de pós-graduação em História no país durante os anos 80, uma primeira constatação é a de seu relativo crescimento em relação à década anterior. Não que os cursos de pós-graduação tenham

proliferado descontroladamente, ainda que alguns tenham surgido e atestem também este relativo crescimento. Mas houve um amadurecimento interno dos cursos já existentes e uma certa estabilização, para a maioria, de um fluxo de pesquisas e dotações orçamentárias.

A pós-graduação em História, nos termos em que ela hoje se apresenta no país, iniciou sua implantação em 1971. Nos anos 70 é que se estabeleceu a maioria dos cursos até hoje existentes. Entre 1971 e 1974, foram instalados 8 cursos de pós-graduação, na USP, UFF, UFPR, PUC-SP, UFGO, PUC-RS, FFCLSCJ/Bauru (posteriormente desativado) e UFPE (ver Tabela nº 1). Todas estas pós-graduações eram cursos de mestrado, à exceção da USP, com doutorado em História Social e História Econômica. Na segunda metade dos anos 70, iniciaram suas atividades mais 4 cursos de mestrado, na UFSC, UnB, UNICAMP e UFRJ. Os anos 80 tiveram um número bem menor de cursos de mestrado criados, apenas 5, 2 entre 1980/1984 e 3 entre 1985/1989: UNESP/Assis (1980), UNESP/Franca (1980), UFRGS (1985), UNISINOS (1987) e PUC-RJ (1988). Houve uma expansão dos cursos de doutorado, com a criação de mais quatro, na UFSC (1981), na UFF (1984), na UNICAMP (1984) e na PUC-RS (1986). Temos, portanto, funcionando no fim dos anos 80, 16 cursos de mestrado e 5 de doutorado em História, o que representa um aumento de 75% em relação aos anos 70. O mais expressivo destes dados foi a criação de 4 novos doutorados, decisivos, ainda que em seus primórdios, para a profissionalização da área.

Do ponto de vista geral, a dominância nestes cursos é a pesquisa em História do Brasil, como não poderia deixar de ser. E, no que se refere às suas áreas de concentração, a tônica é dada pela História Social e Econômica, vindo em segundo plano a História Demográfica e da Cultura. Quanto às linhas de pesquisa, predominam os enfoques regionais. Embora possa-se questionar a inexistência de linhas de pesquisa que, tal como na pós-graduação em História de outros países, poderiam estar presentes (como no caso da História da Arte), o fato é que, também no Brasil, se verifica um movimento comum na dinâmica da pesquisa histórica no mundo ocidental: o desenvolvimento das abordagens sócio-econômicas (em

² C. G. Mota, citando os *Anais do I Seminário de Estudos Históricos* (set. 1971 - USP), comentou que "algumas posições negarão francamente o papel das Faculdades de Filosofia no desenvolvimento dos estudos históricos". MOTA, C. G. A historiografia brasileira nos últimos quarenta anos: tentativa de avaliação crítica. *Debate e Crítica*, São Paulo, n. 5, p. 24, 1975.

³ Ver as propostas de F. Iglésias constantes em WESTPHALEN, C. M. & MEQUELUSSE, J. Estado atual da pesquisa histórica no Brasil. *Revista de História*, São Paulo, v. XLIII, n. 88, p. 359, out./dez. 1971; SILVA, M. B. N. da. A pesquisa histórica no Brasil. Op. cit. p. 209. Neste texto foram apresentadas duas propostas: a primeira sugeria que a Biblioteca Nacional deveria lançar anualmente uma bibliografia histórica brasileira. Entendemos que a *Bibliografia Brasileira* da Biblioteca Nacional, editada desde 1983, vem cumprindo esta função. A outra proposta, de que a Capes distribuisse as relações de trabalhos defendidos, não foi implementada até o fim dos anos 80.

⁴ IGLESIAS, F. Op. cit. p. 213.

detrimento das políticas) e a consolidação do predomínio da História Social.

O perfil particular dos cursos de pós-graduação também esclarece melhor suas principais tendências e o tipo de desenvolvimento por que passaram desde que foram criados, conforme se pode observar na Tabela nº 1. Se, geralmente, as áreas de concentração sofreram alterações ou foram modestamente ampliadas, as linhas de pesquisa, no entanto, conheceram uma mudança mais freqüente, o que é compreensível, ainda que nem sempre os resultados tenham sido eficazes.

A USP, em certa medida, parece ter servido de modelo para muitas outras pós-graduações, inclusive se levarmos em conta os titulados por aquela instituição que se tornaram professores de outros cursos de pós-graduação no país. Desde que instituiu a forma atual de sua pós-graduação, em 1971, ela não alterou sua estrutura que, ao que parece, continua sendo eficaz para abrigar o espectro de pesquisas mais largo do país. Não obstante pareça ter reivindicado, em dado momento, uma terceira área, a de História Política, tal não se efetivou⁵.

Na definição do perfil da pós-graduação em História da UFF, influiu decisivamente, durante os anos 70, a presença do grupo de *brazilianists* que para lá se dirigiu⁶, o que se observa inclusive pelo rol de pesquisas e temas da época. Com a contratação de diversos professores no princípio dos anos 80 e a redefinição das linhas de pesquisa, as áreas de concentração foram novamente alteradas em 1982/1983. Neste momento, o destaque, tanto do mestrado quanto do doutorado, era o do "espaço-tempo correspondente ao Rio de Janeiro"⁷, ainda que isto não afetasse a pluralidade dos temas de pesquisa naquela instituição. Posteriormente, em 1989, os cursos de mestrado e de doutorado passaram por nova alteração. A novidade principal foi a criação de dois setores temáticos, a saber, História Social Antiga e Medieval, em que se privilegiava o Egito Antigo, a Mesopotâmia e a Baixa Idade Média, e História Social Moderna

⁵ MESGRAVIS, L. O curso de pós-graduação do Departamento de História da FFLCH da USP. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 90, mar. 1983.

⁶ UFF. *Memória dos cursos de pós-graduação. Mestrado em História*. Niterói: EDUFF, 1986, p. 12.

⁷ *Ibid.* p. 10.

BRASIL. RELAÇÃO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, SUAS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO E RESPECTIVAS LINHAS DE PESQUISA
1971-1989

CURSO	N	I	C	R
Área de Concentração				
Linhas de Pesquisa (ano de início)				
USP - HISTÓRIA				
História Econômica e Social	M e D	1971	1979	
História Política e Social	M e D	1971	1979	
História do Brasil				
História da América				
História da América Latina (1975)	M	1972*		
História dos Estados Unidos (1975)	M	1972*		
História do Brasil (1975)	M	1972*	1978	
História do México (1975)	M	1972*	1978	
História Regional do Estado do Rio de Janeiro (1976/77)				
História Política da América Latina (1976/77)				
Período Vargas (1976/77)				
Escravidão e Abolição (1979/80)				
História Social (Camadas Populares, Est. e Soc. na Am. Latina - XIX e XX, Hist. das Id. na Am. Latina - XIX e XX (1980)				
História Regional (1980)				
História Social das Idéias	M			1983
História Social da Industrialização e da Urbanização	M			1983
História Social e Econômica da Agricultura	M			1983
Escravidão e Abolição na AL e no Caribe - XVIII e XIX (1983)				
História Regional (Sist. Agrários no BR; Industr., Operariado e Camadas Populares) (1983)				
História Social das Idéias no Brasil - XIX e XX (1983)				
História Social	D	1984		
mesmas áreas do mestrado				

cont.

CURSO

Área de Concentração

Linhas de Pesquisa (ano de início)

UFPR - HISTÓRIA DO BRASIL

História Econômica

História Demográfica

História do Comércio Exterior no Brasil Meridional (1962)
Levantamento e Arrolamento de Arquivos (1968)
História Demográfica do Paraná (1969)
Quantificação das Atividades Econômicas do Paraná (1972)
História da Sociedade e Economia Paranaense (1973)
História Social
História Demográfica

PUC-SP - HISTÓRIA

História do Brasil

História da América

Movimentos Operários na Primeira República (1978)
História da PUC-SP (1978)
História do Trabalho no Brasil - 1880/1945 (1979)
Classes Sociais na Primeira República (1979)
História Regional do Nordeste (1979)
A Imprensa Paulista: 1880/1945 (1979)
Formação dos Estados Nacionais na América Latina (1980)
Discurso Ideológico: 1889/1930 (1980)
Exploração Salineira no Rio Grande do Norte (1980)
Literatura como Fonte para a História (1980)
História do Empresariado Paulista - 1955/1978 (1980)
Desenvolvimento do Populismo na América Latina (1980)
Aspectos Jurídicos, Ec. e Pol. do Brasil Colônia (1980)

UFGO - HISTÓRIA

História do Brasil

Metodologia da Pesquisa Histórica (1972)

Relações Interétnicas (1972)

cont.

CURSO

Área de Concentração

Linhas de Pesquisa (ano de início)

Instituições Religiosas (1972)
Sociedades Camponesas (1975)
Sociedades Agrárias
Movimentos Sociais (1987)
Estrutura Fundiária (1987)
Relações de Trabalho (1987)
Colonização e Ocupação da Região (1987)
Política Tradicional (1987)
Teoria e Historiografia (1988)

PUC-RS - HISTÓRIA

Cultura Brasileira

Cultura Ibero-Americana

História da Espanha: Larra e sua Vida (1974)
Programa de Pesquisa em História e Cultura Riograndense**
Escravidão no Brasil
Pesq. em Hist. Soc. e Cult. na Reg. Platina e P. Ibérica
História das Relações Internacionais
História da Cultura Brasileira

FFCLSCJ - CIÊNCIAS SOCIAIS

História do Brasil

UFPE - HISTÓRIA

História Econômica e Social do Brasil

História da Cultura Brasileira

História Social de 1870-1880 (1974)

Arqueologia do Nordeste (1975)

História Ec., Soc. e Pol. do NE - Período Colonial (1976)

Hist. Ec., Soc. e Pol. do NE: Transição ao Trabalho Livre (1977)

Paleoantropologia do NE (1976/77)

Arqueologia e Pré-História do Nordeste (1977)

A Pintura Rupestre no Nordeste (1977)

A Escravidão no NE na Transição ao Trabalho Livre (1978)

N	I	C	R
M	1972	1974	1979
			1985
M	1972	1974	1979
			1985

M	1977	1979	1985
D	1981	1985	

M	1972	1976	1986
M	1972*		

M	1972		
M	1974*		

N	I	C	R
---	---	---	---

M		1987	
---	--	------	--

M	1973		
M	1973*		

D	1986		
---	------	--	--

M	1973+		
---	-------	--	--

M	1974*		
M	1974*		

cont.

CURSO	N	I	C	R
Área de Concentração				
Linhas de Pesquisa (ano de início)				
O Nordeste na República Velha (1978)				
História do Brasil	M		1979	1987
História do Nordeste				
UFSC - HISTÓRIA				
História Social da América e do Brasil	M	1975*		
História Econômica da América e do Brasil	M	1975*		
História Demográfica de Santa Catarina (1975)				
História Econômica (1975)				
História Demográfica e Social (1977)				
História do Brasil	M		1986	
Formas de Poder e Instituições Políticas /1987/				
O Homem, a Sociedade e a Demografia /1987/				
Mentalidades, Idéias e Instituições Culturais /1987/				
Estruturas e Modelos Econômicos /1987/				
UnB - HISTÓRIA DO BRASIL				
História Política do Brasil	M	1976	1979	1985
História Diplomática do Brasil	M	1976*		
História das Relações Exteriores do Brasil	M	1977	1979	1985
História Econômica (1976)				
Introdução à Teoria da História (1977)				
História Social e Política (1978)				
História das Relações Exteriores do Brasil				
Estudos Regionais				
Política e Sociedade na América Latina				
Epistemologia das Ciências Sociais				
Brasil: Cultura, Política e Ideologia				
UNICAMP - HISTÓRIA				
História do Brasil	M	1976*	1982	
São Paulo (1974/75)				
Movimentos Sociais no Brasil (1974/75)				

cont.

CURSO	N	I	C	R
Área de Concentração				
Linhas de Pesquisa (ano de início)				
Capitalismo e Agricultura (1976)				
Formação do Trabalhador Assalariado Urbano - o caso brasileiro (1976)				
História Social do Trabalho	M			1988
Escravidão e Trabalho Livre (1988)				
Processo de Trabalho (1988)				
Política e Trabalho (1988)				
Movimentos Sociais (1988)				
Cultura e Cidade (1988)				
História da Arte e da Cultura	M		1988	
Estudos sobre a Tradição Clássica (1988)				
Estudos sobre História da Arte nos séculos XIX-XX (1988)				
História Social do Trabalho				
A Sociedade do Trabalho e do Dinheiro (1987)		1984		
O Processo de Trabalho (1987)				
Trabalho e Política (1987)				
Movimentos Sociais (1987)				
Transição do Trabalho Escravo ao Trabalho Livre (1987)				
A Constituição do Espaço Urbano (1987)				
UFRJ - HISTÓRIA				
História Antiga (Roma) e Medieval	M	1979	1982	
História do Brasil	M	1979	1982	
História do Processo do Capitalismo na Am. Latina (1981)				
História Regional (1981)				
Sociedade e Cultura (1988)				
Sociedade e Política (1988)				
Sociedade, Economia e Técnica (1988)				
Metodologia, Teoria da História e Historiografia (1988)				
UNESP/ASSIS - HISTÓRIA				
História da América Latina Contemporânea	M			1980*
História do Processo do Capitalismo na Am. Latina (1981)				
História Regional (1981)				

conclusão	N	I	C	R
CURSO				
Área de Concentração				
Linhas de Pesquisa (ano de início)				
<i>História e Sociedade</i>				
História das Instituições (1988)	M	1988		
História das Mentalidades (1988)				
História e Movimentos Sociais (1988)				
História Regional (1988)				
UNESP/FRANCA - HISTÓRIA				
História da América Latina Colonial	M	1980		
UFRGS - HISTÓRIA				
História da América Latina				
História da Região Platina /1989/	M	1985		
História do Rio Grande do Sul /1989/				
Teoria e Metodologia da História /1989/				
UNISINOS - HISTÓRIA				
Estudos Ibero-Americanos	M	1987		
Missões Religiosas na Ibero-América (1987)				
Cultura e Sociedade Ibero-Americanas (1987)				
Populações Indígenas Ibero-Americanas (1987)				
PUC-RJ - HISTÓRIA				
História Social da Cultura	M	1988		
Teoria e Historiografia (1988)				
História das Ideias e Mentalidades (1987)				
História da Arte e Arquitetura (1987)				

Legendas: N - Nível do curso C - Ano de credenciamento
I - Ano de início R - Ano de reconhecimento

* - Áreas de concentração extintas
+ - Curso extinto

** - Nem sempre foi possível obter a data de implantação das linhas de pesquisa

Fontes: tópico 2.3. da Bibliografia "Informações sobre cursos de pós-graduação".

e Contemporânea, com ênfase em História do Brasil. Tal como a USP, a tendência da UFF é consolidar uma pós-graduação que permita um leque o mais amplo possível de pesquisas e interesses, o que não é o encaminhamento da grande maioria dos outros cursos de pós-graduação, por vezes excessivamente regionais.

Um dos três principais cursos de pós-graduação em História do Brasil tem um perfil diferenciado. A UNICAMP, ao não abordar os enfoques metodológico-temáticos tradicionais da História Sócio-Econômica, como na USP, ou ao não pretender cobrir os amplos recortes espaço-temporais da História (como na UFF), optou por abordagens mais específicas, como se vê na Tabela nº 1.

A análise desta tabela sugere algumas observações. Uma delas diz respeito aos problemas enfrentados pela História da América. Muitas áreas de concentração, neste campo, foram extintas durante o período, como as da UFF, da PUC-SP, da PUC-RS, da UFSC e da UNESP (Assis), esta última criada ainda em 1980. A rigor, os únicos cursos que oferecem estudos em História da América são os da UNESP (Franca), com trabalhos já defendidos, da UFRGS e da UNISINOS, ambas ainda em estruturação. A área, portanto, encontra-se bem pouco representada no país e acabou por ser considerada pela Capes, em 1989, como "carente".

Outra observação diz respeito a uma certa dificuldade, apresentada pela maioria dos cursos, em definir-se acerca de suas áreas de concentração. Segundo F. Iglésias, relator da sub-área de História junto ao CNPq em 1982, alguns cursos "se perdem no genérico: o curso é de História, ou de História do Brasil, *tout court*, sem qualquer caracterização"⁸. Esta situação teve uma pequena melhora, ainda que o problema continue se apresentando. Em realidade, o que parece ocorrer, por um lado, é a relativa incipiência da área de História, ainda jovem, frente a um campo por demais extenso de pesquisa a ser preenchido. Por outro, a dificuldade na definição de áreas de concentração diz respeito também à possível inadequação deste tipo de exigência, por parte da Capes, junto à área de Ciências

⁸ IGLÉSIAS, F. Op. cit. p. 204.

Humanas. Se as áreas de Ciências Exatas e Biológicas apresentam um perfil mais nítido neste sentido, isto diz respeito também a uma definição mais clara de seus diversos setores e sub-setores, o que não se verifica com as Ciências Humanas. Foi esta busca de uma definição que talvez tenha levado cursos de pós-graduação em História do país a alterarem, em tão pouco tempo, suas áreas de concentração, em certos casos mais de uma vez, como a UFF. Apenas alguns cursos, como os da USP, da UFPR, da UnB e da UFRJ, criados nos anos 70, permaneceram com as mesmas áreas de concentração, sendo que todos os outros sofreram alterações significativas, para o que concorreu também a especificidade de seus respectivos corpos docentes. Neste sentido, as observações constantes no relatório da UNESP (Assis), apresentado à Capes em 1988, servem de exemplo para uma situação que é comumente vivida pelos historiadores:

Nossa dificuldade está em aplicar a Ciências desse tipo <História> esquemas rígidos produzidos com felicidade para outras áreas de conhecimento. Toda vez que há necessidade de traçar contornos definidos haverá um grande mal estar entre historiadores. (...) Aquilo que para as ciências exatas, da vida ou das técnicas pode parecer lógico e eficaz, para as humanidades, em particular para a história, perde o seu significado. A delimitação rígida de uma área ou a definição exata de uma linha de pesquisa, para as humanidades, pode não ter o mesmo significado naquilo que se realiza em outras áreas⁹.

Sobre as linhas de pesquisa adotadas não faltaram críticas contundentes nos últimos anos. G. Velho, relator geral da área de Ciências Humanas para a publicação *Avaliação & Perspectivas* do CNPq (1982), afirmou que "o destaque e o estabelecimento de linhas de pesquisa pode pecar tanto pelo excesso de particularismo como pelo excesso de generalização"¹⁰. F. Iglésias, relator da sub-área de História, no mesmo documento, dizia que alguns cursos de pós-graduação confundiam "linhas de pesquisa com determinada pesquisa"¹¹, certamente a pesquisa individual de um dos integrantes do corpo

docente. Outros comentadores são ainda mais veementes, como M. B. N. da Silva, quando salienta o

autoritarismo vigente em alguns cursos de pós-graduação, que não permitem nem aos orientadores nem aos orientandos a livre escolha de sua pesquisa, impondo linhas de pesquisa e não permitindo que delas se saia¹².

Certamente há uma dose de exagero nesta última proposição, visível para quem conhece as formas reais de funcionamento e os espaços de liberdade reservados ao corpo docente das pós-graduações. Entretanto, ela expressa um problema de fundo: a dificuldade de uma definição transparente de linhas de pesquisa em História, dada a particularidade do perfil curricular dos docentes envolvidos neste trabalho. São igualmente perceptíveis, em diversos relatórios das pós-graduações, as dificuldades enfrentadas pelos cursos no momento do estabelecimento de suas linhas de pesquisa, a partir das exigências da Capes de uma "definição precisa"¹³.

A reconstituição das linhas de pesquisa é um trabalho penoso, pois, aqui, como em geral, se repete o problema da fidedignidade dos dados. Como ressalta F. Iglésias, os questionários foram com frequência

mal respondidos, ou por falta de entendimento de seus termos ou pelo receio de os consultantes serem prejudicados, o que os leva a dar respostas falsas, com aumento ou diminuição para obterem melhores resultados¹⁴.

É desnecessária uma análise detalhada do desenvolvimento das linhas de pesquisa em cada curso de pós-graduação em História. A mera observação da Tabela nº 1 indica que a quase totalidade dos cursos teve suas linhas de pesquisa constantemente alteradas, nem sempre com coerência, diga-se, havendo inclusive casos-limite, dada a impropriedade de determinados temas, de dimensões microscópicas, em cursos de pós-graduação. Algumas linhas de pesquisa são anteriores aos cursos e foram a eles incorporadas quando criados. A consulta aos relatórios enviados à Capes permite observar que

⁹ MEC/SESu. Capes. *Sistema de informações sobre cursos de pós-graduação. Informações complementares*. UNESP (Assis), História. 1987.

¹⁰ VELHO, G. Introdução às Ciências Humanas e Sociais. CNPq. *Avaliação & Perspectivas*. Op. cit. p. 16.

¹¹ IGLESIAS, F. Op. cit. p. 204.

¹² SILVA, M. B. N. da. A pesquisa histórica no Brasil. Op. cit. p. 46.

¹³ UFF, Op. cit. p. 13.

¹⁴ IGLESIAS, F. Op. cit. p. 204.

um número muito elevado de linhas de pesquisa é integrado por um único professor, numa confusão de interesses individuais com institucionais. Igualmente pode ser observado que nem sempre as linhas de pesquisa possuem afinidades claras com as áreas de concentração, ou melhor, nem sempre é justificável que se tenha privilegiado tais linhas de pesquisa como aspectos particulares de uma determinada área de concentração. Cabe, no entanto, a ressalva de que algumas instituições conseguiram uma definição mais segura de suas linhas de pesquisa, como a UFF e a UNICAMP. Um aspecto positivo do comportamento das linhas de pesquisa foi a tendência, visível nos anos 80, de se constituírem abordagens em Teoria e Metodologia da História, por vezes direcionadas para campos particulares da pesquisa.

Considerando as condições infra-estruturais desses cursos o diagnóstico não é promissor. Do ponto de vista de suas instalações e bases de dados o conjunto não ultrapassa o nível de suficiente, embora sobressaia algumas ilhas de certa excelência, ainda que nunca paradisíacas. Convivem alguns centros mais bem aparelhados com outros de perfil franciscano. Inexistem, em geral, bibliotecas razoáveis de livros, periódicos e instrumentos de pesquisa. Faltam bases informatizadas, circulação de especialistas, publicação dos trabalhos defendidos, índices ou *abstracts* dos mesmos e daqueles ainda em elaboração.

Em termos de acervos, por exemplo, tem-se uma biblioteca como a da USP, sem dúvida acima do razoável, mas longe de ser exaustiva e sem lacunas incompressíveis, ou como a da UNICAMP, com 70.000 títulos e mais de 500 assinaturas de periódicos estrangeiros¹⁵. Ou, por outro lado, uma biblioteca como a da UFGO que, segundo relatório enviado à Capes em 1989, não assinou nenhum periódico desde 1980¹⁶.

Aspecto mais positivo dos cursos é, sem dúvida, o movimento de publicação mais regular, com a criação de diversas revistas, boletins, cadernos de divulgação e de pesquisa.

¹⁵ Ver o folheto de propaganda dos programas de mestrado e doutorado da UNICAMP de 1990. UNICAMP. *História. Mestrado e Doutorado*. p. 4.

¹⁶ MEC/SESu. Capes. *Sistema de informações sobre cursos de pós-graduação. Informações complementares*. UFGO. 1988. A data do relatório é 15/09/89.

Outro bom indicador foi a proliferação de núcleos, centros e laboratórios de pesquisa e documentação, afora a continuidade dos trabalhos naqueles já existentes antes de 1980, contribuindo visivelmente para a reunião de pesquisadores e de material mínimo indispensável às pesquisas, como equipamentos audiovisuais, obras de referência e fundos documentais públicos e privados.

A disposição geográfica desses cursos também nos dá algumas indicações importantes. Comparando o total de cursos existentes em 1989 com o total em 1979, tem-se que a predominância de cursos de pós-graduação na região Sudeste, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, permanece incontestável em números absolutos, o que se torna mais crítico pelo fato da concentração atualmente envolver os cursos de doutorado, tal como se pode ver na tabela seguinte. O Rio Grande do Sul também apresentou considerável crescimento.

Tabela nº 2
BRASIL. NÚMERO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA POR
UNIDADES DA FEDERAÇÃO
1979 e 1989

	1979		1989	
	M	D	M	D
São Paulo	3	1	5	2
Rio de Janeiro	2	-	3	1
Rio Grande do Sul	1	-	3	1
Paraná	1	-	1	1
Santa Catarina	1	-	1	-
Distrito Federal	1	-	1	-
Goiás	1	-	1	-
Pernambuco	1	-	1	-
TOTAIS	11	1	16	5

Legendas: M - Cursos de Mestrado
D - Cursos de Doutorado

Fonte: MEC/SESu. Capes.

A avaliação da Capes dos cursos de pós-graduação em História no país, com base em dados para o período 87/89 (ver Tabela nº 3), indica uma situação razoável dos mesmos.

Quanto aos 17 cursos considerados, 13 receberam notas entre A e B- e apenas 2 receberam C, além de 2 sem credenciamento. Dos cursos de doutorado, quatro deles tiveram avaliação A- e um ainda estava sem credenciamento. Note-se que todos os cursos que obtiveram conceito A em seus

mestrados e doutorados estão localizados no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Comparando-se o desempenho da História com o de outros cursos da área de Ciências Humanas e Sociais, e levando-se em conta as avaliações A e A- recebidas por estes cursos, tem-se que a posição da História é mediana, conforme se vê na Tabela nº 4.

Tabela nº 3
MEC/SESu. CAPES. AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA
(dados levantados entre 1987 e 1989)

	M	D
UFPE	B+	-
UFRJ	B+	-
UFF	A	A
USP (Soc.)	A	A
USP (Ec.)	A	A
UNICAMP	A	A
PUC-SP	B	-
PUC-RJ	SC	-
UNESP/A	B-	-
UNESP/F	C	-
UFPR	A-	A-
UFSC	B-	-
UFRGS	B	-
PUC-RS	B	SC
UNISINOS	SC	-
UFGO	C	-
UnB	B	-

Legendas: M - Cursos de Mestrado
D - Cursos de Doutorado
Fonte: Folha de S. Paulo. 24/6/91. p. 4-4.

Evidentemente, não é apenas nos cursos de pós-graduação em História que se realiza a produção do conhecimento histórico, conforme já foi dito, ainda que seja nestes cursos que se localize o maior volume dos trabalhos. Em alguns outros centros universitários importantes também são acolhidos historiadores, tanto na condição de docentes quanto de discentes.

Contudo, é ainda impossível obter uma indicação mais precisa dos demais cursos de pós-graduação que atraiam graduados na área e onde os mesmos desenvolvam pesquisas com evidente caráter histórico.

Tabela nº 4
MEC/SESu. CAPES. AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO NAS ÁREAS
DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS. PORCENTAGEM DE CONCEITOS A E A-
EM RELAÇÃO AO TOTAL DE CURSOS
(dados levantados entre 1987 e 1989)

ÁREAS	TOTAL	NOTAS A E A-	%
Antropologia	10	7	70,0%
Teologia	5	3	60,0%
Filosofia	20	10	50,0%
Letras/Ling.	76	38	50,0%
Geografia	12	6	50,0%
História	23	10	43,4%
C. Política	11	4	36,3%
Sociologia	17	6	35,2%
Psicologia	29	7	24,1%
Educação	46	11	23,9%
C. Sociais	13	2	15,3%
Economia	31	3	9,6%
Demografia	2	-	-

Fonte: Folha de S. Paulo. 24/6/91. p. 4-4.

É perceptível, no entanto, a atração que alguns centros têm exercido sobre historiadores, como o Mestrado em Antropologia do Museu Nacional e o IUPERJ, no Rio de Janeiro, ou o DCP na UFMG. Localizamos também trabalhos com significativa vinculação com a História nas mais diversas instituições brasileiras, destacando-se as pós-graduações em Ciências Sociais, Letras e Literatura, Comunicações e Artes, Psicologia, Ciências da Informação, Multimeios e Saúde.

Cabe ainda mencionar os diversos cursos de especialização (pós-graduação *lato sensu*) na área de História, antes de abordarmos os trabalhos produzidos nos mestrados e doutorados. Como exemplos de especialização cite-se o Programa Regional de Especialização de Professores do Ensino Superior (PREPES), da PUC-MG, funcionando desde 1974, com 205 cursos ministrados em várias áreas e 5.438 especializados até 1989, e o Curso de Especialização em Cultura e Arte Barroca, oferecido pela UFOP em Ouro Preto, afora outros ocasionais, como o Curso de Especialização em História das Relações Exteriores do Brasil, promovido pelo Ministério das Relações Exteriores, no Itamaraty, Rio de Janeiro, apenas durante o ano de 1984. Há ainda informações sobre diversos outros cursos¹⁷, com predominância em História do Brasil.

¹⁷ ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DAS FUNDAÇÕES EDUCACIONAIS. *Pós-graduação*

Tal como se ampliou o número de cursos de mestrado e doutorado em História, o de trabalhos defendidos também cresceu significativamente nos anos 80. Este crescimento não ocorreu apenas ou principalmente em função dos trabalhos defendidos nos novos cursos criados, mas se deu como manifestação do ritmo de produção que foi se consolidando naqueles já existentes. Apenas a USP apresentou um ritmo de produção acentuado desde os anos 70, seguida pela UFF e pela UFPR. O crescimento do número de trabalhos por ano, entre 1973 e 1979, ocorreu numa progressão expressiva que se estabilizou nos anos 80, com a manutenção de um volume de produção que os anos anteriores prepararam. A análise das Tabelas nº 5, 6 e 7 permite observar o comportamento geral dos trabalhos produzidos desde a criação, nos moldes atuais, das pós-graduações em História no país.

Do que foi possível reunir de dados, entre 1973 e 1979 foram defendidos 309 trabalhos nos cursos de pós-graduação em História no país, 275 dissertações e 34 teses. A USP ficou representada por 132 destes trabalhos defendidos, incluindo as 34 teses, perfazendo 41,3% do total de 309. Em seguida vêm a UFF, com 18,1%, a UFPR com 10,9%, a UFSC com 7,1% e outras com percentual menor. Quatro mestrados e um doutorado concederam, portanto, 77,4% dos títulos do período.

A oscilação do número de trabalhos defendidos por ano é relativamente alta pois, ultrapassado o ano de 1973, com apenas 3 trabalhos, há um salto numérico e uma relativa estabilização entre 1974 e 1977, e novamente um salto nos dois últimos anos. Conclui-se que a média anual, de aproximadamente 44 trabalhos, não expressa de forma adequada o perfil desses anos já que, por exemplo, o ano de 1979 alcançou o número de 92 trabalhos defendidos.

Os anos 80 apresentaram um número bem mais elevado de trabalhos, com 665 dissertações de mestrado e 152 teses de doutorado (ver tabelas seguintes). Duplicou o número de dissertações e quadruplicou o número de teses. A média anual ficou em torno de 81 trabalhos, sem fortes oscilações no

lato e stricto sensu: catálogo - 88. Florianópolis: ACADE, 1988. Nas tabelas às páginas 226-227, são indicados 10 cursos de especialização em História. Naturalmente, o número dos que existiram foi bem maior.

período, com ligeiro crescimento para o fim da década.

Tabela nº 5
BRASIL. NÚMERO DE DISSERTAÇÕES DE MESTRADO POR CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
1973-1979

	73	74	75	76	77	78	79	TOT
PUC-SP	-	-	-	-	1	6	1	8
PUC-RS	-	-	-	-	3	7	9	19
UFF	-	8	1	6	4	19	18	56
UFGO	-	1	2	1	4	6	-	14
UFPE	-	-	-	-	7	6	4	17
UFPR	-	11	9	3	3	3	4	33
UFSC	-	-	-	-	1	1	20	22
UnB	-	-	-	-	-	2	6	8
USP	3	7	18	14	13	19	24	98
TOTAIS	3	27	30	24	36	69	86	275

Fonte: CORRÊA, C. H.; org. *Catálogo das dissertações e teses dos cursos de pós-graduação em História (1973-1985)*. Florianópolis: UFSC, 1987.

Tabela nº 6
BRASIL. NÚMERO DE DISSERTAÇÕES DE MESTRADO POR CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
1980-1989

	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	TOT
PUC-SP	5	1	3	4	5	1	5	8	12	10	54
PUC-RS	2	8	7	4	6	1	2	3	12	3	48
UFF	6	5	4	9	10	20	9	10	10	9	92
UFGO	-	1	8	-	1	3	-	3	3	1	20
UFPE	2	1	8	5	8	8	8	6	18	15	79
UFPR	12	4	7	3	6	1	2	4	5	3	47
UFRJ	2	3	3	2	4	9	3	9	5	10	50
UFSC	6	2	5	2	-	6	-	1	2	3	27
UnB	3	1	3	8	2	4	6	5	8	5	45
UNESP/A	-	-	-	-	-	1	3	3	2	5	14
UNESP/F	-	-	-	4	1	1	1	1	1	1	10
UNICAMP	2	2	3	7	7	10	6	3	4	4	48
USP	22	23	22	13	13	8	2	11	5	12	131
TOTAIS	62	51	73	61	63	73	47	67	87	81	665

Fonte: material mencionado nos tópicos 2.1. "Catálogos de teses e dissertações" e 2.3. "Informações sobre cursos de pós-graduação" da Bibliografia.

O total de trabalhos por ano, se não apresenta variações acentuadas, por outro lado anula algumas fortes variações internas aos cursos quanto ao número de trabalhos defendidos, repetindo um comportamento já observável nos anos 70. Em quase todos os cursos a variação anual chega a ser abrupta em alguns anos, o que relativiza a consolidação do ritmo de

produção referido anteriormente. As razões para este comportamento são várias mas, certamente, ele em boa parte se explica pelo menos por duas: a necessidade dos cursos, em determinados momentos, apresentarem uma maior produção para solucionar suas demandas junto a agências de fomento e o esgotamento do tempo concedido a grande parte dos alunos para a realização do curso, o que os obriga a defenderem seus trabalhos ou abandonarem a pós-graduação, como acontece com um número mais que representativo de casos.

A predominância da USP no total de trabalhos defendidos persiste ainda durante todos os anos 80. Mesmo que tenha diminuído sua participação no número total de dissertações (131 trabalhos, 19,7%), ela foi propriamente a única que possuiu uma produção regular de teses de doutorado, perfazendo 149 dos 152 trabalhos do período e quadruplicando, portanto, sua produção em relação aos anos 70. Ver Tabela nº 7.

Tabela nº 7
BRASIL. NÚMERO DE TESES DE DOUTORADO POR CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
1975-1989

	USP	UFPR	UNICAMP	UFF
75	6	-	-	-
76	10	-	-	-
77	5	-	-	-
78	7	-	-	-
79	6	-	-	-
80	9	-	-	-
81	13	-	-	-
82	22	-	-	-
83	8	-	-	-
84	9	-	-	-
85	25	-	-	-
86	18	1	-	-
87	14	-	-	-
88	14	-	-	-
89	17	-	1	1
TOTAL	183	1	1	1

Fonte: material mencionado nos tópicos 2.1. "Catálogos de teses e dissertações" e 2.3. "Informações sobre cursos de pós-graduação" da Bibliografia.

O incremento do doutorado pode ser interpretado como uma opção do curso, ao mesmo tempo que uma condição que lhe é imposta pelas pressões da demanda.

Dos 817 trabalhos, portanto, 280 são da USP, o que

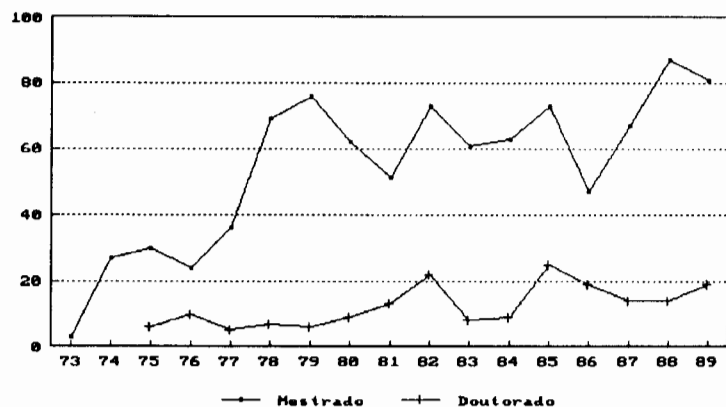
significa 34,2% do total, no mínimo equivalente em importância aos 41,3% que obteve nos anos 70. A UFF igualmente se encontra bem representada nos anos 80, ainda que diminuindo sua participação em relação aos anos 70, com 93 trabalhos, 11,3% do total. Seguem-se a UFPE, com 79 trabalhos (9,6%), a PUC-SP, com 54 trabalhos (6,6%) e a UFRJ, com 50 trabalhos (6,1%) (a lista completa de teses e dissertações dos anos 80 encontra-se no segundo volume).

A partir do comportamento dos dados sobre o número de teses e dissertações durante os anos 70 e 80 (ver Gráfico nº 1) é possível indicar uma ampliação razoável do número de trabalhos que serão defendidos nos anos 90, principalmente com o montante de pesquisas que advirão dos 9 novos cursos criados, os 5 mestrados e, sobretudo, os 4 doutorados, tendendo o número anual dos trabalhos defendidos a atingir um patamar ainda mais alto.

Se as perspectivas são animadoras no que diz respeito ao crescimento do número de cursos e de trabalhos, o tempo despendido com a obtenção do título de mestre nos cursos chega a ser desconcertante (ver Tabela nº 8). Só foi possível obtermos 436 registros de informação do total de 665 trabalhos defendidos no período, o que, contudo, não invalida algumas observações possíveis. O tempo gasto é um visível ponto de estrangulamento nos cursos de pós-graduação. Não foi verificável, inclusive, nenhuma melhora significativa em nenhum dos cursos considerados mas, pelo contrário, um agravamento do problema com o passar dos anos. Apenas a UnB apresenta um comportamento mais razoável com relação ao aspecto do tempo, onde a variação entre o tempo máximo e o mínimo é pequena (de 3 anos e 1 mês a 3 anos e 11 meses). Todos os outros cursos apresentam números mínimos e máximos bem mais distantes, com alguns casos graves. Porém, é o cálculo ano a ano do tempo despendido que torna estes dados mais alarmantes. De 1980 a 1989, o que se observou foi o crescimento paulatino do tempo despendido pelos mestrados, abandonando-se o patamar de 4 anos e 9 meses do princípio, por outros geralmente mais altos. A média, portanto, que obtivemos, é alta, indicando cinco anos e oito meses para os

anos 80¹⁸. Os números mais altos pertencem à UFPE, onde foi despendido em média 7 anos para a efetivação de 54 trabalhos.

Gráfico nº 1
EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE TESES E DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS NOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA NO PAÍS 1973-1989



Fonte: CORRÊA, C. H.; org. Op. cit. Material mencionado nos tópicos 2.1. "Catálogos de teses e dissertações" e 2.3. "Informações sobre cursos de pós-graduação" da Bibliografia.

Este número será maior com a criação de outros cursos de pós-graduação em História, já que ainda não se concluiu a instalação da área no país.

O doutorado também não apresenta um quadro animador, com uma média de 6 anos e 5 meses em 65 trabalhos defendidos na USP, ainda que não se configure um movimento ascendente como no caso do mestrado.

Mesmo que nossos dados tenham acentuado indevidamente o tempo gasto, é perceptível o desnível

¹⁸ Há outros levantamentos que devem ser consultados. Ver MEC/SESu. Capes. *Situação da pós-graduação*; 1980. Brasília, 1980. p. 72. A tabela apresentada nesta página traz o tempo médio de titulação em meses para os cursos à época, mas não especifica a que período corresponde. Provavelmente para o período anterior a 1979, já que a publicação é de 1980. Ver, ainda, IGLESIAS, F. Op. cit., tabela à página 222, que apresenta alguns dados semelhantes, com a maioria indicando números superiores aos que obtivemos. Outros dados complementam lacunas que não preenchemos.

Tabela nº 8
BRASIL. TEMPO DESPENDIDO COM A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE NOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA 1980-1989

	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	T
PUC-RS	N 1	2	7	3	6	1	2	2	11		35
	T 4:0	3:5	3:8	4:9	5:0	2:2	3:3	4:4	7:10		5:3
PUC-SP	N 1		2	3	5			7	11		29
	T 7:3		4:5	4:0	3:9			8:2	7:0		6:2
UFF	N 2	2	1	7	7	9	5		6		39
	T 3:8	3:5	3:9	5:10	7:3	7:3	6:2		6:9		6:3
UFGO	N -	1	7		1	2					11
	T -	5:9	5:11		3:1	4:3					4:11
UFPE	N 6		6	4	7	8	9	3	17		54
	T 4:5		4:5	6:2	6:1	6:3	8:4	7:9	8:1		7:0
UFPR	N 6	2	7	3	3	1	2	3	6		33
	T 3:8	5:3	3:9	4:10	5:4	2:5	2:10	6:5	5:1		4:5
UFRAJ	N 2	3	3	2	4	9	3	9	5	10	50
	T 5:10	6:8	8:6	3:11	7:4	9:11	9:8	5:9	4:11	4:6	6:8
UFSC	N 4	1	5	2		4		1	2		19
	T 4:4	3:8	4:6	4:6		4:9		4:8	4:6		4:5

conclusão

	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	T
N	2		2	6	2	3	5	5	8	4	37
T	3:3		3:1	3:2	3:11	3:7	3:1	3:2	3:5	3:6	3:3
N	-	-	-	-	-	1	3	3	1		8
T	-	-	-	-	-	4:9	5:6	5:5	8:5		5:8
N	-	-	-	4	1	1	1		1		8
T	-	-	-	3:8	4:5	5:6	6:3		3:11		4:4
N	2	2	3	7	7	10	6	3	4	4	48
T	4:7	4:10	4:6	5:10	6:9	5:4	7:1	6:9	4:4	7:2	5:9
N	7	10	21	9	4	6		2	6		65
T	6:3	4:4	7:0	6:7	7:0	7:1		5:9	6:1		6:4
N	27	23	64	50	47	55	36	38	78	18	436
T	4:9	4:7	5:5	5:1	5:10	6:5	6:3	6:0	6:4	4:10	5:8

Legendas: N - Número de dissertações defendidas

T - Tempo médio despendido em anos/meses

Fontes: MEC. SESU. CAPES. Cadastro geral da produção científica - 1980/1989. UFRJ. Catálogo de teses e dissertações do IFCS; Ciências Sociais, Filosofia, História (versão preliminar). Rio de Janeiro: UFRJ/Núcleo de Computação Eletrônica, 1990. UnB. Departamento de História. Dissertações defendidas no Mestrado em História. UNICAMP. Departamento de História. Lista dos trabalhos defendidos.

apresentado pela História, e mais genericamente pelas Ciências Humanas e Sociais, com relação às Ciências Exatas (cujo tempo médio no período 81/84 foi de 4 anos) e à área de Saúde (com tempo médio de 3 anos para o mesmo período), como indicam outros levantamentos¹⁹. Há, portanto, uma morosidade excessiva na realização dos trabalhos na área de História que não se justifica por um possível grau elevado de exigência apresentado nestes cursos mas, por certo, pelo despreparo dos mestrados, lançados na pós-graduação sem nenhuma ou quase nenhuma experiência de pesquisa, tendo em vista o perfil dominante das graduações do país, preocupadas precipuamente com a formação de docentes para o ensino de 1^a e 2^a graus. Deve-se também ter em conta o valor das bolsas de estudo que porventura os mestrados e doutorandos tenham recebido, obrigando-os a outras atividades para se manterem. Com relação ao doutorado, o número elevado de anos não se explica principalmente pelo despreparo deste grupo de pós-graduandos. Outras razões têm que ser aventadas, como o funcionamento mesmo do doutorado na USP, que permite a extensão do tempo. Além disso, há que se considerar a estrutura curricular de muitos cursos, que obriga o mestrando ou doutorando a cumprir várias disciplinas, que, geralmente, não guardam relações com sua pesquisa.

É certo que os anos 90 não assistirão ao aumento do tempo despendido para a obtenção de títulos, até porque os cursos geralmente já funcionam dentro de prazos-limite. Sente-se uma tendência ao estabelecimento de prazos regimentais menores para a obtenção de títulos, o que certamente poderá trazer bons resultados após 1989, ainda que talvez à custa de uma relativa diminuição do número de trabalhos defendidos²⁰.

¹⁹ Informações fornecidas por F. Spagnolo, Chefe da Divisão de Estudos e Metodologia da Capes, em 1991. Para o ano de 1989, o tempo gasto na área de Ciências Humanas e Sociais foi de 5 anos e 9 meses (mestrado) e 5 anos e 10 meses (doutorado).

²⁰ Como exemplo, na UFGO, o novo regulamento de 1988 prevê a duração de no mínimo 3 e no máximo 8 semestres para a conclusão do curso. MEC. Capes. Sistema de informações sobre cursos de pós-graduação. Informações complementares. UFGO. Op. cit. O programa de seleção para o mestrado e o doutorado da UFPR, de 1989, especifica os tempos mínimos e máximos para o mestrado (1 a 4 anos) e o doutorado (2 a 6 anos). A UFPE prevê 3 anos como tempo máximo para conclusão da pós-graduação, com direito a mais um ano de prorrogação (ver o programa de seleção de 1985). A UFSC estabelece o tempo máximo de 8 e o mínimo de 3 semestres para a conclusão do mestrado (ver programa de seleção de 1988). A UFRGS prevê o tempo

Esta situação certamente seria ainda mais desoladora se tivéssemos obtido dados sistemáticos referentes à evasão dos cursos de pós-graduação em História que, bem provavelmente, não arrefeceu durante os anos 80. Os dados relativos à UFGO, e que tememos não sejam uma aberração gritante, ainda que uma exceção, acusam 80% de evasão dos alunos inscritos²¹.

Aspecto curioso é que, em 309 trabalhos defendidos nos anos 70, o gênero feminino esteve representado por 186 autores (totalizando 60,1%), o masculino por 112 autores (36,2%), afora 11 registros (3,5%) impossíveis de serem classificados através do nome do autor. Os anos 80 não assistiram a uma alteração significativa deste quadro em termos percentuais. Considerando o universo de 812 registros de gênero que obtivemos das dissertações, teses de doutorado e teses de livre-docência defendidas entre 1980 e 1989, tem-se que o gênero feminino está representado por 486 autores (59,8%), o masculino por 315 autores (38,7%), restando 11 registros (1,3%) de classificação inviável. Há, geralmente, uma pequena predominância do gênero feminino sobre o masculino em todos os cursos, havendo apenas um caso, o da UFPE, em que prepondera suavemente o gênero masculino durante os anos 70 e uma outra exceção, a UNESP (Assis), em que se verifica o predomínio masculino nos anos 80. Na UFSC e na UFGO a presença das mulheres é maior nos anos 80, como se nota na tabela seguinte.

Como se observa no conjunto dos dados, há um aumento muito pequeno do gênero masculino entre os anos 70 e 80, o que inclusive pode ser atribuído à diferença percentual dos registros de identificação inviável entre os períodos comparados. Portanto, não se trata de uma indicação segura, tomados os números em sua globalidade. Considerando, no entanto, os totais anuais, o que se nota é um relativo aumento dos homens em contraste com a estabilização das mulheres entre 80/89, diminuindo o intervalo que os separa já nos últimos anos do período. É possível que nos anos 90 se verifique um equilíbrio entre homens e mulheres em vez de um predomínio

mínimo de 18 meses e o máximo de 36 meses para conclusão do curso. UFRGS *Catálogo dos cursos de pós-graduação. Mestrado e doutorado. 1990-1991*, p. 170.

²¹ MEC/SESU. Capes. Sistema de informações sobre cursos de pós-graduação. Informações complementares. UFGO. 1987.

masculino.

Tabela nº 9
BRASIL. PERFIL DE GÊNERO DOS TITULADOS NOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA E DE LIVRES-DOCENTES
1973/1979 - 1980/1989

	1973/1979			1980/1989		
	M	F	N	M	F	N
USP	48	79	5	110	178	6
UFF	27	29	-	40	53	-
UFPR	8	24	1	14	32	-
UFGO	4	9	1	4	14	1
UFPE	9	8	-	28	34	1
UFSC	9	10	3	8	19	-
PUC-SP	2	5	1	19	34	1
PUC-RS	4	15	-	21	26	1
UnB	1	7	-	22	22	1
UNICAMP	-	-	-	20	29	-
UFRJ	-	-	-	17	33	-
UNESP/F	-	-	-	2	7	-
UNESP/A	-	-	-	11	7	-
TOTAIS	112	186	11	316	488	11

Legendas: M - masculino

F - feminino

N - identificação inviável

Fontes: MEC/SESU. Capes.

Diversas razões podem ser aventadas para explicar este comportamento. Um aspecto importante que deve ser levado em conta é aquele que diz respeito ao predomínio de determinado gênero em certos campos profissionais, como o masculino em cursos de Engenharia ou o feminino em cursos de Enfermagem e de Letras, ou melhor, das Ciências Humanas e Sociais em geral, com exceção possivelmente da Economia. Compreender estas afinidades eletivas entre determinados gêneros e profissões implica o entendimento dos papéis social e culturalmente atribuídos aos mesmos.

Mais de um analista já chamou a atenção para um certo predomínio das mulheres nos cursos de graduação em História²², ainda que não se encontre uma interpretação mais detalhada deste aspecto. Em nosso entendimento, a pós-graduação apenas reproduz o comportamento da graduação, tanto mais pelo número superior de graduadas em relação a

²² LAPA, J. R. do A. *Historiografia brasileira contemporânea* (a história em questão). 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 206; IGLESIAS, F. Op. cit. v. 1. 1982. p. 382.

graduados, o que permite identificá-las como público potencial maior para as pós-graduações. A ampliação da presença masculina na graduação e pós-graduação expressaria, talvez, uma diminuição de preconceitos sociais acerca da profissão do historiador, já que em termos econômicos ela continua não valendo a pena. Tendo em vista o demorado reconhecimento público, reservado apenas a alguns poucos, a profissão igualmente parece desinteressante a quem busque uma rápida aquisição de prestígio social.

Este quadro relativo aos orientandos chama ainda mais a atenção pelo fato dos orientadores apresentarem um comportamento oposto. Dos 180 orientadores, 115 são homens (63,8%), 61 são mulheres (33,8%) e 4 registros não puderam ser classificados (2,2%). Tem-se que, em termos percentuais, o predomínio masculino entre orientadores é inclusive mais acentuado que o predomínio feminino entre autores, ampliando ainda mais as diferenças. Somente um estudo detalhado permitiria reconstituir a eventual absorção, pelas universidades, dos pós-graduados em História. Se, desde 1973, é incontestável o predomínio masculino nos corpos docentes dos cursos de pós-graduação em História, nos anos 80 esta situação, ainda que se mantenha, já não é exatamente a mesma. Nossos levantamentos não são exaustivos, mas temos alguns indicadores de que as vagas surgidas com aposentadorias no período, geralmente de homens, foram supridas por homens e mulheres, o que ampliou a presença feminina no quadro de professores.

Considerando-se o total dos trabalhos defendidos, tem-se que os 115 orientadores masculinos orientaram 58,0% dos trabalhos e os 61 femininos 40,0% dos trabalhos (4 de classificação inviável, 2,0% dos trabalhos). Apesar (ou, talvez, por causa) da predominância masculina, observa-se uma produtividade ligeiramente maior por parte das orientadoras.

A relação orientador/orientando continua concentrada, ainda que menos aguda em relação aos anos 70. Enquanto 48 professores orientaram apenas 1 trabalho e outros 37 orientaram apenas 2, 24 orientaram 10 ou mais. Tem-se que somente estes 24 professores são responsáveis por 36,1% dos trabalhos no período 80/89. Não há tendência à alteração deste quadro quando se observa o comportamento do número de orientadores

ano a ano²³.

Este é um problema complexo de ser abordado pelas pós-graduações do país, pois, se por um lado não há dúvida de que é esperado que um pequeno conjunto de professores exerça um impacto maior sobre a comunidade acadêmica (a própria demanda tende a ser seletiva neste sentido, pressionando os que possuem maior experiência em pesquisa), por outro resta sempre como problemático que este conjunto seja ainda tão pequeno.

Outro aspecto que chama a atenção sobre o conjunto dos trabalhos é a relativa extensão do número de páginas dos mesmos, particularmente dos trabalhos de mestrado. Este comportamento decorre, certamente, do tipo de orientação implementada pelos orientadores, a exigir um tratamento muito detalhado de cada aspecto. Mas, infelizmente, o que se perde em análise ganha-se em descrição. Das 665 dissertações defendidas no período, 267 são volumes com mais de 200 páginas e apenas 99 com menos de 100. Tal esforço de escritura, evidentemente, explica em parte o longo tempo despendido para a conclusão dos trabalhos. Há instituições com um perfil diferente, como a UnB, onde o reduzido número de páginas das dissertações defendidas certamente colabora para o tempo gasto, o menor do período. Impõe-se, portanto, uma rediscussão do que se espera de uma dissertação de mestrado para que se chegue a um "formato" mais adequado que, evidentemente, não se traduzirá num número padrão de páginas, mas também não assimilará, a não ser como raras exceções, casos extremos.

O próprio tamanho desses trabalhos é um empecilho a sua divulgação, afora o aspecto não comercial e pouco atrativo dos mesmos para um público consumidor mais amplo. As editoras comerciais não parecem interessadas em sua publicação "pelo caráter erudito que afasta o grande público"²⁴. Este caráter erudito, por outro lado, não é sintoma necessário de qualidade dos trabalhos em geral, ainda que o padrão dos mesmos tenha

²³ Ver a este respeito os dados fornecidos por CORRÊA, C. H.; org. *Catálogo das dissertações e teses dos cursos de pós-graduação em História (1973-1985)*. Florianópolis: UFSC, 1987. p. 11-12. Segundo seus levantamentos (período 1973-1985), de um total de 146 orientadores, mais de 100 orientaram apenas 1 ou 2 trabalhos, e 5 orientaram mais de 100 trabalhos. A média de 5 trabalhos por orientador é pouco reveladora da situação real.

²⁴ IGLESIAS, F. Op. cit. p. 211.

sofrido uma pequena melhora nos anos 80. Em 1982, F. Iglésias foi taxativo caracterizando "o nível mediano de quase totalidade das dissertações e teses", ou, ainda, analisando o surto de estudos brasileiros, considerando "muitos - a maioria", fracos²⁵. Cremos que os anos 80 apresentam um melhor comportamento, com uma diminuição dos casos realmente fracos e uma sensível ampliação dos trabalhos de maior qualidade, principalmente entre as teses de doutorado. A obtenção de títulos não deixou de ser um ritual acadêmico que confere ao titulado (quando docente do magistério superior) o direito de progredir na carreira, o que explica tantas pesquisas feitas com este objetivo. Mas a tendência a uma definição mais clara das exigências teórico-metodológicas e técnicas de pesquisa dificulta, cada vez mais, a defesa de textos sem níveis mínimos de rigor.

Caberia às universidades um programa editorial mais incisivo, visando selecionar e publicar trabalhos significativos, bem como informar sobre a existência de outros, divulgando resumos, catálogos ou capítulos dos mesmos em periódicos. Entre as universidades, a UNICAMP é uma das poucas a manter um movimento de publicações dos trabalhos defendidos na pós-graduação em geral, com raros títulos de História.

Há que se considerar, contudo, que um pequeno número de trabalhos, a maioria de bom nível, foi publicado pelas editoras no período. Foi possível registrar 65 teses e dissertações que se tornaram livros editados, totalizando menos de 8,0% dos trabalhos defendidos. Este número tende a ser ampliado se considerados os trabalhos defendidos nos últimos anos que virão a ser publicados após 1989. Sem dúvida, alguns outros mereceriam ser publicados, ao menos pelas universidades, já que seu conteúdo muito especializado atrai um público efetivamente reduzido. No capítulo sobre editoração encontra-se um comentário mais extenso sobre estes trabalhos.

Por fim, falta interpretar, em linhas gerais, os temas destas pesquisas, para a detecção dos agrupamentos mais representativos na produção histórica do período, cotejando-os com as principais tendências do período anterior.

O universo temático dos trabalhos confirma, em parte, a tendência que já vinha sendo indicada por diversos analistas, principalmente por J. R. do A. Lapa, acerca do crescimento de estudos sobre os períodos da República, em primeiro lugar, e do Império, em detrimento do período colonial. A análise temática das teses de doutoramento da USP, até 1973, indica o período colonial como o mais representativo (43,5% das pesquisas), seguido pelo período imperial (com 32,6%) e republicano (15,2%)²⁶. Esta disposição se inverteu profundamente num primeiro momento. De 1973 a 1979, as pesquisas sobre História do Brasil representaram, aproximadamente, 75% dos 309 trabalhos defendidos, sendo que a participação do período colonial caiu para 13,0%, crescendo o período imperial para 40,9% e subindo vertiginosamente o período republicano para 46,0%.

Os anos 80 tiveram um comportamento semelhante. Do total de 835 teses de doutorado, de livre-docência e dissertações de mestrado, a História do Brasil representa aproximadamente 85% dos trabalhos, um pouco acima do período anterior. O período colonial apresentou um crescimento mínimo (14,1%), o período imperial caiu (26,6%) e o período republicano continuou crescendo acentuadamente (59,2%).

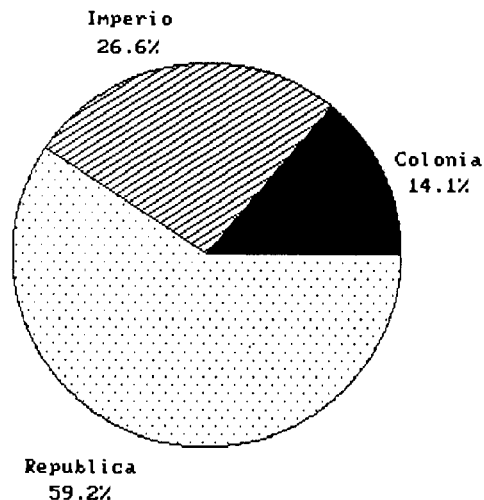
Há uma certa estabilidade do número de pesquisas sobre o período colonial, que está a merecer uma revisão integral de sua bibliografia. Com respeito aos estudos sobre o período republicano, mantêm-se geralmente estáveis os níveis percentuais de interesse entre os períodos de 73/79 e 80/89, mesmo que se verifique um crescimento de trabalhos sobre a História do Brasil pós-64, segmento, contudo, com baixa representatividade numérica nos dois períodos. Ou seja, dos trabalhos sobre a época republicana, 42,8% referem-se à

²⁶ LAPA, J. R. do A. Op. cit. p. 46. Ver ainda o Quadro nº 4 sobre os projetos em História do Brasil financiados pela FAPESP (período 1963/1972), onde já se torna mais clara a ascensão do período republicano no número de pesquisas. Ver também LAPA, J. R. do A. *História e historiografia Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. São mapeadas as tendências da área, em termos de especialização do conhecimento histórico e dos períodos políticos da História do Brasil, à luz dos dados de pesquisadores que frequentaram o Arquivo Nacional no período 1970/1979. Segundo este levantamento, o período do Império atrai 50% dos pesquisadores brasileiros e 49% dos estrangeiros, sendo o período com maior procura. O interesse pelo período colonial decai e pelo republicano cresce.

²⁵ Ibid. p. 205 e 197.

Primeira República (1889-1930), 23,2% ao período 1930-1964 e 7,5% ao período pós-64, além dos que abordam fases múltiplas do período republicano. Para 73/79 os índices são semelhantes.

Figura nº 1
DISTRIBUIÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE HISTÓRIA DO BRASIL
QUANTO AO PERÍODO HISTÓRICO ABORDADO
1980-1989



Fonte: material citado nos tópicos 2.1. "Catálogos de teses e dissertações" e 2.3. "Informações sobre Cursos de Pós-Graduação" da Bibliografia.

Ainda a respeito dos trabalhos do período 80/89 sobre a República no Brasil, tem-se que 15,5% abordam de 1889 a 1964, 7,3% se estendem de 1930 até a contemporaneidade e 3,4% são trabalhos sobre todo o período republicano. A rigor, foi o espaço-tempo da República Velha o principal objeto de estudo nos cursos de pós-graduação, onde predominaram os trabalhos sobre as regiões de São Paulo e Rio de Janeiro. De toda a República, destacou-se, também, um bom número de trabalhos sobre a Revolução de 30 e sobre o Estado Novo.

Um número muito elevado destes trabalhos em História do Brasil nos anos 80 é em História Regional, compreendida tanto como tema quanto como enfoque metodológico. São Paulo e Rio de Janeiro são os espaços mais estudados, cobrindo

quase metade das pesquisas de recorte regional ou de temática local. Seguem-se os trabalhos sobre o Paraná, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Minas Gerais e Santa Catarina. Afora Minas Gerais, que não possuía pós-graduação no período, os outros trabalhos estão geralmente ligados aos cursos das regiões ou localidades respectivas. Aliás, Minas Gerais é um bom exemplo de que se pode e se deve fazer pesquisa regional fora de sua região. Indubitavelmente, é possível detectar certo excesso de regionalismo, ou "paroquialismo", na denominação de F. Iglésias²⁷. Via de regra, estados que não possuem pós-graduações não são estudados, havendo raríssimas dissertações sobre Sergipe, Alagoas ou Pará.

Neste sentido, nossos dados não conferem com a afirmação de M. B. N. da Silva, de 1982, para quem a preocupação com uma "visão nacional" é uma constante na produção histórica brasileira, pouco se fazendo em História Regional²⁸, ainda que a mesma Autora tenha razão, àquela altura, ao afirmar o desinteresse das editoras em publicar livros de recorte regional. Até 1989 esta situação editorial também parece ter se alterado. Mesmo à época de seu artigo, o quadro já apresentava uma mudança acentuada em relação aos anos 70, do ponto de vista do número de trabalhos produzidos em História Regional. Durante os anos 80, houve cursos onde, praticamente, só se realizaram pesquisas vinculadas, de alguma forma, à temática regional, dificultando, inclusive, a presença de outros interesses em seu espaço institucional. Este quadro, embora torne homogêneo determinado setor de investigação e amplie sua qualidade, igualmente contribui para empobrecer estes centros de pesquisa do ponto de vista do debate historiográfico mais amplo e de sua participação no mesmo.

A maioria dos cursos segue a orientação dada pelas agências de fomento e que, em certos casos, tende a privilegiar alguns enfoques regionais²⁹. Mas o "regional" em cada área de conhecimento não é a mesma coisa. Em outros termos, os estudos regionais poderiam ser apenas uma faceta, sem dúvida imprescindível, das diversas pós-graduações em História, que,

²⁷ IGLÉSIAS, F. Op. cit. v. 7, p. 204. Ver ainda p. 199.

²⁸ SILVA, M. B. N. da. Op. cit. p. 45-6.

²⁹ Ver, dentre outros, CNPq. *Avaliação & Perspectivas*, v. 1. 1982. p. 6.

contudo, deveriam ampliar seu leque de opções, como a USP e a UFF, por exemplo. Ademais, sínteses históricas não decorrem do somatório de pesquisas particulares e podem mesmo prescindir de algumas.

As pesquisas em torno da História não brasileira continuam apresentando fraco desempenho e diminuíram em termos relativos quando comparadas com o período 73/79. Foi possível encontrar apenas 11 trabalhos em História Antiga, 20 em História Medieval, 9 em História Moderna, 16 em História Contemporânea e 20 em História da América, perfazendo um total de 76 (9,3% do total de 817 trabalhos classificados). Comparando este quadro com o período 73/79, que apresenta um índice acima de 15,0% de trabalhos em História não brasileira, observa-se a diminuição relativa dos trabalhos em História Antiga e História da América, em contraste com a ampliação dos estudos em História Medieval e Moderna e o avanço mais acentuado de estudos em História Contemporânea. A diminuição dos trabalhos em História da América é, sem dúvida, decorrência de diversos cursos terem abandonado esta área de concentração, e, particularmente, da alteração, feita pela UFF, de sua orientação de pesquisa no princípio dos anos 80, já que os trabalhos de História da América do período 73/79 foram majoritariamente defendidos naquela instituição.

Além dos trabalhos de História Regional, os enfoques metodológicos mais recorrentes são em História Social, História Econômica e História Política, nesta ordem. Para efeito deste momento da exposição, estamos trabalhando com um conceito amplo de História Social, que engloba estudos sobre estrutura social, condições de vida de determinados grupos sociais, movimentos sociais, cotidiano, artes, literatura, família, mulheres, crianças, sexualidade, mentalidades, temas que perpassam aproximadamente 150 trabalhos. Neste grupo, ao menos metade dos estudos gira em torno do movimento operário, grupos de trabalhadores, sindicatos e mundo do trabalho. Entre pesquisas com temáticas novas os números mais expressivos são das que tratam do cotidiano, da mulher, da família e da doença. Foram localizados aproximadamente 70 trabalhos em História Econômica, a maioria sobre a industrialização, o escravismo e temas agrários, e

aproximadamente 55 trabalhos de História Política, dos quais 20 sobre partidos. A História Econômica, tal como previram alguns analistas, é menos significativa no período 1980/1989 do que nas décadas anteriores. A História Política continua bastante representada, ainda que não apresente renovações temáticas ou metodológicas. Estudos demográficos e populacionais apresentam igualmente um número elevado de trabalhos, com cerca de 45 títulos. O tema do escravismo é também abordado em aproximadamente 45 trabalhos, relacionado principalmente à História Econômica e Social e à Abolição. Outros temas mais localizados também surgem com alguma frequência, como estudos sobre relações internacionais, geralmente ligados à UnB, e estudos sobre a História das Religiões, principalmente no Brasil, predominando as pesquisas sobre a Igreja Católica e os judeus. Diversos assuntos não foram pesquisados, ao menos no que se refere às teses e dissertações, tais como a Conjuração Mineira, Canudos, Farroupilha, Cabanos e Sabinada.

Do ponto de vista temático e metodológico há uma ampliação do leque de opções nos anos 80 em relação ao período anterior, ainda que sejam muito reduzidos, em termos numéricos, os trabalhos especificamente ligados a novas temáticas, como bruxaria, sexualidade, corpo, loucura ou imaginário. Ao todo não representam 5,0% do número total de trabalhos, não chegando, portanto, a atingir 40 pesquisas. Estas novas preocupações temáticas e metodológicas afetam, contudo, um número bem maior de trabalhos, a partir da renovação metodológica de antigas temáticas. É assim que, tanto os estudos sobre escravismo, quanto aqueles sobre o movimento operário, acolheram em seu interior novos problemas.

Há também um pequeno crescimento de trabalhos de historiografia em relação ao período 73/79. Foi possível identificar 11 trabalhos de historiografia sobre temas diversos, como movimento operário e escravidão. A maioria aborda o período republicano, seja através de um autor, como C. Prado Júnior, seja através de um tema, como o tenentismo.

Os trabalhos sobre Metodologia da História são ainda mais raros. Da mesma forma, localizamos apenas um trabalho que pudesse ser classificado como de Teoria da História. A

própria orientação dos cursos bloqueia a efetivação deste campo de preocupação histórico-filosófica. E, possivelmente, mais que em pesquisa empírica, o conhecimento produzido em Teoria da História atesta a maturidade da área.

É curioso ressaltar o predomínio de autores masculinos ou femininos em algumas temáticas. Assim, o espaço de pesquisa sobre família, mulher, criança e casamento é, sobretudo, feminino, exemplo talvez representativo dos condicionamentos culturais e sociais dos pesquisadores.

Fazendo um balanço deste amplo painel que traçamos, seria conveniente observar os resultados do período à luz dos problemas aventados por outros autores no princípio dos anos 80. Para F. Iglésias, apesar de uma verdadeira profissionalização, "distante do amadorismo que até há pouco dominou de modo incontestável (...) tem-se que a situação da História não é boa nos próximos anos"³⁰. Creemos que não apenas a distância do amadorismo se ampliou, como a profissionalização seguiu no sentido de uma especialização mais rica.

Continua relativamente atual a proposição de que, dos cursos de pós-graduação, nem todos "têm razão de ser e alguns mesmo deviam ser desativados", por não oferecerem "condições mínimas"³¹. Mas entendemos que seu número tendeu a diminuir com o passar dos anos. O quadro geral de insuficiências³² permanece estruturalmente inalterado, ainda que determinados setores tenham sofrido melhoras. Com efeito, sem bons cursos de graduação, sem salários condignos, sem bibliotecas sólidas, sem bolsas de estudo, sem tantas outras coisas, não se faz pesquisa. A situação ainda se agrava mais pela ampliação das disparidades entre os cursos, alguns cada vez mais bem instalados e com fluxo de recursos permanente.

Há lacunas enormes a indicar a necessidade de muitos trabalhos em praticamente todo e qualquer assunto. Mas chamam a atenção algumas ausências, como a de estudos minuciosos, a nível regional e nacional, das estruturas sociais e econômicas. Pouco se fez em temas como o da estratificação

social, da composição dos grupos e classes sociais em diversas partes e épocas. Pouco se estudou, também, do comportamento cultural dos diversos segmentos sociais, aspecto importante em um país imerso numa profunda diversidade de crenças, valores, hábitos e padrões de gosto.

O número reduzido de trabalhos em História não brasileira também atesta um outro comportamento problemático da área. Se não temos muitos recursos para pesquisar temas que não sejam em História do Brasil, de forma sistemática e maciça³³, ampliam-se as alternativas de pesquisa neste sentido, com concessões de bolsas para estudos no exterior que, esperase, passem a dar frutos já nos primeiros anos 90.

Mas já vão longe os anos 70. Se contrapusermos o quadro da pesquisa universitária no país, em 1989, com aquele de 1971, as diferenças são brutais. Pode-se dizer que já foram superadas em grande parte as expectativas dos historiadores àquela altura. O relatório apresentado por E. S. de Paula, em 1971, em uma mesa-redonda sobre o estado geral da pesquisa histórica naquele momento, indicava quatro conclusões gerais: 1. a maior parte dos pesquisadores não era brasileira, mas sobretudo norte-americana e inglesa; 2. as instituições dedicavam-se à docência, não à pesquisa; 3. os pesquisadores nacionais não possuíam sólida formação científica e orientação segura; 4. não havia ainda um órgão centralizador de pesquisas no país, "capaz de racionalizar as pesquisas e melhor dispor dos poucos recursos destinados à pesquisa histórica"³⁴.

Quanto ao primeiro aspecto, os anos 80 superaram em grande parte os "impasses da dependência"³⁵ de uma pós-graduação marcada pelos *brazilianists* nos anos 70. Com efeito, está consolidado, em grande medida, um corpo docente nacional. Quanto aos aspectos dois e três, a mudança de comportamento dispensa maiores comentários. E, sobre o último, parece inclusive positivo que o mesmo não tenha se efetivado, pois é no mínimo discutível a constituição de um órgão com todas estas prerrogativas. Mas a velha proposta de J. H. Rodrigues, tantas vezes retomada por F. Iglésias, da

³⁰ IGLÉSIAS, F. Op. cit. p. 214.

³¹ Ibid. p. 202.

³² Ibid. p. 209-212, onde é elencado um amplo quadro de insuficiências, das graduações aos salários, das bibliotecas à divulgação dos trabalhos.

³³ Ver NOVAIS, F. A. Op. cit. p. 111.

³⁴ WESTPHALEN, C. & MEQUELUSSE, J. Op. cit. p. 356.

³⁵ MOTA, C. G. Op. cit. p. 25.

constituição de um banco de dados que informe sobre tudo o que se pesquisa, publica e realiza na área de História, ainda permanece engavetada.

É a própria memória dos cursos de pós-graduação em História no país que se encontra em risco: afora a UFF, que possui um programa de publicações da "Memória" de todos os seus cursos de pós-graduação, a USP, que regularmente publica levantamentos de dados e uma ou outra exceção, a regra é a dispersão progressiva das informações.

2.2. Periódicos e artigos

Em comparação com os anos 70, em termos quantitativos, houve um sensível crescimento dos periódicos de História e dos que comumente aceitam trabalhos de História para publicação - ainda que em menor escala neste último caso. Embora só existam indicadores gerais na bibliografia consultada, alguns números podem ser mencionados. De fato, J. R. do A. Lapa conseguiu contar 37 periódicos, no final dos anos 70¹. Em 1985 o Autor noticiou a criação de mais 4 periódicos exclusivamente de História². Em 1983 o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) registrava a existência de 26 revistas de História, mas somente dentre as que já haviam recebido o "Número Normalizado para Publicações Seriadas"³. Em 1987 foi publicado um levantamento de S. O. Nadalin de periódicos especializados em História, publicados no Brasil, acusando 55 títulos. A maioria é de anais de arquivos e bibliotecas, boletins e revistas dos institutos históricos e geográficos ou de revistas de departamentos de História e institutos de ciências sociais de universidades brasileiras⁴.

Para os anos 80, registramos a existência de 68

¹ LAPA, J. R. do A. *Historiografia brasileira contemporânea*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 35-36. Conforme o Autor adverte, seu levantamento não é exaustivo. Neste número não estão incluídas as revistas dos institutos históricos, mencionadas mas não computadas.

² LAPA, J. R. do A. *História e historiografia Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 45-46.

³ IBICT. Departamento de Tratamento da Informação. ISSN: *Publicações Periódicas Brasileiras*. Brasília: IBICT, 1983. p. 126-127.

⁴ NADALIN, S. O. Revistas especializadas em História publicadas no Brasil. *Revista Brasileira de História*, vol. 8, n. 15, p. 285-288, set.1987/fev.1988.

periódicos (veja relação completa dos periódicos no tópico 2.2 da Bibliografia e lista completa dos artigos no segundo volume). Deste total consideramos que 80% continuam em atividade após 1989. Destas 68 revistas, 26 são estritamente de História, em geral ligadas a departamentos universitários, mas 7 já estão fora de circulação⁵.

Estes números, contudo, não autorizam nenhum otimismo. Em termos quantitativos, por exemplo, nossa produção é ínfima se comparada com o número de periódicos existentes em países do chamado primeiro mundo⁶. Já nos anos 70, J. R. do A. Lapa, depois de registrar a crise que então se abatera sobre alguns periódicos de São Paulo (*Estudos Históricos*, de Marília, *Revista de História*, de São Paulo e *Anais de História*, de Assis), se perguntava desanimado:

Ora, diante da deplorável regressão que sofremos nesse sentido, o que podemos esperar nos próximos anos como perspectiva de publicação dos resultados das pesquisas e a sua conseqüente avaliação crítica e pública?⁷

A resposta não é muito animadora. São grandes os problemas de financiamento (e, portanto, de durabilidade e de distribuição/circulação das revistas). Os periódicos, quando conseguem se manter, chegam com muita dificuldade às mãos do leitor. Por outro lado, há uma longa demora entre o recebimento dos originais e sua efetiva publicação, o que anula uma das características principais da divulgação científica via periódicos que é a rapidez. Há maior preocupação com a edição das revistas do que com sua difusão, o que possivelmente expressa aquilo que H. D. Ferrez sugere:

A publicação de trabalhos na área de História talvez tenha como finalidade conferir prestígio ao autor, mais do

⁵ Nossos números não consideram certos periódicos que apenas episodicamente publicam trabalhos de História. Este é o caso da *Revista de Informação Legislativa*, da *Pesquisa e Planejamento*, da *Comunicação*, dentre outros. Também não consideramos os editados pelos diversos institutos históricos do país.

⁶ Na França, em 1980, existiam 376 periódicos de História, num levantamento não exaustivo, segundo SILVA, M. B. N. da. A pesquisa histórica no Brasil. *Ciência e Cultura*, v. 35, n. 1, p. 47, jan. 1983.

⁷ LAPA, J. R. do A. *Historiografia brasileira contemporânea*. Op. cit. p. 34. Apesar do ceticismo do Autor, na mesma oportunidade ele afirmava que "o conhecimento histórico veiculado por estas publicações é caracterizado geralmente pelo bom ensaísmo" (p. 36).

que assegurar prioridades, uma vez que envolve principalmente um problema de interpretação, de visão teórica e metodológica, do que propriamente de descoberta⁸.

Também não contamos, no Brasil, com uma indexação nacional para a área de História. Existem, apenas, os *Sumários e Correntes Brasileiros*, do IBICT/CNPq, que possuem uma série mensal para Ciências Sociais e Humanas englobando Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes.

Do mesmo modo, não é muito rigoroso o padrão das formas de apresentação das referências bibliográficas, o que evidencia um certo descaso com as normas específicas estabelecidas pelas entidades competentes⁹. Igualmente, raríssimos periódicos informam as datas de recebimento e de aceitação dos originais, talvez por causa da demora acima referida em publicá-los. São poucas as revistas que conseguiram se adequar a um padrão internacional de editoração no que se refere à constância do tamanho, aos elementos gráficos e aos critérios de referência catalográfica. Ao longo do período muitas tentativas neste sentido acabaram por traduzir, apenas, a inexistência de um perfil claramente definido.

Também ocorre comumente a publicação de "artigos" que são, na verdade, partes de outros trabalhos, em geral teses ou dissertações ainda inéditas, recurso tanto mais comum quanto maior é a dificuldade de publicação dos trabalhos resultantes dos cursos de pós-graduação¹⁰. Da mesma forma, há alguns casos de repetição efetiva, isto é, o mesmo artigo publicado mais de uma vez, quase com nenhuma alteração, o que revela a insegurança que se tem quanto à efetividade da publicação de originais que, assim, acabam sendo enviados para vários periódicos ao mesmo tempo.

Provavelmente por tudo isto, C. F. S. Cardoso afirma que

(...) O Brasil continua muito mal servido em revistas de

⁸ FERREZ, H. D. *Análise da literatura periódica brasileira na área de história*. Dissertação apresentada ao IBICT/UFRJ para a obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação. Rio de Janeiro, 1981. p. 141.

⁹ Veja-se, a propósito, FERREZ, H. D. Op. cit., especialmente o capítulo "Apresentação das referências e suas 'patologias'", p. 131-138.

¹⁰ Causa surpresa a H. D. Ferrez (Op. cit. p. 139) que, entre os artigos não originais, existam partes de livros.

História, se pensarmos nos atrasos da publicação, na péssima difusão e distribuição, na mediocridade de muitas delas. Na verdade, inexistente entre nós qualquer órgão equivalente à revista *Historias* (do INAH, México)¹¹.

Algumas das principais revistas de História do país merecem um comentário à parte. Neste primeiro bloco está incluída a *Revista de História* que, durante 27 anos, desde 1959, circulou com periodicidade bimestral. Em 1977, com a morte de seu diretor, sua produção foi interrompida. Doada ao Departamento de História da USP, entrou em nova fase e, finalmente, em 1983, voltou a circular com periodicidade semestral, ao menos prevista. Infelizmente, a partir do número 119 esta periodicidade foi interrompida. Nos anos 80, portanto, foram publicados apenas 6 números.

A *Revista Brasileira de História*, órgão da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH), foi lançada no aniversário de 20 anos da Associação, em 1981, e pretendia, inicialmente, "suprir o vazio criado desde que se interrompeu a seqüência" de 19 volumes dos *Anais* que registraram os Simpósios realizados entre 1961 e 1977¹². A partir do volume 3, número 6, de setembro de 1983, a publicação passou a contar com uma "Diretoria responsável pelos novos rumos da edição da revista"¹³ e as maiores novidades consistiram no aumento da tiragem (de 500 para 2.000 exemplares) e na possibilidade de organização de números temáticos, o que se tornaria praxe dali por diante.

Se, naquela fase, a organização de números temáticos se impunha, até mesmo como forma de consolidação do periódico, atualmente o modelo parece esgotado: a quantidade e qualidade das pesquisas produzidas no país sugerem a possibilidade de números abertos a quaisquer temas, já que são óbvias as restrições que números sobre uma temática exclusiva impõem para quem não está tratando daquele assunto e que, assim, fatalmente não encontrará espaço para publicação na revista da ANPUH. Isto, aliás, não seria impedimento para a existência de

seções temáticas em todos ou em alguns números.

A revista *Estudos Históricos* foi lançada em 1988 pelo CPDOC da Fundação Getúlio Vargas e se pretendia "a primeira publicação nacional do gênero que não é feita exclusivamente por historiadores para historiadores"¹⁴. Concebida a partir de uma perspectiva multidisciplinar, a revista tinha por objetivo "pensar a História do Brasil" a partir de um trabalho coletivo de especialistas em diferentes disciplinas, vinculados ao CPDOC.

A característica de "órgão da casa", aliás, é um dos elementos que talvez marquem os periódicos brasileiros da área de História. Não havendo muitas revistas nacionais que aceitem trabalhos de temas históricos diversificados, e diante das pressões das avaliações acadêmicas que valorizam o número de artigos publicados, os departamentos universitários e outras instituições de pesquisa acabam criando periódicos onde, majoritariamente, escrevem os profissionais ligados àquela instituição. Este é o caso, por exemplo, da *Revista do Departamento de História*, da UFMG, criada em 1985, aqui citada porque contém em seu próprio nome a característica a que aludimos. Mas, naturalmente, não é a única, nem este é um procedimento inexplicável face às vicissitudes materiais e acadêmicas da universidade brasileira.

São Paulo, talvez por contar com mais recursos financeiros e melhor estrutura acadêmica, contribui bastante para com o quadro nacional de periódicos na área de História. Afinal, é de lá a *Revista de História* que já mencionamos. Mas também é possível mencionar a *Revista do IEB*, cuja publicação foi retomada a partir de 1982 pelo Instituto de Estudos Brasileiros da USP e que abre espaço para inúmeros artigos de História; a revista *Estudos Econômicos*, do IPE/USP, que sempre publica números especiais voltados para a História, além de artigos esparsos; a *História*, da UNESP, que desde 1982 deu seqüência às revistas *Estudos Históricos*, de Marília, e *Anais de História*, de Assis.

Do Rio de Janeiro, além da *Estudos Históricos*, existia a *Revista do Rio de Janeiro* do Departamento de História da UFF e que, em seus poucos números, deu boas contribuições para a

¹¹ Correspondência aos autores de 10/1/92.

¹² CANABRAVA, A. P. A Associação Nacional dos Professores Universitários de História. *Revista Brasileira de História*, v. 1, n. 1, mar. 1981. p. 9.

¹³ Nota editorial intitulada "Aos leitores", *Revista Brasileira de História*, v. 3, n. 6, set. 1983. p. 153.

¹⁴ EICHER, N. V. "Estudos Históricos" terá 3 mil exemplares. *Folha de S. Paulo*. 3/7/88. p. A34.

compreensão menos "paulista" de certos temas, especialmente da História Urbana, da Industrialização e do Movimento Operário. Havia outra, também de iniciativa da UFF, a *Tempo e Sociedade*, que, infelizmente, não saiu do primeiro número,.

Em outras regiões do país temos a *Estudos Ibero-Americanos*, da PUC-RS, longa publicação de mais de 15 anos; a *História: Questões & Debates*, criada em 1980 pela Associação Paranaense de História e que publicou trabalhos relacionados às pesquisas desenvolvidas especialmente no curso de pós-graduação em História da UFPR, notadamente as que dizem respeito à demografia histórica; a *Clio*, do curso de mestrado em História da UFPE com uma série "Histórica" e outra "Arqueológica"; os *Cadernos CFCH*, da Universidade Federal do Pará, que possuíam uma série específica para História (Série C), e a recente *História & Perspectivas*, de 1988, lançada pela Universidade Federal de Uberlândia. A registrar, a ausência de uma revista que congregue os trabalhos de História da UNICAMP, embora haja publicações periódicas que funcionam mais em termos de circulação interna.

Como se pode observar, há o predomínio de um perfil editorial generalista dentre todas as revistas mencionadas neste primeiro grupo, embora em alguns casos prevaleçam enfoques mais particulares como os de natureza regional.

A tabela seguinte mostra o número de artigos publicados em algumas das revistas deste primeiro bloco. Note-se que as mesmas editaram aproximadamente 75,3% do total de 900 artigos coletados. Além disso, dos 15 periódicos referidos, 9 foram criados nos anos 80.

Há também outras revistas que rotineiramente publicam artigos de História. Nesta categoria consideramos 14 periódicos. Dentre eles cabe destacar *Ciência e Cultura*, publicação acadêmica multidisciplinar da SBPC e talvez a única a ter este perfil nacionalmente, *Novos Estudos Cebrap*, ligada ao conceituado instituto autônomo de pesquisa de São Paulo, a *Revista do Brasil*, que ressurgiu em sua terceira fase patrocinada pelo governo do Rio de Janeiro, a *Tempo Brasileiro*, periódico multidisciplinar e bastante duradouro que se caracteriza pelos números temáticos, e a *Revista da USP*, reiniciada em 1986, suspensa no ano seguinte e novamente retomada em 1989 com

um novo formato. A Tabela nº 11 mostra a distribuição, quanto a este segundo bloco, dos artigos que cada revista publicou.

Tabela nº 10
BRASIL. NÚMERO DE ARTIGOS PUBLICADOS NOS PRINCIPAIS PERIÓDICOS
QUE EDITAM SISTEMATICAMENTE TRABALHOS DE HISTÓRIA
1980-1989

- Revista Brasileira de História	105
Revista do Departamento de História	94
Estudos Econômicos	68
Estudos Ibero-Americanos	64
História	63
Clio	50
Acervo e MAN	49
Revista de História (nova série)	45
* História: Questões & Debates	44
Revista do Rio de Janeiro*	36
Revista do IEB	24
Cadernos CFCH	16
- Estudos Históricos**	15
História & Perspectivas**	5

* interrompida em 1986

** periódico de criação mais recente

Fonte: periódicos mencionados.

Tabela nº 11
BRASIL. NÚMERO DE ARTIGOS PUBLICADOS NOS PRINCIPAIS PERIÓDICOS
QUE EDITAM EVENTUALMENTE TRABALHOS DE HISTÓRIA
1890-1989

- Dados	42
Ciência e Cultura	33
Estudos Afro-Asiáticos	27
Revista do Brasil	23
- Novos Estudos Cebrap	16
Tempo Brasileiro*	14
Rev. Bras. de Estudos da População	12
Revista da USP	12
Nova Escrita/Ensaio	9
Estudos Avançados**	8
Análise & Conjuntura	6
Encontros com a C. Brasileira***	6
Lua Nova	3
Clássica**	2

* Levantamento de 75% do total

** Periódico de criação mais recente

*** Extinta em 1982

Fonte: periódicos mencionados.

Os títulos listados na Tabela nº 11 editaram aproximadamente 23,6% do total de 900 artigos coletados. Dos 14 periódicos mencionados, 6 foram criados nos anos 80.

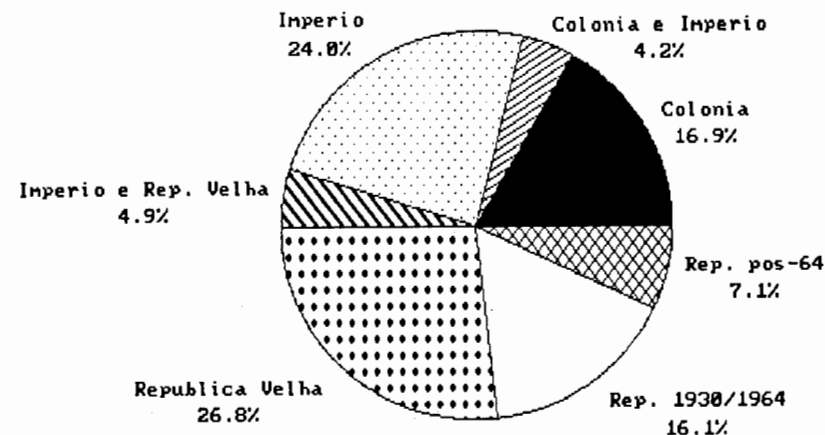
Há um elenco de publicações periódicas que se constitui num grupo especial. Referimo-nos às revistas que acolhem trabalhos de História da Arte e que, talvez mesmo por este recorte temático, possuem características próprias. A mais notável é a qualidade gráfica, em geral superior, necessária quando se trata de reproduzir ilustrações. Nesta categoria destacamos a *Barroco*, que congrega um bom número de estudiosos do assunto, mineiros ou não; a *Gávea*, editada pela PUC-RJ, com muitos trabalhos sobre pintura, além de outros sobre arquitetura e escultura, e a *Revista do PHAN* que, apesar da periodicidade irregular, persistiu pelo menos até o nº 22, de 1987, congregando trabalhos sobre arte, cultura e arquivos.

Existem ainda vários periódicos publicados pelos arquivos brasileiros que, acolhem artigos de História. O antigo *Mensário do Arquivo Nacional*, por exemplo, foi sucedido por uma publicação mais moderna, a *Acervo*. O Arquivo Público Mineiro e os arquivos e museus paulistas também possuem suas publicações¹⁵. Um outro grupo igualmente distinto é o das publicações de natureza interna, em geral vinculadas aos cursos de pós-graduação e que soem ser chamadas de "cadernos" precisamente pelo fato de serem modestamente impressas. São mais uma prova das dificuldades das revistas pois, parece claro, representam uma tentativa de divulgar trabalhos a qualquer custo. Neste caso podem ser citados os *Cadernos IFCH*, da UNICAMP, os *Cadernos de História* e o *História em Cadernos*, ambos da UFRJ sendo o segundo do mestrado. Citem-se ainda algumas publicações de iniciativa de alunos de cursos de graduação, de pós-graduação ou de profissionais independentes tais como *Tentativa* (IFCS/UFRJ), *RH - Revista de História* (Campinas) e *Revista Arrabalde* (Petrópolis).

Quais os temas mais abordados pelos artigos de História? Qual a periodização mais privilegiada? Ao que parece, não há diferenças notáveis quanto a estes dois aspectos, quando considerados os artigos, se se pensa no que já foi dito quanto aos trabalhos de pós-graduação. A figura seguinte expressa o comportamento da questão da periodização clássica em História do Brasil tendo em vista todos os artigos que

coletamos¹⁶.

Figura nº 2
DISTRIBUIÇÃO DOS ARTIGOS PUBLICADOS EM PERIÓDICOS BRASILEIROS SOBRE HISTÓRIA DO BRASIL QUANTO AO PERÍODO HISTÓRICO ABORDADO 1980-1989



TOTAL DE ARTIGOS DE HISTÓRIA: 900
TOTAL DE ARTIGOS CLASSIFICADOS DE HISTÓRIA DO BRASIL: 638
Fonte: material mencionado no tópico 2.2.1. periódicos
"Considerados no todo" da Bibliografia.

Da mesma forma, quanto aos artigos, verifica-se o baixo número de temas não relacionados à História do Brasil. A Figura nº 3 explicita este dado.

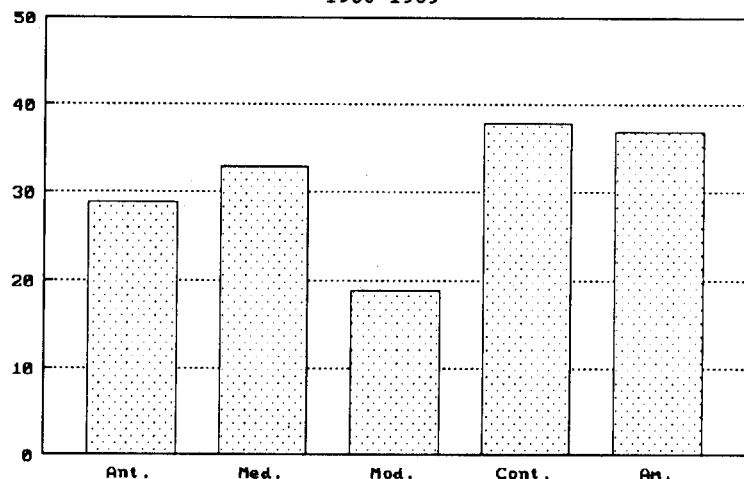
Apesar de não haver surpresas quanto aos temas abordados, algumas peculiaridades podem ser detectadas. É o caso de escravidão que, se aparece dentre os artigos como o tema mais abordado (15,0% do total), aqui surge numa proporção quase três vezes maior que no caso das teses, onde o tema, embora predominante, representa apenas 5,5% do total daqueles trabalhos.

Isto provavelmente denota a existência de muitos artigos que não foram fruto de pesquisa original, mas se constituíram a partir de revisões da literatura sobre o assunto.

¹⁵ Uma boa relação deste tipo de revista pode ser obtida em LAPA, J. R. do A. *História e historiografia Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 89 e segs.

¹⁶ Os critérios que nortearam o levantamento de dados relativamente aos periódicos foram explicados na Introdução. Para a análise temática foram considerados, além dos periódicos referidos nas tabelas nº 10 e 11, os seguintes: *Revista de História* (Porto Alegre) e *Tempo e Sociedade* (Niterói).

Figura nº 3
ARTIGOS DE HISTÓRIA ANTIGA, MEDIEVAL, MODERNA, CONTEMPORÂNEA E DA AMÉRICA
1980-1989



TOTAL DE ARTIGOS CLASSIFICADOS DE HISTÓRIA DO BRASIL: 638
Fonte: material mencionado no tópico 2.2.1. periódicos
"Considerados no todo" da Bibliografia.

Há outros temas que não foram objeto de teses ou dissertações, mas que surgem trabalhados nos artigos, geralmente sob a forma de recensão bibliográfica, como a Conjuração Mineira (14 artigos) e a Revolução Francesa (7 artigos), o que expressa a inexistência de conhecimento original sobre estes assuntos. A título de exemplo, a tabela seguinte elenca alguns temas e abordagens e o número de artigos sobre os mesmos.

Destaque-se o reduzido número de artigos sobre temas como Balaiada e Farroupilha ou, por outro lado, o também pequeno número de trabalhos em torno da temática próxima ao que se costuma chamar de "Nova História" que, entretanto, surgem com maior expressividade quando comparados às teses e dissertações. Da mesma forma, certos temas, cuja publicação em livro é difícil, dada a alta especialização do assunto ou seu baixo apelo comercial, aparecem em artigos, o que significa que o mercado editorial não é o índice mais seguro para se analisar a produção de conhecimento histórico em termos estritos. Este é

o caso da História Demográfica.

Tabela nº 12
NÚMERO DE ARTIGOS POR ALGUNS TEMAS E ABORDAGENS PUBLICADOS EM
PERIÓDICOS BRASILEIROS QUE EDITAM TRABALHOS DE HISTÓRIA
1980/1989

História Econômica	71
História Política	65
História Demográfica	29
História da Arte	55
História da Cultura	28
Teoria da História	35
Metodologia da História	34
Historiografia	62
Escravidão	136
Movimento Operário	66
Industrialização	24
Imigrantes	15
Conjuração Mineira	14
Proclamação da República	4
Revolução de 30	3
Estado Novo	9
Independência	5
Balaiada	1
Farroupilha	2
Inquisição	8
Magia	3
Cotidiano	6
Sexualidade	10

TOTAL DE ARTIGOS DE HISTÓRIA: 900
Fonte: material mencionado no tópico 2.2.1. periódicos
"Considerados no todo" da Bibliografia.

Não pretendemos tratar de cada tema ou abordagem presentes na tabela anterior, mas cabe menção, pelas características desta pesquisa, aos textos de historiografia, teoria e metodologia da História. Os dois últimos serão considerados no Capítulo 5. O número elevado de trabalhos de historiografia explica-se em decorrência de perspectivas e aspectos específicos dos anos 80, como a revisão de alguns temas, ligados ou não às efemérides lembradas no período, o balanço da produção de obras de História em subsetores de pesquisa e a proposta de alguns novos campos de trabalho. Neste sentido, o conjunto destes estudos responde a problemas e necessidades diversos, não possuindo completa identidade de pontos de vista sobre o próprio conceito de historiografia que cada um deles adota. Importante anotar, além disto, que muitos são fruto de pesquisa original e, igualmente, vinculados a alguns

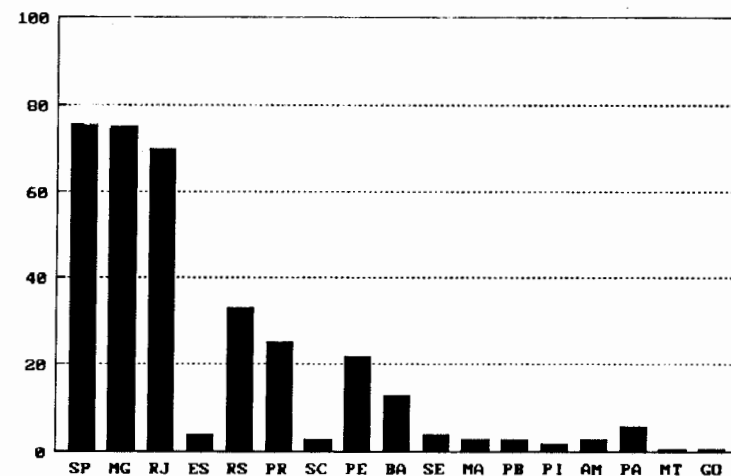
debates da produção contemporânea, como o escravismo e a república.

Esses trabalhos, portanto, podem ser agrupados segundo certos elementos comuns: 18 artigos abordam determinado historiador e sua obra, como S. B. de Holanda, C. Prado Júnior, J. H. Rodrigues e historiadores franceses, dentre outros. Este grupo é bastante heterogêneo. Outros 4 trabalhos são sobre obras específicas, como *Casa Grande & Senzala*. O tema da escravidão moderna é, com efeito, um dos mais presentes. Localizamos 9 estudos, 2 de caráter mais geral e 7 sobre aspectos particulares ligados ao tema, como a rebeldia escrava, a família escrava, o Estado escravista, o modo de produção escravista colonial, os escravos em Minas Gerais e a escravidão brasileira em artigos de revistas entre 1976 e 1985. Geralmente são enfocadas as diversas visões de historiadores e estudiosos em torno de um ou outro aspecto. O período republicano no Brasil também foi tema de alguns artigos historiográficos. Dos 6 estudos que localizamos, sobressaem as análises sobre a classe operária e o movimento operário. Para o período colonial encontramos 6 trabalhos, 3 dos quais sobre a Conjuração Mineira. Há ainda um ou outro texto sobre um enfoque ou abordagem na História, como História Demográfica, História Social e interdisciplinaridade, ou ainda a História da Família no Brasil e a História da Mulher no Brasil. A historiografia latino-americana também foi objeto de 3 breves estudos. Mencionem-se, ainda, apenas 2 textos que buscaram tratar de aspectos mais gerais da pesquisa e da produção histórica brasileira contemporânea.

Uma outra forma de agrupar os artigos do período é através da consideração da abordagem regional, como se vê na figura seguinte.

Estados que não possuíam cursos de pós-graduação no período, mas contavam com revistas, foram bastante tratados em artigos, embora o mesmo não ocorra com teses e dissertações. Este é o caso de Minas Gerais e Bahia, se bem que em proporções diferentes. É patente também o forte predomínio da região Sudeste e a significativa presença da região Sul, características desde sempre constantes na produção histórica brasileira.

Figura nº 4
DISTRIBUIÇÃO DOS ARTIGOS PUBLICADOS EM PERIÓDICOS BRASILEIROS
SOBRE HISTÓRIA DO BRASIL QUANTO AO ESTADO DA FEDERAÇÃO
TEMATIZADO - 1980-1989



TOTAL DE ARTIGOS DE HISTÓRIA: 900
TOTAL DE ARTIGOS CLASSIFICADOS DE HISTÓRIA DO BRASIL: 638
Fonte: material mencionado no tópico 2.2.1. periódicos
"Considerados no todo" da Bibliografia.

Um aspecto, contudo, é notável. Se o público feminino prevalece nos cursos de pós-graduação, é outra a situação quanto à autoria de artigos. Os 900 que computamos envolvem 654 autores. Destes artigos, 479 foram escritos por homens e 353 por mulheres (69 nomes não permitem classificação). Haverá algum tipo de preconceito por trás destes dados?

O que se pode dizer, afinal, em termos gerais, é que ainda há espaço no Brasil para publicações periódicas especializadas em História que possuam caráter generalista - o que equivale a dizer que o espaço não está ocupado com toda a competência possível. Da mesma forma, é ainda muito reduzido o número de revistas especializadas em um só tema: seria positivo que houvesse a constituição de uma rede de periódicos com este perfil. Enfim, os periódicos de História brasileiros não possuem, em geral, políticas editoriais marcantes, que os singularizem. Atuam mais ou menos ao sabor da demanda ou,

mesmo, canalizam tendências estabelecidas ou "sugeridas", como os números temáticos da *Revista Brasileira de História*. É fundamental, por outro lado, que o lançamento de revistas seja precedido de estudos de viabilidade financeira e que as mesmas possuam padrão técnico-editorial compatível com as normas internacionalmente aceitas. Neste sentido, se hoje são visíveis as dificuldades que elencamos neste tópico, também é possível prever que a ampliação do número e da qualidade das pesquisas históricas acabará por fazer crescer o número de revistas durante os anos 90.

2.3. Instrumentos de pesquisa, obras de referência e transcrições

No cotidiano da pesquisa histórica necessitamos consultar um bom número de obras de referência e instrumentos de pesquisa que nos auxiliem a reunir os materiais indispensáveis, a bibliografia e as fontes que serão trabalhadas. A localização e a obtenção de informações continua sendo um desafio para a maior parte das pesquisas. Bibliotecas incompletas, arquivos desorganizados, dispersão espacial dos acervos, inexistência de dados reunidos, em número expressivo, através de boletins bibliográficos, inventários de fontes, tudo isto aumenta o tempo gasto com a resolução de impedimentos técnicos e operacionais os mais diversos.

Certamente houve melhorias em algumas bibliotecas e arquivos essenciais, como a Biblioteca Nacional, a Biblioteca Mário de Andrade e o Arquivo Nacional, por exemplo, que assim acabam por concentrar ainda mais as informações. Outras bibliotecas importantes continuaram ampliando seus acervos, arquivos foram organizados, há serviços como o COMUT, com grande abrangência, mas parece que ainda não se cumpriram algumas etapas preliminares em termos gerais. Faltou em todo o período uma política institucional que resultasse num fortalecimento mais significativo das bibliotecas e dos arquivos do país, o que, nos dias de hoje, passa certamente pela atualização bibliográfica e organização dos acervos, pelo preenchimento de lacunas, pela veiculação da informação e modernização de seus suportes, informatizando-se todo o sistema.

Ademais, trabalhos como dicionários, inventários analíticos, catálogos ou guias dificilmente interessam ao grande público: são obras de consulta indispensável para especialistas e estudiosos e, desta forma, não despertam, a não ser eventualmente, qualquer interesse de editoras comerciais. A sua reprodução fica quase sempre a cargo dos arquivos, das bibliotecas e de outras instituições, como as universidades, a Fundação Getúlio Vargas e a Casa de Rui Barbosa, o que explica o pequeno número de trabalhos produzidos no período, em que pese a grande importância de alguns. É notável, contudo, que os trabalhos de transcrição, fac-símiles e reprodução são editados em um número bem maior por editoras comerciais.

Muitas dessas obras são edições que demandam também uma infinidade de cuidados particulares, envolvendo especialistas diversos e custos por vezes altos, desde os relativos ao tempo para sua execução, até aqueles referentes aos recursos de editoração empregados. Outros trabalhos ficam na dependência de pesquisadores individuais que, por eventualmente dominarem uma determinada área, um tema ou abordagem, reúnem seus elementos de pesquisa e os publicam, geralmente em periódicos, como contribuição ao estudo em pauta. Outra particularidade é que a edição de um bom número destas obras fica na dependência das mesmas se referirem a temas de grande projeção pública, particularmente política. Este foi o caso dos trabalhos realizados em torno de eventos e datas que, coincidentemente, foram lembrados no período. Isto explica não apenas o número elevado de trabalhos sobre a escravidão e a abolição da escravatura no Brasil, como igualmente um número significativo em torno de temas como Proclamação da República, Revolução Farroupilha, Conjuração Mineira e Revolução Francesa, na quase totalidade publicados nos anos de aniversário dos eventos. É possível indicar, nesse sentido, que nos anos 90 muitos trabalhos deverão ser editados em torno de 92, no bojo das comemorações dos 500 anos da chegada dos europeus à América e assim por diante.

Foi possível elencar 279 registros de instrumentos de pesquisa, dicionários, transcrições, fac-símiles e reproduções, o que não é um grande número em se pensando nos diversos tipos

de obras que se podem encontrar destes gêneros. Não foi possível detectar alterações significativas no volume de publicações a cada ano, à exceção do ano de 1988, que apresenta um número muito elevado de trabalhos sobre a escravidão: 22 títulos, 8 instrumentos de pesquisa ou obras de referência, 14 transcrições, incluindo fac-símiles e outras reproduções. Não consideramos em nosso levantamento os catálogos e demais instrumentos de pesquisa produzidos por arquivos e bibliotecas e disponíveis à consulta aos pesquisadores que os procuram, mas que não se encontram publicados.

Nosso interesse foi observar a edição desse tipo de material como sinal de um aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho no período e de sua divulgação, além de um indicador para a área de História dos tipos de fontes privilegiados. Não temos como comparar estes registros com o que foi produzido em anos anteriores, mas é de se presumir que seu número tenha sido ainda menor. É possível que a quantidade de publicações de arquivos seja bem maior, mas não o suficiente para alterar de forma significativa o mapeamento geral dos trabalhos que aqui apresentamos (veja lista completa no segundo volume).

A quase totalidade dos instrumentos de pesquisa e das obras de referência (154 títulos coletados) foi publicada pelos arquivos, principalmente na forma de livros ou anais, além de revistas, folhetos e livretes, e pelas bibliotecas (anais e boletins bibliográficos), seguidos pelas universidades, justamente através das revistas específicas de História. É raro uma revista não estritamente da área publicar um trabalho deste gênero. Exceções são a *Revista do IEB* e a *Revista da USP*, não casualmente acadêmicas e de São Paulo.

Entre os instrumentos de pesquisa arquivísticos encontrados, o número mais expressivo é o de catálogos, seguidos pelos de guias, inventários e índices. Afora o volume reduzido desse conjunto (cerca de 60 títulos), a maioria das obras é de instrumentos gerais, ainda que tenhamos localizado 5 inventários analíticos. Entre as obras de referência encontramos duas dezenas de bibliografias temáticas, afora as publicações de bibliografia da Biblioteca Nacional e da Biblioteca Mário de Andrade, algumas cronologias, apenas um atlas histórico e raras efemérides e toponímias. Foram também encontrados 21

dicionários. Neste conjunto de 154 trabalhos, cerca de 30 são textos breves publicados em periódicos e, o restante, livros ou anais de arquivos e bibliotecas, principalmente.

Dos instrumentos de pesquisa do período, cite-se o *Guia brasileiro de fontes para a história da África, da escravidão negra e do negro na sociedade atual*, referido anteriormente e que, pelo seu alto grau de abrangência, é uma das principais ou a principal realização dos anos 80 no gênero. Outro exemplo significativo no período foi o *Inventário analítico dos manuscritos da Coleção Lamego*, publicado pelo IEB em 1983.

Entre os dicionários chamam a atenção, em termos numéricos, os de História de alguns estados brasileiros, ainda que resultem num conjunto desigual. Afora estes, alguns títulos importantes foram editados no período, como o *Dicionário Histórico-Biográfico: 1930-1983*, publicado pela FGV/Forense, o *Dicionário do pensamento marxista*, de T. Bottomore e o *Dicionário crítico da Revolução Francesa*, de F. Furet e M. Ozouf, divulgado em 1989, muito embora este grupo também seja desigual quanto aos temas cobertos e mesmo quanto à qualidade das obras.

Ainda em relação aos instrumentos de pesquisa, tem-se que os tipos de informação mais usualmente organizados são: as coleções de manuscritos dos tipos e épocas os mais diversos (registros de polícia, sesmarias, fontes inquisitoriais, tributos eclesiásticos, registros de terras, documentos particulares), o que torna os dados muito pulverizados, e listagens bibliográficas, geralmente de bibliografia secundária sobre temas ou períodos da História do Brasil (foi encontrado apenas um catálogo de obras raras). É visível um certo interesse pelos registros orais, sonoros e pelos periódicos. Sobre periódicos encontramos 7 instrumentos de pesquisa, sendo alguns deles índices de revistas de História publicadas no país.

Os períodos, temas, objetos e enfoques abrangidos por esses instrumentos de pesquisa e obras de referência são muito amplos, sendo poucas as concentrações perceptíveis. O tema com maior número de trabalhos é o da escravidão e do negro, incluindo o tema da África (9 títulos). Isto se explica pela data da publicação dos trabalhos (praticamente todos em 1988), em

função do centenário da Abolição, e confirma o interesse generalizado pelo assunto já observado nos tópicos anteriores. Além do guia de fontes citado, foram publicados repertórios de documentos sobre a escravidão negra na Bahia, na Paraíba e no Rio de Janeiro, afora bibliografias de teses, dissertações e artigos sobre o tema.

Outra área que reuniu trabalhos significativos foi a História Política republicana, principalmente através de bibliografias. Fontes do Brasil colonial também aparecem representadas com alguns trabalhos, além de 2 levantamentos de fontes para a História geral do Brasil e apenas 1 levantamento mais específico sobre o período imperial. Os estados brasileiros que tiveram suas fontes mais sistematizadas foram Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, ainda que bem parcialmente em todos os casos. Sobre Minas Gerais há trabalhos acerca de um número mais amplo de temas como jornais, documentação de câmaras municipais, tributação eclesiástica, monumentos e objetos de arte, sem contar 2 levantamentos de fontes sobre a Conjuração Mineira, ambos publicados em 1989. Sobre o Rio Grande do Sul predominaram os trabalhos em torno da Revolução Farroupilha, relacionados às atividades do seu sesquicentenário. Considerado, por fim, o todo dos trabalhos sobre a História do Brasil, predominam aqueles relacionados ao período republicano, seguidos pelos períodos imperial e colonial.

Uma dezena de trabalhos se refere a coleções de particulares, como os documentos das coleções Alberto Frederico de Moraes Lamego, Marcelo Schmidt, Eduardo de Oliveira, Rui Barbosa e Barão do Rio Branco. Os periódicos e almanaques também estiveram razoavelmente representados, destacando-se, dentre outros, o *Almanaque Garnier* e a *Gazeta Literária*. Citem-se, também, 3 levantamentos de fontes sobre o cinema e os cine-jornais brasileiros e 4 catálogos de fontes orais. Destacamos, ainda, 7 trabalhos em História Econômica, incluindo fontes para o estudo da industrialização e da História Agrária.

Alguns outros setores também aparecem representados, ainda que em menor número, como a História Demográfica, com 2 arrolamentos de fontes: o trabalho *Fontes inquisitoriais*

para o estudo da demografia histórica no Brasil, de L. Mott, e o trabalho *Demografia histórica (bibliografia brasileira)*, de E. de M. Samara e I. D. N. da Costa. Sobre o tema do operariado também encontramos trabalhos, um de jornais operários, outro de bibliografia sobre o assunto e um terceiro sobre o tema do sindicalismo. Para a História Administrativa registramos um único trabalho, ainda que de maior fôlego, a obra *Fiscais e Meirinhos*, coordenada por G. Salgado, que traça um panorama detalhado das estruturas administrativas do Brasil colonial, dos diversos cargos administrativos e suas atribuições. Foram localizados ainda 1 trabalho sobre fontes de História Antiga e Medieval, 1 sobre o Império Romano, 1 levantamento de fontes sobre o tema da mulher no Rio de Janeiro, 2 trabalhos sobre temas cartográficos, afora algumas dezenas de outras publicações dos mais diferentes recortes ou sobre fundos pontuais, onde sobressaem levantamentos em torno de fontes de municípios variados.

Como se depreende deste rápido perfil dos temas, além de um ou outro assunto mais trabalhado, como a escravidão ou a História Política republicana, ou um ou outro instrumento de pesquisa mais geral, o conjunto de obras é bastante pulverizado. Setores inteiros de fontes, períodos, temas ou gêneros de instrumentos de pesquisa e obras de referência não possuem nenhuma representação ou ela é quase nula, e diversos outros aparecem sub-representados, tendo em vista o que seria necessário estar disponível para a agilização das pesquisas. Não há nenhum indexador de bibliografia internacional sobre a História do Brasil, por exemplo, a modo de algumas publicações estrangeiras, nem, tampouco, levantamentos sistemáticos de fontes primárias e secundárias localizadas em arquivos e bibliotecas do exterior sobre a História do Brasil (conseguimos localizar apenas 3 trabalhos deste gênero). Se o quadro de trabalhos não é desimportante, está longe de dar conta das necessidades atuais de informação histórica. Quase tudo está por ser feito em termos de dicionários históricos, glossários, atlas, levantamentos estatísticos de tipos de documentos ou inventários analíticos de fontes mais gerais.

As transcrições, fac-símiles e reproduções do período também constituem uma coleção pulverizada onde, contudo,

podemos verificar algumas dominâncias de interesse. Dentre livros e artigos, foram localizados 125 trabalhos de transcrição de fontes primárias em geral, fac-símiles de impressos ou manuscritos e reproduções de coleções temáticas de fotografias, de material iconográfico, etc.

Uma primeira observação importante refere-se ao fato deste grupo de trabalhos ter, junto ao público, uma receptividade sensivelmente maior que a dos instrumentos de pesquisa e obras de referência, mais comumente adquiridos por arquivos e bibliotecas. Transcrições, reproduções, pelo contrário, são capazes de interessar faixas de público mais especializadas ou mesmo extratos econômicos mais elevados de consumidores de livros.

Dos 125 trabalhos, cerca de 85 são livros: 35 editados por instituições diversas (principalmente arquivos e universidades), 40 editados por editoras privadas e 10 em co-edições entre editoras públicas e privadas. Basicamente nenhuma editora privada se destaca (há em média um título para cada uma delas). Afora os livros, localizamos ainda 14 trabalhos mais curtos, publicados principalmente nas revistas especializadas em História (5 na *Revista Brasileira de História*), e cerca de 25 livretes, editados por instituições variadas.

Entre as editoras, são raras as coleções que prevêm um espaço para este gênero de publicação, como a "Reconquista do Brasil", co-editada pela Edusp/Itatiaia, ou a série "A Visão do Paraíso", da L & PM. Lembramos, ainda, a "Biblioteca Reprográfica Xerox" que, nos anos 80, publicou mais de 20 títulos fac-similados (alguns deles presentes em nosso levantamento), 8 dos quais compondo a série "Documentos de Nossa História".

Pensando os tipos de trabalhos mais presentes neste grupo, tem-se que 50% são transcrições (cerca de 20 transcrições de manuscritos, 8 transcrições de fontes orais e as demais de fontes impressas). Da outra metade, 34 são edições fac-similares (dentre as quais 10 de jornais), 16 são de reprodução de fotografias e os restantes de reprodução iconográfica ou de objetos artísticos vários. Ainda que o total de trabalhos seja pequeno, os tipos dos mesmos indicam uma ampliação dos gêneros de fontes que passam a interessar aos historiadores. O

número de transcrições de manuscritos, comparado ao de transcrições de depoimentos orais, edições fac-similares ou de reproduções de fotografias, é expressivo e indicador dos deslocamentos dos interesses temáticos e das formas de abordagem das fontes.

Entre os tipos de informação mais transcritos ou reproduzidos, além dos documentos manuscritos e impressos em geral de conteúdo vário (livros de atas, de tombo, sesmarias, devassas, memorandos), dos depoimentos orais, das coleções de fotografia e dos jornais anteriormente referidos, chama a atenção o número representativo de cartas editadas (10 títulos), principalmente do período americano colonial, como as de Américo Vespúcio, Caminha (3 edições), Navarro e Nóbrega, e ainda alguns diários de viagens marítimas dos séculos XV-XVI. Entre as cartas cite-se, ainda, o alentado volume das *Cartas de D. Pedro I à Marquesa de Santos*, organizado por E. Araújo.

A coleção de reproduções fotográficas é muito diversificada, sem predomínio de um tipo específico. Há reuniões de fotos de escravos, de cartões postais, de imigrantes no sul do país, das revoluções Farroupilha, de 30 e de 32, de cidades, etc.

Entre os 13 trabalhos com jornais, 10 são fac-símiles, com uma pequena dominância de jornais do Império, 2 ligados diretamente aos temas da escravidão e do abolicionismo. Os demais são periódicos da fase republicana, destacando-se entre os mesmos, pelo cuidado editorial, *O Homem do Povo*, publicado por O. de Andrade e P. Galvão em 1931.

Do ponto de vista estrito dos temas abrangidos por estes trabalhos, importa ainda especificar melhor algumas poucas concentrações de interesse e o perfil geral dos restantes. O comportamento guarda alguma semelhança com aquele verificado entre os instrumentos de pesquisa e obras de referência. O tema do escravismo é relativamente o mais enfocado, com 15 trabalhos (12 publicados em 88). Dos mesmos, 2 são volumes de fotografias graficamente sofisticados, dentre eles *Escravos brasileiros do século XIX na fotografia de Christiano Jr.*, organizado por P. C. de Azevedo e M. Lissovsky. Afora os dois fac-símiles de jornais abolicionistas citados, 4 outros trabalhos são transcrições de depoimentos de ex-escravos e os

demais de documentos diversos.

Os temas das revoluções Farroupilha, de 30 e de 32 também aparecem razoavelmente representados. Sobre a Revolução Farroupilha foi possível identificar 3 volumes de trabalhos, incluindo fotos e livros fac-similados. Da Revolução de 30 localizamos também 3 obras, dentre as quais um amplo trabalho de reunião fotográfica (*A Revolução de 30 e seus antecedentes*, organizado por A. M. B. Murakami), além de outras reproduções fotográficas ou de periódicos. Da Revolução de 32 anotamos 4 trabalhos que incluem fotografias, charges, depoimentos e documentos em geral. Também foi encontrado um trabalho sobre a Conjuração Mineira (outra edição dos Autos da Devassa).

Ressaltem-se ainda 4 trabalhos sobre movimento operário, incluindo depoimentos orais e textos literários de operários e anarquistas, 1 trabalho sobre a memória fotográfica do PCB (publicado por ocasião de seus 60 anos de existência) e outro sobre a Liga Comunista Internacionalista. A área política esteve ainda mais representada, com pelo menos 6 trabalhos, depoimentos de militantes políticos e reuniões de documentos em torno do período republicano em geral e de temas como Vargas ou 1964. Nesse sentido, afora o escravismo, o tema mais representado é aquele que agrupa registros de História Política.

Em termos de periodização convencional da História do Brasil, tem-se que cerca de 20 trabalhos são referentes ao período colonial, 25 ao imperial e pouco mais de 35 ao republicano, tendência de distribuição que se verifica, ainda que com outras ponderações, nos mais diferentes tipos de trabalhos de História feitos no país nos anos 80. Há diversos trabalhos sobre São Paulo, seguidos de alguns sobre o Rio de Janeiro. Quase todos os demais Estados estão representados, embora, em geral, com apenas um título. Essas publicações sobre os Estados do país geralmente incluem amplo material fotográfico e reproduções. O restante dos trabalhos, em termos de periodização geral, é bem mais heterogêneo. Foi localizado apenas 1 registro sobre História Antiga, nenhum em Medieval, raros sobre História Moderna, Contemporânea ou da América.

Tal como ficou dito dos instrumentos de pesquisa e obras de referência, também em termos de transcrições,

reproduções e fac-símiles o volume de trabalhos é pequeno. Resta, praticamente, tudo por ser feito, não obstante alguns setores parecerem mais assentados em termos da organização e disponibilidade das informações, como o tema do escravismo ou o período republicano no Brasil, conquanto dispersos e desiguais entre si. Materiais sobre as efemérides do período também tiveram expressiva produção. É de se notar, igualmente, uma diversidade de interesses pelos tipos de registro de informação, tanto dos tipos de obras, quanto dos tipos de dados que reúnem. As preocupações com catalogação, transcrição e publicação de fontes como jornais, coleções fotográficas, depoimentos orais e filmes de cinema parecem também se firmar, algumas mais, outras menos, no rol dos instrumentos e tipos de trabalho procurados. Observe-se, ainda, que fac-símiles, transcrições e reproduções apresentam um melhor desempenho junto ao público consumidor de livros e se configuram enquanto setores de publicação que talvez possam ser mais explorados por parte das editoras comerciais.

2.4. Instituições, associações e programas especiais

Uma maneira de se avaliar a vitalidade da produção intelectual de uma dada área é verificar o movimento associacionista e a existência de grupos que se dediquem a estudos e pesquisas, que tenham sido criados com fins específicos, regra geral abordando um tema particular e que, assim, têm mais condições de aprofundar questões, carrear recursos e intensificar a divulgação do conhecimento em pauta. Comparativamente com outros países, este tipo de entidade é bem pouco explorado no Brasil, embora seja significativo o surgimento de muitos grupos com este perfil nos anos 80. Aqui, contudo, registramos alguns que conseguimos detectar. A lista completa pode ser vista no segundo volume.

Em geral, quanto mais sofisticada é uma determinada área do conhecimento, maior é o número de trabalhos coletivos existentes, tal como demonstram certas pesquisas em curso na Genética, na Astronomia ou na Biologia. Nem parece ser indiscutível a visão segundo a qual o trabalho individual seria o mais recomendável e que tende a enfatizar certas especificidades da História: não há nenhum impedimento estrutural para o trabalho coletivo em História e, no entanto, são raras as iniciativas neste sentido.

Um significativo empreendimento ocorreu no período mas teve caráter apenas arquivístico. Referimo-nos ao já mencionado *Guia brasileiro de fontes para a História da África, da escravidão negra e do negro na sociedade atual*, coordenado pelo Arquivo Nacional. Iniciativas de intercâmbio entre cursos

de pós-graduação, bem como reunião de múltiplos esforços para concretizar eventos também ocorreram, mas ainda em número reduzido.

Analisaremos, inicialmente, a principal entidade congregadora de historiadores no Brasil. A ANPUH foi criada em 1961, durante o I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior, promovido pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília (SP), a partir de moção assinada por J. R. do A. Lapa que destacava "o isolamento em que trabalham os professores" e a importância do diálogo entre cientistas¹.

Em 1962, já contava com 9 núcleos regionais, chegando a 20 no início dos anos 80. Ao longo dos anos desempenhou um papel relativamente importante no sentido de propiciar, sobretudo às regiões mais remotas, o contato com vários tipos de questões inerentes à História. Da mesma forma, patrocinou bienalmente seus simpósios nacionais (desde 1965), publicou 19 volumes de anais dos simpósios ocorridos entre 1961 e 1977 e, desde 1981, edita a *Revista Brasileira de História*. Em muitos momentos marcou posição denunciando o estado de abandono da maioria dos arquivos brasileiros e, em outros, firmou-se contra projetos oficiais tendentes a minimizar a importância da História, como no caso da proposta de "Estudos Sociais".

A entidade, infelizmente, não conseguiu adquirir um perfil marcante, qualquer que fosse este perfil. Não se trata de um sindicato, como é claro, nem supomos que devesse estar às voltas com questões salariais ou assemelhadas; mas, por vezes, teve ímpetos corporativistas, marcando posições da categoria. Tampouco é um órgão regulamentador e disciplinador do ponto de vista profissional, nos moldes dos conselhos de profissões liberais, até porque a profissão de historiador não está delimitada, felizmente, de modo oficial; contudo, em diversas ocasiões lidou, precisamente, com a questão da regulamentação da profissão. Finalmente, também não é uma entidade que consiga de algum modo organizar a comunidade de pesquisadores e influir na distribuição dos recursos relacionados ao fomento à pesquisa, tal como a ANPOCS, embora tenha par-

ticipado da coordenação dos recursos relativos ao financiamento das comemorações das chamadas "efemérides" que abundaram nos anos 80.

Se uma tal indefinição, por si só, já não se constitui numa desvantagem, certamente, contudo, ela expressa uma realidade inerente à comunidade de historiadores no Brasil, isto é, a indefinição não é uma "culpa" da entidade mas um reflexo dos que a constituem. Desde o início a ANPUH foi possuída pela dúvida quanto à inclusão, ou não, em seus quadros, de historiadores que não fossem universitários. Se a restrição real caiu com o tempo, a nominal persiste até hoje. Neste sentido, também pode ser interessante, para quem se proponha uma "sociologia do conhecimento" em nossa área, analisar os "rachas" que, ao longo do tempo, foram se constituindo, isto é, historiadores que, pelas mais diversas razões, não quiseram pertencer aos quadros da ANPUH ou a olharam com desprezo. Os motivos destes conflitos, aliás, nunca ficaram ou ficam muito evidentes, numa tradição da área de evitar explicitar claramente as diferenças, discordâncias e divergências políticas, deixando que o silêncio ou as acusações mais ou menos veladas criem os limites dos subgrupos ou confrarias que, ao leigo ou ao indiferente, sempre surgem como enigmáticos ou obscuros. Aspecto também interessante desta análise seria a consideração dos processos eleitorais para a escolha das diretorias, que sempre ocorrem durante os simpósios nacionais, e que se constituem num verdadeiro microcosmo da ojeriza nacional de nossas elites à explicitação das diferenças e de sua tendência à conciliação a todo custo.

Mostra da indefinição aludida pôde ser detectada na última questão que, mais uma vez, envolveu a entidade. Antes do Simpósio Nacional de 1991, alguns núcleos regionais tinham como certo que neste encontro geral explodiria, com ares de um cisma, o problema do perfil da ANPUH. Dizia-se que certos grupos proporiam a configuração da entidade nos moldes da ANPOCS, com uma postura apolítica, visando organizar pesquisadores e carrear recursos, em detrimento da participação de professores de primeiro e segundo graus que, com suas questões relacionadas à rotina massacrante do ensino no Brasil, estariam bloqueando aqueles destinos "mais nobres" da

¹ CANABRAVA, A. P. A Associação Nacional dos Professores Universitários de História. *Revista Brasileira de História*, n. 1, mar./1981, p. 1.

pesquisa. Como se vê, um confronto entre "pesquisadores elitistas" e "profissionais socialmente engajados". Felizmente, o cisma não surgiu. Dizemos felizmente não por supormos que seja bom o encaminhamento da conciliação, mas porque seria de lamentar que uma discussão nestes termos tão frágeis aflorasse como sendo a preocupação da comunidade.

Estas discussões não surgiram do nada. Muito antes da criação da ANPUH já se falava da necessidade de se constituir um "órgão" promotor e estimulador da pesquisa histórica no Brasil. Em 1952, J. H. Rodrigues falava da necessidade de se criar um Instituto Nacional de Pesquisa Histórica, espécie de "Historiobrás" à qual caberia, dentre outras coisas, cuidar para que a pesquisa fosse estabelecida como serviço público, devendo ser planejada, sistematizada e ordenada, propondo também a profissionalização da carreira de historiador². Em 1981, F. Iglésias referendou as idéias de J. H. Rodrigues embora, lucidamente, enfatizasse o papel de centro gerenciador de informações para o órgão proposto, e não a configuração altamente centralista e interventora da proposta original³. Evidentemente, a ANPUH não foi criada com estes propósitos, mas é de se supor que estas questões fossem conhecidas por seus fundadores.

Enfim, diga-se que é lamentável o abandono da idéia de um centro gerenciador de informações. Em boa hora se evitou a proposta de uma "coordenação geral da pesquisa". Contudo, a questão do controle das informações impõe. Se, pelos custos e montante de trabalho, tal tarefa não se cumpriria sem o financiamento dos órgãos públicos, parece claro que seria indispensável a supervisão autônoma da comunidade através de sua associação. Certamente que um projeto de tal importância seria apoiado pelas agências de fomento à pesquisa. Não é cabível que, após três décadas de existência, a ANPUH não possua nenhum banco de dados, arquivo ou acervo minimamente elaborado e aberto à consulta. Há exemplos que mostram a possibilidade e a necessidade de tais tarefas: a

Associação Brasileira de Antropologia publicou, em 1988, tanto um catálogo de teses defendidas no Brasil, entre 1945 e 1987, quanto um cadastro intitulado *Antropólogos*, com o perfil acadêmico dos profissionais brasileiros do setor. A ANPOLL também publicou, em 1986, um catálogo contendo as teses e dissertações defendidas na área de Letras e Linguística.

Assim, quase que só restrita à organização dos congressos e à publicação da revista (veja tópicos 2.5. e 2.2.), a ANPUH persiste em não emergir no cenário nacional realizando as potencialidades que a reunião de seus integrantes possibilita - se se pensa na "massa crítica" que, afinal, congrega. Seria bom se isto mudasse nos anos 90.

Uma outra entidade congregadora de historiadores no Brasil é a Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH), criada em 1980 e que objetivava reunir

um número cada vez maior daqueles que efetivamente se dedicam à pesquisa histórica, sem se deixarem envolver por um espírito rotineiro que muitas vezes uma docência pouco gratificante, devido à massificação das Universidades, acaba criando⁴.

Entidade, portanto, sem um recorte temático específico, do gênero das associações que reúnem categorias profissionais, de certo modo concorre com a ANPUH, cuja reestruturação, em fins dos anos 70, provocou uma cisão da qual surgiu a SBPH. Os motivos desta cisão nunca ficaram bem explicados⁵. A entidade realizou pelo menos seis reuniões, das quais localizamos os anais das cinco primeiras.

Na área de grupos temáticos específicos, destaca-se a preocupação com a América Latina. Em 1983 foi criada a seção brasileira da *Associação de Historiadores Latino-Americanos e do Caribe* e, na Assembléia Geral do XIII Simpósio da ANPUH, em 1985, foi aprovada a proposta da Vice-Presidência no Brasil de um acordo de colaboração mútua entre as duas associações. Em 1982 já havia sido criada a *Associação de*

² RODRIGUES, J. H. *A pesquisa histórica no Brasil*. 4 ed. São Paulo: Nacional, 1982. p. 239-243.

³ IGLÉSIAS, F. *A pesquisa histórica no Brasil*. *Revista de História*, v. XLIII, n. 88, p. 409-411, out./dez. 1971.

⁴ SILVA, M. B. N. da. Apresentação. *Anais da I Reunião*. Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica. São Paulo, 1982. p. 7.

⁵ Para J. R. do A. Lapa (*História e historiografia Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 38) a reestruturação, "entre outros motivos", resultou na criação da SBPH. Esta reestruturação teria sido forçada pela "massa de novos profissionais que se incorporam periódica e formalmente à área de História".

Estudos Latino-Americanos (AELA) por pesquisadores ligados direta ou indiretamente ao Departamento de História da USP. Da mesma forma, entre 1984 e 1985, foi criado o *Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina*, como um núcleo de pesquisas e estudos interdepartamentais da FFLCH da USP. Seus trabalhos são divulgados através dos *Estudos CEDHAL*. Em 1985 foi criado o *Centro de Estudos Ibero-Americanos* (CEIA), órgão auxiliar do IFCH da PUC-RS, com o objetivo de ampliar os estudos de História e cultura da área ibero-americana. Publica, juntamente com o Departamento de História, a revista *Estudos Ibero-Americanos* que, contudo, existia desde 1975.

Em 1985, foi criado o *Seminário Permanente de Estudos da Família e da População*, mantido pelo núcleo regional da ANPUH em São Paulo. Entre 1987 e 1988 congregava cerca de 79 participantes que promoviam reuniões regulares. Infelizmente não conseguimos nos certificar da permanência do grupo.

O campo dos estudos demográficos também sugeriu algumas iniciativas. Além do já mencionado *CEDHAL*, foi criado no final dos anos 80 o *FIPE/DOCPOP - Sistema de Documentação sobre População no Brasil*, um banco computadorizado de dados sobre Demografia Histórica e História da População brasileira.

As dificuldades com pesquisa histórica no Brasil sobre períodos mais remotos certamente podem ser minimizadas a partir de um esforço coletivo. Este deve ter sido o objetivo mais geral da criação da *Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos*, em 1985, e da *Sociedade Brasileira de Estudos Medievais e Renascentistas*, fundada durante o 3º Simpósio Nacional de História Antiga e Medieval.

Duas unidades universitárias especiais foram criadas nos anos 80 e possuem fortes vínculos com a área de História. São aqui mencionadas, apesar de distintas do tipo de associação acima tratado, pois, até mesmo por se situarem em duas das principais universidades brasileiras, merecem registro especial: referimo-nos ao *Centro de Memória* da UNICAMP e ao *Instituto de Estudos Avançados* da USP.

O *Centro de Memória* foi criado em 1985 e funciona tanto como arquivo histórico, como centro de documentação e

biblioteca, além de ser núcleo congregador de várias pesquisas. Possui uma série de fundos arquivísticos públicos e privados e sua biblioteca guarda também coleções de material fotográfico e acervo muito amplo sobre a História de Campinas. Em janeiro de 1989 lançou o *Boletim do Centro de Memória*, periódico semestral de divulgação. Em 1990, lançaria a revista *Resgate*.

O *Instituto de Estudos Avançados* foi inaugurado em 1986. É, por opção, uma unidade que não promove cursos nem dá títulos. Funciona através de convites a pesquisadores e professores de notável saber, brasileiros e estrangeiros, que participam de áreas escolhidas como prioritárias. Em 1988 estas áreas eram: Biologia Molecular; Economia e Política; História, Ideologia, Mentalidade e Ciências Ambientais. A partir destas linhas gerais constituem-se grupos de estudos mais específicos que, na data aludida, congregavam cerca de 80 pesquisadores. Desde 1987 edita a revista *Estudos Avançados*, entre outras publicações. Em 1988 o IEA recebeu a doação de todo o acervo documental e bibliográfico do historiador J. H. Rodrigues.

Uma nota curiosa foi a criação, nos anos 80, de empresas privadas destinadas a oferecer, ao mercado em geral, o serviço da pesquisa histórica. O cliente pode apresentar ou encomendar um projeto sobre um determinado assunto e, em seguida, a pesquisa é desenvolvida. Temos notícia de diversas iniciativas deste tipo pelo país, mas conseguimos registrar concretamente a existência de apenas duas empresas: a LAPHIS - Laboratório de Pesquisa e Consultoria Histórica e a DOSSIÊ - Agência de Investigação Histórica - Ltda., ambas de Belo Horizonte.

2.5. Congressos, seminários, outros eventos

Uma outra avaliação da mobilização intelectual e acadêmica dos historiadores pode ser feita através da análise dos congressos, seminários, encontros e demais eventos ocorridos no período. Para o levantamento destes dados, além das dificuldades já expostas na Introdução, enfrentamos também o problema de ter que não considerar as atividades de extensão que não possuísem a dimensão de um congresso ou seminário mas que, por vezes, poderiam ser importantes. Optamos, finalmente, por não contar aqueles eventos intitulados "cursos", "palestras" ou "conferências" a fim de oferecer um resultado mais homogêneo, embora certamente incompleto.

Estabelecidos estes critérios, nossos levantamentos contabilizaram 167 registros (veja lista completa no segundo volume, com informações mais detalhadas sobre os eventos), mostrados na Tabela nº 13.

Tabela nº 13
NÚMERO DE CONGRESSOS, SEMINÁRIOS E OUTROS EVENTOS EM HISTÓRIA
1980-1989

1980 - 13	1985 - 22
1981 - 8	1986 - 21
1982 - 13	1987 - 17
1983 - 14	1988 - 19
1984 - 24	1989 - 16

Fontes: IBICT. *Calendário de eventos em ciência e tecnologia. Relação de congressos, seminários, conferências, reuniões, encontros e simpósios a serem realizados no Brasil. Periódicos indicados no tópico 2.2. da Bibliografia.*

Como se vê, há um relativo aumento do número de congressos no período mediano dos anos 80, talvez em função de alguma "folga" da conjuntura econômica pois, como se sabe, este tipo de promoção depende sempre de um aporte relativamente alto de recursos. Contudo, face às dificuldades do levantamento e, mesmo, às incertezas das conjunturas econômicas brasileiras, não temos condições de sustentar em definitivo esta hipótese.

Na Tabela nº 14 mostramos a distribuição por temas dos congressos, seminários e demais eventos.

Tabela nº 14
NÚMERO DE CONGRESSOS, SEMINÁRIOS E OUTROS EVENTOS DE HISTÓRIA
POR ALGUNS TEMAS E ABORDAGENS
1980-1989

Minas Gerais*	15
Sem temática definida	14
República no Brasil**	10
História da Ciência	9
Arte Barroca	6
Fontes	6
Escravidão	5
Ensino e Educação	5
Estudos Clássicos	4
História***	4
História Antiga	4
Revolução Francesa	4
H. do Vale do Paraíba	4
História da América	3
História Demográfica	3
História do Trabalho	3
História e Cinema	3
História e Poder	3
História Medieval	3
Arte	3
Ideologia	2
Literatura	2
Movimento Operário	2

* inclusive 3 sobre Conjuração Mineira

** inclusive 3 sobre Revolução de 30 e

1 sobre o Estado Novo

*** encontros para avaliação da área

Fonte: IBICT. Calendário de eventos em ciência e tecnologia.

Relação de congressos, seminários, conferências, reuniões, encontros e simpósios a serem realizados no Brasil. Periódicos indicados no tópico 2.2. da Bibliografia.

A destacar, o grande número de eventos relativos à História de Minas Gerais. Isto poderia ser entendido como um

desvio de nosso levantamento, já que estamos localizados neste estado e, assim, em princípio, poderíamos ter tido acesso com maior facilidade às informações mineiras. A bem da verdade, contudo, vale dizer que nosso levantamento não priorizou fontes de Minas Gerais, o que nos leva a concluir que, de fato, esta temática foi bastante privilegiada.

Também cabe destacar o número relativamente alto de eventos referentes à História Antiga, Medieval e estudos clássicos. Isto certamente se deve à organização das associações pertinentes, tal como analisado no tópico anterior.

Vale registrar que talvez tenham-se realizado no período os primeiros congressos conjuntos patrocinados por instituições cariocas e paulistas. Isto parece ter ocorrido em função da grandiosidade de alguns eventos, da necessidade de carrear recursos mais elevados e da possibilidade de melhor aproveitamento de visitantes estrangeiros.

Os mais importantes congressos nacionais que reúnem historiadores são patrocinados pela ANPUH. No período foram realizados 5 Simpósios Nacionais. O XI, em João Pessoa, com o tema "História, Historiografia, Historiador", congregou 214 pesquisadores (afora público assistente), de 19 a 24 de julho de 1981. O XII ocorreu em Salvador, de 17 a 23 de julho de 1983. O XIII, sob o tema "Sociedade e Trabalho na História", inscreveu 1.100 pessoas e realizou-se em Curitiba, de 21 a 26 de julho de 1985. O XIV tratou de "Cultura e Sociedade", contou com 126 comunicações individuais e 81 coordenadas e sediou-se em Brasília, de 19 a 24 de junho de 1987. Finalmente, o XV Simpósio Nacional abordou o tema "História, Terra e Poder", de 17 a 22 de julho de 1989, em Belém.

Estes Simpósios, como de resto todos os grandes congressos nacionais de categorias profissionais, sofrem críticas variadas: ora são acusados de gigantismo, ora de falta de critério na seleção de trabalhos (que inexiste no caso), ora de limitação para trabalhos que não podem se apresentar por causa da definição temática. Quanto ao gigantismo, a crítica parece injusta: um grande congresso não está impedido de ser de alto nível. O problema da limitação temática também parece não se sustentar; afinal, as sessões de comunicação costumam aceitar quaisquer temas. Mas o problema da inexistência de uma seleção

qualitativa prévia é real: já existe, no Brasil, uma suficiente massa de trabalhos de qualidade que garantiria a realização de um simpósio pujante, mesmo com um critério mínimo de seleção. O problema parece ser fundamentalmente político, uma vez que presumivelmente ninguém gostaria de integrar uma comissão avaliadora deste tipo.

A Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH) também patrocinou, durante o período, sua série de Reuniões Anuais. A I Reunião aconteceu de 7 a 9 de setembro de 1981, em São Paulo e, como todas as outras, não teve um eixo temático básico, estando aberta para uma série de temas de teoria, metodologia, História Regional e Arquivística, dentre outros. Nesta primeira reunião foram apresentadas 33 comunicações. A II Reunião aconteceu no ano seguinte, entre 28 e 30 de julho, no Rio de Janeiro, ocasião em que foram apresentadas 30 comunicações, além de mesas-redondas sobre o 2º centenário de Pombal, inovações tecnológicas no Brasil do século XIX e historiografia brasileira. Na III Reunião, em Brasília, 40 comunicações foram apresentadas e temas como "Os imigrantes e a sociedade brasileira", "A renovação da História Política" e "Relações internacionais" foram abordados em mesas-redondas. A IV Reunião ocorreu em 1984, no Rio de Janeiro, a V Reunião em 1986, em São Paulo e a VI em Recife. Não dispomos de informações mais detalhadas sobre estas últimas, nem sabemos se tais reuniões prosseguiram até o final do período.

O escravidão foi tema muito tratado em vários congressos. Aqui destacamos o "Seminário Preparatório ao Congresso Comemorativo da Abolição da Escravatura", que reuniu 60 especialistas nacionais e estrangeiros em São Paulo, ainda em janeiro de 1985, e cujo título destoava um pouco dos rumos que tomariam os comentários dos historiadores sobre a data, de resto nada laudatórios ou encomiásticos. Dos congressos efetivamente sobre o assunto, é pertinente destacar o "Congresso Internacional", em junho e julho de 1988, que ocorreu na USP, na UFF, na UFPR, na Universidade Estadual de Maringá e na Universidade Estadual de Londrina, e a "IV Jornada de Estudos Americanos" da Associação Brasileira de Estudos Americanos (ABEA), realizada em Mariana, de 25 a 27

de maio do mesmo ano, muito elogiada por sua organização.

A República também foi bastante enfocada no período, em função do centenário da Proclamação de 1889 e dos 50 anos da Revolução de 30 e da Revolução de 32. Destaque-se, a propósito, o "Seminário Projetos Políticos no Brasil Republicano", realizado pelo Instituto de Estudos Brasileiros da USP, de 22 a 26 de setembro de 1986, onde os principais estudiosos do assunto estiveram presentes apresentando seus trabalhos. A mesa-redonda final procurou discutir quais seriam os projetos do quadro político de então no Brasil. No campo dos temas tipicamente republicanos também tivemos o "Seminário sobre a Revolução de 30", promovido pelo CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, a partir de 22 de setembro de 1980, e o "Colóquio Estado Novo (1937/1945) e Autoritarismo no Brasil: uma avaliação histórica", promovido pelo Departamento de História da UFRJ de 3 a 6 de novembro de 1987.

Temas que igualmente mobilizaram as atenções dos historiadores no período foram a Revolução Francesa e a Conjuração Mineira, como não poderia deixar de ser, face ao bicentenário das mesmas em 1989, o que possibilitou, inclusive, encontros que discutiram os dois temas em conjunto. O Instituto de Estudos Avançados e a ANPOF promoveram, em outubro de 1987, o "Colóquio de Filosofia e História das Idéias" intitulado "1789 - Sombras e Luzes", que pretendeu ser preparativo ao bicentenário tanto da Revolução Francesa como da Conjuração Mineira. Como de fato, de 24 a 28 de abril de 1989, o Departamento de História da UFOP e a Fundação João Pinheiro promoveram o "Seminário Inconfidência Mineira e Revolução Francesa - Bicentenário: 1789/1989", em Ouro Preto, com 5 conferências e 5 mesas-redondas. Da mesma forma, o Departamento de História da UFRJ promoveu, em maio de 1989, o "Seminário A Revolução Francesa e o Brasil: imagens e repercussões (1789-1989)", com a participação de mais de 30 pesquisadores. Sobre os temas em pauta ainda tivemos "Revolução Francesa, Impacto no Brasil e Inconfidência", de 6 de junho a 14 de julho de 1989, promoção do Departamento Cultural da UERJ.

Alguns temas, nem tão tratados quantitativamente,

sobressaíram pela qualidade dos trabalhos, pela novidade do próprio assunto abordado ou pela intenção de consolidar certas especialidades. É o caso do estudo do barroco no Brasil, sobre o qual destacam-se dois congressos internacionais: o "Congresso do Barroco no Brasil - Arquitetura e Artes Plásticas", que se deu em Ouro Preto, de 3 a 7 de setembro de 1981, com cerca de 300 participantes, e o "II Congresso do Barroco no Brasil", também ocorrido em Ouro Preto, de 25 a 29 de setembro de 1989. Além destes, também tivemos quatro "Encontros Mineiros de Pesquisadores do Barroco", entre 1984 e 1987, todos em Minas Gerais. Nesta mesma linha se insere o "Inquisição - I Congresso Internacional", que contou com uma etapa portuguesa, em Lisboa, de 17 a 20 de fevereiro de 1987, e depois sediou-se em São Paulo, de 20 a 23 de maio daquele ano, com desdobramentos, ainda, no Rio de Janeiro, na UFRJ, de 25 a 29 do mesmo mês. Também podem ser mencionados, neste bloco, os encontros sobre Demografia (como o "IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais", em outubro de 1984, e o "Congresso sobre História da População da América Latina", em julho de 1989), que, certamente, também se relacionam com a criação de associações pertinentes, como comentado no tópico anterior. Registrem-se ainda os encontros sobre teoria (como o "Seminário Marxismo e Novas Tendências na História", em março de 1988 e o "Colóquio Narrativa: Ficção e História", em novembro de 1987), e sobre ensino de História (como o "Perspectivas do Ensino de História" em junho/julho de 1988).

Uma preocupação maior com os desdobramentos de tais eventos certamente seria muito proveitosa para os historiadores brasileiros. Para além de realizar os eventos (o que já é muito, diga-se), é indispensável um maior cuidado com a publicação e difusão dos anais respectivos. Para 167 eventos realizados, encontramos apenas 36 anais. A falta de registro em anais daquilo que se debateu num congresso ou seminário certamente se deve a dificuldades financeiras. Mas tal fato talvez espresse também o caráter relativamente inócuo de alguns encontros que ocorreriam mais pela rotina ou pela pressão de "datas especiais". De resto, é comum também em outros países o fato de que grandes contribuições para o conhecimento sejam mais freqüentes em outras instâncias.

A leitura do que é proposto como tema e do que é apresentado nos congressos é indispensável para quem queira conhecer a produção histórica sobre um dado assunto ou uma certa época. Por isso reiteramos o convite à leitura do segundo volume, que contém maiores dados sobre todos os eventos e anais que conseguimos catalogar.

2.6. História acadêmica e outras áreas

Há uma série de setores intelectuais, comunidades científicas e órgãos governamentais com os quais os historiadores universitários brasileiros se relacionam ou, ao menos, têm algum contato. Sejam as agências de fomento, das quais dependem para obter financiamentos para a pesquisa; sejam os historiadores estrangeiros, as outras instituições não universitárias de pesquisa ou os demais cientistas sociais, com os quais interagem via competição ou intercâmbio científico; sejam as artes em geral, para as quais, por vezes, fornecem elementos para a elaboração de enfoques históricos - enfim, apesar da diversidade, parece-nos interessante analisar todos estes "contatos externos" em conjunto.

Começemos pela comunidade científica brasileira em geral: de que maneira os historiadores interagem com este setor? Como são vistos pelos pesquisadores de outras áreas? Para encontrarmos respostas cabais a estas perguntas teríamos que desenvolver muitas considerações que, aqui, não serão feitas. Entretanto, alguns elementos podem ser apontados. Um bom caminho é a análise da participação da História nas Reuniões Anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC - e nas revistas desta entidade congregadora de cientistas. A Tabela nº 15 mostra a quantidade de comunicações de História apresentadas nas Reuniões Anuais da SBPC.

Como já foi dito por vários analistas, as Reuniões Anuais da SBPC, a partir da segunda metade dos anos 70, passaram a ser um espaço não só de exposição e debate de temas científicos, mas também de questões políticas, o que terá

ocorrido em função do cerceamento à liberdade de expressão promovido pela ditadura militar que controlou o país até recentemente¹. Com os partidos políticos manietados e com a imprensa sob censura, certos núcleos sociais, com o respaldo de uma "respeitabilidade" que nem mesmo os generais podiam ignorar, acabaram por assumir o papel de "porta-vozes da sociedade civil", isto é, instâncias onde se podiam fazer denúncias de arbítrios e conclamações pela volta aos parâmetros políticos democráticos². Foi o que ocorreu com a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e também com a SBPC.

Tabela nº 15
COMUNICAÇÕES DE HISTÓRIA APRESENTADAS NAS REUNIÕES ANUAIS DA
SBPC - 1980-1989

REUNIÃO	ANO	LOCAL	TOT GERAL	HUMANAS	HIST
32ª	80	Rio	2.747	11,7% (322)	0,9% (27)
33ª	81	Salv.	2.665	10,2% (274)	0,7% (20)
34ª	82	Camp.	2.826	12,5% (356)	1,0% (29)
35ª	83	Belém	2.584	11,8% (306)	0,7% (20)
36ª	84	SP	3.142	14,3% (452)	1,1% (36)
37ª	85	BH	2.758	14,8% (410)	1,3% (36)
38ª	86	Ctba.	3.352	15,9% (536)	1,8% (63)
39ª	87	BSB	2.804	13,5% (381)	1,2% (34)
40ª	88	SP	3.036	20,1% (611)	1,3% (42)
41ª	89	Fort.	2.479	15,3% (381)	0,4% (10)

Fonte: Resumos das Reuniões Anuais da SBPC.

Assim, as vicissitudes da vida política brasileira criaram um espaço nas Reuniões Anuais da SBPC onde as Ciências

Humanas e Sociais, por possibilitarem uma abordagem "científica" das questões políticas, sociais e econômicas, não só passaram a ser pertinentes como bem-vindas. Isto é visível na tabela anterior: houve um crescimento significativo da área de Ciências Humanas e Sociais, especialmente a partir do período da chamada "transição", o mesmo se verificando no caso específico da História.

Naturalmente que esta dinâmica, como já dissemos, não se iniciou nos anos 80. Desde a década de 70 que tal movimento se faz notar. E, para a SBPC, a presença da área de Humanas e Sociais foi muito transformadora: para além de conferir uma "legitimidade científica" às Ciências Sociais, a SBPC beneficiou-se neste contexto por surgir como uma entidade preocupada com os destinos políticos do país, assumindo o seu quadro de associados um perfil menos "friamente cientificista" e mais "socialmente engajado". Desta forma, se a SBPC, antes deste período, tinha apenas algumas centenas de membros, em 1982 já contava com 17.000 associados. Em 1970 o número de participantes da Reunião Anual foi de 1.200; em 1977 este número chegava a 3.825³.

Estes dados, contudo, não devem mascarar uma realidade que, de resto, não é comum apenas no Brasil: a visão dos cientistas das áreas de Ciências Aplicadas, Matemáticas, da Matéria, etc. a respeito das Ciências Humanas e Sociais não é nada lisonjeira - ao menos quando se pensa em certos parâmetros de cientificidade. O entendimento geral é o de que praticamos interpretações mais ou menos especulativas e pouco científicas; por vezes necessárias e ilustrativas mas, quase sempre, esquecidas quando se trata de discutir verbas; para pesquisa ou anunciar os pronunciamentos da "comunidade científica". Tal fato pode ser visualizado nos recentes movimentos da SBPC no sentido de retomar seu perfil precipuamente científico em detrimento da conotação política de seus eventos, tal como foi denunciado durante a assembléia da última reunião da ANPUH, em 1991, no Rio de Janeiro. Isto talvez explique o acentuado decréscimo do número de comunicações de História na Reunião Anual de 1989 conforme se constata na

¹ Ver CAMPOS, M. C. S. de S. As universidades brasileiras como centros de resistência. In: KOHUT, K.; org. *Palavra e poder*; os intelectuais na sociedade brasileira. Frankfurt am Main: Vervuert, 1991. p. 104 e SILVA, J. L. W. da. *A deformação da História*; ou para não esquecer. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. p. 43.

² Esta dinâmica não se deu sem problemas, notadamente no que se refere à relação entre intelectuais e Estado, tal como abordado por PECAUT, D. *Os intelectuais e a política no Brasil*; entre o povo e a nação. Trad. M. J. Goldwasser. São Paulo: Ática, 1990. Ver especialmente o tópico 4 da Parte II.

³ Ibid. p. 276.

Tabela nº 15. Dificilmente, contudo, será possível despolitizar a SBPC, sobretudo depois de tantos anos de convivência com as Ciências Humanas e Sociais. As manifestações da entidade por ocasião dos episódios relativos ao impedimento do presidente F. Collor parecem demonstrar isto.

A participação da ANPUH nas Reuniões Anuais da SBPC se dá através da organização de uma pauta específica de História que é efetivada durante o evento. Os temas desta pauta ao longo de alguns anos também denotam uma certa mudança do tipo de atuação da História nestes encontros. No início dos anos 80 havia uma preocupação política mais estrita quando, por exemplo, foram programadas mesas-redondas, em 1980, sobre "Democracia e Memória Social" e "História, Educação e Sociedade Democrática". Este enfoque foi sendo paulatinamente abandonado, em favor inclusive de questões institucionais do momento (como a Constituinte) e das inúmeras efemérides (centenários da República e da Abolição da Escravatura). No final do período já se tratava dos temas relativos à moda interna da própria História (feitiçaria e memória, por exemplo).

Outros determinantes parecem atuar no caso da frequência de artigos de História na revista acadêmica da SBPC *Ciência e Cultura*. A Tabela nº 16 mostra estes dados.

Tabela nº 16
ARTIGOS DE HISTÓRIA PUBLICADOS PELA REVISTA *CIÊNCIA E CULTURA*
1980/1989

ANO	TOTAL DE ARTIGOS	ART. DE HISTÓRIA	
1980	67	6	8,9%
1981	93	-	-
1982	75	3	4,0%
1983	93	1	1,0%
1984	110	4	3,6%
1985	120	3	2,5%
1986	118	3	2,5%
1987	57	4	7,0%
1988	61	3	4,9%
1989	70	5	7,1%

Fonte: *Ciência e Cultura*.

Embora os números acima não sejam discrepantes no que se refere à dinâmica política vivida pelo país e pela SBPC no período, parecem mais efetivas as influências das "efemérides" e as políticas editoriais da própria revista,

notadamente no que se refere à seleção de trabalhos e à presença de conselheiros editoriais ligados ou não à área de Ciências Humanas e Sociais.

Não há um tema específico predominante neste conjunto de artigos, embora sejam um pouco mais frequentes os artigos sobre História da Ciência e do Ensino que, de alguma forma, correspondem aos temas cuja abordagem pelos historiadores, na revista da SBPC, parece mais pertinente. Há também alguns artigos sobre escravidão, o que é natural, pois este foi o tema que mais mobilizou os historiadores no período.

Além da *Ciência e Cultura*, a SBPC publica outra revista, a *Ciência Hoje*, que busca atingir um público mais amplo através das bancas de jornais. Trata-se de um periódico com conteúdo e formato mais jornalístico, ainda que de alto nível. Iniciada em julho de 1982, em dezembro de 1989 a *Ciência Hoje* publicava o seu 60º exemplar.

A presença de trabalhos de História entre os artigos e resenhas desta revista também traz alguns dados importantes sobre o lugar ocupado pela História entre as disciplinas e matérias publicadas. Tendo em conta uma média de 4 a 5 artigos por exemplar (pouco mais de 250 artigos nos 60 números), afora resenhas e outras modalidades de trabalho, infere-se que a participação de historiadores foi significativa no período. Conseguimos localizar 29 artigos da área de História, 10 dos quais reunidos em um encarte especial da revista, intitulado "Negros Brasileiros", publicado com o v. 8, nº 48, de novembro de 1988. Registre-se que a História esteve entre as raras disciplinas ou os raros assuntos que, no período, propiciaram a edição de suplementos especiais. No caso da História, contra e a seu favor, estes suplementos, publicados por diversos periódicos, geralmente foram sobre as efemérides.

O número de artigos é relativamente alto, considerando-se o elenco de disciplinas passível de ser notícia em uma revista com este perfil, ou as dificuldades da História para se justificar como disciplina rigorosa frente às outras ciências. Se entre 1982 e 1986 a frequência da História entre os artigos foi pequena (7 artigos), a mesma cresceu acentuadamente nos últimos 3 anos do período, totalizando os outros 22 artigos. Como já foi dito, em 1988 foram publicados 10 trabalhos sobre

o negro e a escravidão no Brasil. Os cem anos da República também explicam o número elevado de 6 artigos em 1989. Os trabalhos sobre o negro e a escravidão apresentam uma gama variada de abordagens históricas, enquanto que o tema da República teve um leve predomínio de abordagens sobre História Política e História das Idéias.

Afora estes temas, que somam mais de 60% dos trabalhos publicados, registrem-se ainda 2 artigos sobre a bruxaria (no período moderno e no Brasil Colonial) e 2 outros sobre a História da Família, um dos quais a partir de álbuns de famílias imigrantes no Brasil. Outros temas novos ou renovados também se fizeram presentes, como a sexualidade no Brasil Colonial ou a História da criança negra sob a escravidão. A revista *Ciência Hoje* também publicou, portanto, um expressivo contingente de trabalhos que abordam temas novos ou pouco frequentes, o que é coerente com a linha editorial que veio adotando nesses anos (publicação de questões contemporâneas das diversas ciências e de temas que possam interessar a um público maior).

Buscando agora uma visualização comparativa mais específica entre a História e as outras Ciências Humanas e Sociais, um indicador são os recursos investidos nessas disciplinas pelas principais agências de fomento à pesquisa. De início ressalte-se que a área, como um todo, tem uma presença recente dentre aquelas que são beneficiadas com os recursos oficiais. Segundo S. Miceli, por exemplo, no tocante às bolsas para estudos no exterior concedidas pelo CNPq, tem-se que, no início da década de 70, as Ciências Sociais praticamente não eram beneficiadas. Em meados dos anos 70 a participação da área atingiu 10% do total, passando para 20% no início dos anos 80 e para 30% entre 1983 e 1984⁴.

Entretanto, estes dados gerais não fornecem um perfil mais detalhado da questão. A Tabela nº 17 mostra a evolução dos números das bolsas no exterior do CNPq para algumas Ciências Humanas e Sociais.

Como se nota, em contraste com as outras áreas, no caso da História o que ocorreu foi um aumento da demanda (de mais

de 90%), embora a disciplina participe da diminuição geral do atendimento que, no caso, caiu de 71,4%, em 1987, para apenas 29,6%, em 1990. Portanto, não procede a orientação, inúmeras vezes repetida pelos funcionários do CNPq, segundo a qual a "comunidade" deve fazer sempre mais pedidos para que o atendimento aumente.

Tabela nº 17
BRASIL. CNPq. DEMANDA E ATENDIMENTO DE TODAS AS MODALIDADES DE BOLSA PARA ESTUDO NO EXTERIOR EM HISTÓRIA, SOCIOLOGIA, CIÊNCIA POLÍTICA, ANTROPOLOGIA E ECONOMIA - 1987-1990
(número de bolsas)

	1987		1988		1989		1990	
	D	A	D	A	D	A	D	A
Hist.	28	(71,4%)	46	(50,0%)	50	(30,0%)	54	(29,6%)
Soc.	59	(45,7%)	59	(54,2%)	74	(41,8%)	63	(42,8%)
C. P.	34	(47,0%)	36	(38,8%)	30	(50,0%)	31	(41,9%)
Ant.	32	(65,6%)	36	(47,2%)	33	(24,2%)	31	(29,0%)
Ec.	136	(69,8%)	118	(46,6%)	119	(40,3%)	126	(29,3%)

Legenda: D - Demanda
A - Atendimento

Fonte: SCT. CNPq. DCT. Séries históricas de demanda e atendimento - 1987/1990.

Do ponto de vista comparativo a tabela chama a atenção para o fato de que a demanda por bolsas de estudo no exterior na área de História não é tão grande, se comparada com as outras ciências, mesmo com o crescimento de demanda detectado. Isto provavelmente se explica em função do forte predomínio de temas brasileiros e a evidência decorrente de que o melhor lugar para estudá-los é aqui mesmo, o que, possivelmente, constitui a razão da queda do atendimento. Certamente este atendimento seria maior se os historiadores brasileiros propusessem suas idas ao exterior a partir da focalização de temas históricos não brasileiros. Há também que se considerar um dado qualitativo, difícil de arrolar materialmente: trata-se da impressão generalizada de que a realização de um doutorado em História no exterior não possui tantas vantagens para o doutorando. Nos últimos tempos ouvimos inúmeros depoimentos informais neste sentido.

⁴ MICELI, S. A *desilusão americana*: relações acadêmicas entre Brasil e Estados Unidos. São Paulo: Sumaré, 1990. p. 41.

Relativamente às bolsas no país é notável o predomínio da História, no que se refere à demanda, dentre as ciências que tomamos para comparação. Tal predomínio, aliás, parece fácil de se explicar justamente pelo baixo número de pedidos de bolsas para o exterior. É o que se verifica na Tabela nº 18.

Tabela nº 18
BRASIL. CNPq. DEMANDA E ATENDIMENTO DE TODAS AS MODALIDADES DE BOLSA PARA ESTUDO NO PAÍS EM HISTÓRIA, SOCIOLOGIA, CIÊNCIA POLÍTICA, ANTROPOLOGIA E ECONOMIA - 1987-1990
(número de bolsas)

	1987		1988		1989		1990	
	D	A	D	A	D	A	D	A
Hist.	787	485 (61,6%)	1185	479 (40,4%)	1175	542 (46,1%)	837	573 (68,4%)
Soc.	642	372 (57,9%)	820	353 (43,5%)	743	374 (50,3%)	674	450 (66,7%)
C. P.	251	139 (55,3%)	261	141 (54,0%)	268	148 (55,2%)	279	213 (76,3%)
Ant.	332	191 (57,5%)	507	294 (40,2%)	340	193 (56,7%)	286	210 (73,4%)
Ec.	594	367 (61,7%)	934	362 (38,7%)	879	411 (46,7%)	636	445 (69,9%)

Legenda: D - Demanda
A - Atendimento
Fonte: SCT. CNPq. DCT. Séries históricas de demanda e atendimento - 1987/1990.

Em relação ao auxílio à pesquisa, também é elevado o nível de demanda da História, comparativamente com as demais ciências, conforme se vê na Tabela nº 19. Registre-se, particularmente, a forte demanda pela realização de eventos científicos (70 pedidos ao CNPq, só entre os anos de 1987 e 1989), certamente explicada pela ocorrência das efemérides. Estes pedidos foram em grande parte atendidos (mais de 80% da demanda em 1987 e 1988), o que sugere que a agência em pauta considerava pertinente a realização de congressos e seminários em torno dos "centenários".

Contudo, não se deve tirar muitas conclusões destes dados no sentido de que a História estaria melhor situada que as demais ciências mencionadas. Na verdade, o CNPq é apenas uma dentre as fontes de financiamento à pesquisa e, enquanto é comum às demais disciplinas o recurso a outras agências, inclusive estrangeiras, como a Fundação Ford, com a História tal

não se dá. O caso da FINEP, por exemplo, é surpreendente. Em 14 anos de assistência do órgão, apenas 5,5% dos recursos foram repassados para Ciências Humanas e Sociais e, deste total, apenas 5,8% vieram para a História (isto é, 0,32% do cômputo geral)⁵. Por isso, é possível que o montante de recursos globais repassados à História pelo conjunto das instituições financiadoras de pesquisa seja menor do que o repassado às demais Ciências Humanas e Sociais.

Tabela nº 19
BRASIL. CNPq. DEMANDA E ATENDIMENTO DE TODAS AS MODALIDADES DE AUXÍLIO À PESQUISA EM HISTÓRIA, SOCIOLOGIA, CIÊNCIA POLÍTICA, ANTROPOLOGIA E ECONOMIA - 1987-1990
(número de projetos)

	1987		1988		1989		1990	
	D	A	D	A	D	A	D	A
Hist.	119	98 (82,3%)	130	73 (56,1%)	116	39 (33,6%)	54	24 (44,4%)
Soc.	97	63 (64,9%)	117	60 (51,2%)	78	39 (50,0%)	91	43 (47,2%)
C. P.	45	25 (55,5%)	53	25 (47,1%)	49	17 (34,6%)	30	22 (73,3%)
Ant.	69	32 (46,3%)	74	37 (50,0%)	40	15 (37,5%)	41	17 (41,4%)
Ec.	121	64 (52,8%)	126	66 (52,3%)	89	36 (40,4%)	86	37 (43,0%)

Legenda: D - Demanda
A - Atendimento
Fonte: SCT. CNPq. DCT. Séries históricas de demanda e atendimento - 1987/1990.

Um dos capítulos mais tumultuados da relação da comunidade de historiadores brasileiros com outros setores diz respeito aos *brazilianists*, termo cunhado a partir da *Conference on Latin American History*, ligada à Associação dos Historiadores Latino-Americanistas dos Estados Unidos. Sobre tudo durante os anos 70, uma série de equívocos se entrelaçaram na composição do problema que, se foi banal em si mesmo, diz algo a respeito do país e dos pesquisadores de História nacionais e norte-americanos.

O fato é que, com o surgimento de novos interesses norte-americanos pela América Latina, a partir dos anos 60, somados a aspectos de nossa conjuntura política e econômica,

⁵ SILVA, J. L. W. da. Op. cit. p. 83.

que suscitaram a presença de pesquisadores norte-americanos no país, constituiu-se um enorme contingente de especialistas em História do Brasil que, segundo J. H. Rodrigues, já era de 600 pessoas por volta de 1975⁶.

A chegada destes pesquisadores ao Brasil, entretanto, não foi muito tranqüila. Em primeiro lugar, havia toda uma desconfiança política em relação aos Estados Unidos no que se refere ao apoio norte-americano à ditadura militar brasileira. Em segundo, não poderia mesmo ser muito positiva a recepção destes historiadores que vinham para cá com uma formação profissional completamente diversa da nossa e, sobretudo, ou ainda por cima, ocupando um vasto espaço muito pouco freqüentado pelos historiadores brasileiros: a fase republicana de nossa História. A opção por este período talvez seja um indicador do pragmatismo dos estudos norte-americanos no que se refere à América Latina, em geral, e ao Brasil, em particular, em função do significado econômico e cultural do país entre as nações do Terceiro Mundo neste século.

Afora isso, estes trabalhos apresentavam um padrão técnico de bom acabamento. Note-se que isso não significa, necessariamente, que os mesmos fossem de qualidade, ainda que alguns muito importantes tenham sido escritos. R. Morse comentou, inclusive, que os intelectuais brasileiros "conseguem dar vida à sua História", enquanto que os *brazilianists*, no máximo, "dão informação"⁷.

Como se não bastasse, foram muito raros os contatos anteriores entre historiadores brasileiros e norte-americanos, sendo patente a maior aproximação nacional de correntes francesas. Finalmente, os trabalhos publicados a partir de pesquisas de *brazilianists* tinham perfis diversos, sobressaindo alguns mais factualistas, o que sugeria a adesão de seus autores a correntes teóricas nebulosamente rotuladas de "positivistas", e outros, cujos modelos de reflexão foram só muito lentamente sendo compreendidos e criticados.

Além de tudo isto, a velha postura grotescamente

deslumbrada de nossas elites com "o estrangeiro" adicionou a este quadro um componente bastante explosivo: facilitando o trabalho do pesquisador estrangeiro que vinha "nos honrar" com seu interesse, instâncias oficiais responsáveis por arquivos, acervos documentais e coisas do gênero acabaram por ofender gravemente o historiador brasileiro que, afinal, jamais havia recebido favores semelhantes.

Assim, se é compreensível a reação que houve, a vantagem propiciada pelo olhar retrospectivo torna visível o excesso de energia que foi gasto na ocasião. Na verdade, a consequência mais duradoura da vinda destes pesquisadores foi positiva: eles chamaram a atenção para a necessidade de pesquisa sobre temas mais recentes, notadamente sobre o período republicano brasileiro. De fato, a partir da presença dos *brazilianists* (embora nem só por esse motivo), aumentou o número de trabalhos sobre o Brasil republicano, especialmente sobre a Primeira República.

Talvez não seja muito exagerado afirmar que este clima desgastante definitivamente não favoreceu um maior intercâmbio que poderia haver entre os historiadores brasileiros e norte-americanos, especialmente agora que começam a sobressair dentre nós certos enfoques cultivados por nomes como os do historiador de Princeton, R. Darnton, do professor de Estudos Históricos da Califórnia, H. White, ou do músico e escritor de Nova York, R. Sennett. Para alguns analistas, inclusive, haveria um "fechamento" das universidades norte-americanas aos postulantes brasileiros da área de História. S. Miceli fala que

o "fechamento" do mercado norte-americano (...) seria uma estratégia defensiva das pretensões profissionais dos aspirantes locais a se tornarem especialistas de um país como o Brasil⁸.

Embora o Autor se refira a outros possíveis condicionantes desta situação (maiores facilidades de se fazer um doutorado em História do Brasil no próprio país), na verdade fica por ser verificada a hipótese de que a História (juntamente com a Antropologia) seria um "segmento do

⁶ RODRIGUES, J. H. Os estudos brasileiros e os "brazilianists". *Revista de História*, v. LIV, n. 107, ano XXVII, p. 189-219, jul./set. 1976.

⁷ MORSE, R. Uma entrevista com Richard Morse. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 90, 1989.

⁸ MICELI, S. Op. cit. p. 32.

mercado norte-americano fechado aos pleitos dos postulantes brasileiros"⁹. Embora sejam significativos os dados que demonstram o fortíssimo predomínio dos *brazilianists* no que se refere à pesquisa acadêmica norte-americana sobre a História brasileira (de 17 teses no período 1951/1985, apenas 9 foram feitas por brasileiros)¹⁰, seria necessário que fossem apresentados alguns dados sobre a demanda. Na ausência desta informação, o que temos é nossa experiência cotidiana com historiadores brasileiros que, raramente, cogitam fazer seus cursos de pós-graduação nos Estados Unidos. Assim, não parece que haja um fechamento norte-americano em relação aos "pleitos" de historiadores brasileiros: a impressão que se tem é a de que não existem muitos pleitos.

Em 1974, numa comunicação apresentada ao *Primer Encuentro de Historiadores Latinoamericanos*, no México, C. G. Mota referia-se aos "vínculos externos excessivamente pesados" que a História brasileira teria mantido desde sempre, o que configuraria um fenômeno permanente de "importação cultural"¹¹. Assim, F. A. de Varnhagen e C. de Abreu seriam tributários da "Escola Histórica Alemã", tanto quanto N. W. Sodré seria a representação nativa de um "marxismo esquemático apressado". Haveria ainda os representantes nacionais do quantitativismo, o convívio com os *brazilianists* e com os colegas franceses, de tudo resultando que

no plano da historiografia, em termos de importações continua-se a copiar ou glosar, nesta área periférica, os aspectos mais exteriores das produções dos centros hegemônicos¹².

Este tipo de avaliação nunca soa muito simpática e, na verdade, sujeita o emissor a alguns equívocos de compreensão. Portanto, precisamos registrar nossa concordância com C. G. Mota da maneira mais clara possível. Na verdade, nada há de errado em inspirar-se nas abordagens, enfoques, temas ou o que seja de grandes historiadores estrangeiros. Tampouco haveria

qualquer inconveniente em que inúmeros historiadores estrangeiros estudassem a História do Brasil (desde que os brasileiros sejam cumulados com as mesmas facilidades que os estrangeiros). O que há de tortuoso neste caminho é o fato dele configurar-se como sendo de mão única. Se reunimos condições para importar temáticas, técnicas, metodologias e teorias, isto é, se desejamos acompanhar o que há de mais moderno na produção histórica contemporânea, é preciso ousar mais: estudar temas europeus, norte-americanos e de outras procedências e propor, a partir talvez de assuntos brasileiros, novas temáticas, técnicas, metodologias e teorias que possam interessar ao historiador estrangeiro¹³. Para assumir um perfil verdadeiramente internacional não basta reproduzir, aqui, o que se faz lá fora. É preciso dialogar de igual para igual com a comunidade estrangeira, vale dizer, é necessário que sejamos formuladores de inovações e não apenas importadores de novidades.

Vários analistas sugeriram, por motivos diferentes, que estaria havendo uma "americanização" no âmbito da História brasileira, à qual corresponderia, inclusive, uma diminuição da influência francesa. Assim, C. G. Mota sublinhou que a implantação do sistema departamental (em substituição ao regime de cátedra nas universidades) nos aproximava mais do tipo norte-americano¹⁴; F. Novais disse que certos temas dos estudos brasileiros sobre a escravidão (família, eficiência do sistema em comparação com o capitalismo, dentre outros) corresponderiam a uma "americanização da historiografia brasileira da escravidão"¹⁵; S. Miceli, referindo-se aos cientistas sociais em geral, afirmou que

(...) foram decerto os cientistas sociais brasileiros por assim dizer mais "americanizados" (...) que importaram (...) todo um estilo cosmopolita e internacionalizado de desempenho profissional, preocupados em firmar padrões altamente profissionalizados de aferição de desempenho, em introduzir no mercado doméstico aqueles indicadores

⁹ Ibid. p. 33.

¹⁰ Ibid. p. 73.

¹¹ MOTA, C. G. A historiografia brasileira nos últimos quarenta anos: tentativa de avaliação crítica. *Debate e Crítica*. São Paulo, n. 5, 1975, p. 4.

¹² MOTA, C. G. Op. cit. p. 5.

¹³ A raridade do tratamento de temas estrangeiros pelo cientista social brasileiro também foi detectada por MICELI, S. Op. cit. p. 46.

¹⁴ MOTA, C. G. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*; pontos de partida para uma revisão histórica. 6 ed. São Paulo: Ática, 1990. p. 45.

¹⁵ "A história que se faz na Academia. Uma entrevista com Fernando Antônio Novais". *Arrabalde*, v. 1, n. 3, jan./abr. 1989. p. 132.

inequívocos de uma ciência social desenvolvida (...) ¹⁶.

Francamente, a nós parece que a aludida americanização não se deu. Embora o quadro descrito por S. Miceli seja fiel ao que se passou no âmbito da Sociologia, da Ciência Política, da Economia e da Antropologia, é preciso destacar que não foi assim no caso da História - que continua profundamente francófila, embora nos anos 80 tenha havido uma grande aproximação da bibliografia inglesa. Nem a estruturação universitária em departamentos, nem a existência de aproximações temáticas com a História produzida nos Estados Unidos (das quais o escravismo é realmente o caso mais notável), conseguiram diminuir a influência francesa. Esta, contudo, não nos parece ser a questão central deste aspecto: como já dissemos, importaria muito mais discutir os motivos, o porquê da inexistência de condições (se é que isso é real) para um diálogo efetivo, um caminho de mão dupla.

Internamente as relações dos historiadores brasileiros parecem ser mais tranquilas. Não é preciso, por exemplo, destacar as inúmeras instituições não universitárias que fazem pesquisa histórica ¹⁷ e que conseguem integrar-se de maneira bastante satisfatória com a comunidade acadêmica. Diríamos mesmo que a saudável prática do intercâmbio (de profissionais e de temas) acontece com muito maior desenvoltura nestas instituições do que nas universidades - estas últimas vitimadas por níveis por vezes elevados demais de competição regional e "feudalizações" (temas que são tidos quase que como "propriedades" de certos nomes). Até mesmo com o IHGB a comunidade de historiadores universitários teve um momento de melhor relacionamento (em geral azedado pelo recorrente imobilismo da vetusta instituição) quando da "Comissão de Ensino Sistemático e Assistemático de História do Brasil" que, no início dos anos 80, condenou a disciplina "Estudos Sociais" ¹⁸.

Capítulo que resta por ser trabalhado é o da relação dos historiadores brasileiros com diversos outros cientistas sociais

(sociólogos e cientistas políticos principalmente). Raros foram os momentos em que os historiadores efetivamente se detiveram em análises sobre trabalhos de natureza histórica produzidos por profissionais de outras formações ¹⁹, embora isto seja tão comum no Brasil desde muito tempo e até hoje ²⁰. O fato é que algumas restrições mais ou menos veladas ²¹ ainda estão sem resposta.

No período a História também se beneficiou de uma maior aproximação com os setores artísticos, podendo-se destacar certas realizações, algumas de boa qualidade, outras nem tanto ²², em que, de alguma maneira, atuaram os historiadores.

Em linhas gerais, talvez seja possível afirmar que o interesse público pela História (como se verá no Capítulo 4) deveria gerar um espaço de inter-relacionamento, entre a História e diversos outros setores, ainda maior do que o visto acima. Contudo, é inegável: cada vez mais a produção histórica e os historiadores brasileiros se fazem presentes na comunidade científica e intelectual mais geral.

¹⁹ Uma exceção pode ser vista em CARDOSO, C. F. S. Sociólogos no domínio da Clio. *Tempo e Sociedade*. Niterói, v. 1, n. 1, p. 67-104, jan./jun. 1982.

²⁰ Veja-se, por exemplo, a produção de J. M. de Carvalho e A. Camargo.

²¹ Veja-se, por exemplo, J. L. W. da Silva, op. cit. p. 77, onde o Autor questiona "se a sociologização ou antropologização, da história (...) a descontinuidade superando a continuidade em nome do combate à linearidade, o tempo curto e restrito da micro-história sobrepujando o tempo longo e abrangente da macro-história, tudo isso, enfim, não teria, consciente ou inconscientemente, desfavorecido a totalidade histórica como objeto de investigação?"

²² O filme *Jango*, de S. Tendler, foi muito debatido pelos historiadores. Iniciativas mais infelizes, como *Quilombo*, de C. Diegues, foram bastante criticadas. O teatro brasileiro continuou a inspirar-se na História como já vinha fazendo há muito tempo. No caso da prosa literária, a retomada do "romance histórico", através de trabalhos de qualidade feitos por uma Z. R. Tavares, por exemplo, foi ensejo muito mal aproveitado para a problematização da narrativa ficcional e histórica.

¹⁶ MICELI, S. Op. cit. p. 34.

¹⁷ Para uma visão sucinta ver IGLÉSIAS, F. História. In: CNPq. *Avaliação & Perspectivas - 1982*, v. 7, Ciências Humanas e Sociais. Brasília: CNPq/Coordenação Editorial, 1983, p. 199-200.

¹⁸ SILVA, J. L. W. da. Op. cit. 57-58.

3. Editoras e Livros de História

Quem quer que tenha freqüentado com assiduidade as livrarias dos principais centros urbanos do país, durante os anos 80, certamente não deixaria de constatar que alguma coisa mudou neste período. As edições se tornaram mais cuidadas, artistas plásticos importantes foram convidados a conceber as capas de certos livros e os padrões gráficos em geral se sofisticaram. Por outro lado, uma demanda mais exigente também colaborou para o aumento das traduções e da diversificação do leque de opções de leitura.

Com efeito, os anos 80 consolidaram um crescimento que já se vinha sentindo durante os anos 70. L. Hallewell, certamente o autor do mais importante trabalho sobre o livro no Brasil, após muitos anos sem vir ao país, diz ter ficado "assombrado de ver o quanto havia mudado o ramo/ livreiro" entre 1971 e 1979¹. Os anos 80 confirmaram esta tendência: novas editoras foram criadas, outras redefiniram seu perfil, ainda que algumas tenham desaparecido, experimentado crises ou estagnado. Ultrapassado "o ano particularmente desfavorável" de 1980², que repercutiu ainda em 1981, até 1987 houve um desenvolvimento significativo do mercado editorial, que se manteve "com crescimento praticamente zero entre 1988

¹ HALLEWELL, L. *O livro no Brasil* (sua história). Trad. Maria da Penha Villalobos & Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: T. A. Queiroz/USP, 1985. p. 555. Ver Tabela nº 30 - Produção de Livros, 1971-1980, à p. 572.

² Ibid. p. 574.

e 1989", estabilizado no patamar de 72 milhões de exemplares anuais³.

Ainda que seja difícil uma percepção mais clara do mercado editorial, ao longo desses anos foi se consolidando um sistema de coleta e organização de informações sobre publicações no país. Os dados apresentados na Tabela nº 20 indicam o montante de publicações das 10 principais editoras por ano, segundo os levantamentos do periódico *Leia*. A dificuldade de leitura dos mesmos decorre dos diversos problemas que foram enfrentados para a sua obtenção, geralmente expostos junto às tabelas apresentadas pelo jornal⁴.

Basicamente, as posições mais importantes do mercado editorial permaneceram entre as mesmas editoras: a Record manteve-se na primeira posição em 8 anos do período, a Paulinas permaneceu estável com melhora temporária, a Vozes, a Brasiliense e a Melhoramentos perderam posições. A Nova Fronteira, após longa estabilidade, perdeu qualquer posição no quadro. A Atica apresentou um crescimento espetacular nestes anos, ocupando a primeira posição já em 1988 e novamente em 1989. A Círculo do Livro parece sub-representada em função de não ter dados para os anos anteriores a 1984. No final dos anos 80, a FTD e a Editora do Brasil; buscaram firmar suas posições⁵. Há, geralmente, uma estabilidade ou pequeno crescimento em algumas editoras quanto ao número de obras publicadas em primeira edição; o aumento mais acentuado diz respeito aos títulos re-editados. O perfil destas grandes editoras indica também as áreas privilegiadas de publicação, sobressaindo os *best-sellers* estrangeiros, literatura estrangeira e nacional, livros técnicos, obras de Ciências Humanas (muitas de Direito) e livros didáticos. Religião, ocultismo e biografias também aumentaram sua representação⁶.

Interessa-nos, neste momento, o movimento editorial dos livros de História no interior deste crescimento geral das editoras e de sua produção no período. Notamos, em princípio,

³ *Leia*, ano XII, n. 142, p. 25, ago. 1990. Ver gráfico "Trajetória do Mercado Editorial (1984-1989)", à mesma página.

⁴ Dentre outros, ver COSTA, C. T. Quem é quem no mercado editorial. *Leia*, ano II, n. 22, p. 23, 15 mar./14 abr. 1980.

⁵ *Leia*, ano XII, n. 142, p. 25, ago. 1990.

⁶ *Ibid.* p. 23.

Tabela nº 20
BRASIL. RELAÇÃO ANUAL DAS 10 EDITORAS COM MAIOR NÚMERO DE EDIÇÕES DE LIVROS EM GERAL
1980-1989

EDITORIA	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89
Record	P 161 E 394 C 1	194 502 1	189 582 1	164 555 1	210 565 1	199 466 1	165 589 1	281 820 1	285 430 2	194 481 3
Vozes	P 105 E 280 C 2	138 414 3	177 449 2	126 458 3	129 356 3	149 451 2	133 370 4	144 417 6	129 344 6	122 321 8
Brasiliense	P 76 E 235 C 3	129 415 2	147 422 3	153 469 2	170 415 2	186 433 3	132 366 5	144 405 7		
Melhoramentos	P 123 E 234 C 4	128 205 4	123 297 5	34 187 8	49 146 9	45 221 7	68 211 10			
Saraiva	P 79 E 218 C 5	63 145 7		55 268 6				53 438 5	73 440 3	81 489 2
N. Fronteira	P 85 E 208 C 6	84 188 6	101 220 6	103 269 5	128 249 6	117 231 6				

cont.

EDITORIA	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89
Ática	P 75 E 177 C 7	35 118 10	55 145 10	45 147 9	58 132 10	96 216 8		138 440 4	208 601 1	210 609 1
Atlas	P 33 E 175 C 8		26 177 8			37 213 9	- 242 7			
C. Brasileira	P 78 E 139 C 9									
José Olympio	P 46 E 95 C 10									
Paulinas	P E C	- 190 5	166 402 4	166 342 4	163 349 4	184 419 4	200 493 2	195 512 2	134 363 5	129 411 5
Zahar	P E C	- 122 9								
L & PM	P E C		27 149 9							

cont.

EDITORIA	80	81	82	83	84	85	86	87	88
Loyola	P E C			145 258 7					153 250 10
Nobel	P E C			34 132 10		62 175 10	54 220 8		
C. do Livro	P E C				309 5	122 330 5	130 373 3	164 480 3	166 474 4
Abril	P E C				91 184 7				
Forense	P E C				53 173 8				
Global	P E C						74 214 9		
Globo	P E C							197 345 8	

conclusão

EDITORA

	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89
FTD	P E C							106 319 9		328 410 6
Ed. do Brasil	P E C							56 307 10	101 249 9	107 362 7
Scipione	P E C								115 291 7	
Cultrix/Pens.	P E C								72 281 8	76 305 9
Ao L. Técnico	P E C								31 233 10	

Legendas: P - Primeiras edições no ano

E - Total de edições no ano

C - Classificação de 1ª a 10ª por ano

Obs: o ano de 1980 não contempla os livros didáticos e os vendidos em bancas de jornal. Os anos de 1984, 1986 e 1989 também não contemplam livros didáticos. A Brasiliense não forneceu dados para o ano de 1989. Fontes: *Leia*, v. 2, n. 33, p. 21, 15 mar./14 abr. 1981; v. 5, n. 55, p. 20, 15 mar./14 abr. 1983; v. 6, n. 66, p. 13, 15 mar./14 abr. 1984; v. 8, n. 80, p. 18, jun. 1985; v. 8, n. 92, p. 26, jun. 1985; v. 9, n. 105, p. 35, jul. 1987; v. 10, n. 116, p. 22, jun. 1988; v. 11, n. 133, p. 33, nov. 1989; v. 12, n. 142, p. 26, ago. 1990; HALLEWELL, L. *O Livro no Brasil*; sua história. São Paulo: T. A. Queiroz/Edusp, 1985. p. 611.

que não existem dados que permitam comparações com os anos anteriores a 1980, tanto no que diz respeito ao mercado editorial quanto a livros de História em particular. Os dados catalogados, presentes em alguns trabalhos, não são igualmente contrastáveis, pois não possuem abrangência suficiente⁷. Importa destacar que não há muita coincidência entre essas grandes editoras e as que publicaram mais livros de História no período, ainda que algumas pertençam a ambos os grupos, como a Brasiliense, a Ática e a Vozes, igualmente bem representadas entre aquelas editoras que mais publicaram títulos de História, ainda que em posições e movimentos diversos no período. A tabela seguinte indica as vinte principais editoras de História entre 1980 e 1989 segundo nossos levantamentos.

Ainda que a Brasiliense tenha perdido posições do ponto de vista geral, foi ela a editora que mais publicou livros de História entre 1980 e 1989, em número de títulos em primeira edição ou reeditados, principalmente em função de suas coleções, notadamente a "Tudo é História". A Ática confirmou seu movimento ascensional e, de maneira semelhante à Brasiliense, ampliou suas coleções de História. Destaca-se, entre os empreendimentos editoriais do período, a Companhia das Letras que, em termos de livros de História, em pouco tempo já alcançou posição entre as que mais publicaram. Em termos da localização geográfica dessas editoras, verifica-se, como em quase tudo o mais, a mesma concentração no eixo Rio-São Paulo, tanto no que se refere a editoras em geral (92,0% das 10 maiores editoras), quanto àquelas mais especificamente dirigidas para publicações em História (75% das 20 editoras que

⁷ Não desconhecemos, portanto, alguns levantamentos realizados, precisamente dois trabalhos. Mas os mesmos simplesmente não são compatíveis com nossos dados em função ou de sua pequena abrangência (1º caso) ou, pelo contrário, por se tratar de uma catalogação de obras que podem interessar ao historiador, e não obras estritamente de História (2º caso). São eles: LAPA, J. R. do A. *História e historiografia Brasil pós-64*. A p. 68 o Autor apresenta um levantamento feito a partir das relações anuais do *Leia* para a área de História referente aos anos de 1979 e 1980. Por consultar apenas uma fonte, é pequena a abrangência do levantamento. Ver ainda GLEZER, R. Obras editadas no Brasil - 1978. *Revista Brasileira de História*, v. 1, n. 1, p. 109-127, mar. 1981. Ainda que a relação apresente uma consulta a boletins bibliográficos mais variados e um volume mais amplo de títulos de História, trabalhos das Ciências Sociais em geral estão presentes, o que dificulta uma análise comparativa. Ressalte-se que ambos os levantamentos cobrem um período muito curto.

mais publicaram livros de História).

Tabela nº 21
 RELAÇÃO DAS 20 EDITORAS QUE MAIS PUBLICARAM LIVROS DE HISTÓRIA
 1980-1989

EDITORA	1ª ED.	REED.	TOT.	%
Brasiliense	226	269	495	18,6%
Ática	90	13	103	3,8%
Paz e Terra	69	21	90	3,3%
Global	44	46	90	3,3%
UnB	63	17	80	3,0%
Zahar	42	28	70	2,6%
Voices	46	23	69	2,5%
Record	35	17	52	1,9%
Cia. das Letras	36	1	37	1,3%
Hucitec	25	12	37	1,3%
Civ. Brasileira	19	17	36	1,3%
Graal	17	18	35	1,3%
Itatiaia/Edusp	26	8	34	1,2%
M. Aberto	27	5	32	1,2%
N. Fronteira	26	5	31	1,1%
Difel	18	11	29	1,0%
M. Fontes	23	6	29	1,0%
L & PM	20	7	27	1,0%
Melhoramentos	15	9	24	0,9%
Alfa-Omega	9	13	22	0,8%
TOTAL	876	546	1422	53,4%

Fontes: *Leia*, São Paulo, v. 2, n. 20, 15 dez. 1979/14 fev. 1980 a v. 12, n. 134, dez. 1989; Biblioteca Nacional. *Bibliografia Brasileira e Boletim Bibliográfico*.

Afora o aumento em termos absolutos das edições de livros de História e a sofisticação deste campo editorial, outro fato marcante do período foi a continuidade e a criação de diversas coleções de História ou de coleções que incorporaram trabalhos de História. Aliás, esta especialização verificou-se, em geral, no que tange às Ciências Humanas, com o surgimento de coleções em Antropologia, Política e demais Ciências Sociais, o que denota a existência de públicos mais especializados. Ao que tudo indica, esta tendência continuará se acentuando, pois o modelo não parece esgotado.

A novidade não se reduz apenas à criação de diversas coleções, já que outras existiram em períodos anteriores, algumas inclusive muito importantes, como é o caso da "Brasiliense", da Companhia Editora Nacional, além das coleções criadas em anos anteriores e que continuaram suas edições. Reside também no seu perfil mais plural, por vezes

especializado, por vezes visando a divulgação, já que as mesmas focalizam diferentes faixas de público consumidor. Chama a atenção neste quadro o número de coleções de divulgação, consubstanciadas em livros de formato de bolso ou pouco maior, responsáveis por número elevado de títulos no período. Esta era uma fatia do mercado ainda não ocupada no país. Sua emergência está ligada tanto às necessidades do ensino universitário de massa, quanto às demandas de informação da opinião pública, principalmente em relação àqueles temas mais propícios a ultrapassar os muros acadêmicos e/ou gerados a partir das orientações culturais predominantes. O modelo adotado por essas coleções assemelha-se ao de editoras estrangeiras, existentes há décadas, ainda que os textos nacionais apresentem uma extensão menor e, no todo, seu formato seja mais simples. Outro fato notável é que a experiência com coleções, já presente há muitos anos entre as editoras do país, adquiriu nas últimas duas décadas maior fôlego e continuidade. Um bom número dessas coleções, talvez as mais representativas do período, está ligado às 20 editoras que mais publicaram livros de História, ainda que outras coleções importantes não estejam ligadas a estas editoras.

Coube à Brasiliense o lançamento da primeira coleção maciça de livros especificamente de História nos anos 80 quando, em 1981, passou a editar a coleção "Tudo é História". J. R. do A. Lapa observava, por volta de 1984, o "êxito de público realmente extraordinário em termos de Brasil" alcançado por esses livros que, neste ano, já somavam cerca de 100 títulos em primeira edição e 50 reedições, publicando-se em média 3 títulos por mês. O perfil da coleção é extremamente variado, estando presentes diversas tendências historiográficas, historiadores renomados e iniciantes, bem como uma gama bastante ampla de temas⁸. O crescimento da coleção foi bem menor a partir de 1984, alcançando 123 títulos no primeiro semestre de 1988. Isto se explica principalmente pelo aumento da concorrência, com a criação de coleções semelhantes por outras editoras, pela própria dinâmica implementada pela Brasiliense a suas atividades, além de seus problemas

⁸ LAPA, J. R. do A. Op. cit. p. 46

financeiros. A predominância de títulos, como não poderia deixar de ser, é em História do Brasil, particularmente do período republicano, com 24 títulos. Em História geral prevalecem dominam os trabalhos sobre o período contemporâneo. A História da América aparece razoavelmente representada entre os títulos.

A Brasiliense editou também outras coleções de grande sucesso, como a "Primeiros Vãos", com diversos títulos em História, cujos textos apresentam um grau de aprofundamento maior que o da coleção anterior. Cite-se, ainda, a coleção "Primeiros Passos", com aproximadamente 200 títulos publicados até outubro de 1988, com vários textos de interesse para historiadores. A repercussão de todas essas coleções trouxe à tona discussões importantes, chegando a provocar em alguns momentos "acres polêmicas", como observa J. R. do A. Lapa⁹. Mas a grande maioria dos textos firmou-se num padrão mediano, priorizando a veiculação e atualização de áreas do interesse histórico.

A Ática é, talvez, a segunda editora mais proeminente no campo das coleções que publicam obras de História. Entre suas coleções, a "Série Princípios" alcançou, no fim do período, cerca de 160 títulos, com mais de 30 de História, uma dezena em História do Brasil. Como ressaltam as propagandas desta editora, os livros publicados nesta coleção estão "intimamente ligados" aos currículos das faculdades do país, escritos que são por autores representativos e pertencentes aos quadros universitários. Observação semelhante pode ser feita em relação às coleções da Brasiliense, como a "Tudo é História" e a "Primeiros Vãos". Trata-se, portanto, do meio mais destacado através do qual o conhecimento especializado, acadêmico, alcançou formas de se comunicar com um público mais amplo durante os anos 80, numa nítida vinculação entre interesses propriamente editoriais e comerciais e aqueles de divulgação da comunidade de historiadores.

A Ática editou também a "Série Fundamentos", com aproximadamente 60 títulos publicados até 1989, apresentando um número menor de obras de interesse para a História (3

títulos). Ainda que mais sofisticada quando comparada à "Série Princípios", a coleção visa aos mesmos objetivos e é igualmente direcionada para os currículos universitários, principalmente em Ciências Humanas e Letras. A Ática continuou publicando, ainda, outras importantes coleções que deu prosseguimento no período, como a "Coleção Grandes Cientistas Sociais", com alguns títulos importantes e mais diretamente referidos à História, privilegiando os campos de Teoria da História e da Historiografia. Por fim, continuou também a editar a "Coleção Ensaios", que praticamente dobrou seu número nos anos 80, desde que foi iniciada no princípio da década anterior, chegando a atingir aproximadamente 130 títulos em 1989. De feição multidisciplinar e acadêmica, esta coleção apresenta cerca de uma dezena de títulos na área, alguns re-editados nos anos 80, todos em História do Brasil.

As coleções de caráter mais informativo, como a "Tudo é História", da Brasiliense, tenderam a sofrer a concorrência de coleções assemelhadas, por vezes um pouco mais detalhadas, como a "Série Princípios", da Ática. Estas e outras coleções de divulgação apresentam um perfil heterogêneo; algumas são muito restritas, outras excessivamente elásticas; a grande maioria dos textos é apenas mediana.

A Difel continuou editando a importante coleção "Corpo e Alma do Brasil", com mais de duas dezenas de títulos em História, onde sobressai o conjunto da obra de E. Carone sobre a República brasileira. A editora concluiu ainda no princípio dos anos 80 a publicação da "História Geral da Civilização Brasileira" e iniciou a reedição dos primeiros volumes. Certamente este foi o mais importante empreendimento editorial do país, em termos de obras coletivas de História, nos últimos anos. Afora estes trabalhos, a editora imprimiu ainda muitos outros livros de História que constituem um agrupamento mais heterogêneo.

A Graal continuou editando, no período, a coleção "Biblioteca de História", chegando a cerca de 20 títulos. Predominam os trabalhos em História do Brasil e as abordagens em História Econômica. A Graal prosseguiu também com as coleções "Biblioteca de Ciências Sociais" e "Biblioteca de Filosofia e História das Ciências", com ampla matéria de

⁹ Ibid. p. 46.

interesse para a História.

A Editora Perspectiva deu prosseguimento às suas coleções "Debates" e "Ensaio", iniciadas antes, a primeira alcançando cerca de 200 títulos e a outra cerca de 100 ao final dos anos 80. De caráter multidisciplinar, estas coleções editaram mais de duas dezenas de títulos em História. Em termos de uma coleção estritamente da área, a Perspectiva passou a editar a "Coleção Khronos", com pouco mais de 10 títulos publicados, privilegiando os períodos moderno e contemporâneo. São livros cujo formato guarda certa semelhança com coleções como a "Série Princípios" da Ática. Servem precipuamente a um público universitário, mas diferem de outras coleções do gênero em pelo menos um aspecto: são todos trabalhos escritos por pesquisadores estrangeiros.

A Editora Hucitec também continuou imprimindo uma série de coleções no período, algumas de História ou de interesse para a área, como as coleções "Estudos Históricos", "Estudos Brasileiros", "Problemas Contemporâneos", e uma coleção mais específica em História americana intitulada "Nossa América", todas com poucos títulos.

A Paz e Terra, a partir de 1987, criou a coleção "Oficinas da História", somando cerca de uma dezena de títulos até 1989. A L & PM investiu também em novas coleções de História, com as séries "A Visão do Paraíso" e os "Conquistadores", além da coleção "A Visão dos Vencidos", todas privilegiando, geralmente, relatos de interesse para a História da América Colonial. A Zahar Editores prosseguiu publicando no período a coleção "Biblioteca de Cultura Histórica" e a Vozes continuou editando a "Coleção História Brasileira", ambas com poucos títulos. Enfim, dezenas de coleções de História de diferentes padrões e com performances distintas em termos de sua participação no mercado de livros na área.

A listagem de editoras e coleções é bem mais longa, cabendo ainda mencionar a coleção "Teses", da Global Editora; a coleção "A Vida Cotidiana", da Companhia das Letras; a coleção "Teoria e Prática Sociais", co-editada por Cortez & Autores Associados; a coleção "Formação do Brasil", da Editora Vértice; a coleção "Documentos Brasileiros", da Editora Movimento; a coleção "Repensando a História", da Editora

Contexto; a coleção "Tempo & Memória", da Editora Papyrus; a coleção "Esta América", da Biblioteca Alfa-Ômega de Cultura Universal; a coleção "Histórias do Sul" da Editora Tchê!; a "Série Republicana", da Editora Massangana, dentre outras.

Menção especial deve ser feita às obras co-editadas pela Itatiaia e pela Edusp desde os anos 70 e que prosseguiram suas publicações nos anos seguintes, com dezenas de novos textos. Referimo-nos à "Coleção Reconquista do Brasil" (1ª, 2ª e 3ª séries), com cerca de 200 títulos ao final dos anos 80, onde se publicou amplo e importante material sobre cultura e costumes no Brasil, principalmente a partir de viajantes, naturalistas e cientistas dos períodos da Colônia e do Império. A Edusp atuou com diversas editoras no período. Com a T. A. Queiroz editou, ainda, a coleção "Coroa Vermelha: Estudos Brasileiros". Uma observação ainda sobre editoras universitárias, afora a Edusp. A Editora da Universidade de Campinas organizou uma coleção intitulada "Teses", com alguns títulos de História, tal como a Editora da UFSC, que também publicou dissertações na área. A UnB, com muitas publicações no período, editou diversos títulos significativos para a História, particularmente na coleção "Temas Brasileiros".

Não se procedeu a um levantamento e a uma quantificação exaustivos das coleções de História ou importantes para a área entre as editoras do país. Parece ser suficiente, no âmbito desta análise, um mapeamento preliminar deste comportamento editorial que ilumine, precisamente, alguns aspectos, como o consumo de massa de textos de menor fôlego, a necessidade de coleções mais especializadas em certos campos, a penetração de determinadas tendências historiográficas ou linhas temáticas no mercado, ou os imbricamentos que se vão constituindo entre o mundo acadêmico e o editorial. Não apenas diversas coleções são escritas por e para historiadores ou estudantes da área, como muitas são dirigidas ou coordenadas por historiadores conhecidos no meio acadêmico.

Certamente muitas obras importantes de História no período não estiveram relacionadas a nenhuma coleção, ainda que as coleções tenham sido um filão privilegiado pelas editoras. É visível, inclusive, que raras dentre essas coleções possuem um perfil mais claro ou acumulam um bom volume de

publicações, que dê conta do grau de suas pretensões temáticas e/ou de público, o que nada tem a ver com a qualidade intrínseca dos títulos que reúnem. As mais bem sucedidas, em termos comerciais, foram exatamente aquelas que visaram a atingir públicos amplos, através de textos de vulgarização do conhecimento, como a *Brasiliense* e a *Ática*, reinventando a fórmula dos livros de bolso. Algumas outras coleções continuaram mantendo um alto nível, ainda que consumidas por um público mais restrito, como a *"Corpo e Alma do Brasil"*, a *"Estudos"*, a *"Debates"* ou a *"Coleção Reconquista do Brasil"*, todas anteriores ao período estudado.

Essas coleções e outros livros importantes publicados pelas editoras citadas, cujas oferta e demanda são predominantemente acadêmicas, são uma parte, ainda que a mais substancial tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, do universo das publicações em História. Os interesses do leitor definem também, em larga medida, a produção do mercado editorial, ainda que o leitor potencial de hoje seja precipuamente o próprio contingente acadêmico, além do leitor médio comum, o que explica a preponderância mencionada. Mas um passar de olhos pela miríade de livros editados e reeditados, durante esses dez anos, revela um universo bem mais amplo e matizado de preocupações históricas, algumas novas, outras renovadas, outras persistentes ainda. Elas oferecem a oportunidade de percebermos também os limites mais tênues e distantes, talvez até idiossincráticos, em que a escrita da História se desdobra no rol dos textos que os leitores procuram. É a reunião dos interesses dos leitores, em seus diversos matizes, dos formadores de opinião pública e da crítica especializada, geralmente subsumidos aos parâmetros estabelecidos pelo mercado editorial, que juntos dão a tônica dos rumos tomados pelas obras editadas em História no país.

Conseguimos registrar 2.658 edições (inclusive reedições) de livros de História entre 1980 e 1989¹⁰. Essa amostragem revela as constelações temáticas das obras de História e os

¹⁰ Note-se que não complementamos as lacunas editoriais de livros publicados muitas vezes, recaindo nossa contagem apenas sobre as referências de reedição obtidas. Se levássemos em conta estas reedições, certamente publicadas, ainda teríamos que considerar mais 78 outras reedições de títulos cujas lacunas foram detectadas.

espaços e temas menos freqüentados pelas publicações. Tal repertório nos oferece, portanto, os elementos para traçar um esboço da dinâmica dos campos de interesse pela História, vistos neste âmbito principalmente sob o prisma da reprodução dos trabalhos da área.

A Tabela nº 22 e o Gráfico nº 2 possibilitam observar o movimento anual dos livros de História publicados, denotando certa semelhança com o movimento editorial mais amplo, onde o ano de 1980 aparece com um índice pequeno. O ano de 1984 é o que apresenta o menor número do período; há um novo crescimento após 1984 e nova queda, não tão acentuada, no último ano.

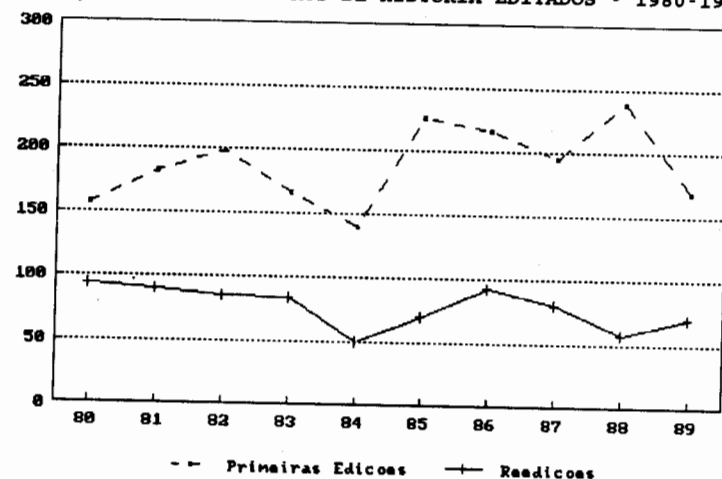
Tabela nº 22
TOTAL ANUAL DE LIVROS DE HISTÓRIA EDITADOS
1980-1989

ANO	1ª ED.	REEDIÇÕES	TOTAL
1980	157	93	250
1981	183	90	273
1982	199	85	284
1983	166	83	249
1984	140	50	190
1985	226	69	295
1986	216	92	308
1987	195	79	274
1988	239	57	296
1989	169	70	239
TOTAL	1890	768	2658

Fonte: ver tabela anterior.

Comparando-se os dados acima com os da Tabela nº 20 tem-se que as 20 editoras que mais publicaram trabalhos de História são responsáveis por 53,2% do total. Quanto à localização geográfica das edições em História, apenas a cidade de São Paulo representa 43,9% do total e a cidade do Rio de Janeiro 20,5%. Porto Alegre está situada em terceiro lugar, com 4,5%, seguida por Brasília (4,1%) e Belo Horizonte (3,0%). Apenas estas cinco cidades somadas alcançam 76,0% do total dos livros publicados. É fácil detectar que as coleções introdutórias e de divulgação do conhecimento histórico representam número expressivo de edições do período. Apenas a coleção *"Tudo é História"* da Editora Brasiliense alcança mais de 250 edições.

Gráfico nº 2
EVOLUÇÃO ANUAL DOS LIVROS DE HISTÓRIA EDITADOS - 1980-1989



Fonte: ver tabela anterior.

Em termos de títulos lançados em primeira edição e de reedições observa-se, no conjunto dos dados, um número muito elevado dos primeiros, mesmo em comparação com a Tabela nº 21, referente às 20 editoras que mais publicaram livros de História, que nos parece mais realista em termos de mercado editorial.

O campo dos livros reeditados divide-se, basicamente, entre trabalhos de História de reconhecida importância e obras de divulgação que, por qualidades intrínsecas ou mesmo por recomendação curricular, lograram alcançar por vezes mais de uma dezena de edições na década. Não é comum, portanto, uma obra publicada por pequenas editoras (incluindo aí as edições patrocinadas pelos poderes públicos federal, estaduais e municipais) vir a ser reeditada. Apenas 36 livros tiveram mais de 5 edições no período, totalizando 266 edições. Dentre eles, 27 são de coleções de divulgação (20 da coleção "Tudo é História" da Brasiliense). Os 9 restantes apresentam alguns títulos significativos sobre a História do Brasil, como *História Econômica do Brasil*, de C. Prado Júnior (15 reedições), *Raízes do Brasil*, de S. B. de Holanda (5 reedições), *Brasil em perspectiva*, organizado por C. G. Mota (6 reedições), dentre

outros.

Ao que parece, o título mais reeditado na área durante os anos 80 foi *A Guerra do Paraguai*, de J. J. Chiavenato (16 reedições), seguido pela *História Econômica do Brasil*, de C. Prado Júnior e por *O que é História*, de V. P. Borges (14 reedições). Aliás, estes três títulos são ilustrativos das orientações mais gerais dos leitores, quais sejam, os interesses do público mais amplo, daqueles que estudam História e do grupo mais restrito de especialistas e profissionais da área.

Autores nacionais já clássicos tiveram um grande número de edições de vários de seus textos. Dentre outros, C. Prado Júnior, referido há pouco, teve 32 edições de 7 títulos de sua obra. Registramos também 15 edições de 10 títulos de N. W. Sodré. J. H. Rodrigues apresentou 12 edições de 11 títulos e S. B. de Holanda registrou 8 edições de 4 títulos¹¹. Acrescem-se aos livros desses autores alguns trabalhos organizados sobre suas obras.

Predominam os livros nacionais (2.037 títulos); o número de trabalhos traduzidos não é alto (621 títulos), alcançando 23,3% do total. São mais comuns entre os títulos traduzidos os trabalhos com número elevado de páginas, expressando uma orientação editorial que privilegia os trabalhos e temas já consagrados, geralmente mais detalhados e extensos. Por outro lado, considerando que um número muito elevado das edições dos livros nacionais é de textos de divulgação (em geral pequenos), cai a média de páginas dos trabalhos nacionais em relação à média dos traduzidos. Não observamos variações significativas no número de trabalhos traduzidos ano a ano. Entre os tradutores, raros são os que traduzem mais de uma obra. As exceções não deixam de ser surpreendentes: apenas 3 tradutores são responsáveis por 54 títulos: D. Bottmann (12 títulos, 1 em co-tradução), W. Dutra (20) e C. N. Coutinho (22 títulos, 13 em co-tradução).

Predominam, entre as línguas traduzidas, o inglês (45% do total), seguido pelo francês (cerca de 30%) e espanhol (7%). São poucos os trabalhos traduzidos do alemão, italiano ou russo,

¹¹ LAPA, J. R. de A. *Historiografia brasileira contemporânea*; a história em questão. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 98-104. Nesta obra encontra-se um levantamento detalhado da bibliografia desses autores até 1979.

e ainda mais raros os de outras línguas. Os historiadores ingleses comparecem, em geral, através de seus trabalhos escritos em torno dos anos 60 e 70, conjunto de onde sobressai a tradução de livros de E. Hobsbawm ou organizados por ele. Outros textos foram traduzidos, como alguns de E. P. Thompson, P. Anderson, ou reeditados, como M. Dobb. Textos de historiadores norte-americanos também são representativos. Afora os ligados aos *brazilianists*, destaca-se a presença de outros nomes, como o de R. Darnton, entre os livros traduzidos.

Os historiadores franceses e seus trabalhos dos anos 60 e 70 foram fartamente traduzidos no período, tendo sido preponderante a presença do grupo ligado aos *Annales* e dos autores do que se convencionou chamar de "Nova História". Alguns títulos foram editados e reeditados no próprio período, outros são reedições de lançamentos anteriores. Alguns textos de J. Le Goff foram publicados, especialmente alguns de seus trabalhos como medievalista. Outros trabalhos foram reeditados, como *História: novas abordagens*, *História: novos problemas* e *História: novos objetos*, sob a direção de J. Le Goff e P. Nora. P. Veyne teve alguns de seus textos mais polêmicos traduzidos, L. R. Ladurie, M. Vovelle, P. Ariès tornaram-se objeto de discussão em âmbito acadêmico. Manteve-se a área de influência dos historiadores franceses para o profissional e o público do país. Ainda que não seja propriamente um historiador, M. Foucault foi quem obteve o maior número de edições e títulos entre os autores de língua francesa (registramos 8 títulos e 16 edições), tendo sido talvez a moda editorial mais persistente do período, além de referência para parte considerável dos trabalhos acadêmicos em História Social em sentido amplo. Entre os poucos títulos em italiano, sobressaíram os de C. Ginzburg.

Se parece ter havido diminuição do tempo entre a publicação de um título no exterior e sua tradução, a atualização bibliográfica não ocorreu em todos os setores com o mesmo ritmo ou refinamento e alguns campos de investigação nem chegaram a ser tocados. Predominam, dos textos traduzidos, os trabalhos em História da França, da Inglaterra e da Europa em geral, em seus diversos temas, particularmente sociais e econômicos. Em termos de temas mais específicos, o

da Revolução Francesa foi muito publicado, com 39 edições, a maioria no ano de 1989.

Os trabalhos traduzidos visaram a atingir o público acadêmico ou leitor médio interessado em temas gerais da História ou nos de maior exploração do exótico, do insólito, ou de temáticas contemporâneas específicas, como o nazismo ou a Segunda Guerra Mundial. A dominância entre os textos acadêmicos traduzidos situa-se em torno da Nova História francesa, além da presença também marcante de historiadores ingleses e a ampliação da presença dos norte-americanos, estes últimos menos comumente traduzidos. Das divisões clássicas da História, o período contemporâneo é o que apresenta o maior número de livros traduzidos.

Considerando os autores dos livros de toda a amostragem, o predomínio masculino é ainda mais acentuado que aquele verificado nos artigos publicados, alcançando 77,6% das edições lançadas. O contingente feminino representa apenas 15,4%. É mínimo, igualmente, o número de obras coletivas cuja coordenação seja de uma mulher. O percentual de obras de classificação inviável é pouco expressivo (6,8%). A participação das mulheres é muito reduzida, como se vê, e diminui mais quando considerados os livros reeditados: apenas 12,9% do total, no que se refere às reedições, enquanto para os homens este número atinge 80,2%. O comportamento de gênero da amostra de livros é bem diverso, por que não dizer diametralmente oposto, daquele verificado nas teses e dissertações do período. Não há variação significativa ano a ano, no número de livros publicados por homens e mulheres, no geral ou entre autores nacionais e estrangeiros. Contudo, pode-se cogitar que o mercado editorial na área de História vem-se tornando lentamente mais permeável às mulheres, já que sua participação em períodos anteriores foi ainda menor.

Não houve grande correspondência entre o que se pesquisou e o que se publicou, o que torna o período relativamente semelhante a outros¹². As necessidades e

¹² Ver as observações de J. R. do A. Lapa, referentes, salvo engano, ao início dos anos 70, onde o Autor nota que as pesquisas científicas "não colacionam entretanto com a intenção que se percebe no levantamento dos títulos publicados no Brasil nos últimos 5 anos". LAPA, J. R. do A. Op. cit. p. 59. Aproximadamente para o mesmo período, C. G. Mota entendia que o baixo movimento editorial em História era razão do

perspectivas das editoras são as do mercado. Nem todo texto, igualmente, supõe um público amplo. Mas há que se notar uma certa ampliação da participação dos pesquisadores nacionais no número de trabalhos publicados no período. A participação de diversos historiadores brasileiros, como leitores ou consultores das principais editoras do país, por exemplo, acaba por definir ou adequar os laços que vão se firmando entre essa comunidade acadêmica e os interesses de mercado.

Poucas teses e dissertações foram publicadas sob a forma de livro. Conseguimos registrar, no período, 65 casos. Naturalmente não estão incluídos neste total aqueles trabalhos defendidos no final dos anos 80 e que foram publicados entre 1990 e 1992. Da mesma forma, cabe notar que não registramos os livros publicados no início do período mas que tenham sido fruto de teses e dissertações defendidas no final dos anos 70: tratamos exclusivamente de trabalhos defendidos e publicados no período abrangido por esta pesquisa e, ainda assim, o número é pequeno - já que registramos a defesa de 832 trabalhos, do que resulta que nem 8,0% foram publicados.

O tempo que decorre para um trabalho ser publicado varia conforme o tipo. Para as teses foi necessário pouco mais de 2 anos em média e, para as dissertações, quase 3 anos e meio. Isto talvez se explique pela maior segurança que um recém-doutor possui em divulgar seu trabalho, regra geral fruto de pesquisa mais amadurecida. Mas é visível também que as editoras comerciais preferiram editar teses a dissertações. Há, contudo, exceções: alguns poucos trabalhos são rapidamente publicados, em geral por sua ligação com problemas atuais ou, então, pelo fascínio mesmo produzido pelo tema. Nestes casos se incluem, por exemplo, os trabalhos de A. Maroni, *A estratégia da recusa* (dissertação defendida em 1982 e publicada no mesmo ano pela Brasiliense) e de L. de M. e Souza, *O diabo na Terra de Santa Cruz* (tese defendida em 1986 e publicada, pela Companhia das Letras, no mesmo ano).

Grande número dos trabalhos é editado através de co-

edições de editoras ligadas aos órgãos públicos (universidades e secretarias estaduais ou municipais de cultura, por exemplo), o que, evidentemente, denota a dificuldade deste empreendimento. O autor dificilmente consegue convencer a editora comercial de que a publicação de sua tese ou dissertação é um "bom negócio" e, assim, a saída é apelar para patrocínios oficiais ou para as co-edições. Isto cria ainda uma nova dificuldade: se os trabalhos da pós-graduação não publicados já são desconhecidos, muitos dos que são publicados, por causa das características acima, restam mal divulgados e precariamente distribuídos. Dentre as editoras comerciais, as que mais publicaram teses e dissertações de História foram a Brasiliense, a Ática e a Paz e Terra.

Desses trabalhos que lograram ser publicados colhemos algumas informações mais detalhadas. Quanto aos autores, há o predomínio das mulheres, tanto no caso das teses quanto no das dissertações, em cerca de 70%. Quanto aos orientadores, constata-se que F. A. Novais foi quem mais orientou trabalhos posteriormente editados. Há, aqui, também, o predomínio dos temas republicanos mas, no caso das teses publicadas, a segunda colocação é do período colonial e não do imperial, como no caso das dissertações. Quanto aos temas, verifica-se que as dissertações guardam maiores afinidades com os outros conjuntos analisados nesta pesquisa: predominam as questões relacionadas ao movimento operário e ao escravismo. As teses, contudo, abordam em elevado grau as temáticas da História Política mais tradicional, o que talvez tenha a ver com a faixa etária dos autores, já que este enfoque predominava no passado. Cerca de 15% dos trabalhos abordam as temáticas da Nova História.

Em suma, o mercado editorial absorveu parte do que se produziu na academia, privilegiando determinados campos, como o da História Política, seguido pelos da História Social e Econômica. Se não há demanda mais especializada ou interesse do público extra-acadêmico, não há investimentos em tradução ou editoração. A necessidade de se obter um número mais amplo de leitores, já que o leitor universitário dificilmente consumirá toda uma edição rapidamente, condiciona, portanto, os tipos de trabalho em História mais aptos a realizar este fim. Neste aspecto, é essencial ter em conta o rol de interesses gerais

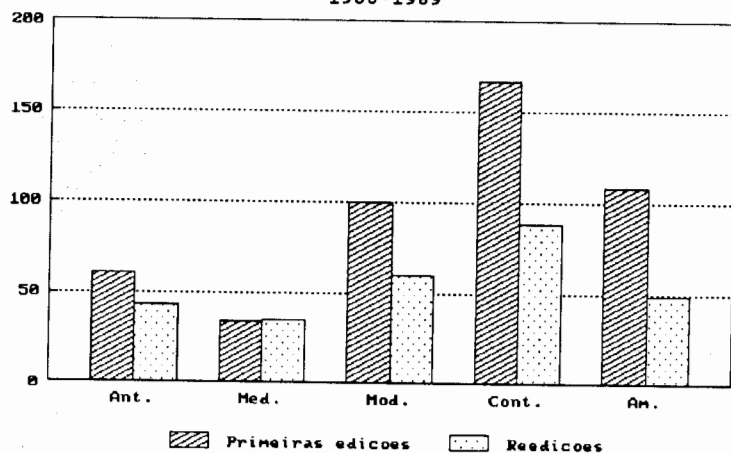
"entorpecimento" da área, causado, dentre outros fatores, "pelos poderosos princípios da cultura de massa". Mota, C. G. A historiografia brasileira nos últimos 40 anos: tentativa de avaliação crítica. *Debate e Crítica*, São Paulo, n. 5, p. 4, 1975. Como veremos, este quadro se alterou em alguns aspectos até o final dos anos 80.

dos leitores do período, o que possibilita a identificação dos padrões de consumo mais presentes, bem como das modas intelectuais e temas mais recorrentes¹³.

Após esses elementos introdutórios, tratemos mais propriamente dos livros publicados, dos temas e das abordagens recorrentes, em concomitância com a visualização do padrão editorial dos mesmos, em alguns casos.

Em termos das divisões clássicas da História (ver Figura nº 5), é muito reduzido o número de obras em História Antiga (104 edições e 61 títulos), sendo muitas delas simplesmente para divulgação. Predominam os trabalhos sobre Grécia, Roma e Egito, nesta ordem. As obras em História Medieval apresentam um número mais baixo ainda (69 edições, 34 títulos), muitos também de divulgação do conhecimento já existente. Estes dois campos são os mais desprovidos de obras especializadas e o escasso volume de livros é semelhante ao que se observa nas teses, dissertações ou artigos.

Figura nº 5
BRASIL. TOTAL DE PRIMEIRAS EDIÇÕES E DE REEDIÇÕES DE HISTÓRIA
ANTIGA, MEDIEVAL, MODERNA, CONTEMPORÂNEA E DA AMÉRICA
1980-1989



Fontes: ver tabela anterior.

É um pouco elevado o número de 160 edições em

História Moderna (100 títulos), tanto mais quando se tem em conta a quase inexistência de teses e dissertações, e mesmo pesquisas nacionais, sobre temas, clássicos ou não, do período. Também é pequeno o número de trabalhos sobre o Brasil colonial, onde esses textos do período moderno, geralmente da História europeia, são absorvidos. Os temas mais frequentes são em História da França e da Inglaterra, além das histórias gerais da Europa.

Os trabalhos em História Contemporânea estão bem mais representados, chegando a 255 edições (167 títulos). Este rol é bastante heterogêneo, dada a gama de temas dos últimos dois séculos, mas há algumas concentrações em torno de temas do marxismo, do movimento operário e social e das diversas revoluções, afora o tema da Segunda Guerra Mundial e seus correlatos, muito frequentes.

A História da América comparece com um número expressivo de textos (157 edições, 108 títulos), muito pulverizados em termos temáticos, mas com alguma concentração em economia e sociedade americana e revoluções nacionais. Mas raros são os trabalhos de maior fôlego, em termos verticais ou horizontais. Não há indicações percentuais significativas para as Histórias da África ou da Ásia.

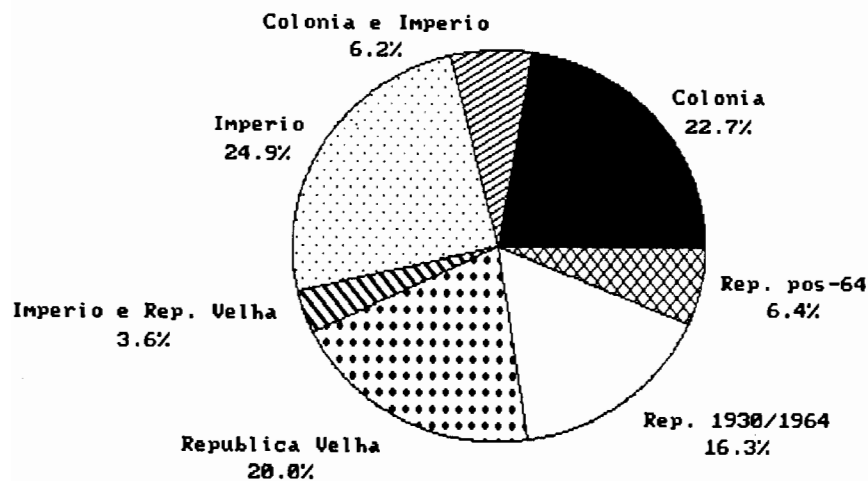
No que se refere à amostra de livros que levantamos, a História do Brasil é a que reúne o maior número de publicações (aproximadamente 40% do total), muitas delas de textos de divulgação. O período colonial está representado por cerca de 250 edições (158 títulos), o imperial por 300 edições (213 títulos) e o republicano por 462 edições (336), o que denota a tendência já observada nos demais conjuntos analisados neste livro relativamente ao predomínio do período republicano. Ver a figura seguinte.

As obras do período colonial geralmente se concentram nos temas da escravidão e da economia do período. As abordagens mais recorrentes são em História Social e Econômica. Nos livros do período imperial é amplo o elenco de trabalhos sobre temas da História Política e também da escravidão. O período republicano, o mais pesquisado, apresenta acentuado predomínio de publicações sobre a República Velha. Em seguida vêm os trabalhos sobre o período de

¹³ A este respeito, consultar o Capítulo 4.

1930 a 1964 e um grupo ainda menor de edições sobre Brasil pós-64. Alguns temas foram preponderantes, como os estudos sobre economia, sociedade, classe operária e movimentos sociais em São Paulo e Rio de Janeiro, afora alguns episódios marcantes, como a Revolução de 30. As abordagens mais recorrentes são em economia, sociedade e política da República, com predomínio da História Social em sentido amplo.

Figura nº 6
BRASIL. TOTAL DE EDIÇÕES DE HISTÓRIA DO BRASIL POR PERÍODO HISTÓRICO ABORDADO 1980-1989



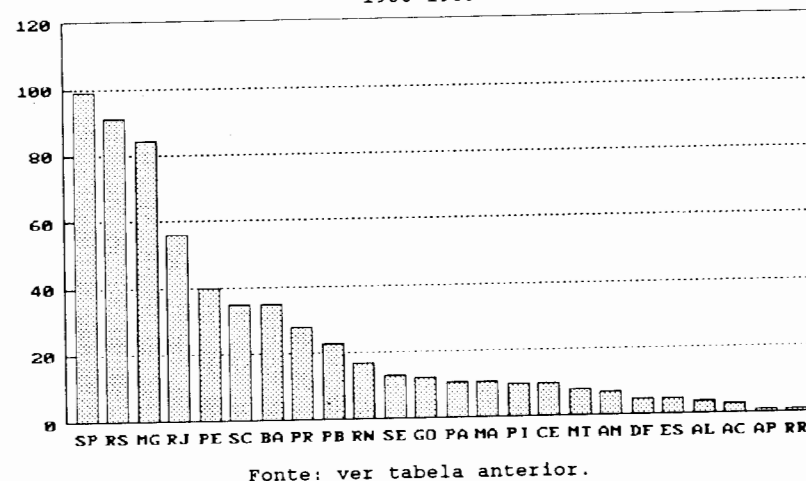
Fonte: ver tabela anterior.

Tal como em outros diversos gêneros de registro, São Paulo aparece como o campo mais estudado entre os trabalhos com recortes regionais ou temáticas associadas à História dos diversos estados da federação, conforme se pode visualizar na figura seguinte.

As regiões Norte e Centro-Oeste somadas comparecem com apenas 48 edições, cerca de 7,0% dos livros sobre estados da federação. A região Sudeste perfaz 40,0% dos trabalhos editados (cerca de 250 edições). A região Sul representa, aproximadamente, 24,0% e a região Nordeste cerca de 28,0%.

Dentre estes trabalhos, 75 são edições de histórias de municípios brasileiros, geralmente patrocinadas pelos órgãos públicos municipais.

Figura nº 7
BRASIL. EDIÇÕES DE HISTÓRIA DO BRASIL POR ESTADOS DA FEDERAÇÃO TEMATIZADOS 1980-1989



Fonte: ver tabela anterior.

Em termos de algumas temáticas e abordagens mais recorrentes, repetem-se tendências verificadas em outras áreas, como teses e artigos, ainda que com outras ponderações. É bastante elevado o número de publicações em torno da escravidão moderna, principalmente brasileira, totalizando 137 edições (93 títulos), incluindo temas correlatos como os quilombos ou o abolicionismo. A presença dessa temática se explica pela constituição de um campo mais especializado de preocupações, a persistir entre os trabalhos dos anos 90 e, também pelas efemérides do período (muitas edições são de 1988).

Os temas da classe operária, do movimento operário e dos sindicatos também comparecem com um número razoável de trabalhos (62 edições e 53 títulos), principalmente sobre o período da República Velha em São Paulo e Rio de Janeiro. O tema da imigração atraiu, igualmente, a atenção do mercado edi-

torial. Foram localizadas 57 edições (49 títulos), notadamente sobre a imigração para São Paulo e Rio Grande do Sul, com estudos mais especializados para os imigrantes italianos e alemães.

Em termos dos movimentos sociais e políticos tradicionalmente tratados pela História do Brasil, localizamos 2 edições de trabalhos sobre a Guerra dos Emboabas, 15 sobre a Conjuração Mineira e 3 sobre o Movimento de 1817 em Pernambuco. Para o Império, 4 edições sobre a Balaiada, 1 sobre a Sabinada, 4 sobre a Praieira, 7 sobre a Cabanada e 16 sobre Farrapos. Para o período republicano detectamos 11 edições sobre a Guerra de Canudos, 12 sobre a Guerra do Contestado, 35 sobre a Revolução de 30 e 6 sobre a Revolução Constitucionalista de 32, dentre outras, como 24 sobre o Golpe de 64.

Tendo em vista as abordagens metodológicas mais frequentes, a História Social é o campo editado em maior volume no período, ainda que com uma gama muito variada de temáticas, onde sobressaem os estudos sobre a classe operária e os movimentos sociais em geral. A História Política comparece entre as áreas mais editadas, com 169 edições (129 títulos). Como nas teses e dissertações, um dos temas mais recorrentes é o dos partidos políticos. É também muito alto o número de trabalhos sobre o Estado, alcançando 65 edições (52 títulos). O tema dos partidos, por vezes aliado ao do movimento operário, gerou 38 edições (33 títulos). A História Econômica está representada com 138 edições (67 títulos), com agrupamentos mais visíveis em História da Agricultura, principalmente sobre a atividade cafeeira, e da industrialização, em São Paulo e Rio de Janeiro. Localizamos também cerca de 100 edições em História da Arte, que constituem um conjunto bastante heterogêneo, onde sobressaem as publicações sobre o barroco, a História da Música e a História do Cinema. São raríssimos (apenas 7 edições) os trabalhos mais amplos em História Demográfica, excetuadas as publicações já indicadas sobre a imigração. Outros enfoques surgem ainda menos representados.

Não foram muitos os títulos de obras de historiografia, tendo sido localizadas 33 edições para o período, onde

predominam os textos sobre S. B. de Holanda e C. Prado Júnior, sendo ainda significativa a reedição de trabalhos de J. H. Rodrigues. Registramos também várias reedições de poucos títulos de manuais de Metodologia da História escritos por historiadores brasileiros. Há ainda alguns títulos de metodologia e técnicas específicas em História Social e fontes orais, por exemplo. A área de Teoria da História esteve um pouco melhor representada, com a tradução de alguns trabalhos de historiadores como P. Veyne, E. P. Thompson, M. Vovelle e P. Anderson, dentre outros. Note-se que Metodologia e Teoria juntas não atingem 60 títulos.

Temáticas e abordagens novas ou menos presentes antes de 1980 também se fizeram notar, apresentando ainda poucos títulos. Conseguimos localizar apenas 6 edições envolvendo os temas da bruxaria, da demonologia e da magia, outras 16 sobre os temas da sexualidade (o corpo, a prostituição), 7 sobre a temática do cotidiano, principalmente dos grupos sociais dominados, 12 sobre a criminalidade e as prisões e 17 sobre a História das Mentalidades em geral. Foram encontradas ainda 16 edições sobre a História da Família, 15 sobre as mulheres (quase todas de autoria de mulheres) e 2 sobre as crianças. Como se observa, essas 91 edições, unificadas aqui por representarem alguns dos atuais campos ou enfoques de pesquisa e publicação, são indicativos de novos interesses editoriais e de pesquisa. Em termos relativos, é expressiva sua presença no volume de publicações, certamente vindo a se manter por mais tempo entre os setores de investimento editorial, tanto mais pelo interesse público que esses e outros temas despertam ou ainda podem despertar. Alguns parecem ter se constituído como modas editoriais, outros vão se tornando setores mais definidos de editoração. Note-se, também, que essas edições incluem textos importantes de historiadores estrangeiros traduzidos e algumas teses e dissertações nacionais.

Para além dessas formas diversas de agrupamentos da amostragem de livros editados no período, o mercado editorial subdivide-se entre temas infinitos, muitos exóticos e talvez inusitados para um olhar estritamente acadêmico, indicativos de necessidades variadas de faixas e gêneros de público leitor, dispostas a consumir informações mais ou menos seguras sobre

todas as coisas imagináveis. Os livros relativos à área de História cumprem boa parte da tarefa de nutrir esta curiosidade multiforme pelo passado.

Depreende-se do conjunto dos dados que, em termos majoritários, as publicações se aproximam do comportamento de outros tipos de registro, ainda que apresentem diversas especificidades indicadas, como a de manter o público leitor com livros sobre assuntos tão variados quanto o interesse pelo passado. O repertório dos trabalhos acadêmicos é bem mais restrito, mas a tendência é, possivelmente, a do crescimento de publicações de divulgação do conhecimento histórico já existente e talvez ainda maior de obras especializadas, em relação ao montante de trabalhos realizados por não-profissionais. Isto deve ocorrer em função da existência de um público leitor mais amplo e seguro, constituído por historiadores, especialistas de diversos campos, estudantes de História, dentre outros. Foi este o interesse que sustentou a parte mais substantiva do movimento editorial do período.

4. Repercussões

A repercussão que aqui nos interessa é a que diz respeito ao público letrado em geral. Tal como já explicamos na Introdução, não abordaremos o problema da veiculação didática do conhecimento histórico. Desejamos considerar a maneira pela qual tal saber é compreendido ou repercute em alguns níveis. Por isso é que nos importa analisar elementos como resenhas, livros mais vendidos, polêmicas, premiações, entrevistas e presença na mídia por parte do historiador.

Começemos pelas resenhas com alguns números gerais. Para o período conseguimos coletar 657 resenhas, o que é bastante significativo¹. Não é preciso dispor de números que permitam uma análise absolutamente precisa em termos comparativos: saltaria aos olhos de quem tivesse compulsado o material que analisamos o fato de que a História é tema de interesse de muitas pessoas - para além dos historiadores, claro está. Para não fugir à nossa própria regra de amparo no material empírico, contudo, cite-se mais um número. Do total de resenhas coletadas, 58,7% foram escritas por não historiadores. Embora este dado diga respeito, exclusivamente, às resenhas de História, ele serve para esclarecer o que dizemos acima. Muitos se interessam por Ciências Humanas e Sociais, em geral, e por História, em particular. São poucas as resenhas de livros das áreas de Exatas e Biológicas nos periódicos de caráter multidisciplinar consultados. Note-se, contudo, que, em alguns periódicos, a resenha é praticamente a única forma de aparição da História, sendo pequeno o número de artigos. A História,

¹ Evidentemente não supomos ter coletado todas as resenhas de História publicadas no Brasil. Veja os critérios de constituição da amostra na Introdução.

nestes casos, pode estar comparecendo com a função nada honrosa de conferir alguma "ilustração", através de uma "cultura de resenhas", a periódicos que, caso contrário, seriam constituídos apenas por textos mais áridos.

Enfim, considerando o total de 2.658 livros publicados entre 1980 e 1989, e o fato de que algumas resenhas se referem a um mesmo livro (afora os livros estrangeiros), tem-se que pelo menos 18,8% foram resenhados. Se este volume de resenhas não é muito elevado, ele de qualquer forma atesta que vem-se consolidando um certo volume de informação e crítica a respeito dos livros publicados. Superado o período de quase inexistência de um número expressivo e constante de resenhas bibliográficas, ainda assim não alcançamos um patamar geral elevado de crítica sequer da bibliografia publicada no Brasil², muito menos da bibliografia estrangeira, cujo número de resenhas coletadas é ínfimo: 90 títulos, ainda que importantes.

Tal capacidade de repercussão também pode ser visualizada a partir de outro dado. Referimo-nos ao tipo de periódico que publica a resenha. Naturalmente, ao iniciarmos a pesquisa, tratamos de rastrear os periódicos de História, já que eles deveriam conter um bom número de resenhas. Contudo, ao consultarmos certas coleções de periódicos que não eram exclusivamente de História, deparamo-nos com um elevado número delas, tal como se pode visualizar na figura à página seguinte.

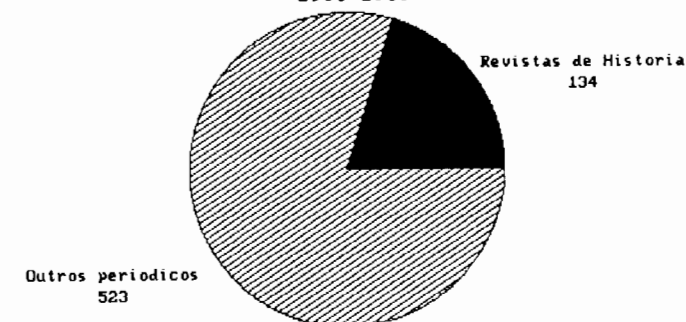
Antes de passarmos a um comentário inicial destes dados gerais, vale observar mais uma figura, desta vez contendo elementos sobre o perfil científico ou não do periódico, conforme se nota na Figura nº 9.

Como se vê, há uma presença levemente majoritária dos títulos não acadêmicos dentre aqueles periódicos que publicaram resenhas. Isto é ainda mais significativo quando se observa que, quanto aos não acadêmicos, constituímos uma

² Veja-se, por exemplo, a crítica de que "há silêncio em torno de quase tudo que se publica", formulada por F. Iglésias. A propósito da historiografia brasileira. *Debate e Crítica*, São Paulo, n. 5, p. 122, 1975. Uma opinião contrastante pode ser vista em J. R. do A. Lapa. *Historiografia brasileira contemporânea*; a História em questão. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 36. Para Lapa havia uma "massa de resenhas" que mantinha "a comunidade de historiadores informada sobre os lançamentos no país e no exterior".

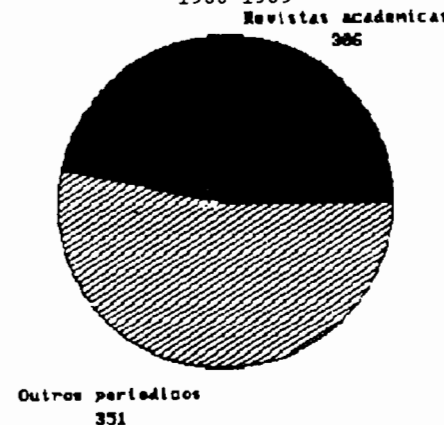
amostra restrita, dependente da localização das revistas, ao contrário da ampla relação dos periódicos de História dos quais fizemos um levantamento total das resenhas.

Figura nº 8
RESENHAS DE LIVROS DE HISTÓRIA SEGUNDO O PERFIL DO PERIÓDICO
1980-1989



Fonte: periódicos discriminados na Introdução e registrados na Bibliografia.

Figura nº 9
RESENHAS DE LIVROS DE HISTÓRIA SEGUNDO O PERFIL ACADÊMICO OU NÃO
ACADÊMICO DOS PERIÓDICOS EM QUE FORAM PUBLICADAS
1980-1989



Fonte: periódicos discriminados na Introdução e registrados na Bibliografia.

Qual o significado destes números? Para falarmos em termos comerciais, eles expressam a existência de um mercado

consumidor de História relativamente maior do que a timidez de nossas editoras faz crer. A possibilidade de fazer repercutir livros de História que, a princípio, nada parecem possuir de atrativo, já foi notada em países (nem só do chamado "primeiro mundo") que possuem um mercado editorial mais perceptivo e ágil (embora nem sempre maior que o brasileiro em termos financeiros). Não nos referimos, exclusivamente, aos temas exóticos, às pequenas aberrações históricas, detalhes curiosos ou aspectos picantes que chamem enfaticamente a atenção do leitor; falamos do tradicional tema histórico, ainda que necessariamente bem escrito, e mesmo dos pesados tratados e dicionários, que também possuem seu espaço de consumo.

A História possui atrativos que, algumas vezes, passam despercebidos para o editor ou para o próprio historiador. Os números acima são a expressão quantitativa de uma característica qualitativa mais ampla: ao que parece, as crises que abalam o mundo contemporâneo e lhe minam as bases tradicionais de amparo psico-social, como a doutrina cristã ou a ética revolucionária marxista³, acabam por conferir ao conhecimento do passado um traço de busca esperançosa, consciente ou não, de referenciais os mais diversos. Assim é que, possivelmente, se pode falar de mais este motivo para a existência de interesse pela História para além do círculo restrito de historiadores ou para fora dos muros da academia. Falamos de "mais este" motivo porque, obviamente, não se desconhece o caráter de "verniz intelectual" que a História, a alguns, parece conferir. Conhece-la, resenhar-lhe um livro, é também demonstrar-se "erudito". Em tese, portanto, muito de superficial e equivoco pode advir desta característica. Felizmente, contudo (e confirmando nossa hipótese sobre a profissionalização da área), tal comportamento foi bastante minoritário em função do "controle" que os historiadores e outros profissionais qualificados exercem sobre o setor.

Este controle, aliás, é um elemento importante da análise. Resenhar muitos livros não é, apenas, divulgar obsequiosamente um trabalho de outrem. Tal ato não se restringe à consideração crítica de um trabalho que, por algum motivo, pareça impor-

tante (até por ser exemplarmente ruim, por hipótese). Ao se constituir como resenhador, um intelectual passa a integrar um circuito relativamente restrito e importante de analistas acatados pois, a princípio, nenhum periódico publicaria a resenha de um autor incapaz de analisar o resenhado.

Assim é que, para 657 resenhas de aproximadamente 600 títulos resenhados, contam-se apenas 327 resenhadores, sendo alguns bastante férteis nesta tarefa. A Tabela nº 23 mostra a relação dos principais resenhadores do período.

Tabela nº 23
AUTORES QUE MAIS RESENHARAM LIVROS DE HISTÓRIA - 1980-1989

M. I. P. de Queiroz	22
H. L. Bellotto	18
F. Iglésias	18
J. F. Megale	12
L. de M. e Souza	11
J. R. do A. Lapa	10
R. E. Horch	10
P. S. Pinheiro	9
J. Reis	9
Em. Sader	9
J. S. Witter	9
M. Y. L. Linhares	7
M. A. Garcia	7
L. M. Schwarcz	6
M. S. M. Bresciani	6
R. E. Gertz	5
F. F. Hardman	5
A. R. Nogueira	5
C. Rossi	5
N. Sevcenko	5
G. P. Witter	5

Fonte: periódicos discriminados na Introdução e registrados na Bibliografia.

Portanto, verifica-se que quase 30% do total de resenhas são de autoria de apenas 21 autores, ou 5,6% do total. Não se tratasse de alguns dos nossos mais conscienciosos intelectuais e a situação seria de preocupar. Como fica patente, há um grande número de autores que fizeram apenas uma ou duas resenhas ao longo do período. Mas ainda cabe destacar alguns aspectos dos resenhadores mais produtivos.

Alguns deles chegaram a este patamar por causa de certas circunstâncias profissionais. É visível, por exemplo, o esforço que fez M. I. P. de Queiroz, como uma das editoras da

³ Ver CARDOSO, C. F. S. *Ensaio racionalistas*; Filosofia, Ciências Naturais e História. Rio de Janeiro: Campus, 1988. p. 109.

revista *Ciência e Cultura*, no sentido de prestigiar as Ciências Humanas e Sociais junto a este periódico. Da mesma forma, nada mais lógico que dois dos nossos mais brilhantes especialistas em Historiografia apareçam como autores de muitas resenhas. Também é natural que haja grande produtividade dentre aqueles que são convidados por periódicos de circulação diária ou semanal.

Estas vinculações também chamam a atenção para um outro aspecto: a repercussão, obviamente, será tanto maior quanto mais abrangente for a circulação do periódico. Assim, publicar uma resenha (como resenhado ou como resenhador) num periódico diário ou semanal de grande circulação ou numa revista acadêmica implica questões diferentes em todos os níveis. No primeiro caso, trata-se de uma veiculação que pode ter consequências comerciais para a vendagem do livro; no segundo, há a possibilidade de se obter maior credibilidade acadêmica, especialmente se a resenha for favorável. Por isso, é natural (inda que nem sempre positivo) que muitas relações complexas se estabeleçam na dinâmica da publicação de resenhas, sendo presumível, por exemplo, a existência de uma certa seletividade exercida pelo grupo mais restrito de resenhadores (quando então certos tipos de livros, como não poderia deixar de ser, são ou não são resenhados) ou uma possível relação compensatória (quando o resenhador pode supor que um seu livro futuro acabará por ser resenhado por um dos autores que ele, inicialmente, abordou).

Também no caso dos autores de resenhas verifica-se o predomínio do gênero masculino: 60,0% são homens e 36,0% são mulheres (os restantes possuem nomes que não permitem a identificação). Tanto quanto no caso dos autores dos livros resenhados (cuja relação é de 72,2% para homens, 16,1% para mulheres e 11,6% cuja classificação é inviável), este é um dos itens em que o predomínio masculino é bastante acentuado.

Um aspecto importante, no que se refere às resenhas, é saber que tipo de livro é preferencialmente resenhado. Esta análise, contudo, poderia conduzir a uma tautologia: são mais resenhados os livros que mais repercutem. Ao se observar os títulos mais resenhados no período, entretanto, é possível detectar a modalidade de impacto que cada um causou.

Segundo nossa amostragem, *O diabo e a Terra de Santa Cruz*, de L. de M. e Souza, foi o livro que mais gerou resenhas, certamente pela qualidade da pesquisa e, sobretudo, pela novidade do tema, tratado por historiadora já conhecida pelo seu trabalho sobre a economia e sociedade em Minas Gerais no período colonial. Outro título muito resenhado, logo no início dos anos 80, foi, na verdade, editado em 1979. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*, de F. A. Novais, que demorou muito a ser publicado (trata-se da tese de doutorado do Autor, defendida em 1973 na USP, quando suscitou vários comentários favoráveis. Por isso, havia muita expectativa quanto à sua divulgação mais ampla). *Crime e cotidiano*, de B. Fausto, se parece mais com o primeiro título comentado: foi muito resenhado, certamente pela qualidade da pesquisa, pelo enfoque inovador do tema da criminalidade e pelo fato de seu Autor ser historiador já renomado.

Os demais livros muito resenhados seguem acompanhando, aproximadamente, os mesmos perfis acima: autores consagrados (como no caso de S. B. de Holanda e seu *O extremo-oeste*) e enfoques inovadores (como *O trem fantasma* de F. F. Hardman). Note-se, também, a presença de alguns títulos estrangeiros que contribuíram no sentido da renovação teórico-metodológica ou temática (como os *Senhores e caçadores* de E. P. Thompson). Afora essas obras mais abordadas, a grande maioria dos livros foi resenhada apenas uma vez, embora certos autores sempre tenham seus livros resenhados, como por exemplo C. F. S. Cardoso.

Destaque-se, ainda, que, mesmo dentre as resenhas publicadas em periódicos acadêmicos, são poucas as que possuem um perfil crítico-analítico de maior densidade, nos moldes dos ensaios bibliográficos. Entre estas, algumas exceções, porém, podem ser mencionadas, como nos casos de J. J. de A. Arruda (*Perspectivas da Revolução Inglesa. Revista Brasileira de História*, v. 4, nº 7, p. 121-134, mar. 1984), de J. R. do A. Lapa (*Comércio colonial e mercados. Ciência e Cultura*, v. 35, nº 6, p. 856-858, jun. 1983) ou de J. A. D. Trabulsi (*Democracia grega antiga e ideologia brasileira contemporânea. Revista de História*, nº 115, p. 119-133, jul./dez. 1983), dentre outras.

Outra questão a ser abordada diz respeito à vendagem dos livros de História. A relação de livros mais vendidos que conseguimos obter é problemática (veja lista completa no segundo volume). Ela se constituiu a partir dos dados fornecidos pelo periódico *Leia* que, ao longo dos anos 80, teve sua metodologia de coleta bastante alterada. Além disso, uma relação mensal ao longo de dez anos pode não captar uma hipotética vendagem elevada, se considerado todo o período. Isto é, um livro com uma vendagem baixa, mas constante e duradoura, pode, em tese, ter vendido mais do que um outro que tenha aparecido umas poucas vezes na lista. Assim, os dados seguintes devem ser entendidos apenas como indicadores de um momento específico pois, apesar das ressalvas, eles são significativos em alguns aspectos.

Em primeiro lugar cabe destacar que o manuseio intensivo que tivemos que fazer destas listas nos permite afirmar que a situação da História em relação a outras Ciências Humanas e Sociais, como a Antropologia, a Sociologia e a Ciência Política, é até bastante razoável. A História vende mais livros do que estas outras ciências, embora a situação não seja a mesma em relação à Economia, por exemplo. Registre-se que o mesmo *Leia* fez sua lista dos "melhores livros da década"⁴. Nem importa tanto considerar quais foram os títulos escolhidos, que são expressão mais ou menos pessoal dos dois profissionais consultados. O importante é destacar que, das Ciências Humanas e Sociais, apenas a História foi escolhida para figurar na lista.

Os livros de História aparecem na lista dos mais vendidos, ao longo dos anos 80, com um pouco mais de uma dezena de títulos. Muitos de História Política⁵, outro tanto de perfil bastante factual⁶. Também houve interesse pela esquerda no Brasil⁷. Mas, ao que tudo indica, o livro mais vendido foi o de R. A. Dreifuss⁸, o único a figurar na lista dos mais vendidos no ano por duas vezes seguidas. Como se vê, foram muito

vendidos nesta fase os livros que, de alguma maneira, abordavam temas relacionados à conjuntura política altamente restritiva da ditadura militar, o que revela uma expectativa por parte dos leitores em relação ao tratamento de assuntos como "golpe de 64", "esquerda no Brasil" e "desmitificação do passado".

É de se perguntar onde estariam os livros das tendências mais inovadoras da História, de autoria de intelectuais estrangeiros, que causaram tanto impacto e que se supunha muito vendidos. Referimo-nos a um *O queijo e os vermes*, de C. Ginzburg, por exemplo. Afora a tradução do segundo volume da *História da sexualidade* de M. Foucault e *O mundo de pontacabeça* de C. Hill, este tipo de publicação não foi detectada como muito vendida pelo *Leia*. Isto tanto pode ser uma falha da relação do *Leia*, quanto uma falta de correspondência entre o que repercute na imprensa e o que é, efetivamente, muito vendido. Por outro lado, também é possível considerar que vários livros de História deixaram de constar da lista a partir do momento (agosto de 1988) em que o periódico passou a não distinguir trabalhos de ficção e não ficção - quando então os primeiros assumiram a dianteira.

Mais um elemento pode ser pensado para se analisar a repercussão do conhecimento histórico: as discussões, as controvérsias acadêmicas entre historiadores. O debate sobre questões historiográficas, para além de significar um confronto entre teses diferentes ou mesmo antagônicas, também expressa um certo patamar de sofisticação do conhecimento histórico. O confronto, por exemplo, entre E. Labrousse e R. Mousnier, ocorrido na França no início dos anos 60, em torno da explicação sobre o "Antigo Regime" francês, não teria se dado sem o conhecido desenvolvimento da pesquisa histórica naquele país. A polêmica, quando se torna pública, possui uma forte expressividade quando se trata de avaliar a repercussão de um certo tema pois, parece claro, as querelas que não apaixonam também os ouvintes ou leitores acabam por se transformar numa lide restrita, numa questão para poucos.

No início dos anos 90 tivemos no Brasil algum tipo de debate nestes moldes, notadamente a partir das revisões propostas por historiadores de formação mais recente que se

⁴ *Leia*, Ano XII, n. 146, p. 21-30, fev. 1991.

⁵ É o caso de *A ameaça vermelha* de H. Silva; de *Brasil: de Castelo a Tancredo* de T. Skidmore; de *PSD de raposas e reformistas* de L. Hippolito e de *Os senhores das Gerais* de H. Starling.

⁶ Como por exemplo *Genocídio americano e A guerra do Chaco* de J. J. Chiavenato.

⁷ Veja-se o *Combate nas trevas* de J. Gorender.

⁸ DREIFUSS, R. A. 1964: *a conquista do Estado*; ação política e golpe de classe. Trad. A. B. de Oliveira e outros. Petrópolis: Vozes, 1981. 814p.

posicionaram contra certas explicações tidas como "tradicionais"⁹. Mas, entre 1980 e 1989, foram raras estas manifestações, embora, naturalmente, existam discordâncias de todo tipo tratadas no interior de trabalhos de autores diferentes que estudem, por exemplo, um mesmo tema. Aqui, contudo, buscamos detectar um nível de polemização que transcenda estes limites. Nem estamos afirmando que tais polêmicas nunca existiram no Brasil, pois ocorreram em outras épocas, chegando inclusive às páginas dos jornais¹⁰. Os poucos exemplos que conseguimos coletar são sobre temas como História do Egito Antigo¹¹, sobre o conceito de modo de produção escravista colonial¹², sobre acusações de plágio¹³ e em torno de historiadores estrangeiros¹⁴.

Parece possível afirmar que este patamar bastante baixo de discordância explicitada (discordância que mobilize não só os principais interessados mas também o público letrado em geral) diz respeito a uma certa fase do conhecimento histórico brasileiro. Os "grandes explicadores do Brasil", para usar a expressiva designação de um dos nossos mais conhecidos historiadores¹⁵, foram revistos, nos anos 60, num movimento que produziu grande repercussão em torno de nomes como F. Fernandes, F. H. Cardoso e E. V. da Costa, dentre outros, que se contrapunham a um G. Freyre ou a um N. W. Sodré, por exemplo, estes últimos tendo produzido suas obras mais

significativas entre os anos 30 e 50.

Conforme já dissemos, entretanto, só no final dos anos 80 é que começaram a se tornar públicas, em maior quantidade, algumas obras que questionavam os trabalhos produzidos nos anos 60. Será abusivo, então, falar de uma fase de transição, algo como uma etapa de preparação e de tomada de fôlego? Esta interpretação parece inda mais plausível quando se pensa que a contraposição ao grupo crítico dos anos 60 é uma forma de se posicionar contra aqueles que ficaram conhecidos como "marxistas renovadores", que "botaram abaixo" as explicações de viés tradicionalista, patrimonialista e sobre a benignidade das relações sociais e raciais no Brasil. Tal tarefa pede muito de preparação e, é de se supor, só as revisões tão radicais do "marxismo ortodoxo" (como se supõem algumas das correntes que patrocinam a retomada dos aspectos da subjetividade e do cotidiano) poderiam efetivamente se pretender como superadoras do grupo crítico dos anos 60¹⁶.

Assim, se houve uma presença dos historiadores na mídia, ela não se deveu a grandes movimentos de revisão historiográfica, embora seja perceptível que tal fato começou a ocorrer no final do período projetando-se, com certeza, para os anos 90. Mas podemos analisar outros indicadores que também informam sobre esta presença.

Certos "rituais" socialmente reconhecidos também podem iluminar esta análise. Referimo-nos às premiações, às escolhas de certos nomes como "exemplares" ou como os "melhores". É digno de nota, neste sentido, que os anos 80 se iniciaram e concluíram-se com premiações conferidas a profissionais da área. Em julho de 1980, S. B. de Holanda recebeu o título de "Intelectual do Ano", com o troféu "Juca Pato" sendo-lhe dado pela UBE e pela *Folha de S. Paulo*. Em dezembro de 1989, J. M. de Carvalho recebeu o título de "Homem de Idéias", conferido pelo *Jornal do Brasil*. Outros prêmios, de menor repercussão, também poderiam ser mencionados¹⁷.

⁹ O caso mais momentoso deu-se em relação ao tema do escravismo.

¹⁰ É o caso, por exemplo, da repercussão, em épocas distintas, das obras de S. B. de Holanda (*Raízes do Brasil*) e de C. G. Mota (*Ideologia da cultura brasileira*).

¹¹ Ver PIRES, F. M. Para bom entendedor meias palavras não bastam. *Revista de História*, São Paulo, n. 116, p. 199-216, jan./jun. 1984, em resposta à crítica que C. F. S. Cardoso fez em *História em Cadernos*, v. 2, n. 2, da resenha do Autor (publicada no p. 114 da *Revista de História*) sobre o livro de C. F. S. Cardoso, *O Egito Antigo*.

¹² O livro de J. Gorender, *O escravismo colonial*, suscitou algum debate publicado, como se vê na crítica de MAZZEO, A. C. O escravismo colonial: modo de produção ou formação social? *Revista Brasileira de História*, v. 6, n. 12, p. 203-214, mar./ago. 1986, ou na defesa de GEBRAN, P. no texto "Sobre o escravismo colonial", publicado no mesmo periódico acima, entre as páginas 197 e 202.

¹³ Ver GORENDER, J. Nota sobre uma questão de ética intelectual e BRANDÃO, G. E. Resposta do Dr. Guilherme E. Brandão à carta do prof. Jacob Gorender, ambos os textos em *Estudos Econômicos*, v. 14, n. 2, maio/ago. 1984.

¹⁴ Nos números 6 e 16 da *Revista Brasileira de História* pode ser acompanhado um debate entre P. Linebaugh e R. Sweeny; nos números 22 e 24 de *Novos Estudos Cebrap* encontra-se parte do conflito de idéias entre R. Morse e o cientista político brasileiro S. Schwartzman.

¹⁵ MOTA, C. G. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*; (pontos de partida para uma revisão histórica). 6 ed. São Paulo: Ática, 1990. p. 50.

¹⁶ Embora o núcleo teórico principal da revisão do marxismo não esteja na História, é possível compreender a chamada "Nova História" nesta perspectiva. Para uma avaliação da Nova História veja Capítulo 5.

¹⁷ L. Mott venceu o concurso "Sergipe, Memória e Momento" da Fundação Estadual de Cultura e do Conselho Estadual de Cultura de Sergipe em 1985. N. Sevcenko afirmou

Se quisermos, entretanto, falar em termos mais genéricos, menos individuais (embora as premiações, de algum modo, talvez possam ser compreendidas numa perspectiva geral), é necessário considerar outros registros. As entrevistas, por exemplo. Os historiadores são muito entrevistados pelos meios de comunicação de massa? Quem é mais procurado? Que temas importam aos entrevistadores? Conseguimos constituir uma amostra de 50 entrevistas (veja lista completa no segundo volume e os critérios de constituição da amostragem na Introdução).

Quanto à quantidade tem-se que há uma tendência crescente, isto é, mais historiadores sendo entrevistados conforme o passar dos anos 80. Por outro lado, os anos de maior número coincidem com o cinquentenário da Revolução de 30, o centenário da Abolição da Escravatura e o centenário da Proclamação da República. Mas é preciso destacar: os historiadores não são muito presentes na mídia, comparados com outros profissionais. O *Jornal do Brasil*, por exemplo, faz dossiês de pessoas que considera muito importantes a fim de subsidiar matérias jornalísticas. Trata-se de uma relação com centenas de nomes, dentre políticos, artistas, desportistas, empresários, sindicalistas, intelectuais, etc. Pouquíssimos historiadores, contudo, como C. G. Mota ou H. Silva, integram esta lista¹⁸.

Os nomes mais procurados para entrevistas, no período, foram os de J. Gorender, num primeiro patamar, e os de B. Fausto, C. G. Mota, F. Iglésias e S. B. de Holanda, num segundo. Por outro lado, mais de 25% das entrevistas são com historiadores estrangeiros, geralmente sobre a vida e a obra dos mesmos. Os temas mais procurados, no caso dos brasileiros, são as efemérides do momento, a História Política e as novas temáticas, como magia e mentalidades. É evidente que o aspecto temático é bem mais amplo, sendo sua avaliação bastante dependente de uma compreensão geral do movimento que traduz "aquilo que é notícia" para a imprensa.

Considerando-se estes indicadores, temos que, para a

na Isto É de 19/6/85 (p. 46) que seu trabalho "só começou a ser reconhecido na universidade depois de acontecer fora dela, nos meios de comunicação", já que *Literatura como missão* ganhou dois prêmios.

¹⁸ A lista pode ser consultada na Agência JB de Notícias do Sistema Jornal do Brasil situada no Rio de Janeiro.

imprensa, os historiadores devem ser ouvidos, precipuamente, por ocasião de datas que rememorem "grandes acontecimentos de nossa história". É notável também que estes acontecimentos sejam em geral compreendidos a partir de uma ótica política, no sentido mais restrito do termo, pois é grande o interesse dos meios de comunicação de massa pelo papel de tal ou qual individualidade neste ou naquele acontecimento. No outro extremo está o que é exótico, isto é, o interesse da imprensa pelas renovações temáticas da História diz respeito menos a este movimento interno e mais ao inusitado de certos temas. Entre a História Política e a Nova História resta, assim, uma grande faixa de questões da História que não despertam o interesse da mídia.

Outro aspecto curioso que sobressai quando se analisam as entrevistas é o da não focalização exclusiva de nomes. Isto é ainda mais espantoso quando se pensa em outras áreas e constata-se o vício de muitos jornalistas de terem em mente os mesmos nomes sempre que se trata de conseguir a opinião de um segmento. Assim, surgem os "representantes de plantão" de uma série de categorias que, invariavelmente, são consultados. Note-se que isto já ocorreu também com os historiadores, quando era inevitável, por exemplo, que nomes como o de J. H. Rodrigues e S. B. de Holanda fossem sempre mencionados em todos os momentos em que se tratasse da História na imprensa - até mesmo pela indiscutível importância destes historiadores. No período que tratamos, isto não se verificou tão fortemente, o que, talvez, confirme a afirmação do Chefe do Departamento de História da USP quando diz que hoje é maior o número de "pessoas talentosas" e, por isso, há a diluição aludida¹⁹. Seja como for, parece haver mais interesse pela História que pelos historiadores.

Ao que tudo indica, o que mais chamou a atenção do público em geral foram as várias datas, comemorações ou "efemérides" alusivas a certos episódios da História do Brasil. Tivemos desde a notícia de uma simples missa relativa aos 58 anos dos 18 do Forte, até as inúmeras notícias por ocasião do cinquentenário da Revolução de 30, do cinquentenário da

¹⁹ Citado na matéria de CAVALCANTE, I. História e Geografia, uma briga por espaço. *Jornal da USP*. São Paulo, ano VI, n. 208, 17-23/3/92. p. 9.

Revolução Constitucionalista, do centenário da Proclamação da República, do centenário da Abolição da Escravidão, do Bicentenário da Conjuração Mineira etc. Comissões organizadoras foram criadas, recursos financeiros destinados e muitas notícias veiculadas na imprensa, inclusive através de cadernos especiais e encartes alusivos às datas que, em alguns casos, possuíam sofisticada elaboração gráfica e/ou significativo conteúdo. O que se pode dizer é que, naturalmente, este tipo de repercussão pública torna a História mais conhecida do público em geral - o que é positivo. Mas, é preciso sublinhar, tal dinâmica também colabora para reafirmar a imagem do historiador como a de alguém ligado ao trato encoimiástico com o passado ou que é guardião de datas e heróis - o que é péssimo.

Alguns aspectos gerais podem ser observados. No período repercutiram muito aqueles autores e obras que, de algum modo, abordaram as questões mais imediatas da conjuntura política ou da cronologia das efemérides. O interesse público, como é natural, se dirige para os aspectos mais salientes da contemporaneidade. Assim, não é de se estranhar que o nome de J. Gorender tenha surgido com muita frequência, já que este historiador abordou temas relativos à História da Esquerda no Brasil, sendo ele próprio participante deste processo, além de ter se destacado com seus estudos sobre o escravismo.

Ressalte-se ainda o evidente interesse por alguns dos chamados "novos temas" da pesquisa histórica, como bruxaria e mentalidades, indicando o aumento da procura por assuntos mais ligados às esferas da subjetividade e da vida cotidiana.

Assim, o fenômeno da repercussão, embora não possa ser compreendido de forma estrita como equivalente ao "interesse" por certos temas (já que são claros os mecanismos de "formação de interesse" por parte, por exemplo, da mídia), guarda profundas relações com aspectos estruturais e conjunturais, como são as mencionadas crises que abalam o mundo contemporâneo ou a problemática política vivida pelo Brasil em anos recentes.

Isto é, a repercussão do conhecimento histórico no Brasil durante os anos 80 expressa com bastante precisão a

inserção específica do país no quadro geral de crise do mundo ocidental. A relação, em alguns dos países mais desenvolvidos, entre a questão mais geral da crise dos valores e os problemas do dia-a-dia é, por assim dizer, mais direta. A configuração da democracia política, por exemplo, já se encontra minimamente resolvida nestes países. No Brasil, embora os segmentos que têm acesso aos códigos culturais participem da crise mais ampla (de maneira mais ou menos artificial), os mesmos se deparam no seu cotidiano com problemas aparentemente já superados por outras sociedades, como os da miséria e o da busca da cidadania. Daí o interesse, no país, por questões tão distintas quanto política e sexualidade, ditadura e magia.

5. Notas para um Debate Teórico

Neste capítulo pretendemos analisar aspectos inerentes ao desenvolvimento das reflexões teóricas na produção do conhecimento histórico que se deu no Brasil durante os anos 80. Por teoria estamos entendendo, aqui, os sistemas de idéias, sintéticos e organizados, que apresentam determinadas hipóteses relacionadas a campos empírico-fatuais específicos e que visem a sistematização do conhecimento, a busca de explicações objetivas, a produção de novas hipóteses significativas de trabalho, bem como a um procedimento objetivo controlador e orientador do trabalho de pesquisa.

De início cabe destacar que não foi muito intensa a preocupação dos historiadores brasileiros, no período analisado, com a reflexão teórica sistemática. Muito embora tenha ocorrido uma recepção, por vezes momentosa, de certas concepções teóricas, francesas por exemplo, quase nunca estas discussões frutificaram sob a forma de tendências consolidadas de pesquisa. É significativo lembrar que é recente a inclusão da disciplina "Teoria da História" nos currículos dos cursos, o que certamente deve ter prejudicado a formação universitária do historiador. Tais deficiências talvez sirvam para explicar, por exemplo, a existência, em algumas teses, de longos capítulos teóricos introdutórios que, nem sempre, possuem um trabalho de pesquisa teoricamente articulado ou sequer correlacionado

com aquela introdução¹.

Este panorama não foi exclusivamente característico dos anos 80, no que seria uma inflexão de tendências anteriores diversas. Na verdade, também nos anos 70 não se desenvolveram muito as reflexões de natureza teórica. Segundo C. G. Mota, prevalecia "uma grande quantidade de trabalhos, inspirados na maior parte por um empirismo rústico, cultivado tanto na universidade como fora dela"². Também J. R. do A. Lapa falava que "o historiador brasileiro no geral foi quase sempre avesso aos estudos teóricos"³.

Tal desapego à reflexão teórica pode ser confirmado através de várias evidências. Uma delas é a proibição, tácita ou explícita, de serem desenvolvidas dissertações "teóricas" nos cursos de pós-graduação, especialmente nos mestrados em História⁴. Tal orientação, é justo lembrar, talvez pretenda evitar a produção de trabalhos por assim dizer "especulativos", sem amparo em documentos históricos tradicionais, característica certamente prejudicial para o conhecimento que se pretenda objetivo⁵. Mas ela é visivelmente exagerada quando impede, por exemplo, o estudo de uma determinada problemática teórica ou de um autor que tenha contribuído significativamente nesta área. Esta orientação, contudo, parece estar sendo paulatinamente revista, tal como sugerem as áreas de concentração de cursos de pós-graduação em História de instituições como a UFRGS, que possui uma linha de pesquisa

em "Teoria e Metodologia da História"⁶.

Outra evidência do desapego aludido é a ausência de um número significativo de livros e artigos sobre Teoria da História. Nossos levantamentos indicam porcentagens baixíssimas e um elenco de temas muito pouco variado. Autores que são geralmente reconhecidos como importantes ou polêmicos para as discussões de natureza teórica no campo histórico, como W. Dilthey, C. G. Hempel ou P. Ricoeur, apenas para citar alguns, são raramente abordados em trabalhos específicos.

Nos anos 80, conforme nossos levantamentos, foram produzidos cerca de 30 livros de alguma maneira relacionados com teoria, o que equivale a 1,0% do total. Mas é preciso destacar que, deste total, diversos são reedições da mesma obra e manuais de ensino universitário. Neste total também estão incluídos os livros de autores estrangeiros e muitas reedições. Ou seja, títulos efetivamente novos foram raros, como *A miséria da teoria*, de E. P. Thompson. Foram escritos 35 artigos e apenas 1 dissertação que abordam centralmente a Teoria da História como objeto⁷. Estes trabalhos serão comentados ao final deste capítulo.

Este quadro deve ser um dos elementos que explicariam um certo patamar de pouca qualidade de "posições teóricas" facilmente encontradas em muitas pesquisas históricas produzidas no período e que se caracterizam, regra geral, pela afirmação do óbvio ou pelo ataque a tradições já desmontadas há muito tempo. É o caso de posicionamentos que reiteram a necessidade de amparo documental para a História ou que rejeitam a aplicação de modelos teóricos prontos sem a devida consideração do quadro empírico específico. Certas elocubrações de tendências tidas como renovadoras por vezes também poderiam ser entendidas como truismos. O que se estabelece, portanto, é uma grande distância entre estas reflexões e as discussões teóricas levadas a cabo no exterior ou, mesmo, em alguns poucos setores brasileiros.

¹ Ver NOVAIS, F. A. A universidade e a pesquisa histórica: apontamentos. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 4, n. 8, p. 109-110, jan./abr. 1990. Ver também uma crítica neste sentido, que corresponde a uma tentativa de superar este "vício indomável da produção acadêmica em nossos dias", em CHALHOUB, S. *Trabalho, lar e boteco*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 33.

² MOTA, C. G. A historiografia brasileira nos últimos quarenta anos: tentativa de avaliação crítica. *Debate e Crítica*. São Paulo, n. 5, 1975, p. 4.

³ LAPA, J. R. do A. *Historiografia brasileira contemporânea* (a história em questão). 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 87.

⁴ Para além das áreas de concentração serem proibitivas neste sentido (veja tópico 2.1.), quase sempre a orientação dos cursos é no sentido de se evitarem trabalhos "apenas" teóricos, especialmente no caso das dissertações de mestrado.

⁵ Diga-se que uma das críticas mais recorrentes da atualidade ataca os trabalhos de História que não se amparam em fontes primárias. Por vezes isto beira a fetichização do arquivo. Ver, a propósito, *Seminário Tendências Contemporâneas da Historiografia Brasileira*, Mariana, 3 a 7/12/91. Vídeo. Uma interessante crítica à veneração das fontes por parte de alguns historiadores pode ser vista na entrevista de M. Ferro a A. Clemens e N. Sabóia intitulada "A Nova História pretende evitar que as ideologias se apoderem da história". *O Estado de S. Paulo*. "Cultura", ano II, n. 109, p. 3. 11/7/82.

⁶ UFRGS. *Catálogo dos cursos de pós-graduação*. Mestrado e doutorado. 1990-1991. p. 171.

⁷ Cite-se que a revista *História: Questões & Debates* apresentava, em seus primeiros números, uma sessão intitulada "Teoria da História".

Este último aspecto, aliás, é expressivo: não há muita relação entre as discussões teóricas que de alguma maneira assumem ares de "grande questão" dentre os historiadores (especialmente em função da repercussão nos grandes jornais do Sudeste) e a produção estrita do conhecimento. Isto aconteceu, por exemplo, no confronto entre Nova História e marxismo (que será discutido logo adiante): malgrado o aspecto polêmico dos debates, não parece abusivo afirmar que no Brasil inexistentem tendências historiográficas consolidadas de uma ou de outra corrente já que, mesmo no caso do marxismo, não houve uma exploração de todas as suas possibilidades, que foram relativamente abortadas pelo que se convencionou chamar de "crise do marxismo"⁸.

Esta relativa pobreza teórica não impediu que se impusesse a impressão generalizada de que, durante os anos 80, se viveu um período de renovação da produção histórica. Em grande medida esta crença foi alimentada pela aparição de novos temas de pesquisa (sexualidade, mentalidades, magia) e também pela multiplicidade de trabalhos produzidos pelos novos cursos de pós-graduação. Em setembro de 1988 o caderno "Idéias", do *Jornal do Brasil*, publicava uma matéria intitulada "As mudanças silenciosas" onde, ao lado de algumas análises apressadas ou apenas equivocadas, pontificava a impressão de grande transformação na maneira de fazer e na própria compreensão sobre o que era a História para os historiadores:

a produção dos ensaístas brasileiros anda revirando a História do Brasil de cabeça para baixo, renovando objetos de estudos e promovendo tumultos nos seminários universitários⁹.

Da mesma maneira, em matéria intitulada "Virada na História", a revista *Isto É*, de junho de 1985, chamava a atenção para o fato de que "novas visões históricas, sem dogmatismos, começam a retrair cinco séculos de aventura brasileira":

Agora, nestes anos 80, emerge uma geração de jovens historiadores ainda em formação nos cursos de pós-graduação

de História, de braços dados com veteranos pesquisadores que arriscaram rever seus conceitos de historiografia¹⁰.

Assim, se quisermos reconstruir o "imaginário" sobre a produção histórica na segunda metade dos anos 80, veiculado pela mídia, teríamos o seguinte: jovens historiadores, notadamente da UNICAMP, contrapõem-se aos "dogmatismos" teóricos, sobretudo marxistas, e operam uma renovação teórica da História que impõe um redirecionamento das pesquisas através do abandono de "velhas noções estabelecidas" e da busca de novas temáticas. Como se vê, há mais equívocos que acertos nesta percepção.

Afinal, os historiadores e demais profissionais comumente lembrados nas análises sobre a "renovação" da História, não configuram um grupo homogêneo do ponto de vista teórico¹¹ e muitos, diga-se, deixam claro que não supõem isto, embora a ênfase na diferença possa, por vezes, ocultar alguma identidade de base. Visões superficiais tendem a englobá-los em um grupo por causa do impacto decorrente de suas opções temáticas, um pouco diferentes dos temas normalmente tratados por uma História, digamos, tradicional. Do ponto de vista analítico, contudo, o que importa é destacar que não subsistem impedimentos teóricos absolutos para a abordagem de quaisquer temas por historiadores de quaisquer tendências, ressalvadas, claro está, as prioridades que tais tendências estabelecem para aqueles assuntos que lhes pareçam mais ou menos relevantes. Além disso, "renovar" a História não é, preponderantemente, abordar temas novos: as melhorias cruciais são, em geral, teóricas e metodológicas.

Por outro lado, é um pouco enganoso tomar-se a produtividade crescente dos cursos de pós-graduação como um indicador seguro desta "renovação" ou "virada". Na verdade, nossos levantamentos dão mostras muito seguras de que a grande maioria dos trabalhos segue ainda os caminhos que seriam considerados "tradicionais". A História Política, de viés bastante clássico, ainda continua, por exemplo, muito presente.

⁸ Ver *Seminário de Avaliação Teórica Marxismo e Novas Tendências na História*. Vídeo. UFOP. Mariana, 3 a 5 de março de 1988.

⁹ MARTINS, M. As mudanças silenciosas. *Jornal do Brasil*. "Idéias", 24/9/88. p. 7.

¹⁰ FANTINI, F. Virada na história. *Isto É*, 19/6/85. p. 44.

¹¹ As matérias jornalísticas acima citadas, por exemplo, mencionam os seguintes nomes: M. S. M. Bresciani, I. Tronca, S. H. Lara, M. O. L. da S. Dias, L. de M. e Souza e N. Sevcenko, dentre outros.

Do ponto de vista da produção de conhecimento histórico essa mudança ainda está por acontecer, e talvez aconteça nos anos 90.

Esta problemática, sem dúvida, talvez pudesse ser discutida supondo-se a existência de um núcleo renovador, de uma "vanguarda" que, embora não constituísse a maioria, sinalizasse no sentido dos novos rumos que se estabeleceriam a partir de então. De fato, em certos momentos, a mídia, com algum amparo na realidade da convivência da própria comunidade de historiadores, passou esta imagem - não sem o desconforto que a desgastada noção de "vanguarda" impõe. Mas a "pesquisa de ponta", a "renovação", a "Nova" História, todas estas expressões estão carregadas daquele sentido. Impõe-se, portanto, refletir sobre o que é novo nesta história.

Basicamente, o que é considerado como Nova História no Brasil é o conjunto de trabalhos de produção recente que aborda temas até então não pesquisados, especialmente os relacionados com a mentalidade coletiva, com a magia, com a sexualidade, dentre outros. Estes trabalhos também têm em comum o questionamento dos postulados epistemológicos excessivamente deterministas e objetivistas que se identificam com posturas por isso mesmo caracterizadas como científicas. Assim, a abordagem temática diferenciada não é apenas uma predileção pelo insólito, mas uma estratégia cognitiva que visa a integrar no campo do conhecimento histórico as dimensões não tratadas pelas vertentes criticadas, a saber, o cotidiano e os aspectos inerentes à subjetividade humana que, portanto, são valorizadas. Desta forma, se as temáticas novas são a forma de aparição mais visível desta tendência, também é possível encontrar temas tradicionais abordados desta maneira¹².

O que há de novo, portanto, nesta postura? Os temas, certamente, são novos. Num primeiro momento, inclusive, esta foi a questão principal do confronto que se estabeleceu entre estes autores e os que os criticavam - num evidente

reducionismo teórico: os temas seriam ou não relevantes? O caráter infrutífero desta questão, contudo, logo fez com que o debate se deslocasse para outros aspectos.

Quanto à novidade destes temas, entretanto, registre-se que já no início dos anos 80 F. A. Novais falava que não se devia "partir para a imitação temática, e começar a procurar aqui os mesmos temas" tratados pela historiografia estrangeira. De fato, interpretações criativas das novas abordagens desta historiografia podem ser feitas: não se poderia, por exemplo, abordar temas como a presença das carpideiras, rezadeiras, mães-de-santo? As personificações diabólicas da umbanda, quimbanda e candomblé ou dos índios brasileiros? Ou os comportamentos cotidianos extraordinários do brasileiro pobre, terceiro-mundista tão singular? A mendicância, o caipora, o temor e o deboche em relação à autoridade, a esperteza, o ufanismo, isto é, "a abertura de novos temas na nossa realidade"¹³.

Não foi novo, certamente, o caráter vigoroso da crítica destes autores aos postulados historiográficos estabelecidos, já que isto rotineiramente ocorre de tempos em tempos, em épocas de releitura, no movimento que A. Schaff tematizou sob o título "Por que reescrevemos continuamente a história?"¹⁴. É, inclusive, característica destes movimentos críticos dar a impressão de que "só agora" se está fazendo algo de verdadeiramente bom, aspecto que também se verificou com a Nova História no Brasil. Regra geral, o impacto emocional e político destas fases é grande, especialmente por colocar em cheque autores até então tidos como exemplares e indiscutíveis. Isto já ocorreu em outras épocas no Brasil¹⁵. Contudo, é claro que só com o tempo se torna possível avaliar melhor aquilo que permanece e aquilo que é superado. Talvez por isso mesmo

¹² Para C. F. Cardoso o problema situa-se mais na "questão da atitude diante do social do que, propriamente, na escolha das temáticas". *Ensaio racionalista*. Rio de Janeiro: Campus, 1988. p. 108. Assim, o marxismo deveria mostrar que pode cuidar dos novos temas de uma maneira atraente. CASTELLO, J. A vitória da velha razão. *Jornal do Brasil*. "Idéias", p. 6-7, 19/12/87. Exemplo de abordagem de tema tradicional sob o enfoque em pauta pode-se encontrar em LARA, S. H. *Campos da violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹³ NOVAIS, F. A. Op. cit. p. 113. Note-se que alguns autores brasileiros já praticam esta interpretação criativa de nossa realidade tendo em vista os novos temas, tal como se pode ver em SOUZA, L. de M. e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

¹⁴ SCHAFF, A. *História e verdade*. Trad. M. P. Duarte. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983. p. 267 e segs.

¹⁵ Lembre-se, por exemplo, do forte movimento de revisão promovido na segunda metade dos anos 60 por autores como F. H. Cardoso, O. Ianni e F. Fernandes, ou o grande impacto causado pelo livro de C. G. Mota *Ideologia da cultura brasileira*, originalmente uma tese defendida em 1975.

alguns críticos da Nova História tendem a classificá-la como uma moda passageira, uma influência de teorias, métodos e temas vindos do exterior, notadamente da *Nouvelle Histoire* francesa que, como outras influências (Lévi-Strauss, Althusser, Poulantzas), também passará¹⁶.

A nós parece que houve, de fato, um certo revigoramento da História, potencial ainda, já que estas novas visões não se espalharam pela maioria dos trabalhos. Como diz S. R. F. Petersen, contudo, do ponto de vista teórico ainda há muitas respostas em branco:

A crítica à historiografia tradicional se revelou frequentemente frutuosa, e a explosão que provocou em todas as direções de pesquisa constituiu uma verdadeira revisão quanto a maneira de vislumbrar o objeto da história, mas deixou questões teóricas de fundo em suspenso¹⁷.

Falamos, anteriormente, de carência teórica desta Nova História e, portanto, devemos exemplificar concretamente. Para tanto talvez seja interessante pensar-se a noção de cotidiano, bastante cara à corrente. Tal noção inda não conseguiu elaborar-se como um conceito preciso, já que persistem muitas concepções sobre o que seja¹⁸. Seria fácil demonstrar a fragilidade teórica de alguns trabalhos de qualidade menor, mas isto não seria uma postura muito conseqüente: o melhor é pensar o tema tendo em vista um trabalho amparado em sólida pesquisa documental e que tenha dado boas contribuições à História de um dado assunto.

Este é o caso de *Campos da violência*, de S. H. Lara¹⁹. Segundo a Autora, não se deve estabelecer divisões estanques entre aspectos econômicos, políticos, sociais, das mentalidades e do cotidiano. Quem faria isto seria o marxismo ortodoxo. Desta forma, não existiria uma História do Cotidiano em si, nem seria uma fatalidade que estas abordagens do cotidiano

ignorassem as diferenças de classe²⁰. Por outro lado, num debate teórico-historiográfico recente, S. H. Lara afirmou que, ao tratar do cotidiano, não via como condição indispensável o estabelecimento de relações entre este nível e outros, de caráter estrutural²¹. Ora, é preciso destacar, contudo, que o relacionamento entre os episódios percebidos numa temporalidade curta e aqueles outros, de natureza estrutural, que são perceptíveis em durações temporais maiores, é suficientemente significativo para evidenciar tensões importantes para o conhecimento histórico de diversos fenômenos.

De fato, não se pode fazer divisões estanques entre conteúdos diversos dos vários fenômenos (quando então existiria um fato econômico ou social "puros", o que é falso) ou entre temporalidades múltiplas (quando então somente seria possível perceber manifestações deste ou daquele aspecto no dia-a-dia ou em longas durações). Mas não é muito simples sustentar que não se deva diferenciar teoricamente a dimensão, esfera, nível, "lugar" ou o que seja do cotidiano, dos níveis de explicação macro-estrutural que se amparam em fenômenos mais facilmente visualizados em outras escalas de temporalidade. Afinal, é a partir desta diferenciação (e confronto) que se pode estabelecer parâmetros comparativos que tendem a se iluminar mutuamente. Aliás, por vezes há uma supervalorização dos episódios do cotidiano, como se eles fossem a realidade efetiva, restando aos fenômenos de longa duração uma dimensão inferior do ponto de vista ontológico. Tal coisa parece não se sustentar pois, para a História, podem importar as conseqüências de um acontecimento qualquer num certo dia ou as lentas transformações seculares de uma instituição perene, por exemplo.

O problema, contudo, não é tão simples. C. Ginzburg e S. E. Kaplan²² já chamaram a atenção para o fato de que nem sempre a visão estrutural é útil para o historiador do cotidiano:

20 Ver declarações neste sentido no *Seminário Tendências Contemporâneas da Historiografia Brasileira*, acima citado e em MARTINS, M. Op. cit. p. 7. Em seu livro, S. H. Lara de fato consegue uma boa integração destes aspectos e reafirma a posição em vários momentos, como nas páginas 23 e 113.

21 Ver o Seminário citado na nota anterior.

22 KAPLAN, S. E. *Bread, politics and political economy in the Reign of Louis XV*. Haia, 1976. p. 20-21, apud GINZBURG, C. *A micro-história e outros ensaios*. Trad. A. Narino. Lisboa: Difel, 1991. p. 171.

16 Ver CARDOSO, C. F. S. Op. cit. p. 114.

17 PETERSEN, S. R. F. *Algumas interrogações sobre as tendências recentes da historiografia brasileira: a emergência do "novo" e a crítica ao racionalismo*. Trabalho apresentado ao XVIII Congresso da Associação Latinoamericana de Sociologia. Havana, 28 a 31 de maio de 1991. Original datilografado.

18 Ver, a propósito, PETERSEN, S. R. F. *Dilemas e desafios da historiografia brasileira: a temática da vida cotidiana*. *Cadernos de Estudo*. UFRGS. Curso de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, n. 3, 1991. 37p.

19 LARA, S. H. Op. cit.

Em nenhum caso a micro-história pode limitar-se a verificar, na escala que lhe é própria, regras macro-históricas (ou antropológicas) elaboradas noutro campo. Uma das primeiras experiências do estudioso de micro-história diz realmente respeito à escassa e por vezes nula relevância das mutações de ritmo (a começar pelas cronológicas) elaboradas em escala macro-histórica²³.

Assim, pode realmente parecer improcedente a expectativa dos que cobram destes historiadores a resposta a uma pergunta que eles não se colocaram, isto é, sobre as relações entre a micro e a macro-história. Mas, efetivamente, eles não se colocaram esta pergunta? A verdade é que, embora a Nova História critique os padrões epistemológicos "cientificistas", ela não abdica, ao menos no Brasil, no período analisado, dos padrões científicos de explicação (uso de hipóteses, discussões conceituais, orientações e procedimentos metodológicos explícitos, técnicas de amostragem, comprovações empíricas, etc.). Ora, é este padrão científico que impõe, universalmente, a legitimidade da questão dialógica ou comunicativa que, em termos técnicos, se expressa pela compreensão da necessidade de estabelecimento de alguma equivalência gnoseológica entre paradigmas teóricos distintos: teorizar sobre a articulação entre episódios do cotidiano e características estruturais não é um vício insolente do marxismo que se tenta impor àqueles que comungam de outros paradigmas teóricos (de resto não explicitados). É, na verdade, uma condição necessária para a produção de conhecimento cada vez mais aprimorado a partir de quaisquer orientações teóricas.

Vários autores marxistas que criticaram a Nova História no Brasil estabeleceram relações entre a nova corrente e a chamada crise da razão moderna. Assim, as mudanças sofridas pela "Escola" dos *Annales*, a partir de 1969 e intensificadas em 1974 e 1978, seriam expressões daquela crise que, como se sabe, foi analisada a partir da noção de "razão instrumental", conforme a interpretação de Adorno e Horkheimer radicalizando a teoria lukacsiana da coisificação e tentando ultrapassar as interpretações weberianas sobre a racionalização²⁴, crise que

²³ GINZBURG, C. Op. cit. p. 178.

²⁴ Obra fundamental para o entendimento deste tema, e que é pouco citada no Brasil, é *Teoria de la acción comunicativa* (Madrid: Taurus, 1987), tradução de *Theorie des kommunikativen Handelns*, de J. Habermas.

abalaria também os pilares racionalistas dos procedimentos científicos²⁵. Por viver-se uma nova época, notadamente uma época que assistiu ao fracasso das pretensões políticas da esquerda e ao esmagamento das subjetividades por todas as formas de burocratização, impor-se-ia uma nova maneira de fazer política, um privilegiamento de atores sociais até então não considerados, porque não "predestinados a conduzir a revolução"²⁶. O problema é que, segundo os comentadores, ao se fazer a crítica da razão instrumental, corre-se o risco de se afastar perigosamente da razão como um todo:

Quando se fala da crise [do] "marxismo" e do surgimento das novas metodologias, é necessário ter em mente que se trata da crise da razão instrumental, tecnológica, da razão positiva. O embate decisivo não é portanto entre "marxismo" e ecletismo, mas entre razão e desrazão. Entre modernidade e conservadorismo. As chamadas "novas" metodologias, com sua preferência pelo fragmentário, o micro-lógico, o particular, o fortuito, o imaginário, o sexo etc, apenas exacerbam as fendas abertas pela crise da razão moderna, descambiando resolutamente para o irracionalismo²⁷.

Ou então:

Quando se critica a tradição racionalista apontando para a necessidade de se tomar em conta os aspectos não-racionais, fortuitos, subjetivos, etc., no acontecer histórico e na construção de seu conhecimento, estamos ao mesmo tempo abrindo espaço para outros saberes, exilados pela razão e nos debruçando na beira de um "buraco negro", onde esta posição pode ser "sugada" até submergir no relativismo e irracionalismo completo, onde qualquer pretensão de verdade e objetividade é falsa, onde as evidências e aparências substituem o diálogo com a teoria. Mesmo que na maior parte das vezes não seja esta a intenção da crítica, acaba sendo seu limite possível²⁸.

²⁵ Para R. Chartier o surgimento de novos objetos tem mais a ver com "uma estratégia de captação [dos historiadores] posicionando-se nas frentes abertas por outros", face ao avanço de disciplinas "mais recentemente institucionalizadas e triunfantes intelectualmente: a lingüística, a sociologia ou a etnologia". CHARTIER, R. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, v. 5, n. 11, p. 174, jan./abr. 1991.

²⁶ Para uma abordagem da necessidade de uma nova maneira de se fazer política na atualidade veja-se GUATARI, F. & NEGRI, T. *Os novos espaços de liberdade*. Trad. Centelha. Coimbra: Centelha, 1987. p. 104.

²⁷ ZAIDAN FILHO, M. *Razão e história*. Brasília: Pindorama/UnB, 1988. p. 12 (gritado no original).

²⁸ PETERSEN, S. R. F. *Algumas interrogações sobre as tendências recentes da historiografia brasileira: a emergência do "novo" e a crítica ao racionalismo*. Op. cit. p. 2.

De nossa parte julgamos que algumas problemáticas distintas, embora correlacionadas, estão postas sob este enfoque. Uma diz respeito aos condicionamentos que o presente opera no historiador e que o levam, naturalmente, a questionar o passado desta ou daquela forma. Embora, como é óbvio, esta influência não se dê de maneira absoluta ou imediata, é fato que a crítica da razão instrumental, as vicissitudes do mundo da política, a proeminência ou decadência de certos sujeitos sociais - enfim, o nosso tempo presente - explicam certas opções temáticas²⁹.

Por outro lado, foi nesta atualidade que frutificaram as críticas às pretensões macro-explicativas de uma ciência cada vez mais identificada com o poder, com a instrumentalização do mundo da vida operada pelos diversos discursos sobre o saber. Sim, mas falta estabelecer as relações entre a concepção filosófica sobre a modernidade, que privilegia o enfoque da crise da razão, e a História³⁰. Não basta, naturalmente, propor alguns elos entre a crise da razão e uma pretensa tendência ao irracionalismo por parte da Nova História. A compreensão sobre o que seja a parte "irracional" da História, por exemplo, é sempre muito mal explicada: aspectos do cotidiano, relacionados ou não com subjetividades, aparentemente fortuitos, não são facilmente passíveis de explicação do ponto de vista de uma razão científica que suponha determinações macro-estruturais. Mas isto não quer dizer que estes fenômenos, pelo fato de acontecerem no dia-a-dia ou dizerem respeito a aspectos subjetivos, estejam definitivamente entregues a um mundo caótico e ininteligível de contingências. Faltam-nos, isto sim, operadores teórico-conceituais e metodológicos para lidar com estas questões. No limite, inclusive, nada há de irracional na ciência que se debruce sobre o irracionalismo *tout court*, isto é, que tome racionalmente o irracionalismo como

²⁹ Veja-se, a propósito, GINZBURG, C. Op. cit. p. 172.

³⁰ Para uma boa visão sobre o caráter histórico da noção de modernidade veja-se PIPPIN, R. B. *Modernism as a philosophical problem; on the dissatisfactions of european high culture*. Cambridge: Basil Blackwell, 1991, especialmente o capítulo 2, "Modernity and Modernism", p. 16-45. J. R. Carracedo analisa, em *El hombre y la ética*; humanismo crítico, desarrollo moral, constructivismo ético (Barcelona: Anthropos, 1987), especialmente no capítulo 1, "Hacia um humanismo crítico", p. 15-54, o que ele classifica como "los ataques del antihumanismo estructuralista a la tradición humanista en las ciencias del hombre, que ha dominado el panorama desde Descartes hasta la segunda mitad del siglo XIX y se ha mantenido floreciente con la fenomenología hasta el existencialismo (...)" (p. 40).

objeto.

A verdade é que muitos historiadores marxistas, abalados pelas críticas provenientes das reflexões surgidas a partir da consideração da crise da razão moderna, viram em algumas reflexões contemporâneas uma espécie de "tábua de salvação". Neste sentido, num recente trabalho de avaliação historiográfica, M. Y. L. Linhares chamou a atenção para o fato de que nossa época questiona as ideologias, o caráter acumulativo do conhecimento, o cosmopolitismo da ilustração e da razão e a crença no humanismo. Mas, ao final da análise, a Autora dizia

poder apontar para as primeiras luzes que prenunciam, através do pensamento de um filósofo como Jürgen Habermas, a retomada da crença na participação do homem na sua própria libertação. Fim da crise do marxismo e do que ele representou na virada do século, ou ponto-de-partida para uma nova era da razão?³¹

De fato, J. Habermas afirmou que as ciências sociais podem estabelecer relações de cooperação com uma filosofia que pretenda realizar o trabalho preliminar para uma teoria da racionalidade do ponto de vista da ação comunicativa³². Contudo, Habermas não pretende que suas reflexões sirvam para criar, mecanicamente, regras ou procedimentos teórico-metodológicos "prontos". E, na verdade, embora para ele seja certo que o cientista social não possa neutralizar sua participação na produção dos contextos de seus estudos, não fica muito claro o conceito e a forma de controle de tal participação. Isto é, o cientista social apóia-se

em experiências comunicativas que fazem com que sua descrição da realidade simbolicamente pré-estruturada dependa (...) de sua cooperação (...) na conformação desta realidade.

Mas a forma como isto se dá está ainda por esclarecer³³.

³¹ LINHARES, M. Y. A historiografia da Revolução Francesa - um retrospecto. Anais do Seminário Inconfidência Mineira e Revolução Francesa - Bicentenário: 1789/1989. Ouro Preto, 24 a 28 de abril de 1989. *Análise & Conjuntura*, v. 4, n. 2/3, maio/dez. 1989. p. 245-6.

³² HABERMAS, J. Op. cit. 2 v. p. 563.

³³ HABERMAS, J. *La lógica de las ciencias sociales*. Trad. M. J. Redondo. 2 ed. Madrid: Tecnos, 1990. Apêndice: "Un fragmento (1987): el objetivismo en las ciencias sociales", p. 467.

Portanto, não é tarefa simples encontrar operadores teórico-conceituais e metodológicos na teoria da ação comunicativa que sirvam para resolver os problemas, de algum modo mais urgentes e pragmáticos, de uma análise histórica que queira, ao mesmo tempo, desembaraçar-se do marxismo ortodoxo, incorporar os temas da subjetividade e do cotidiano e não compartilhar da relativa indigência teórica da Nova História.

Seja como for, seria pertinente encontrar nos autores brasileiros identificados com a Nova História, problematizações teóricas que já são conhecidas no exterior, como é o caso da postura que supõe um vetor cognitivo "para além" dos padrões científicos "tradicionais", muito mais do que "contra" tais padrões³⁴. Ou, no caso da aproximação entre narrativa ficcional e História, a proposta de certos autores (ainda não levada a cabo, diga-se) de evidenciar (e aproveitar) os núcleos cognitivos da ficção e não os núcleos fabulatórios de uma possível História narrativa³⁵. Mas, quando falamos de desapego à teoria por parte dos historiadores no Brasil, não estamos exagerando: a indiferença diz respeito não só às cobranças marxistas de cientificidade, mas ao próprio desenvolvimento "interno" das correntes que se pretendem novas.

Podemos fazer agora um breve comentário das obras produzidas nos anos 80 neste campo particular da teoria. A análise global dos livros e artigos publicados no período indica que pouco foi traduzido ou produzido no país sobre Teoria da História. Basicamente, a bibliografia clássica da área continua inacessível e o conjunto dos trabalhos disponíveis apresenta um perfil fragmentado. Por sua importância até como referencial, talvez possamos começar pelas traduções de livros.

Foucault não se pretendia um teorizador da História, mas é inegável a influência que teve em nossa disciplina. Já antes dos anos 80 alguns de seus livros estavam traduzidos no Brasil e, neste período, foi publicada a *História da Sexualidade* (Gaal, 1980). Autores também sempre lembrados pela Nova História tiveram alguns de seus principais trabalhos traduzidos

no período. É o caso de C. Castoriadis, com a tradução de *A instituição imaginária da sociedade* (Paz e Terra, 1982) e *A experiência do movimento operário* (Brasiliense, 1985). No campo das discussões teóricas também tivemos a tradução de P. Veyne (*O inventário das diferenças* - Brasiliense, 1983 e *Como se escreve a história* - UnB, 1983).

No campo específico da teoria marxista publicou-se a longa obra organizada por E. Hobsbawm sobre a *História do marxismo*, a partir de 1980, editada pela Paz e Terra. A publicação no Brasil do livro de M. Vovelle, *Ideologias e mentalidades* (Brasiliense, 1987), chamou a atenção para o caso raro de um Autor que se pretende marxista e que investiga os temas caros à Nova História. Também nesta área do marxismo tivemos a tradução de dois importantes trabalhos de P. Anderson: *A crise da crise do marxismo* e *Considerações sobre o marxismo ocidental* (Brasiliense, 1984 e 1989). Destaque-se, igualmente, a tradução e publicação do muito útil *Dicionário do pensamento marxista*, organizado por T. Bottomore (Jorge Zahar, 1988) e do trabalho essencial de E. P. Thompson para a crítica do estruturalismo, *A miséria da teoria ou um planetário de erros* (Zahar, 1981). Cite-se, ainda, o livro de A. Schaff, *História e verdade*, reeditado em 1983, cujas reflexões epistemológicas sobre o marxismo e a História permanecem prejudicadas pelos mesmos problemas de tradução da primeira edição.

Aspecto interessante, embora não estritamente de natureza teórica, diz respeito à recepção de certos autores estrangeiros, notadamente os historiadores ingleses, cujas obras de conteúdo histórico, mas também renovadoras do ponto de vista teórico, foram traduzidas nos anos 80 no Brasil. Referimo-nos a E. Hobsbawm (*Mundos do trabalho* - Paz e Terra, 1987), E. P. Thompson (*A formação da classe operária inglesa* - Paz e Terra, 1987), C. Hill (*O mundo de ponta-cabeça* - Companhia das Letras, 1987), dentre outros. O curioso é que, nestes casos, a recepção estritamente teórica destes historiadores transformou-se num campo de disputas: ora eles são entendidos como renovadores do marxismo, ora como inspiradores das concepções do gênero da Nova História - o que, note-se, diz muito a respeito de certo ecletismo dentre alguns historiadores brasilei-

³⁴ Ver ANKERSMITH, F. R. Reply to Professor Zagorin. *History and Theory*, Wesleyan University, v. 29, n. 3, october 1990. p. 287.

³⁵ Ver GINZBURG, C. Op. cit. p. 194.

ros³⁶. O mesmo acontece, segundo M. Zaidan Filho, com a recepção de W. Benjamin, onde "se cruzam as principais tendências do moderno racionalismo crítico"³⁷. Quanto à primeira disputa, contudo, o que há de comum naquela historiografia "inglesa" (que conta com outros participantes) é a inspiração marxista de natureza não dogmática, vale dizer, crítica em relação ao reducionismo stalinista e também em relação a certos impasses propriamente marxianos. De um ponto de vista genérico, pode-se afirmar que, desta tendência, frutificaram no Brasil certas influências temáticas e metodológicas (o recurso às fontes documentais da repressão para o estudo de movimentos sociais populares) e teórico-conceituais (a noção de E. P. Thompson de classe, menos como categoria e mais como relação/processo histórico de constituição complexa).

A produção nacional de Teoria e Metodologia da História restringiu-se a alguns poucos manuais de iniciação universitária e outras tantas contribuições específicas. No caso dos manuais, o reduzido número de autores também é denunciador do desapego à discussão (e ao ensino, ao que parece) teórica. Afora o grande número de edições (oito) de *Uma introdução à História* (Brasiliense, 1981), de C. F. S. Cardoso, tivemos, também com inúmeras edições (quatorze), *O que é história* (Brasiliense, 1980), de V. P. Borges. *O uso dos conceitos* (FAT/FUNBA, 1983), de N. D. Mendonça, também se insere neste campo quando tenta sistematizar alguns conceitos e noções de emprego recorrente e polissêmico na História. Na mesma linha dos manuais está *A pesquisa em história* (Ática, 1989), de M. A. Vieira e outros. Neste campo ainda não se produziu substituto para *Os métodos da História*, de C. F. S. Cardoso e H. Pérez Brignoli, publicado em 1979 e com algumas reedições durante os anos 80. Inúmeros estudantes de História no país iniciaram sua reflexões teóricas e metodológicas a partir deste livro de caráter introdutório e de feitura cuidadosa.

³⁶ Confrontar, por exemplo, GARCIA, M. A. A célula da história. *Leia*, v. 9, n. 105, jul. 1987, p. 25, onde o Autor destaca que o traço comum destes historiadores é sua inspiração marxista, e RAGO, M. *Do cabaré ao lar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 14 e outras, onde a Autora lança mão de sugestões de E. P. Thompson e M. Foucault, embora os reconheça "situados em campos teóricos e metodológicos diferenciados".

³⁷ ZAIDAN FILHO, M. Op. cit. p. 54.

Foram raros os livros mais especializados em metodologias específicas, como *História Social do Brasil*, de A. Daumard e outros.

Quanto ao marxismo, tivemos o livro *Ensaio racionalistas* (Campus, 1988), de C. F. S. Cardoso, onde o Autor faz contundentes críticas à Nova História, e *A derrota da dialética* (Campus, 1988), de L. Konder, interessante para se compreender como se dava a recepção do marxismo no Brasil até o começo dos anos 30.

A produção de artigos (de autores nacionais) apresenta panorama mais diversificado, embora quantitativamente também reduzido. Há alguns artigos que buscam articular teoricamente as relações entre História, arte, cultura e literatura, numa preocupação com este que é um dos campos mais difíceis da reflexão teórica em nossa disciplina. É o caso de "Introdução à crítica histórica", de G. M. Teles (*Tempo Brasileiro*, nº 60, p. 23-51, jan./mar. 1980); de "O trabalho da linguagem", de M. A. Silva (*Revista Brasileira de História*, v. 6, nº 11, p. 45-61, set. 1985/fev. 1986); de "Literatura e política: a obra de George Lukács", de R. B. Franco (*História*, nº 7, p. 99-105, 1988); de "O conceito de forma na interpretação histórica", de J. Maciel (*Clio*, nº 4, p. 75-83, 1981); de "A imagem através das palavras", de M. L. M. Leite (*Ciência e Cultura*, v. 38, nº 9, p. 1483-1495, set. 1986); de "A crítica, a arte e a história", de L. Helena (*Tempo Brasileiro*, nº 60, p. 7-11, jan./jun. 1980) e de "Música e história", de A. D. Contier (*Revista de História*, nº 119, p. 69-89, 1988).

Outra área que recebeu um pouco mais da atenção teórica dos historiadores foi a dos movimentos sociais, da questão operária e fabril. Destaquem-se os artigos "Movimentos sociais populares: progressistas ou conservadores?", de A. de Almeida (*História & Perspectiva*, v. 1, nº 1, p. 5-35, jul./dez. 1988); "Historiografia e movimento operário: o novo em questão", de E. R. de F. Dutra e Y. Grossi (*Revista do Departamento de História*, nº 3, p. 122-139, nov. 1986); "A questão urbana - parte da estratégia da dominação burguesa" (*Revista do Departamento de História*, nº 4, p. 116-122, jun.

1987) e "A ciência da produção: fábrica despolitizada", de E. S. de Decca (*Revista Brasileira de História*, v. 3, n.º 6, p. 47-79, set. 1983).

Outros artigos abordando temas e autores comumente tratados em Teoria da História foram: "Temporalidade e história em Descartes", de E. T. Saliba (*Ciência e Cultura*, v. 40, n.º 11, p. 1080-1085, nov. 1988); "Historicismo e hermenêutica em Dilthey", de R. M. e Souza (*Tempo Brasileiro*, n.º 82, p. 3-26, jul./set. 1985); "História: polissemia de uma palavra", de G. P. das Neves (*Estudos Ibero-Americanos*, v. 10, n.º 1, p. 17-39, jul. 1984); "A 'Escola Francesa' ou 'Escola dos Annales'", de J. A. de Souza Júnior (*Cadernos CFCH*, Belém, n.º 17, p. 67-88); "História e diferença em Paul Veyne", de J. C. L. Gomes (*Revista do Departamento de História*, n.º 8, p. 58-65, jan. 1989) e "História e revolução; a Revolução Francesa e uma nova idéia de história", de R. J. Ribeiro (*Revista USP*, n.º 1, p. 12-18, mar./maio 1989).

Finalmente, sobre o escravismo tivemos "Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial", de J. Gorender (*Estudos Econômicos*, v. 13, n.º 1, p. 7-39, jan./abr. 1983) e "Considerações em torno da análise da escravidão colonial", de C. M. M. Mendes (*História*, n.º 1, p. 43-48, 1982). E sobre o corporativismo "Notas sobre o corporativismo e setores subalternos", de C. M. J. Anastasia (*Revista do Departamento de História*, n.º 1, p. 1-16, nov. 1985).

Chamam também a atenção os artigos de caráter metodológico publicados nos periódicos que consultamos. Foram identificados 34 trabalhos, onde sobressaem 6 estudos sobre as fontes orais, incluindo a história de vida, 5 trabalhos sobre problemas metodológicos em História Demográfica, 4 sobre História Regional, 3 sobre fotografia e História, além de 2 outros sobre a classe operária. Encontramos, ainda, textos sobre temas metodológicos clássicos, como crítica documental e heurística, ou modernos, como a computação aplicada à pesquisa histórica, o quantitativo e o qualitativo na História ou a análise de discursos. Há também alguns que abordam aspectos metodológicos e técnicos específicos de determinadas fontes, como, por exemplo, jornais e listas nominativas.

De tudo o que foi dito, depreende-se que a reflexão teórica sobre a História é ainda, no Brasil, muito incipiente. Há pouca produção e a que existe é, em geral, de curto fôlego. Tal situação precisa ser alterada pois, como já dissemos, as renovações fundamentais em História são de natureza teórico-metodológica.

6. Conclusão

Os balanços produzidos nas mais diversas áreas no final dos anos 80, apontaram o período como sendo a "década perdida" para o Brasil. Sobre tudo do ponto de vista econômico, foi realmente uma fase de insucessos, de fracassos, apontados pelos indicadores financeiros e pela presença concreta do desemprego, da fome e da miséria. Politicamente vivemos os traumas de uma "transição democrática" cujo malogro foi simbolizado pela morte do líder das esperanças e pela demonstração de vitalidade daqueles que se desejava sepultar.

Um país que prometia tanto, que viveu fases milagrosas de crescimento e prosperidade, viu-se repentinamente face à face com a possibilidade efetiva de involuir. Grandes projetos abandonados, vulnerabilidade diante das mazelas típicas das regiões mais pobres do planeta. Fuga do Brasil, desânimo, ceticismo e pessimismo no lugar do ufanismo, do otimismo e da crença no futuro. "Muitos países não saíram do rascunho", reconheceu, realisticamente, o compositor do verso "aqui tudo parece que é ainda construção e já é ruína".

Neste nosso trabalho reunimos alguns elementos que permitissem uma análise da evolução do conhecimento histórico no Brasil, precisamente no período em questão. Assim, foi quase natural que a pergunta nos viesse à mente: esta foi também uma década perdida para a História? Podemos afirmar, imediatamente, que não; mas isto não é dizer tudo.

Algumas realizações positivas tiveram lugar, num movimento relativamente semelhante ao vivenciado pela

maioria dos setores científicos do país que, apesar do verdadeiro "sucateamento" sofrido nos últimos anos, demonstraram possuir capacidade de resistência muito alta. A História experimentou crescimentos de vários tipos, com a ampliação do número dos cursos de pós-graduação, a consolidação de um certo ritmo de produção de teses, a maior abertura do leque de opções temáticas e metodológicas, o aumento do número de revistas e de livros publicados. Ler as avaliações que eram feitas sobre o setor, no final dos anos 70, significa entrar em contato com um mundo de problemas e um certo amadorismo que hoje - tão pouco tempo depois - soam distantes, pré-históricos. Houve, inquestionavelmente, uma evolução positiva.

Diga-se, inclusive, que esta evolução não se deu apenas em termos quantitativos. Todo um processo de qualificação perpassa os diversos registros que, de alguma forma, compõem a dinâmica do conhecimento histórico no período - sua produção, circulação e consumo. Já não se admite, com facilidade, a feitura de um trabalho de pós-graduação, por exemplo, que não possua requisitos mínimos de qualidade e seriedade, tal como infelizmente ocorreu em fases anteriores. Já temos algumas revistas mais especializadas, que tratam de um recorte temático específico (e, por isso, com mais chances de abordá-lo profundamente). Criam-se grupos especiais de estudos e pesquisas. Material histórico menos convencional é usado como fonte, numa perspectiva crítica e criativa. Mesmo no campo das relações inter-institucionais, regra geral conturbado pelo bairrismo e pela competição inconseqüente, assiste-se aos primeiros ensaios, tímidos ainda, de cooperação e ajuda mútua.

Da mesma forma, talvez como consequência deste processo de profissionalização, verifica-se uma legitimidade maior da História, no sentido que Marc Bloch conferiu à idéia, isto é, um consumo público mais intenso do trabalho que produzimos, o que permitiria, quem sabe? vislumbrar aquilo para o quê serve a História. Muitos se interessam pelo conhecimento histórico. A História vende livros, é publicada intensamente por revistas multidisciplinares, compete com temas de grande interesse público, como a ecologia ou as teorias físicas sobre a origem do universo, gerando uma quantidade

surpreendente de "suplementos especiais", de "encartes" e coisas do gênero. Não é à toa, portanto, que a presença do historiador e da História na mídia venha crescendo a cada dia.

É neste sentido que supomos ter analisado um elenco suficiente de registros que comprovam a pertinência da hipótese sobre a profissionalização: de fato, constata-se um nível de maior complexidade, que demonstra uma efetiva sofisticação do setor, notadamente em relação aos períodos anteriores. É visível, da mesma forma, o papel preponderante desempenhado pela universidade pública neste movimento. Com isto, claro está, não queremos menosprezar o que foi feito anteriormente, dentro ou fora das universidades; assinalamos, apenas, uma mudança de patamar.

Como já foi dito ao longo do livro, este trabalho é o primeiro fruto de um projeto maior. Aqui tratamos de uma série de questões cujo conhecimento nos parecia indispensável para as análises historiográficas mais típicas, relativas aos conteúdos, aos autores, às tendências e aos temas históricos. É nossa intenção, numa fase posterior, propor algumas destas análises mencionadas. Por isto, neste primeiro momento, sempre tivemos em mente a preocupação de detectar as abordagens (temáticas ou metodológicas) que, de alguma maneira, fossem mais recorrentes: desta forma será possível realizar futuramente os estudos historiográficos que pretendemos, a partir da percepção fundamentada destes recortes, e não em função de escolhas menos objetivas. Podemos, portanto, agora, enunciar quais são estas abordagens recorrentes, já visíveis ao longo do texto, mas que devem ser aqui rememoradas.

De um ponto de vista geral, cabe destacar que a prevalência de certos enfoques não é motivada exclusivamente pelos historiadores e suas predileções. Tal como nosso conceito de historiografia supõe, estão envolvidos nesta dinâmica vários elementos. As "efemérides históricas", por exemplo, lembradas no Brasil dos anos 80, foram decisivas em muitos aspectos e, com certeza, influenciaram na escolha de temas de pesquisa e no movimento editorial de livros, artigos e demais modalidades de trabalhos.

Isto frutificou ainda mais quando se tratou de temas já com alguma tradição de estudos, como no caso do escravismo.

Também foi decisivo o contato com o estrangeiro, com os *brazilianists*, por exemplo, e seus estudos sobre a fase contemporânea da História do Brasil. Por este e por outros motivos os trabalhos sobre o período republicano predominaram nos mais diferentes registros. A percepção da dinâmica estrangeira teve ainda outros desdobramentos, como no caso da Nova História, embora aí haja um outro vetor analítico que explica a inclusão desta tendência dentre as abordagens recorrentes: a repercussão. De fato, foi pequeno o número de trabalhos deste tipo, mas sua repercussão, nos mais diversos níveis, evidencia a inclusão definitiva da Nova História dentre as tendências que florescerão no Brasil dos anos 90.

Certas abordagens, também detectadas como recorrentes, enfrentam impasses de diversas naturezas. A História Regional, por exemplo, às vezes dá a impressão de um excessivo "localismo", dramaticamente visível em um bom número de teses, cujas motivações, menos que temáticas, metodológicas ou teóricas, parecem ter relações, sobretudo, com a terra natal do autor. A História Política, por outro lado, persiste muito estudada, mas sem ter passado por uma renovação visível, sendo comum, assim, um certo ranço descritivo e uma supervalorização da política das elites como elemento explicativo de muitas realidades históricas. Outro impasse também é vivenciado pelos estudos sobre o movimento operário. Embora haja uma grande produção de trabalhos sobre o tema, notam-se algumas resistências nos espaços de reprodução, circulação e consumo: a crise teórica do marxismo e os problemas políticos da esquerda certamente têm a ver com este processo e, portanto, não foi por acaso que alguns autores buscaram alternativas, desde as análises menos deterministas e mais subjetivistas do operariado, até o simples abandono do tema.

Há, entretanto, muitos outros impasses que talvez configurem, juntamente com a hipótese da profissionalização, um certo perfil das várias esferas envolvidas na produção histórica brasileira no período. Referimo-nos à constatação de que, embora haja um visível salto qualitativo em relação ao período anterior, falta resolver muitos problemas. Ao que tudo

indica, o impasse principal reside no fato de que formamos uma comunidade científica ainda incipiente, isto é, temos um número ainda pequeno de pesquisadores experientes, nos moldes tradicionalmente reconhecidos pelas mais respeitadas agências de financiamento à pesquisa. Assim, as pesquisas históricas brasileiras surgem, quase que exclusivamente, dos trabalhos defendidos na pós-graduação. Nem todos prosseguem como pesquisadores, após este ritual de qualificação, regra geral fortemente vinculado à progressão funcional na carreira do magistério.

Com este quadro, torna-se mais compreensível a série relativamente longa de dificuldades elencadas neste livro: poucos artigos informam sobre resultados originais de pesquisas, tal como ocorre em outros setores científicos; o caráter majoritário dos estudos sobre o Brasil não consegue superar o problema do predomínio de certas regiões, muito analisadas, em detrimento de outras; da mesma forma, raros pesquisadores estudam o estrangeiro, o que impossibilita uma inserção mais efetiva na comunidade internacional, que também não é acessada pela via do debate teórico de ponta; os periódicos não são indexados, as fontes são lentamente organizadas, as teses são pouco publicadas e quase sempre desconhecidas; o número relativamente alto de congressos e a baixa produção de anais ou quaisquer outros registros chama a atenção para um relativo caráter inócuo, pouco efetivo, de muitos destes eventos; o grande interesse social pela História, por outro lado, não parece ser aproveitado em toda sua potencialidade: ainda ficamos muito marcados pelas "grandes datas" e pela "pequena política" - nossas associações profissionais poderiam ocupar espaços políticos e culturais mais significativos e colaborar para que a História não seja entendida apenas como "ilustração". É preciso reforçar, ainda mais, a compreensão, que já se vai consolidando de algum modo, de que a História não é puro diletantismo.

Surpreende, também, que, ao predomínio feminino nos cursos de pós-graduação, corresponda uma presença masculina majoritária nos campos editoriais e de ensino. Se tão grande contingente feminino não se encaminha para o ensino ou para a pesquisa (ao menos em número compatível com sua frequência

nos mestrados e doutorados), provavelmente se dirige para o ensino de 1º e 2º graus. Ora, persiste ainda a equivocada e elitista concepção de que tais níveis de ensino são a esfera menos nobre de trabalho para o historiador. Será isto um traço machista da comunidade e do mercado? Resquício de uma concepção dos cursos de História como conferidores de um mero verniz para a vida em sociedade? Questões para uma análise sociológica.

Enfim, só é possível enfrentar todos esses impasses porque há perspectivas traçadas pela própria dinâmica da produção do conhecimento histórico que, assim, indica seus caminhos de auto-superação. Ou seja, para a História tudo é construção ou desconstrução - e o tempo não se perde.

B I B L I O G R A F I A

1. OBRAS GERAIS

1.1. Livros

- BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales, 1929-1989*. Trad. Nilo Odália. São Paulo: UNESP, 1981. 154p.
- CARDOSO, Ciro Flamariom S. *Ensaio racionalistas; Filosofia, Ciências Naturais e História*. Rio de Janeiro: Campus, 1988. 117p.
- CARRACEDO, José Rubio. *El hombre y la ética: humanismo crítico, desarrollo moral, constructivismo ético*. Barcelona: Anthropos, 1987.
- DURHAM, Eunice R. & SCHWARTZMAN, Simom; org. *Avaliação do ensino superior*. São Paulo: EDUSP, 1992. 207p.
- FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930 (historiografia e história)*. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. 120p.
- GINZBURG, Carlo. *A Micro história e outros ensaios*. Trad. Antônio Narino. Lisboa: Difel, 1991. 244p. (Memória e Sociedade, 9).
- GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Atica/Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1990. 271p. (Série Temas, 23).
- GUATTARI, Felix & NEGRI, Toni. *Os novos espaços de liberdade*. Trad. Centelha. Coimbra: Centelha, 1987. 104p.
- HABERMAS, Jürgen. *La lógica de las ciencias sociales*. Trad. M. J. Redondo. 2 ed. Madrid: Tecnos, 1990.
- HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la acción comunicativa*. Trad. Manuel Jiménez Redondo. Madrid: Taurus, 1987. 2 v.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. Trad. Maria da Penha Villa Lobos & Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: T. A. Queiroz/Edusp, 1985. 693p. (Coroa Vermelha: Estudos Brasileiros, 6).
- HUNT, Liynn. *A nova história cultural*. Trad. Jefferson Luís Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 317p.
- KOHUT, Karl; org. *Palavra e poder: o intelectuais na sociedade brasileira*. Frankfurt am Main: Vervuert, 1991. 163p.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *História e historiografia Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. (Estudos Brasileiros, 87). 110p.
- LAPA, José Roberto do Amaral; org. *História política da República*. Campinas: Papirus, 1990. 214p. (Tempo e Memória, 2).
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A história em questão; historiografia brasileira contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1976. 208p.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *Historiografia brasileira contemporânea: a história em questão*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1981. 256p.
- LE GOFF, Jacques; org. *A História Nova*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990. 318p.
- MICELI, Sérgio. *A desilusão Americana: relações acadêmicas entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo: Sumaré, 1990. 80p.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1934-1974): (pontos de partida para uma revisão histórica)*. 6 ed. São Paulo: Ática, 1990. 365p. (Ensaio, 30).

- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. Trad. Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Ática, 1990. 335p.
- PIPPIN, Robert B. *Modernism as a philosophical problem: on the dissatisfactions of european high culture*. Cambridge: Basil Blackwell, 1991. 218p.
- RIDEL, Dirce Côrtes; org. *Narrativa: ficção & história*. Rio de Janeiro: Imago, 1988. 324p. (Tempo e Saber).
- SANT'ANA, Rizio Bruno & COSTA, Iraci Del Nero da. *A escravidão brasileira nos artigos de revistas: 1976-1985*. São Paulo: FIPE-USP, 1988.
- SILVA, José Luis Werneck da. *A deformação da história: ou para não esquecer*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. 96p.
- SKINNER, Quentin; org. *The return of grand theory in the human sciences*. Cambridge: Cambridge University Press/ Canto Edition, 1990.
- ZAIDAN FILHO, Michel. *Razão e História*. Brasília: Pindorama/UnB, 1988. 55p.

1.2. Artigos

- ANKERSMIT, F. R. *Historiography and postmodernism*. *History and Theory*. Wesleyan, v. 28, p. 137-153, maio 1989.
- ANKERSMIT, F. R. *Reply to Professor Zagorin*. *History and Theory*. Wesleyan, v. 29, n. 3, p. 275-296, outubro 1990.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *A temática regional: considerações historiográficas*. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, t. 3, p. 155-166, 1986/1987.
- BEUTTENMULLER, Alberto. *Marco histórico*. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12/12/81, Cad. B, p. 12.
- BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. *A História social em questão*. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 9, n. 17, p. 229-241, dez. 1988.
- BRANDÃO, Guilherme E. *Resposta do Dr. Guilherme E. Brandão à carta do professor Jacob Gorender*. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 409-410, maio/ago. 1984.
- CALOU FILHO, José Ivan. *Versões clássicas da Inconfidência Mineira*. *ACERVO*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 149-174, jan./jun. 1989.
- CAMPOS, Pedro Moacyr. *Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX*. In: GLÉNISON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. 4 ed. São Paulo: Difel, p. 250-293, 1983.
- CANABRAVA, Alice Piffer. *A Associação Nacional dos Professores Universitários de História*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-11, mar. 1981.
- CANABRAVA, Alice Piffer. *Roteiro sucinto do desenvolvimento da historiografia brasileira*. *Anais do Encontro Internacional dos Estudos Brasileiros*, São Paulo, v. 2, 1972.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Sociólogos no domínio da Clío*. *Tempo e Sociedade*, Niterói, v. 1, n. 1, p. 67-104, jan./jun. 1982.
- CARNEIRO, Edilane Almeida. *A pesquisa histórica fora das instituições oficiais*. *LPH - Revista de História*, Mariana, v. 2, n. 1, p. 83-85, 1991.
- CASTELLO, José. *A vitória da velha razão*. *Jornal do Brasil*.

- 19/12/1987, Cad. Idéias, p. 6-7.
- CHALHOUB, Sidney. *Jacob Gorender põe etiquetas nos historiadores*. *Folha de S. Paulo*, 24/11/1990, Cad. Letras, p. 7.
- CHARTIER, Roger. *O mundo com representação*. *Estudos Avançados*, v. 5, n. 11, jan./abr. 1991.
- CORRÊA, José. *Entrevista de Boris Fausto intitulada: Uma obra de referência obrigatória*. *Leia*, v. 7, n. 74, p. 24, dez. 1984.
- COUTINHO, Wilson. *José Murilo de Carvalho: o historiador da República*. *Jornal do Brasil*, 30/12/1989, Cad. Idéias, p. 6.
- DARTON, Robert. *Entrevista concedida a Lúcia Lippi intitulada: Uma entrevista com Robert Darton*. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 4, p. 232-243, 1989.
- DUTRA, Eliana R. de F. & GROSSI, Yonne de S. *Historiografia e movimento operário: o novo em questão*. *Revista do Departamento de História*, UFMG, Belo Horizonte, n. 3, p. 122-139, nov. 1986.
- EICHER, Neri Vitor. *"Estudos Históricos" terá 3 mil exemplares*. *Folha de S. Paulo*, p. A-34, 3/7/1988.
- FANTINI, Flaminio. *Virada na história*. *Isto É*, p. 44-48, 19/6/1985.
- FAORO, Raymundo. *A ilusão faz 100 anos*. *Isto É-Senhor*, p. 63, 15/11/1989.
- FAUSTO, Boris. *Estado, classe trabalhadora e burguesia industrial (1920-1945): uma revisão*. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 20, p. 6-37, mar. 1988.
- FERNANDES, Heloísa Rodrigues. *O intelectual um personagem histórico*. *Debate e Crítica*, São Paulo, v. 5, p. 127-137, 1985.
- FERREZ, Helena Dodd. *Análise da literatura periódica brasileira na área de história*. Rio de Janeiro, IBICT-UFRRJ, 1981. 168p. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação.
- FERRO, Marc. *A nova história pretende evitar que as ideologias se apoderem da história*. *Entrevista a Anita Clemens e Napoleão Sabóia*. *O Estado de São Paulo*, ano II, n. 109, 11/7/1982. Suplemento Cultural, p. 2-5.
- FOLHA DE S. PAULO. *Listão da Pós*. 24/06/1991, Cad. Cotidiano, p. 4-5.
- GOMES, Angela de C. & FERREIRA, Marieta de Moraes. *Primeira República: um balanço historiográfico*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 244-280, 1989.
- GOMES, Maria do Carmo Andrade. *A pesquisa fora das instituições oficiais*. *LPH - Revista de História*. Mariana, v. 2, n. 1, p. 78-79, 1991.
- GORENDER, Jacob. *Fim do milênio ou fim da história?* *LPH - Revista de História*. Mariana, v. 2, n. 1, p. 5-16, 1991.
- GORENDER, Jacob. *Nota sobre uma questão de ética intelectual*. *Estudos Econômicos*, v. 14, n. 2, p. 406-409, maio/ago. 1984.
- GORENDER, Jacob. *Como era bom ser escravo no Brasil*. *Folha de S. Paulo*, 15/12/1990, Cad. Letras, p. 2.
- FOLHA DE S. PAULO. *USP reflete sobre sua atividade*. 14/10/1982. p. 18.
- IGLÉSIAS, F. *A pesquisa histórica no Brasil*. *Revista de História*, São Paulo, v. 43, n. 88, p. 373-415, out/dez.

- 1971.
- IGLÉSIAS, F. A propósito da historiografia brasileira. *Debate e Crítica*, São Paulo, n. 5, p. 118-126, 1975.
- IGLÉSIAS, F. Situação da história econômica do Brasil. *Anais de História*, Fac. Filosofia de Assis, n. 2, 1970.
- JORNAL DO BRASIL. Era um vez a história. 7/10/1984. Cad. B Especial, p. 4.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. A República - oposições e consolidação. In: LAPA, José Roberto do Amaral; org. *História política da República*. Campinas: Papirus, 1990. p. 51-68.
- LAPA, José Roberto do Amaral. História do Brasil: problemas e perspectivas. *Tudo é História*, Caderno de Pesquisa, São Paulo, ANPHIB/Brasiliense, n. 1, p. 43-48, 1977.
- LAPA, José Roberto do Amaral. Historiografia brasileira: 1978. *Ciência e Cultura*, v. 31, n. 3, mar. 1979.
- LARA, Silvia Hunold. Gorender escraviza a história. *Folha de S. Paulo*, 12/01/1991, Cad. Letras, p. 2.
- LINHARES, Maria Yedda. A historiografia da Revolução Francesa - um retrospecto. *Anais do Seminário Inconfidência Mineira e Revolução Francesa: 1789/1989*. Ouro Preto, 24 a 28 de abril de 1989. *Análise & Conjuntura*. Belo Horizonte, v. 4, n. 2/3, p. 243-252, maio/dez. 1989.
- MARTINS, Marília. Imagens brasileiras da Revolução. *Jornal do Brasil*, "Caderno B Especial", 28/5/1989. p. 6.
- MARTINS, Marília. As mudanças silenciosas. *Jornal do Brasil*, 24/09/1988, Cad. Idéias, p. 6-7.
- MARTINS, Marília. Novas imagens do Brasil. *Jornal do Brasil*, 7/5/1989, Cad. B Especial, p. 4.
- MORSE, Richard. Uma entrevista com Richard Morse. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2., n. 3, p. 77-93, 1989.
- MOTA, Carlos Guilherme. A historiografia brasileira nos últimos querentes anos: tentativa de avaliação crítica. *Debate e Crítica*. São Paulo, n. 5, p. 1-26, 1975.
- MOTA, Carlos Guilherme. Brasil, chocolate e mel, *Veja*, p. 36-39, 12/10/1977.
- MOTA, Carlos Guilherme. José Honório Rodrigues: a obra inacabada. *Estudos Avançados*, São Paulo, IEA/USP, v. 2, n. 3, p. 107-110, set./dez. 1988.
- MOTA, Carlos Guilherme. A perspectiva do historiador. *Tudo é História*. Caderno de pesquisa. São Paulo, ANPHIB/Brasiliense, n. 1, p. 49-54, 1977.
- MOTA, Carlos Guilherme. As ciências sociais na América Latina (1945-1983). In: MORAES, Reginaldo e outros, orgs., *Inteligência brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- VEJA. Entrevista de Carlos Guilherme Mota a Geraldo Mayrink "Uma cultura de ideologias". p. 3-8. 2/07/1975.
- NOVAIS, Fernando A. Caio Prado Jr. Historiador. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 2, n. 2, p. 66-70, jul. 1983.
- NOVAIS, Fernando A. Caio Prado Jr. na historiografia brasileira. In: MORAES, Reginaldo e outros, orgs., *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- NOVAIS, Fernando A. A história que se faz na academia. Uma entrevista com Fernando Antônio Novais. *Arrabalde*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 119-138, jan./abr. 1989.
- NOVAIS, Fernando A. Passagens para o Novo Mundo. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 9, p. 2-8, jul. 1984.
- NOVAIS, Fernando A. A universidade e a pesquisa histórica: apontamentos. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 4, n. 8, p. 108-115, jan./abr. 1990.
- ODALIA, Nilo. Formas do pensamento historiográfico brasileiro. *Anais de História*, Fac. Filosofia de Assis, v. 8, n. 8, ano 8, p. 31-40, 1976.
- PAIVA, Eduardo França. A pesquisa histórica fora das instituições oficiais. *LPH - Revista de História*, Mariana, v. 2, n. 1, p. 80-82, 1991.
- PAULA, Maria Regina da Cunha Rodrigues Simões de. Teses defendidas no Departamento de História da Universidade de São Paulo 1939-1974. *Revista de História*, São Paulo, v. 50, ano XXV, t. II, n. 100, p. 821-857, out./dez. 1974.
- PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Algumas interrogações sobre as tendências recentes da historiografia brasileira: A emergência do "novo" e a crítica ao racionalismo. Trabalho apresentado ao XVIII Congresso da Associação Latinoamericana de Sociologia. Havana, 28 a 31 de maio de 1991. Original datilografado.
- PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Dilemas e desafios da historiografia brasileira: a temática da vida cotidiana. *Cadernos de Estudo*, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n. 3, maio 1991.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. SBPC, 1982: caracterização das comunicações de pesquisa nas Ciências do Homem. *Ciência e Cultura*, v. 35, n. 4, p. 451-473, abr. 1983.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Para conhecer a história da Inconfidência. *Revista do Brasil*, ano 4, n. 9, p. 52-60, 1989.
- RODRIGUES, José Honório. Os estudos brasileiros e os "brazilianists". *Revista de História*, São Paulo, v. LIV, ano XXVII, n. 107, p. 189-219, jul./set. 1976.
- RODRIGUES, José Honório. Independência, uma revolução inacabada. *O Estado de São Paulo*, p. 96, 5/9/1982.
- SAES, Flávio A. M. de. O término do escravismo: uma nota sobre a historiografia. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 29-40, dez. 1982.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A pesquisa histórica no Brasil. *Ciência e Cultura*, v. 35, n. 1, p. 45-50, jan. 1983.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Rumos da pesquisa histórica no Brasil. *Anais da III Reunião. Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, São Paulo, p. 207-210, 1984.
- SIMÃO NETO, Antonio. Acerca da regulamentação da profissão de historiador: questões para um debate. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 4, n. 6, p. 71-79, jun. 1983.
- SOUZA, Laura de Mello e. O escravismo brasileiro nas redes do poder: comentário de quatro trabalhos recentes sobre escravidão colonial. *Estudos Históricos*, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 133-152, 1989.
- SOUZA, Laura de Mello. A sombra imensa da magia. *Jornal do Brasil*, 30/4/1989, Cad. B, p. 2.
- SOUZA, Natália Marques de. Teses e dissertações sobre a escravidão no Brasil. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 123-130, jan./jun. 1988.
- WESTPHALEN, Cecília Maria e MEQUELUSSE, Jair. Estado atual da pesquisa histórica no Brasil. *Revista de História*, São Paulo, v. 43, n. 88, p. 353-371, out./dez. 1971.

2. BANCO DE DADOS

2.1. Catálogos de teses e dissertações

- ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DAS FUNDAÇÕES EDUCACIONAIS. Pós-Graduação lato e stricto sensu: catálogo-88. Florianópolis: Acafe, 1988. 436p. (Universidade Brasileira, 8).
- BIBLIOTECA NACIONAL. Catálogo de teses. Suplemento ao v. 6 da Bibliografia Brasileira. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1989. 150p.
- CORRÊA, Carlos Humberto; org. Catálogo das dissertações e teses dos cursos de pós-graduação em história (1943-1985). Florianópolis: UFSC, 1987. 400p.
- IBICT. Banco de teses. Área de História. (Arquivo corrente de dados informatizados - Consulta em outubro de 1991).
- IBICT. Centro de Informações em Ciência da Informação. Catálogo de dissertações e teses em Ciência da Informação e Biblioteconomia. Brasília, 1984. 32p. Suplemento n. 2.
- IBICT. Índice de teses. v. 1, n.1, jan./mar. 1987 até v. 3, n. 4, dez. 1989.
- MEC. Catálogo do Banco de Teses, 1982. Brasília, Equipe Técnica da Secretaria de Informática do MEC, 1982. 670p.
- MEC/SESu. CAPES. Formulário G - Produção Científica- Banco de Teses. Divisão de Acompanhamento e Avaliação - DAA. Sistema de Acompanhamento da Pós-Graduação Brasileira.
- MEC/SESu. CAPES. Catálogo de cursos de mestrado e doutorado. Brasília Coordenadoria de Acompanhamento e Avaliação. 1988. 234p.
- MEC/SESu. CAPES. Pós-Graduação - Catálogo de Cursos: Educação, Antropologia, Antropologia Social, Ciência Política, Sociologia, Filosofia, Psicologia, História, Geografia e Economia. Brasília, jun./1978. 336p.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública. Pós-Graduação/Stricto sensu. Mestrado e doutorado na ENSP. 1992. 89p.
- PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. Catálogo de teses e dissertações (até 1985). v. 2. 223p. 1986.
- PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. Setor de Pós-Graduação. Catálogo de teses e dissertações - PUC-SP/1988. 294p.
- PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. Catálogo de teses e dissertações - 1989. São Paulo, 1990. 325p.
- PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL. Catálogo de teses e dissertações. 1948-1988. Porto Alegre, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, 1989. 263p.
- UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Departamento de História. Catálogo das dissertações defendidas. Mestrado em História. Atualizado até 11/07/91.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Catálogo de teses. Diretoria de Serviços Gráficos, 1988. 175p.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Catálogo de teses. Diretoria de Serviços Gráficos, 1989. 23p.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Teses defendidas nos cursos de pós-graduação. Campinas, jul. 1979/dez. 1980. 331p.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Teses defendidas nos cursos de pós-graduação. v. III. Campinas, 1981. 162p.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Teses defendidas no curso de pós-graduação, v. IV. Campinas, 1982. 164p.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Catálogo de teses 1986. Campinas, s. d., 143p.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Catálogo de teses - 1987. Diretoria de Serviços Gráficos, Divisão de Serviços Gerais, 172 p. 1987.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SÃO PAULO. Núcleo de Estudo da Mulher e Relações Sociais de Gênero. Teses de Mestrado, doutorado e livre-docência sobre a mulher, defendidas na USP entre 1985 e 1989. São Paulo, 1990.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Teses e dissertações dos cursos de pós-graduação - 1977-1987. São Paulo: Secretaria Geral, 1988. 292p.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Catálogos de teses e dissertações defendidas nos cursos de pós-graduação da UNESP - 1977-1987. São Paulo: UNESP, 1988. 314p.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Instituto de Ciências Humanas e Letras, Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Catálogo de dissertação (1974-1984). Goiânia, 1984.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Catálogo de Teses - UFMG - 1988. Belo Horizonte: Imprensa Universitária, 1989. 167p.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Biblioteca Universitária, Catálogo de teses - UFMG - 1897-1987. Belo Horizonte: Imprensa Universitária, 1989. 438p.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Catálogo de dissertações e teses. Recife, 1988. 143p.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Catálogo de dissertações e teses. Recife, 1988. 143p.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Catálogo de dissertações e teses da UFPE. Recife, 1983. 98p.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Catálogo de dissertações e teses da Universidade Federal de Pernambuco. 4º levantamento bibliográfico, incluindo a dissertação e as teses traduzidas fora do país, localizadas na Biblioteca Central. Recife: UFPE, 1986. 54p.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Dissertações de mestrado nas áreas de Ciências Sociais e Humanidades defendidas na UFPE. Federação Brasileira de Associações de Bibliotecas, Comissão Brasileira de Documentação em Ciências Sociais e Humanidades. Recife: Editora Universitária, 1983. 77p.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Dissertações de mestrado defendidas na UFSC. 1970 a junho de 1981: bibliografia anotada. Florianópolis, Pró-Reitoria de Pesquisa/UFSC, 1982. 223p.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Biblioteca Universitária. Dissertações de Mestrado defendidas na UFSC. Agosto de 1985 a julho de 1987: bibliografia anotada. Florianópolis, 1988. 125p.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Catálogo dos cursos de pós-graduação. 1991-1992. v. II. Ciências Humanas e da

- Vida. Florianópolis, 1990.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Dissertações de mestrado defendidas na UFSC, 1970 a junho de 1981: bibliografia anotada*. Florianópolis: UFSC/Biblioteca Universitária, 1982. 224p.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Dissertações de mestrado defendidas na UFSC, Junho de 1981 a julho de 1983; bibliografia anotada*. Florianópolis, Pró-Reitoria de Pesquisas e Pós-Graduação, 1984. 124p.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Dissertações de mestrado defendidas na UFSC, Agosto de 1983 a julho de 1985*. Florianópolis, Reitoria de Ensino. Imprensa Universitária, 1985. 112p.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. *Catálogo de teses e dissertações*. V. 1, n. 1. 1988. Uberlândia. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. 197p.
- UNIVERSIDADE DO AMAZONAS. *Catálogo de teses e dissertações (1952-1985)*. Manaus, Sub-Reitoria para Pesquisa e Pós-Graduação. 1986. 286p.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. *Catálogo de teses e dissertações da Universidade Federal do Maranhão (1952-1987)*. São Luís, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. 1989. 380p.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. *Catálogo de teses e dissertações de Docentes da UFPA*. Belém: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, 1987. 300p.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. *Resumo de teses e dissertações de pós-graduações da UFPR*. Curitiba: Pró-Reitoria da Universidade Federal do Paraná, 1981. 548p.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. *Catálogo de dissertações e teses da Universidade Federal do Piauí*. Teresina, v. 5, 1988. 130p.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. *Catálogo de Teses e Dissertações da Universidade Federal do Piauí*. Teresina, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Coordenadoria de Informação em Ciência e Tecnologia. v. 2, 1984. 318p.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. *Catálogo de dissertações e teses da Universidade Federal de Piauí*. Teresina: Coordenadoria de Informação em Ciência e Tecnologia da Pro-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Piauí, v. 4, 1987. 141p.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. *Catálogo de teses e dissertações do IFCS; Ciências Sociais, Filosofia, História*. Rio de Janeiro: UFRJ/Núcleo de Computação Eletrônica, 1990. 187p.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Sub-Reitoria de Ensino para Graduados e Pesquisa. *Catálogo de teses - 80*. Rio de Janeiro: Sub-Reitoria de Ensino para Graduados e Pesquisa, 1986. 688p.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Catálogo dos cursos de pós-graduação. Mestrado e doutorado*. 1990-1991. Porto Alegre. 249p.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Biblioteca Central. *Catálogo de teses e dissertações da UFRGS: 1898-1987*. Porto Alegre: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, 1988. v. 1.
- UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. *Memória dos cursos de pós-graduação. Mestrado em História*, Niterói: EDUFF, 1986.

- EXISTE NÚMEROS ANTERIORES À DÉCADA DE 70

PERIÓDICO

* = INDEXADO Bibliografia 191

NA BIBLIOTECA

* = AINDA NÃO CONCLUÍDO

135p.

- TARGINO, Maria da Graça; org. *Catálogo de dissertação e teses da Universidade Federal do Piauí*. Teresina: UFP, 1984. v. 2, 318p.
- VENTURA, Ana Rosa. *Dissertações e teses defendidas na FFLCH/USP*. Centro de Apoio a Pesquisa em História, Departamento de História da FFLCH da USP, 1985-1989.

2.2. Periódicos

2.2.1. Considerados no todo

- ACERVO. *Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, jul./dez. 1986 a v. 5, n. 1, jan./jun. 1990.
- * ANÁLISE & CONJUNTURA. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, v. 1, n. 1, jan./abr. 1986 a v. 3, n. 3, set./dez. 1988.
- CADERNOS do CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS. Belém, UFPA, v. 8, nov. 1984 (Série C - História) Especial 1985 e v. 11, jan./mar. 1987 a v. 18, out./dez. 1988.
- * CIÊNCIA E CULTURA. São Paulo, SBPC, v. 32, n. 1, jan. 1980 a v. 41, n. 12, dez. 1989.
- * CIÊNCIA HOJE. Rio de Janeiro, SBPC, v. 1, n. 1, jul./ago. 1982 a v. 10, n. 60, dez. 1989.
- * CLÁSSICA. *Revista da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos*. São Paulo, ano I, v. 1, 1988.
- * CLIO. *Revista de Pesquisa Histórica*. Recife: UFPE/Curso de Mestrado em História. v. III, 1980 a v. VIII, 1986 (Série Arqueológica - 3), v. XI, 1988 (Série História do Nordeste) e Vol. XII, 1989 (Série História do Nordeste).
- * DADOS. *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro. IUPERJ. v. 25, n. 1, 1982 a v. 32, n. 3, 1989.
- * ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA. v. III, n. 1, jan. 1980 a v. III, n. 11, 1982.
- * ENSAIO. *Filosofia, Política, Ciência da História*. São Paulo. v. 13, 1984 a v. 17-18, 1989.
- * ESCRITA/ENSAIO. Ano 4, n. 7, abr. 1980 a ano 4, n. 8, jan. 1981.
- * NOVA ESCRITA/ ENSAIO. n. 10, 1982.
- * ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS. Publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos - CEEA do Conjunto Universitário Cândido Mendes. Rio de Janeiro, n. 3, 1980 a n. 17, set. 1989.
- * ESTUDOS AVANÇADOS. São Paulo: IEA/USP, v. 1, n. 1, out./dez. 1987 a v. 3, n. 7, set./dez. 1989.
- * ESTUDOS ECONÔMICOS. São Paulo: IPE/USP, v. 10, n. 1, jan./abr. 1980 a v. 19, 1989, n. especial.
- * ESTUDOS HISTÓRICOS. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV. Associação de Pesquisa e Documentação Histórica, v. 1, 1988 a v. 2, n. 4, 1989.
- * ESTUDOS IBERO-AMERICANOS. Porto Alegre: PUC-RS/Departamento de História. Curso de Pós-Graduação em História, v. 6, n. 2, dez. 1980 a v. 15, n. 2, dez. 1989.
- * HISTÓRIA. Assis: UNESP/ICHL, v. 1, 1982 a Vol. 8, 1989 e n. especial, 1989.
- * HISTÓRIA: QUESTÕES & DEBATES. *Revista da Associação Paranaense de História (APAH)*. Curitiba: APAH, v. 1, n. 1, nov. 1980 a ano. 9, n. 17, dez. 1988.

- * HISTÓRIA & PERSPECTIVA. Uberlândia: UFU, v. 1, 1988.
- * LUA NOVA. Revista de Cultura e Política. São Paulo: CEDEC, v. 1, n. 1, abr./jun. 1984 a v. 19, nov. 1989.
- MENSÁRIO DO ARQUIVO NACIONAL. Rio de Janeiro, ano XI, v. 1, jan. 1980 a ano XIII, n. 12, dez. 1982.
- * NOVOS ESTUDOS CEBRAP. São Paulo, v. 1, n. 1, dez. 1981 a n. 25, out. 1989.
- REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, v. 1, n. 1/2, jan./dez. 1984 a v. 6, n. 1, jan./jun. 1989.
- * REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH), v. 1, mar. 1981 a v. 9, n. 19, set. 1989/fev. 1990.
- REVISTA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. São Paulo, n. 2, ago. 1986 a n. 6, jul./set. 1987, v. 1, mar./maio 1989 a v. 3, set./nov. 1989.
- REVISTA DE HISTÓRIA. Porto Alegre, UFRGS-IFCH. Departamento de História, v. 1, 1986/1987.
- REVISTA DE HISTÓRIA. São Paulo, (Nova Série). Órgão Oficial do Departamento de História da FFLCH da USP. v. 114, jan./jun. 1983 a v. 119, jul./dez. 1985-1988.
- * REVISTA DO BRASIL. Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Rio-Arte/ Fundação Rio, v. 1, n. 1, 1984 a ano 4, n. 10, 1989.
- * REVISTA DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA. Belo Horizonte: UFMG/FAFICH, v. 1, nov. 1985 a v. 9, jan. 1989.
- REVISTA DO IEB. São Paulo: IEB/USP, n. 24, 1982 a n. 30, 1989.
- REVISTA DO RIO DE JANEIRO. Niterói, UFF/Departamento de História, v. 1, n. 1, set./dez. 1985 a v. 1, n. 4, set./dez. 1986.
- + TEMPO BRASILEIRO. Revista Trimestral de Cultura. Rio de Janeiro, n. 60, jan./mar. 1980, n. 61, abr./jun. 1980, n. 63, out./dez. 1980, n. 68, jan./mar. 1982 a n. 80, jan./mar. 1985, n. 82, jul./set. 1985 a n. 90, jul./det. 1987, n. 95, out./dez. 1988 a n. 99, out./dez. 1989.
- TEMPO E SOCIEDADE. Niterói: UFF, v. 1, n. 1, 1982.
- 2.2.2. Outros
- ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro. v. 100, 1980 a v. 105, 1985.
- ANAIS DO MUSEU PAULISTA. São Paulo, v. 30, 1980/1981 e v. 35, 1986-1987.
- ARQUIVO. Boletim Histórico e Informativo. São Paulo, Edições Arquivo do Estado de São Paulo, v. 3, n. 3, jul./set. 1982, v. 5, n. 1, jan./mar. 1984 a v. 6, n. 3, jul./set. 1985, v. 7, n. 1-4, jan./mar. 1986, v. 9, n. 1, jan./dez. 1988, v. 10, n. 1, jan./jun. 1989.
- BARROCO. Belo Horizonte, UFMG/Conselho de Extensão, n. 11, 1980/1981 a n. 14, 1986/1989.
- * BOLETIM. Londrina: Centro de Letras e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Londrina, n. 1, 1980 a n. 17, 1989.
- * BOLETIM DO CENTRO DE MEMÓRIA. Campinas: UNICAMP, v. 1, n. 1, jan./jun. 1989 a v. 1, n. 2, jul./dez. 1989.
- BOLETIM HISTÓRICO. São Paulo: Eletropaulo. Departamento do Patrimônio Histórico. Centro de Documentação, n. 1, abr. 1985, n. 5, n. 7 a n. 9, maio 1987.
- BOLETIM INFORMATIVO. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH).
- BOLETINS. Recife: UFPE/Pós-Graduação em História. 1985.
- CADERNOS DE ESTUDOS REGIONAIS. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba. Núcleo de Documentação e Informação Histórica e Regional, ano III, n. 2, jun. 1980. Série Monográfica/1. Ano IV, n. 4, jun. 1980. Série especial/1.
- CADERNOS DE HISTÓRIA. Recife: UFPE/Pós-Graduação em História. 1985.
- CADERNOS DO ARQUIVO. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro. n. 1, 1988.
- CADERNOS DO ARQUIVO EDGARD LEUENROTH. Campinas: UNICAMP.
- CADERNOS IFCH. Campinas: UNICAMP/Comissão de Pós-Graduação. CIÊNCIA & TRÓPICO. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. v. 8, n. 1, jan./jun. 1980 a v. 9, n. 1, jan./jun. 1981, v. 13, n. 2, jul./dez. 1985.
- CIÊNCIAS HUMANAS. Rio de Janeiro, Universidade Gama Filho, v. IV, n. 12, jan./mar. 1980 a v. IV, n. 14, jul./set. 1980, v. IV, n. 17, abr./jun. 1981, v. VII, n. 20-24, jun. 1984, v. VIII, n. 25, dez. 1984 a v. XI, n. 29, dez. 1988.
- ESTUDOS CEDHAL. São Paulo. USP/CEDHAL, n. 1, 1987 a n. 4, 1989.
- ESTUDOS LEOPOLDENSES. São Leopoldo. 1988. Série Especial. História.
- GÁVEA. Revista de História da Arte e Arquitetura. Rio de Janeiro: PUC-RJ/Departamento de História. Curso de Especialização em História da Arte e Arquitetura no Brasil, n. 1, 1985 a n. 7, dez. 1989 (número especial).
- HISTÓRIA: ENSINO & PESQUISA. Porto Alegre: SULINA. Associação dos Profissionais de História do Rio Grande do Sul. v. 1, n. 1, 1985 a v. 3, n. 4, dez. 1987.
- HISTÓRIA & ENERGIA. São Paulo, Eletropaulo. Eletricidade de São Paulo S.A. Departamento do Patrimônio Histórico. n. 1, maio, 1986, n. 2-4.
- CADERNOS DE HISTÓRIA. UFRJ/IFCS. Departamento de História. n. 2, set. 1986, n. 3, out. 1986.
- HISTÓRIA EM CADERNOS. Rio de Janeiro, UFRJ/IFCS, v. 1, n. 1, jan./jul. 1983 a v. 5, n. 2, jul./dez. 1987.
- MEMÓRIA E HISTÓRIA. Revista do Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro. São Paulo: Livraria Ed. Ciências Humanas, n. 1, 1981 a n. 3, 1987.
- NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA. Campinas, PUCCAMP. v. 13, n. 103, jul./set. 1981, v. 15, n. 109, jan./mar. 1983, v. 16, n. 114, abr./jun. 1984, v. 17, n. 117, jan./mar. 1985, v. 21, n. 133, jan./mar. 1989, v. 21, n. 134, abr./jun. 1989.
- REVISTA ARRABALDES. Petrópolis, v. 1, n. 1, maio/ago. 1988, v. 1, n. 2, set./dez. 1988, v. 1, n. 3, jan./abr. 1989.
- RH. REVISTA DE HISTÓRIA. Campinas, n. 1, 1989.
- REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL. São Paulo, Departamento do Patrimônio Histórico, v. 197, 1986.
- REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Belo Horizonte, n. 31, 1980 a n. 137, 1988.
- * REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (Série Instrumento de Pesquisa). Belo Horizonte, Ano 37, n. 1, 1988, Ano 38, n.

2, 1988.

- REVISTA DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS. PUC-MG. Belo Horizonte, v. II, n. 3, sem. 1, 1984. v. 5, n. 6, sem. 1 e 2, 1987.
- ✓ REVISTA DO IFCS. História, Filosofia, Ciências Sociais. Rio de Janeiro: UFRJ/Centro Acadêmico Edson Luís. v. 1, n. 1, sem. 1, 1981.
- ▲ REVISTA DO SPHAN. Rio de Janeiro: Pró-Memória. n. 19, 1984 a n. 22, 1987.
- TEMAS DE CIÊNCIAS HUMANAS. São Paulo: Livraria Ed. Ciências Humanas. n. 7, 1980, n. 8, 1980.
- § TEMAS DE HISTÓRIA. Revista de Professores do Departamento de Estudos Sociais. Rio de Janeiro: Universidade Santa Úrsula/Curso de História, v. 2, n. 2, 1983.
- ▷ TENTATIVA. Revista de Graduação. História. Rio de Janeiro, UFRJ, n. 1, jan./abr. 1987.
- UNIVERSITAS. Revista da Universidade Federal da Bahia, n. 36, abr./jun. 1986 a n. 38, out./dez. 1986.

2.3. Informações sobre cursos de pós-graduação

- BALHANA, Altiva Pilatti. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 3, n. 5, p. 11-19, mar. 1983.
- CORRÊA, Anna Maria Martinez. Curso de Pós-Graduação de História da América Latina. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 3, n. 5, p. 55-60, mar. 1983.
- COSTA, Odah Regina Guimarães. O estudo das estruturas agrárias do Paraná. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 6, n. 10, p. 91-108, jun. 1985.
- FENELON, Déa Ribeiro. Programa de Pós-Graduação em História. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 61-66, mar. 1983.
- GERTZ, René E. Curso de Pós-Graduação em História - PUC-RS. *Estudos Ibero-Americanos*, v. IX, n. 1-2, p. 235-238, jul./dez. 1983.
- MEC. CAPES. Relatório Anual de Cursos de Pós-Graduação. 1975 a 1^o sem. 1980. PUC-RJ, UFGO, UFPr, UnB e UNICAMP (microfilme).
- MEC. CAPES. Relatório Anual de Cursos de Pós-Graduação. 2^o sem. 1976 a 1^o sem. 1980. PUC-SP, UFSC, UNIMEP e USP (microfilme).
- MEC. CAPES. Relatório Anual de Cursos de Pós-Graduação. 2^o sem. 1979 a 1^o sem. 1980. UFF, UFPE e USP (microfilme).
- MEC. CAPES. Cadastro geral da produção científica. 1981 a 1985. PUC-RS, PUC-SP, UFF, UFGO, UFPE, UFPr, UFRJ, UFSC, UnB, UNESP (Assis), UNESP (Franca), UNICAMP e USP (microfilme).
- MEC. CAPES. Cadastro geral da produção científica. 1986. PUC-RS, UFF, UFPE, UFPr, UnB, UNESP (Assis), UNESP (Franca) e UNICAMP (microfilme).
- MEC. CAPES. Relatório Geral dos Dados Cadastrais e Produção Científica/Técnica/Artística. 1987 a 1988. UFSC, PUC-RS, UnB, UNESP (Assis), UNESP (Franca), UFPE, UFF, USP, UNICAMP, PUC-SP e UFPr (microfilme).
- MEC. CAPES. Sistema de Informação sobre Cursos de Pós-Graduação. Informações Complementares. 1987 a 1988.

UNESP, UFGO, UNISINOS.

- MEC. CAPES. *Situação da pós-graduação*. 1980. Brasília. 13p.
- MESGRAVIS, Laima. O Curso de Pós-Graduação do Departamento de História da FFLCH da USP. *Revista de História*, v. 87, n. 118, mar. 1983.
- OLIVEIRA, José Flávio. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na UNIMEP. Áreas de História e Sociologia. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 67-72, mar. 1983.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Curso de Pós-Graduação em História*. Mestrado. Florianópolis, 1988. 36p.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SÃO PAULO. *Catálogo de cursos de pós-graduação do Brasil*. Secretaria Geral. São Paulo, Grupo de Informações Documentárias, 1989. 191p.

2.4. Outras fontes

- ARQUIVO EDGARD LEUENROTH. Perfil institucional. *Acervo*, v. 4, n. 2, jul./dez. 1989 - v. 5, n. 1, jan./jun. 1990, p. 117-110.
- BALTAR, Célia de Queiroz; org. *Livros norte-americanos traduzidos para o português e disponíveis no mercado brasileiro: bibliografia compilada até fevereiro de 1987*. Brasília: Usis, s.d. 294p.
- BIBLIOTECA NACIONAL. *Bibliografia Brasileira*, v. 1, n. 1/2, 1^o e 2^o trim. 1983/1984 a v. 6, n. 4, 4^o trim. 1988, v. 7, n. 2, 2^o trim. 1989/1991, v. 7, n. 3, 3^o trim. 1989/1991.
- BIBLIOTECA NACIONAL. *Boletim Bibliográfico da Biblioteca Nacional*, v. 25, n. 1, 1^o trim. 1980 a v. 26, n. 2, 2^o trim. 1981, v. 27, n. 1/4, p. 1-521, 1^o - 4^o trim. 1982.
- BRASIL. Consulado do Brasil em São Francisco. *O Brasil em teses de doutorado nas Universidades da Califórnia nos anos 80*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1991. 58p.
- BRASIL. Consulado Geral do Brasil em Nova York. *O Brasil em teses de doutorado; 1900 a 1990*. Setor de Relações Acadêmicas. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1991. 75p.
- COLÓQUIO "A REPÚBLICA NO BRASIL: idéias e experiências" - França. *Estudos Avançados*, v. 4, n. 8, p. 213-217, jan./abr. 1990.
- GLEZER, Raquel. Obras editadas no Brasil - 1978. *Revista Brasileira de História*, v. 1., n. 1, p. 109-127, mar. 1981.
- IGLÉSIAS, Francisco. História. CNPq. Avaliação & Perspectivas. Brasília: CNPq/Coordenação Editorial, 1982. v. 7/Sinopses. p. 379-383.
- IGLÉSIAS, Francisco. História. CNPq. Avaliação & Perspectivas. Brasília: CNPq/Coordenação Editorial, 1983. v. 7/Ciências Humanas e Sociais. 359p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. *Calendário de eventos em ciência e tecnologia*. Relação de congressos, seminários, conferências, reuniões, encontros e simpósios a serem realizados no Brasil. v. 2, n. 1, 1982, v. 2, n. 2, 1982, v. 3, n. 1, 1983 a v. 3, n. 3, 1983, v. 4, n. 1, 1984, v. 4, n. 2, 1984, v. 4, n. 2, 1984 - suplemento, v. 5, n. 1, 1985, v. 5, n. 1, 1985 - suplemento, v. 5, n. 2, 1984, v. 6, n. 1, 1986, v. 6, n. 2, 1986, v. 7, n. 1, 1987 a v. 7, n. 4,

- 1987, v. 8, n. 1, 1988, v. 9, n. 1, 1989 a v. 9, n. 3, 1989.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Departamento de Tratamento da Informação. ISSN: Publicações Periódicas Brasileiras/IBICT-DTI. Brasília, 1983. 409p.
- LEIA. São Paulo. Companhia Editora Joruês, v. 2, n. 20, 15 dez. 1979/14 fev. 1980 a v. 3, n. 134, dez. 1989.
- MACIEL, Alba Costa. A informação científica: sua disseminação, interação informal e seus efeitos nos participantes de uma reunião anual de cientistas sociais brasileiros. Rio de Janeiro, UFRJ/IBICT, 1982. 98p. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação.
- NADALIN, Sérgio Odilon. Revistas especializadas em História publicadas no Brasil. *Revista Brasileira de História*, v. 8, n. 15, p. 285-288, set. 1987/fev. 1988.
- SÃO PAULO. Secretaria de Ciência Tecnologia do Estado. Calendário de eventos nacionais e internacionais. 2º semestre 1988. São Paulo: Imprensa Oficial, 1988. 157p.
- SCT. CNPq. *Séries históricas de demanda e atendimento - 1987/1990*. Elaboração APJ/CODE.
- UNICAMP. IFCH. Catálogo do Arquivo Edgard Leuenroth. Centro de Pesquisa e Documentação Social. 1989. 24p.

2.5. Instituições consultadas

- Agência JB de Notícias. Sistema Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, RJ.
- Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, RJ.
- Biblioteca "Alphonsus de Guimarães" do ICHS/UFOP. Mariana, MG.
- Biblioteca Central da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, RJ.
- Biblioteca Central da UnB. Brasília, DF.
- Biblioteca da Escola de Minas da UFOP. Ouro Preto, MG.
- Biblioteca da Escola de Comunicação e Artes da USP.
- Biblioteca da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, RJ.
- Biblioteca de Ciências Sociais da FFLCH da USP. São Paulo, SP.
- Biblioteca de História e Geografia da FFLCH da USP. São Paulo, SP.
- Biblioteca do Instituto de Artes e Cultura da UFOP. Ouro Preto, MG.
- Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP. Campinas, SP.
- Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFF. Niterói, RJ.
- Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Campinas, SP.
- Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, RJ.
- Biblioteca "Professora Marina São Paulo de Vasconcellos" do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. Rio de Janeiro, RJ.
- Capes. Divisão de Divulgação. Brasília, DF.
- Centro de Apoio à Pesquisa em História do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, SP.
- Centro de Documentação e Informação da Biblioteca "Pedro Aleixo" da Câmara dos Deputados. Congresso Nacional. Brasília, DF.

- Diretoria de Pós-Graduação e Pesquisa da UFOP. Ouro Preto, MG.
- Curso de Pós-Graduação em História da UFF. Niterói, RJ.
- Curso de Pós-Graduação em História da UFRJ. Rio de Janeiro, RJ.
- Curso de Pós-Graduação em História da UnB. Brasília, DF.
- Curso de Pós-Graduação em História da UNICAMP. Campinas, SP.
- Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT. Brasília, DF.
- Laboratório de Pesquisa Histórica do Departamento de História da UPOP. Mariana, MG.
- Sistema Interno de Bibliotecas. Catálogo Coletivo da USP. São Paulo, SP.

ÍNDICE GERAL

As entradas aparecem grafadas da mesma forma como estão no corpo do texto.

A. D. Contier: 173
 A. Daumard: 173
 A. de Almeida: 173
 A. M. B. Murakami: 83
 A. Maroni: 132
 ABEA: 96
 ABI: 102
 Abolição (da Escravidão): 57,
 79, 96, 104, 152, 154
 ação comunicativa: 169-170
 Acervo: 67-68, 187, 195
 Adorno (Theodor): 166
 AELA: 90
 Alagoas: 55
 Alberto Frederico de Moraes
 Lamago: 79
 Almanaque Garnier: 79
 Althusser (Louis): 164
 América Latina: 89-90, 98,
 109-110, 186, 194
 Américo Vespúcio: 82
 Anais de História: 62, 65,
 186-187
 Annales: 130, 166, 174, 183
 ANPOCS: 86-87
 ANPOF: 97
 ANPOLL: 89
 ANPUH: 64, 86-90, 95, 103-
 104, 192
 Antiga (História): 34, 56,
 80, 83, 90, 94-95, 134
 Antropologia: 27, 41, 89,
 111, 114, 120, 148, 188
 áreas de concentração: 33-36,
 38, 158
 Arquivística: 96
 Arquivo Nacional: 68, 75, 85,
 191, 196
 Arquivo Público Mineiro: 68,
 193
 artigos: 17, 22-23, 26, 28,
 61-63, 65-70, 72-73, 79,
 81, 104-106, 131, 134,
 137, 141, 159, 170, 173-
 174, 179, 181, 184
 Assis: 33, 35-36, 48, 62, 65,
 186, 187, 191, 194
 Associação Brasileira de
 Estudos Americanos: 96
 Associação Brasileira de Im-
 prensa: 102
 Associação de Estudos Latino-
 Americanos: 89

Associação de Historiadores
 Latino-Americanos e do
 Caribe: 89
 Associação Paranaense de
 História: 66, 192
 Astronomia: 85
 Ática: 118-120, 122-124, 126,
 133, 172, 184
 Avaliação & Perspectivas: 36,
 195
 B. Fausto: 147, 152
 Bahia: 72, 79, 194
 Balaiada: 70-71, 138
 Barroco: 98
 Barroco: 68
 Barão do Rio Branco: 79
 Belo Horizonte: 91, 127, 185-
 186, 189, 191-194
 Bibliografia Brasileira: 24,
 120, 188, 195
 Biblioteca Mário de Andrade:
 75, 77
 Biblioteca Nacional: 24, 75,
 77, 120, 188, 195-196
 biografias: 29, 118
 Biologia: 85, 91
 Boletim Bibliográfico: 24,
 120, 195
 Boletim do Centro de Memória:
 91
 bolsas: 107-108
 bolsas (no exterior): 59,
 106, 108
 bolsas de estudo: 47, 58
 Brasil pós-64: 53, 136, 183
 Brasiliense: 118-123, 126-
 128, 132-133, 171-172,
 183, 186
 brazilianists: 34, 59, 109-
 112, 130, 180, 187
 bruxaria: 57, 106, 139, 154
 burocratização: 167
 C. Castoriadis: 171
 C. de Abreu: 112
 C. F. S. Cardoso (ver Ciro
 Flammarion Santana Car-
 doso): 63, 147, 172-173
 C. G. Hempel: 159
 C. G. Mota: 16, 112-113, 128,
 152, 158
 C. Ginzburg: 130, 149, 165

C. Hill: 149, 171
 C. M. J. Anastasia: 174
 C. M. M. Mendes: 174
 C. N. Coutinho: 129
 C. Política (ver Ciência Política): 41
 C. Prado Júnior: 57, 72, 128-129, 139
 C. Sociais: 41
 Cabanada: 138
 Cabanos: 57
 Cadernos CFCH (UFGA): 66-67, 174
 Cadernos de História (UFRJ): 68
 Cadernos IFCH (UNICAMP): 68
 Campinas: 68, 91, 125, 183, 186, 189, 192, 193, 196-197
 Canudos: 57, 138
 Capes: 22, 32, 35-39, 49, 196
 Carlo Guimarães Montt: 10
 Casa de Rui Barbosa: 76
 catálogos: 22-23, 27, 52, 76-77, 79
 CEIA: 90
 censura: 102
 Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina: 90
 Centro de Estudos Ibero-Americanos: 90
 Centro de Memória (UNICAMP): 90
 centro gerenciador de informações: 88
 charges: 83
 Ciência e Cultura: 66-67, 104-105, 146-147, 173-174, 186-187
 Ciência Hoje: 23, 25, 105-106
 Ciência Política (ver C. Política): 114, 148, 188
 cine-jornais: 79
 cinema: 79, 84
 circulação: 16, 19, 178, 180
 Círculo do Livro: 118
 Ciro Flammarion Santana Cardoso (ver C. F. S. Cardoso): 9
 classe operária: 72, 136-138, 171, 174
 Clío (UFPE): 66-67, 173, 184
 CNPq: 32, 35-36, 63, 106-109, 195, 196
 coisificação: 166
 coleções: 25, 81, 119-128
 Companhia das Letras: 119, 124, 132, 171

Companhia Editora Nacional: 120
 comunidade científica: 101, 103, 115, 181
 COMUT: 75
 conceito de historiografia: 18-19, 26, 71, 179
 condições de vida: 56
 conjuntura econômica: 94
 conjuntura política: 109, 149, 154
 Conjuração Mineira: 57, 70-72, 76, 79, 83, 94, 97, 138, 154
 Constituinte: 104
 Contemporânea (História): 35, 56, 83, 135
 corporativismo: 174
 cotidiano (temática do): 56, 139, 151, 162, 164-166, 168, 170
 CPDOC: 65, 97, 191
 crise da razão: 166-169
 Cristovam Paes de Oliveira: 10
 crítica documental: 174
 "cultura de resenhas": 142
 Curitiba: 95, 184, 187, 190, 192, 194
 D. Bottmann: 129
 DCP (UFMG): 41
 Deisa Chamahum Chaves: 9
 Demografia: 41, 80, 90, 98
 depoimentos orais (ver fontes orais): 82-84
 dicionários: 76, 78, 80, 144
 Difel: 120, 123, 183, 184
 Direito: 118
 dissertações (de mestrado): 17, 22, 25, 42-46, 48, 51-55, 57, 63, 70, 72, 79, 89, 125, 131-135, 138-139, 158, 187-190
 Distrito Federal: 39
 ditadura militar: 102, 110, 149
 docente do magistério superior: 52
 DOSSIE: 91
 doutorado: 22, 33-34, 39, 42, 44, 46-48, 52-53, 107, 111, 147, 188-190, 195
 E. Araújo: 82
 E. Carone: 123
 E. de M. Samara: 80
 E. Hobsbawm: 130, 171
 E. Labrousse: 149

E. P. Thompson: 130, 139, 147, 159, 171-172
 E. R. de F. Dutra: 173
 E. S. de Decca: 174
 E. S. de Paula: 59
 E. T. Saliba: 174
 E. V. da Costa: 150
 Economia: 41, 49, 91, 114, 148, 188
 Editora do Brasil: 118
 Eduardo de Oliveira: 79
 Edusp: 81, 120, 125, 183
 efemérides: 19, 25, 71, 77, 84, 87, 104-105, 108, 137, 152-154, 179
 Egito: 34, 134, 150
 Eliseu de Araújo Lima: 9
 empirismo: 158
 enfoques regionais: 33, 55
 ensaios bibliográficos: 22, 25, 147
 ensino: 27-28, 47, 87, 98, 121, 159, 172, 181-183
 entrevistas: 22, 25, 141, 152-153
 Ernesto Anibal Ruiz: 9
 "Escola Histórica Alemã": 112
 escravidão (ver Abolição da Escravidão): 57, 72, 76-80, 82, 85, 106, 113, 135, 137, 174, 183-184, 187
 escravismo (ver Abolição da Escravidão): 17, 56-57, 69, 71, 82-84, 96, 105, 114, 133, 154, 174, 179, 187
 Estado Novo: 54, 71, 94, 97
 Estados Unidos (ver EUA): 109-110, 112, 114, 183
 estrutura curricular (de cursos de pós-graduação): 47
 estrutura social: 56
 Estudos Avançados (ver IEA e Instituto de Estudos Avançados): 67, 90-91, 97, 185-187, 195
 Estudos CEDHAL: 90
 Estudos Econômicos: 65, 67, 174, 184-185, 187
 Estudos Históricos: 62, 65, 67, 185-186
 Estudos Ibero-Americanos: 66-67, 90, 174, 194
 EUA (ver Estados Unidos): 9
 Europa: 130, 135
 evasão (escolar): 48
 extensão do número de páginas (de teses e dissertações):

51

F. A. de Varnhagen: 112
 F. Collor: 104
 F. F. Hardman: 145, 147
 F. Fernandes: 150
 F. Furet: 78
 F. H. Cardoso: 150
 F. Iglésias: 16, 32, 35-37, 52, 55, 58-59, 88, 145, 152
 F. Novais: 113
 família: 56, 58, 72, 113
 Farrapos: 138
 Farroupilha: 57, 70-71, 76, 79, 82-83
 feminino: 48-50, 58, 73, 131, 181
 FFCLSCJ/Bauru: 33
 Filosofia: 32, 41, 86, 97, 123, 183, 186, 187, 188, 190, 191, 194, 196
 FINEP: 109
 Folha de S. Paulo: 40, 41, 151, 185, 186
 fontes orais (ver depoimentos orais): 28, 79, 81, 139, 174
 fotografias (ver reproduções fotográficas): 81-83
 Foucault (Michel): 130, 149, 170
 França: 130, 135, 149, 187, 195
 FTD: 118
 Fundação Ford: 108
 Fundação Getúlio Vargas: 65, 76, 97, 196
 Fundação João Pinheiro: 97, 191
 G. Freyre: 150
 G. M. Teles: 173
 G. P. das Neves: 174
 G. Salgado: 80
 G. Velho: 36
 Gávea: 68
 Gazeta Literária: 79
 gênero masculino: 48, 146
 Genética: 85
 Geografia: 41, 188, 196
 Goiás: 39
 Golpe de 64: 138
 Graal: 120, 123, 170
 graduação (cursos de): 28, 49-50, 58, 68
 Guerra do Contestado: 138
 Guerra dos Emboabas: 138
 guias: 76-77

H. D. Ferrez: 62
H. Pérez Brignoli: 172
H. Silva: 152
H. White: 111
heurística: 174
História: *Questões & Debates* (APAH): 66-67, 184, 187, 194
História & Perspectivas (UFU): 66-67
História Medieval: 56, 94, 134
História Moderna: 56, 83, 134
História Administrativa: 80
História Agrária: 79
História da América: 35, 56, 94, 122, 124, 135
História da Arte: 33, 68, 71, 138, 193
História da Literatura (ver Literatura): 29
História da Música: 138
História das Mentalidades: 139
História das Religiões: 57
história de vida: 174
História Demográfica: 33, 70-72, 79, 94, 138, 174
História do Cinema: 138
História Econômica: 33, 56-57, 71, 79, 123, 128-129, 138
História Econômica e Social: 57
História em Cadernos (UFRJ): 68
História não brasileira: 56, 59
História Política: 34, 56-57, 71, 79-80, 83, 96, 106, 133, 135, 138, 148, 152-153, 161, 180
História Regional: 54-56, 96, 174, 180
História republicana: 17
História Social: 33-34, 56, 72, 130, 133, 135-136, 138-139, 173
História Urbana: 66
historiografia latino-americana: 72
"Homem de Idéias": 151
Horkheimer (Max): 166
Hucitec: 120, 124
I. D. N. da Costa: 80
IBICT: 61, 63, 93-94, 185, 188, 196-197

Idade Média (História da): 34
IEA (ver Instituto de Estudos Avançados): 91, 186, 191
IEB (ver Instituto de Estudos Brasileiros): 65, 67, 77-78, 192
Igreja Católica: 57
IHGB: 114
imaginário: 57, 161, 167
imigração: 137-138
imigrantes: 82, 96, 106, 138
Império: 53, 80, 82, 125, 138
imprensa: 17, 25-26, 102, 149, 152-154
INAH: 64
industrialização: 56, 79, 138
Inglaterra: 130, 135
Inquisição: 71, 98
Instituto de Estudos Avançados: 90-91, 97
Instituto de Estudos Brasileiros: 65, 97
Instituto Goethe: 9
Instituto Nacional de Pesquisa Histórica: 88
instrumentos de pesquisa: 17, 22-23, 27, 38, 75-78, 80-83
"Intellectual do Ano": 151
inventários analíticos: 76-77, 80
IPE: 65, 191
irracionalismo: 167-168
Isto É: 25, 160, 185
Itamaraty: 41
Itatiaia: 81, 120, 125
Itiro Iita: 9
IUPERJ: 41, 191
J. A. D. Trótski: 147
J. A. de Souza Júnior: 174
J. C. L. Gomes: 174
J. Gorender: 152, 154, 174
J. H. Rodrigues: 59, 72, 88, 91, 110, 129, 139, 153
J. Habermas: 169
J. J. Chiavenato: 129
J. J. de A. Arruda: 147
J. Le Goff: 130
J. M. de Carvalho: 151
J. Maciel: 173
J. R. do A. Lapa (ver José Roberto do Amaral Lapa): 16, 18-20, 53, 61-62, 86, 121-122, 145, 147, 158
Jardel Dias Cavalcanti: 10
Joaci Pereira Furtado: 10
João Pessoa: 95, 193
Jornal do Brasil: 23, 151-

152, 160, 184-187, 196
jornais operários: 80
jornais abolicionistas: 82
jornalistas: 29, 153
José Guilherme Ribeiro: 9
José Roberto do Amaral Lapa (ver J. R. do A. Lapa): 9
"Juca Pato": 151
judeus: 57
Jutta Meurer: 9
Karl Marx de Medeiros: 9
L & PM: 81, 120, 124
L. de M. e Souza: 132, 145, 147
L. Hallowell: 117
L. Konder: 173
L. Mott: 80
L. R. Ladurie: 130
LAPHIS: 91
Leia: 24-25, 118, 120, 148-149, 185
Letras: 27, 41, 49, 63, 86, 89, 120, 123, 185-186, 189, 192, 196
Lévi-Strauss: 164
Liga Comunista Internacionalista: 83
Linguística: 63, 89
linhas de pesquisa: 19, 33-34, 36-38
Literatura (ver História da Literatura): 41, 56, 70, 94, 118, 173, 185
livre-docência: 22, 48, 53, 189
livros mais vendidos: 25, 141, 148
Londrina: 96, 192
loucura: 57
M. A. Silva: 173
M. A. Vieira: 172
M. B. N. da Silva: 37, 55
M. Dobb: 130
M. I. P. de Queiroz: 145
M. L. M. Leite: 173
M. Ozouf: 78
M. S. M. Bresciani: 145
M. Vovelle: 130, 139, 171
M. Y. L. Linhares: 145, 169
Marcelo Schmidt: 79
Maria Lúcia de Vilhena Garcia: 9
Maria Thereza Ferraz Negrão de Mello: 9
Mariana: 96, 185, 187, 196-197

Marília: 62, 65, 86, 186
Maringá: 96
Marxismo: 98
marxismo: 112, 135, 160, 166-167, 169, 171-173, 180
marxismo ortodoxo: 151, 164, 170
masculino (gênero): 48-50, 131, 146
MEC: 32, 39, 40-41, 49, 188, 194-195
Medieval (História): 34, 80, 83, 90, 95
Melhoramentos: 118, 120
Mensário do Arquivo Nacional: 16, 68
mentalidades: 56, 152, 154, 160, 164, 171
mercado editorial: 18, 20, 22, 24, 70, 117-119, 126, 128, 131, 133, 137, 139, 144
Mesopotâmia: 34
mestrado: 22, 33-34, 42, 46, 51, 53, 66, 68, 188-190
Metodologia da História: 1, 38, 57, 71, 139, 159, 172
México: 64, 112
mídia: 22, 141, 151-154, 161-162, 179
Minas Gerais: 55, 72, 79, 94-95, 98, 147
Ministério das Relações Exteriores: 9, 41
Moderna (História): 34
modernidade: 167-168
modo de produção escravista colonial: 72, 150
Movimento de 1817: 138
movimento operário: 56-57, 72, 83, 133, 135, 137-138, 171, 174, 180, 185
movimentos sociais: 56, 136, 138, 172, 174
mulheres: 48-50, 56, 73, 131, 133, 139, 146
Museu Nacional: 41
N. D. Mendonça: 172
N. Sevcenko: 145
N. W. Sodré: 112, 129, 150
Narrativa: 98, 170, 184
Navarro: 82
nazismo: 131
negro: 78, 85, 106, 167
Neide Nativa: 2, 10
Nóbrega (Padre Manoel da): 82
Nordeste: 136, 191
Norte: 136

Nouvelle Histoire: 164
 Nova Fronteira: 118
 Nova História: 70, 130-131, 133, 153, 160, 162-164, 166, 168, 170-171, 173, 180
 Nova York: 111, 195
 Novos Estudos Cebrap: 66-67, 185

obras de referência: 39, 75, 77-78, 80-83
 operários: 83
 opinião pública: 27, 121, 126
 Ordem dos Advogados do Brasil (OAB): 102
 orientador: 22-23, 50, 157
 orientadores: 22, 37, 50-51, 133
 Ouro Preto: 41, 97-98, 186, 196-197

P. Anderson: 130, 139, 171
 P. Ariés: 130
 P. C. de Azevedo: 82
 P. Nora: 130
 P. Ricoeur: 159
 P. Veyne: 130, 139, 171
 Pará: 55, 66
 Paraíba: 79, 94, 193
 Paraná: 39, 55, 190, 194
 partidos políticos: 102, 138
 Paulinas: 118
 Paz e Terra: 120, 124, 133, 171, 183
 PCB: 83
 periódicos: 16, 21, 23-25, 27-28, 52, 61-63, 65-71, 73, 76, 78-79, 82-83, 105, 141-143, 145-147, 174, 181
 periódicos estrangeiros: 29, 38
 periodização: 21, 68, 83
 periodização clássica: 21, 68
 período colonial: 53, 72, 83, 133, 135, 147
 período imperial: 53, 79, 135
 período republicano: 53-54, 57, 72, 79, 83-84, 111, 122, 135, 138, 180
 Pernambuco: 39, 55, 138, 189
 Perspectiva: 124, 174
 pesquisa original: 26, 70-71
 Petrópolis: 68, 183, 193
 plágio: 150
 polêmicas: 22, 25, 122, 141, 150
 Pombal (Marquês de): 96
 Poulantzas (Nicos): 164

Praieira: 138
 prêmios: 22, 25, 151
 PREPES (PUC-MG): 41
 Primeira República: 54, 111, 185
 Primer Encuentro de Historiadores Latinoamericanos: 112
 Princeton: 111
 Proclamação da República: 71, 76, 152, 154
 profissionalização: 32-33, 58, 88, 144, 178-180
 projetos de pesquisa: 28
 Psicologia: 41, 188
 PUC-MG: 41, 194
 PUC-RJ: 33, 40, 68, 193-194
 PUC-RS: 33, 35, 40, 43, 49, 66, 90, 191, 194
 PUC-SP: 33, 35, 40, 43, 45, 49, 188, 194-195

quantitativismo: 112
 R. A. Dreifuss: 148
 R. B. Franco: 173
 R. Darnton: 111, 130
 R. J. Ribeiro: 174
 R. M. e Souza: 174
 R. Morse: 110
 R. Mousnier: 149
 R. Sennett: 111
 razão instrumental: 166-168
 Record: 118, 120
 reducionismo stalinista: 172
 regionalismo: 16, 55
 relações internacionais: 57
 reproduções fotográficas (ver fotografias): 82-83
 República: 53-54, 94, 97, 104, 106, 123, 135-137, 183, 185-186
 resenhadores: 25, 145-146
 resenhas: 19, 22, 25, 105, 141-143, 145-147
 Resgate: 91
 Revista Arrabalde: 68
 Revista Brasileira de História (ANPUH): 64, 67, 74, 81, 86, 147, 173-174, 184, 194-196
 Revista da USP: 66-67, 77
 Revista de História (nova série): 62, 64-65, 67-68, 147, 173, 184-188, 195
 Revista do Brasil: 66-67, 187
 Revista do Departamento de História (UFMG): 65, 67, 173-174, 185

Revista do PHAN: 68
 Revista do Rio de Janeiro: 65, 67
 Revolução Constitucionalista (ver Revolução de 32): 138, 154
 Revolução de 30: 54, 71, 83, 94, 97, 136, 138, 152-153
 Revolução de 32 (ver Revolução Constitucionalista): 83, 97
 Revolução Francesa: 70, 76, 78, 94, 97, 130, 174, 186
 RH - Revista de História: 68, 193
 Rio de Janeiro: 34, 39-41, 54, 65-66, 79-80, 83, 96, 98, 103, 127, 136-138, 183-188, 190-194, 196-197
 Rio Grande do Sul: 39, 55, 79, 138, 187, 193
 Rui Barbosa: 79
 S. B. de Holanda: 72, 128-129, 138, 147, 151-153
 S. E. Kaplan: 165
 S. H. Lara: 164-165
 S. Miceli: 106, 111, 113-114
 S. O. Madalini: 61
 S. R. F. Petersen: 164
 Sabinada: 57, 138
 Salvador: 95
 Santa Catarina: 39, 55
 São Paulo: 39-40, 54, 62, 65-66, 77, 83, 90, 96, 98, 119-120, 127, 136-138, 183-189, 191-197
 SBPC (ver Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência): 66, 101-105, 187, 191
 SBPH (ver Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica): 89, 96, 193
 Segunda Guerra Mundial: 131, 135
 Seminário Permanente de Estudos da Família e da População: 90
 Sérgio H. Nabuco de Castro: 9
 Sergipe: 55
 sexualidade: 56-57, 106, 139, 149, 155, 160, 162
 sindicalismo: 80
 sindicatos: 56, 137
 Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos: 90, 191
 Sociedade Brasileira de Estu-

dos Medievais e Renascentistas: 90
 Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (ver SBPH): 89, 96, 187, 193
 Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (ver SBPC): 101
 Sociologia: 41, 114, 148, 187-188, 195
 Sudeste: 39, 72, 136, 160
 Sul: 72, 125, 136
 Sumários Correntes Brasileiros: 63
 T. A. Queiroz: 125, 183
 T. Bottomore: 78, 171
 Tempo Brasileiro: 66-67, 173-174
 tempo despendido (com a obtenção do título de mestre): 45, 47, 51
 Tempo e Sociedade: 66, 184
 tenentismo: 57
 Tentativa: 68
 Teologia: 41
 Teoria da História: 16, 57-58, 71, 123, 139, 157, 159, 170, 174
 Teoria e Metodologia da História: 38, 159, 172
 Terceiro Mundo: 110
 teses (de doutorado): 17, 22, 25-26, 42-46, 48, 52-54, 57, 63, 69-70, 72, 79, 89, 112, 131-135, 137-139, 149, 157, 178, 180-181, 188-191, 195
 trabalhadores: 56
 transcrições: 22-23, 75-77, 80-84
 UBE: 151
 Uberlândia: 66, 190, 192
 UERJ: 97
 UFF: 33-36, 38, 40, 42-45, 49, 56, 60, 65-66, 96, 192, 194, 196-197
 UFRO: 33, 38, 40, 43, 48-49, 194-195
 UFOP: 24, 41, 97, 196-197, 200
 UFPE: 33, 40, 43, 45-46, 48-49, 66, 189, 193-194
 UFRP: 33, 36, 40, 42-44, 49, 66, 96
 UFRGS: 33, 35, 40, 158, 190, 192
 UFRJ: 33, 36, 40, 43, 45, 49,

68, 97-98, 185, 190, 193-
194, 196-197
UFSC: 33, 35, 40, 42-43, 48-
49, 125, 188-190, 194
UnB: 33, 36, 40, 43, 45, 49,
51, 57, 120, 125, 171,
184, 194, 196-197
UNESP (Assis): 33, 35-36, 40,
43, 48-49, 191, 194
UNESP (Franca): 33, 35, 40,
43, 49, 194
UNICAMP: 33, 35, 38, 40, 43-
44, 49, 52, 66, 68, 90,
161, 192-197
UNISINOS: 33, 35, 40, 195
USP: 33-36, 38, 40, 42-44,
46-47, 49, 53, 56, 60, 64-
65, 90, 96-97, 147, 153,
174, 184-186, 189, 191-197

V. P. Borges: 129, 172
Valéria Maria Morse Alves: 9
Vargas (Getúlio): 83
verbas: 19, 103
vida cotidiana: 154, 187
Vozes: 118-120, 124, 183

W. Benjamin: 172
W. Dilthey: 159
W. Dutra: 129

Xerox: 81

Y. Grossi: 173